

01-0176/1997



Câmara Municipal de São Paulo

Substituto
do autor

fol. 268/9

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

01-0176/1997 DE 1997

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0176/1997 DE 18/03/1997

PROMOVENTE: VEREADOR

CARLOS NEDER

EMENTA:

DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE A ASSOCIAÇÃO CIVIL IDEAL, DENOMINADA DE CRÉDITO POPULAR SOLIDÁRIO - CPS, COM O OBJETIVO DE CONCEDER CRÉDITO A MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES INSTALADOS NO MUNICÍPIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OBSERVAÇÕES:

Lei nº 13.118/2001 de 19/4/2001

CNC Soluções
Tipo: Processo Legislativo
27/10/2010 12:48:46

00000014705-23



ARQUIVADO EM 19/04/2001

MARIA ISABEL LOPES CORREIA
Chefe de Seção Técnica - Substituto



Câmara Municipal de São Paulo

PROJETO DE LEI N 01 - PL
01-0176/1997

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE: 13 MAR 1997
CONSTITUIÇÃO E REFORMA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
TRANSPORTE, TRÂNSITO, E RECREAÇÃO;
SAÚDE, LUGAR, SOCIEDADE;
FINANÇAS E ORÇAMENTO
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
VOLTA A 2ª DISCUSSÃO
PRESIDENTE

Dispõe sobre associação do Município à Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário - CPS, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º - Poderá o Município associar-se a Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com a finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, fomentar a constituição e consolidação de pequenos e microempreendedores instalados no âmbito do território municipal.

Parágrafo Único - Para o fim do disposto no "caput" será constituída uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, e que se regerá por estatuto próprio e pela legislação em vigor.

Art. 2º - O Município só poderá associar-se à Associação Civil Ideal - Crédito Popular Solidário, que contenha, no seu Estatuto, um Conselho de Administração de cuja composição o Município participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes, em maior número, entidades da sociedade civil.

Art. 3º - O Estatuto da entidade tratada no artigo anterior deverá prever obrigatoriamente:

- I - sua auto-sustentação financeira;
- II - a devolução, na exata proporção da aplicação, dos recursos destinados pelo Poder Público Municipal, em caso de dissolução da Associação;
- III - o direito, ao Município, de veto na hipótese de alteração estatutária relativa à sua finalidade precípua;
- IV - a autorização para que o Município desligue-se da Associação, bem como promova, concomitantemente, o levantamento de recursos proporcionais ao valor investido por ocasião da criação da mesma, no caso de desvirtuamento de suas finalidades.

Art. 4º - O Estatuto da Associação Civil Ideal, Crédito Popular Solidário, deverá observar, ainda, obrigatoriamente, os seguintes princípios:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) JUNTAMENTO, N.º _____ (total rubri-

cado(s) sob n.º 2217 e rubricação sob

n.º 18 / 21 / 03 94



Câmara Municipal de São Paulo

Processo n.º	2	de proc.
N.º	176	de 19 97

I - a contratação de auditorias externas independentes que, anualmente, analisarão a regularidade e o funcionamento das operações;

II - a disposição de que os recursos que comporão o fundo financeiro, através do qual serão concedidos os créditos, virão:

- a) da contribuição da Prefeitura, mediante abertura de crédito especial, à título de auxílio financeiro, obedecida a legislação pertinente;
- b) da contribuição dos demais sócios da associação;
- c) de doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- d) de empréstimos de agências de financiamento nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- e) de juros e outros rendimentos eventuais;
- f) de amortizações de empréstimos concedidos e de aplicações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, no âmbito do Programa BNDES Trabalhador;

III - a disposição de que seus serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada;

IV - a disposição de que deverá operar em condições compatíveis a uma remuneração justa do capital em relação às atividades produtivas inerentes a pequenos e microempreendedores;

V - a disposição de que deverá operar exclusivamente no Município de São Paulo;

VI - a disposição de que não poderá, em nenhuma hipótese, distribuir lucros ou bonificações a dirigentes e associados;

VII - a disposição de financiar, de maneira desburocratizada, as iniciativas de mulheres chefes de família;

VIII - a disposição de que serão desenvolvidos programas de treinamento para os pequenos e microempreendedores.

Art. 5º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

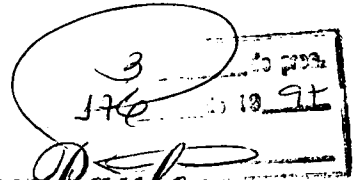
Sala das Sessões, 13 de março de 1997.

CARLOS NEDER

Vereador - PT



Câmara Municipal de São Paulo



JUSTIFICATIVA

A concessão de créditos a micros e pequenos empreendedores é medida fundamental para a constituição e/ou consolidação desses ramos produtivos.

Programas de crédito popular já funcionam com sucesso na Bolívia, Peru, Equador, Bangladesh, Costa do Marfim, Honduras e Guatemala, entre outros países.

A conclusão da 1ª Conferência Mundial de Microcrédito, realizada em Washington entre 2 e 4 de fevereiro deste ano, é a de que a iniciativa representa uma alternativa a programas assistencialistas de resultados questionáveis.

Com mais de 2.500 participantes representantes de 150 países, das Fundações Mastercard, American Express, Citibank e dos Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento, a 1ª Conferência Mundial de Microcrédito recomendou, também, que os empréstimos deveriam ser concedidos preferencialmente a mulheres chefes de família e que os programas de financiamento deveriam ser acompanhados de políticas de treinamento.

A inadimplência dos financiamentos populares tem oscilado entre 2,5% e 3%, enquanto no sistema financeiro tradicional fica entre 5% e 10%.

No Brasil, o primeiro "Banco do Povo" foi criado no Distrito Federal em 1995. Iniciativas similares foram desenvolvidas em Porto Alegre e no Ceará. O Governador Mário Covas enviou Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, visando a instituição do Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo, em dezembro de 1996.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - criou uma linha especial de 69 milhões de reais para estados e municípios, com a finalidade de investimento ou capital de giro para geração de renda, para projetos de crédito popular.

O presente Projeto de Lei autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a associar o Município à Associação Civil Ideal, denominado de Crédito Popular Solidário - CPS, com a finalidade de fomentar a constituição e/ou consolidação de pequenos e micro-empresendedores, baseando-se na experiência de Porto Alegre. Nesta cidade, após a aprovação da Lei 7679/95, houve a autorização para que a Prefeitura Municipal associasse o Município à Associação Civil Ideal, denominada de Porto-Sol.

Na atualidade, há uma lacuna existente no sistema financeiro tradicional que marginaliza uma enorme parcela de micro e pequenos empreendedores que, caso tivessem acesso ao crédito, poderiam potencializar seus negócios, aumentar sua renda e gerar novos empregos.

A criação de uma instituição de crédito vocacionada para atender este público, de caráter comunitário, possibilitaria a formação de um crédito baseado

Paulo Nogueira



Câmara Municipal de São Paulo

Folha 2.ª	4	de pros.
N.º	170	de 1397

na garantia solidária, onde o tomador de financiamento se agrupa com outros empreendedores conhecidos e todos se tornam fiadores recíprocos da operação. Essa relação é avessa a qualquer forma de assistencialismo ou paternalismo.

A Porto-Sol, instituição comunitária de crédito de Porto Alegre, cujos estatutos seguem em anexo, trabalha com um corpo técnico rigorosamente profissional, capacitado e remunerado de acordo com o mercado, com uma estrutura administrativa e funcional simplificada e de baixo custo.

O Grupo Solidário, base nuclear da Porto-Sol, é uma organização de indivíduos com interesses compartilhados que através da auto-seleção potencializam o grau de participação, organização, responsabilidade e integração, sendo composto por um mínimo de 04 (quatro) e máximo de 07 (sete) pessoas, que assumem o aval solidário e apoiam-se para melhoria e desenvolvimento das atividades econômicas de cada um. Ao obter o crédito em grupo, o indivíduo torna-se tomador e também avalista.

A Porto-Sol emprestou R\$2.621.353,79 até 17 de janeiro último. Foram concedidos 1803 créditos, com um valor médio de R\$1.453,88, em um prazo médio de 4,8 meses de crédito. Foram quitados 936 créditos e renovados 608. O índice de carteira ativa com atraso superior a 30 dias (inadimplência) é de apenas 2,5%.

Aspecto inovador é a criação da "Associação Civil Ideal". Trata-se de pessoa jurídica autônoma que nasce da declaração de vontade de mais de um sujeito, instituída para um determinado fim não lucrativo e constituída sob as exigências legais, em especial, ao disposto na Lei dos Registros Públicos - Lei 6015/73.

É óbvio que, sendo um dos declarantes um ente público, há outras exigências, de ordem pública, que se fazem necessárias, como, por exemplo, a necessidade de autorização legislativa.

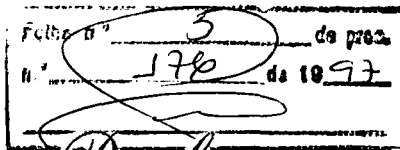
A criação dessa espécie jurídica obedece duas fases bem distintas, mas ambas fundamentais para que se constitua de forma regular, e então, capaz de contrair direitos e obrigações. A primeira fase é aquela que diz respeito à declaração de vontade dos sujeitos que a pretendem criar. Esse é o elemento genético de sua constituição, o qual, para ter validade, exige os requisitos de eficácia dos negócios jurídicos, ou seja, agente capaz, objeto lícito e possível e forma prevista ou não vedada em lei.

A segunda fase configura-se no Registro, o qual, para as pessoas jurídicas, como é o caso, não só tem força probatória, como também, força atributiva de personalidade, significando elemento complementar, mas essencial, para a aquisição de capacidade jurídica. Nesse particular, a Constituição Federal, em seu art. 5º, XVII, dá como plena a liberdade de associação para fins lícitos. Há, porém, certas atividades que dependem de prévia autorização estatal para que possam ser registrados regularmente, como deixa bem claro o art. 119 da já citada Lei dos Registros Públicos. Isso se deve ao fato de que certas atividades es-

Carlos N. Silva



Câmara Municipal de São Paulo



tão ligadas ao interesse público e por isso demandam maior cuidado de parte do Estado. Nessa situação, encontra-se, entre outros casos, a atividade financeira.

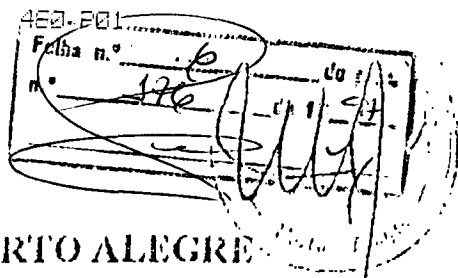
Feitas essas observações de ordem doutrinária, cabe então analisar a relação dessas figuras com a Administração Pública Municipal, bem como a possibilidade delas servirem para a realização de determinados objetivos.

O art. 30 da Constituição Federal, em seu inciso I, diz que compete aos Municípios legislarem sobre assuntos de interesse local, o que então, devido a não existir uma regra complementar que defina o que seja esse "interesse local", remete para uma discussão política no sentido de ser ou não - para o Município de São Paulo e na atual conjuntura sócio-econômica, uma iniciativa nesse sentido, de interesse local. Assim se estará remetendo à Câmara Municipal a atribuição de autorizar ou não o Município a, junto de outros parceiros, vir a criar uma pessoa jurídica de direito privado para oferecer aos empreendedores aqui existentes um fácil acesso ao crédito financeiro.

Quanto à possibilidade do Município vir a participar de uma pessoa jurídica dessa natureza e ainda em conformidade com a Constituição Federal, e no mesmo art. 30, só que no seu inciso III, chama-se a atenção de que é de competência dos Municípios a aplicação de suas próprias rendas, o que faz com que, desde que obedecida a exigência de autorização legislativa, seja possível e legal a destinação de verbas para a criação de nova pessoa jurídica, que terá o Poder Público Municipal apenas como um sócio-fundador.


CARLOS NEDER

Vereador - PT



INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO DE PORTO ALEGRE - PORTOSOL

ESTATUTOS SOCIAIS

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Duração, Objetivo, Patrimônio e âmbito de atuação

Art. 1º - Sob a denominação de Instituição Comunitária de Crédito - PORTOSOL, fica constituída uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e que se regerá pelo disposto neste Estatuto e pela legislação em vigor.

Art. 2º - O período de duração do PORTOSOL é indeterminado.

Art. 3º - Os objetivos da Associação consistem em facilitar a criação, crescimento e consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, associados ou não e dirigidos por pessoas de baixa renda, a fim de fomentar o desenvolvimento sócio-econômico equilibrado do município.

Parágrafo Único - Para a consecução de seus objetivos, a Associação terá plena capacidade para celebrar todos os atos, contratos e convênios, contrair empréstimos e entabular outras negociações com organismos e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas ou privadas, necessários ou convenientes para o pleno cumprimento de seus objetivos.

Art. 4º - O patrimônio do PORTOSOL será constituído de bens móveis, imóveis, títulos, valores e direitos a ele pertencentes.

Art. 5º - O fundo financeiro do PORTOSOL será constituído pelo aporte de capital de seus sócios, doações financeiras promovidas e empréstimos porventura contratados, destinando-se exclusivamente a concessão de créditos, de forma ágil, flexível e sob o acompanhamento da Associação.

Art. 6º - O patrimônio do PORTOSOL não pertence a qualquer de seus membros e, portanto, não poderá destinar-se à distribuição entre os mesmos.

382993

4 JLF

Protocolo n.º 176 de 10/9/91

Parágrafo Único - Em caso de desvirtuamento dos objetivos do PORTOSOL, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre poderá dele desligar-se, promovendo, concomitantemente, o levantamento dos recursos proporcionais aos aportes feitos.

Art. 7º - A área de atuação do PORTOSOL será o município de Porto Alegre.

CAPÍTULO II

Dos Sócios

Art. 8º - É ilimitado o número de sócios da Associação, podendo participar de seu quadro social pessoas jurídicas que, preenchendo os requisitos estatutários exigidos para tanto, sejam acolhidas nos termos deste Estatuto.

Art. 9º - A Associação terá as seguintes categorias de sócios:

I - Fundadores, que serão as pessoas jurídicas participantes do ato de instituição da entidade, aportadoras de capital ou não, e que subscreverem a ata de constituição.

II - Ordinários, pessoas jurídicas, aportadoras de capital ou não, admitidas na Associação sob a forma prevista neste Estatuto.

Art. 10º - Os sócios do PORTOSOL terão os direitos arrolados a seguir:

I - São direitos dos sócios fundadores:

- a) Compôr a Assembléia Geral dos Sócios;
- b) Participar do Conselho de Administração do PORTOSOL;
- c) Votarem e serem votados.

II - São direitos dos sócios ordinários:

- a) Compôr a Assembléia Geral dos Sócios;
- b) Votarem e serem votados.

882993

ay *[assinatura]*

Folha n.º 2 de proc.
n.º 176 de 19 97

U

Art. 11 - São deveres dos sócios do PORTOSOL:

- I - Cumprir e fazer cumprir as presentes disposições estatutárias;
- II - Participar dos eventos do PORTOSOL;
- III - Zelar pela observância dos princípios e objetivos do PORTOSOL.

Parágrafo Único - A inobservância ou descumprimento dos deveres acima arrolados ensejará penalidades a serem definidas em regulamento próprio.

Art. 12 - Os sócios não responderão, solidária e nem subsidiariamente, pelas obrigações e compromissos assumidos pela PORTOSOL.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 13 - São órgãos da Instituição Comunitária de Crédito - PORTOSOL:

- I - Assembleia Geral dos Sócios;
- II - Conselho Fiscal;
- III - Conselho de Administração;
- IV - Diretoria Executiva;

SEÇÃO 1 - DA ASSEMBLÉIA GERAL

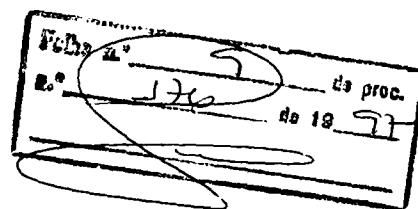
Art. 14 - A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação e direção do PORTOSOL.

Art. 15 - A Assembleia Geral será constituída pelo conjunto dos sócios do PORTOSOL, sendo que a cada sócio corresponderá um único voto.

Art. 16 - As reuniões da Assembleia Geral da Associação serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração do PORTOSOL, o qual escolherá um Secretário para o exercício das funções inerentes a este cargo.

Parágrafo Único - Nas hipóteses em que se fizer necessário, o Presidente da Assembleia Geral terá, além de seu voto ordinário, voto de qualidade.

882993



Art. 17 - São funções privativas da Assembleia Geral:

- I - ☒ Aprovar os presentes Estatutos, bem como eventuais propostas de alterações;
- II - Estabelecer as diretrizes gerais das atividades do PORTOSOL;
- III - Examinar e aprovar os balanços anuais de cada exercício;
- IV - Aprovar o orçamento, gastos e investimentos para o exercício seguinte;
- V - Eleger os membros do Conselho Fiscal;
- VI - Homologar o nome dos técnicos que deverão compor o Conselho de Administração, bem como dar posse a esse órgão da Associação;
- VII - Apreciar os recursos de decisões de outros órgãos do PORTOSOL;
- VIII - Aprovar a contratação de auditoria externa independente;
- IX - Decidir sobre a dissolução do PORTOSOL, segundo os procedimentos estabelecidos no Estatuto;
- X - Resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 18 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente por convocação do Presidente do Conselho de Administração, ou extraordinariamente por convocação do mesmo, ou do Conselho Fiscal ou de cinquenta por cento dos sócios.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral também reunir-se-á ordinariamente dentre o período de 1º a 31 de março de cada ano para apreciar o relatório das atividades do ano anterior, bem como para analisar e deliberar sobre as Contas da Associação elaboradas pela Diretoria Executiva e apresentadas pelo Conselho de Administração, após respectivo Parecer do Conselho Fiscal. Nesta mesma reunião deverá apreciar o Plano de Trabalho e aprovar o orçamento, gastos e investimentos para o ano seguinte, elaborados pela Diretoria Executiva e apresentados pelo Conselho de Administração;

Parágrafo Segundo - Durante o período que antecede a reunião ordinária da Assembleia Geral que deliberará acerca do plano de trabalho e orçamento, gastos e investimentos, o PORTOSOL operará com a preliminar aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro - As reuniões extraordinárias realizar-se-ão sempre que requeridas na forma do "caput" deste artigo.

Art. 19 - A convocação para as reuniões será feita expressamente, com declaração de recebimento também expressa, para cada um dos associados, contendo a ordem do dia, e com a antecedência mínima de 07 (sete) dias da data da realização do evento.

Parágrafo Único - Nos casos de urgência, o prazo acima estipulado poderá deixar de ser observado, com a própria Assembleia Geral analisando a ocorrência ou não da situação ensejadora deste expediente excepcional, decidindo assim pela validade ou não da Assembleia Geral.

882993

Handwritten signature and initials, including 'Jef' and 'P'.

Art. 20 - As Assembleias Gerais instalam-se, em primeira chamada, com a presença da metade mais um dos sócios do PORTOSOL, e em segunda chamada, a qual somente ocorrerá exatamente 48 horas após a primeira, com qualquer número de presentes, com as decisões sendo tomadas por simples maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro - Para fins de aprovação do previsto nos itens I e VII do art. 17, será exigida maioria de 3/4 dos votos dos presentes.

Parágrafo Segundo - A Prefeitura Municipal de Porto Alegre terá direito a veto nos casos de alteração estatutária relativa à finalidade precípua do PORTOSOL, definida no art. 3º do presente Estatuto Social.

Art. 21 - Das reuniões será lavrada, pelo Secretário da Assembleia Geral, ata, em livro próprio, que refletirá, ainda que de forma resumida, as decisões tomadas e que deverá ser assinada pelos membros presentes.

SEÇÃO II - DO CONSELHO FISCAL

Art. 22- O Conselho Fiscal é órgão de controle da Associação:

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral Ordinária elegerá o Conselho Fiscal, composto por 3 (três) titulares e igual número de suplentes, para um período de 2 (dois) anos, podendo ocorrer uma recondução.

Parágrafo Segundo - Os mandatos dos membros do Conselho Fiscal não são remunerados.

Parágrafo Terceiro - Para auxiliar o Conselho Fiscal serão contratados, anualmente, auditorias externas independentes.

Art. 23 - Compete ao Conselho Fiscal, pelo menos uma vez por ano e sempre que entender conveniente:

- I - Examinar as contas, livros, registros e demais documentos da Associação, emitindo parecer que será anexado ao relatório do Conselho de Administração;
- II - Manifestar-se em todas as situações assim determinadas por este Estatuto Social, em especial no consagrado no art. 26, V deste Estatuto;
- III - Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

882993

SEÇÃO III - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 24 - O Conselho de Administração é órgão superior de administração da Instituição Comunitária de Crédito - PORTOSOL.

Art. 25 - O Conselho de Administração será constituído:

- I - Por um representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos;
- II - Por um representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da Secretaria de Produção, Indústria e Comércio;
- III - Por um representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
- IV - Por um representante da Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul - FEDERASUL;
- V - Por um representante da Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre;
- VI - Por 4 representantes da sociedade civil, respeitada sua pluralidade, dos quais um representante do Conselho do Orçamento Participativo e três com experiência e notório saber técnico nos assuntos próprios aos PORTOSOL, não vinculados a quaisquer das pessoas jurídicas com assento originário no Conselho de Administração.

Art. 26 - A participação no Conselho de Administração não será remunerada.

Art. 27 - O mandato do Conselho de Administração será de 2 (dois) anos e o órgão será presidido por um de seus membros, eleito entre o conjunto de seus componentes, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração também escolherá, dentre seus membros, um Vice-Presidente.

Art. 28 - As entidades que compõem o Conselho de Administração do PORTOSOL, quando do ato de nomeação de seu representante no órgão, também deverão indicar um suplente.

Parágrafo Único - Quando do afastamento por mais de 60 (sessenta) dias das atividades do PORTOSOL, o representante da entidade componente do Conselho de Administração será automaticamente substituído pelo seu suplente.

882993

[Handwritten signature]

Art. 29 - Os técnicos que compõem o Conselho de Administração do PORTOSOL serão definidos a partir do seguinte processo:

- I - Indicação, pelo Presidente do Conselho de Administração, de até cinco nomes;
- II - Escolha, pelo próprio Conselho de Administração, dos três técnicos que deverão formar a nova composição do Conselho de Administração;
- III - Homologação, pela Assembleia Geral de Sócios, dos nomes escolhidos para a nova composição do Conselho de Administração.

Art. 30 - Compete ao Conselho de Administração:

- I - Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais;
- II - Definir a política geral e as estratégias da Instituição Comunitária de Crédito - PORTOSOL, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral dos Sócios;
- III - Aprovar a criação, bem como atribuições, remuneração e extinção, dos cargos necessários para o bom funcionamento da Associação;
- IV - Aprovar o Regimento Interno da Associação;
- V - Nomear o Presidente demais membros da Diretoria Executiva, bem como detalhar a competência e a estrutura deste órgão do PORTOSOL;
- VI - Conhecer e manifestar-se sobre os balanços semestrais e sobre o balanço anual da Associação, a partir do respectivo Parecer do Conselho Fiscal requerido, logo após remetendo-os para deliberação da Assembleia Geral;
- VII - Apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual do PORTOSOL, e as contas de receitas e despesas, com o prévio parecer do Conselho Fiscal;
- VIII - Aprovar, previamente, contratos, acordos e empréstimos a serem contraídos com outras instituições públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- IX - Propor a contratação anual de auditoria externa independente;
- X - Examinar, aprovando ou rejeitando, as propostas de ingresso no quadro social da Associação, bem como propô-las quando da hipótese do art. 8º, II, "e".
- XI - Promover um juízo de admissibilidade das propostas de alteração estatutária porventura promovidas;
- XII - Definir, dentre os nomes indicados pelo seu Presidente, os técnicos de notório saber que deverão compor o próximo Conselho de Administração da Associação.

Parágrafo Único - As deliberações do Conselho de Administração dar-se-ão por maioria simples, com exceção da hipótese prevista no inciso X e XI deste artigo, as quais somente serão consideradas aprovadas com a obtenção de 3/4 dos votos dos presentes.

882993

[Handwritten signature]

Art. 31 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por trimestre, por convocação de seu Presidente, ou, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do mesmo, ou de cinquenta por cento de seus integrantes ou do Conselho Fiscal.

Art. 32 - São atribuições do Presidente do Conselho de Administração:

- I - Representar oficialmente o PORTOSOL, em juízo ou fora dele, podendo para tanto constituir prepostos e procuradores;
- II - Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, com voto de qualidade, além de seu voto ordinário, nas resoluções em que assim se fizer necessário;
- III - Designar o dia da reunião das Assembleias Gerais Ordinárias e convocar as Assembleias Gerais;
- IV - Indicar, para composição do Conselho de Administração da Associação, até cinco nomes de técnicos de notório saber nos assuntos próprios do PORTOSOL;
- V - Assinar, juntamente com o Diretor Executivo do PORTOSOL, convênios, contratos, acordos e empréstimos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, para implantação de atividades compatíveis com os objetivos do PORTOSOL, observando o disposto no art. 26, VI deste Estatuto;
- VI - Expedir as ordens e tomar as medidas indispensáveis ao cumprimento das resoluções do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais do PORTOSOL;
- VII - Deliberar sobre os assuntos que exigirem pronta solução, dando disto conhecimento ao Conselho de Administração em sua próxima reunião;

Art. 33 - São atribuições do Vice-Presidente:

- I - Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;
- II - Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos.

SEÇÃO IV - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 34 - O PORTOSOL será administrado por uma Diretoria Executiva, nomeada pelo Conselho de Administração e composta dos seguintes cargos:

- I - Diretor;
- II - Dois Diretores-Adjuntos, sendo um Operacional e um Administrativo.

Parágrafo Primeiro - Os diretores-adjuntos serão responsáveis, juntamente com o Diretor, pela administração e pelas finanças da Associação.

882000

[Handwritten signature]

Parágrafo Segundo - Os integrantes da Diretoria Executiva terão sua remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

Art. 35 - Compete à Diretoria Executiva:

- I - Executar as políticas do PORTOSOL, em sintonia com o deliberado pelo Conselho de Administração e Assembleias Gerais;
- II - Cuidar dos valores do PORTOSOL, executando receitas e despesas e apresentando ao Conselho de Administração, após o fim de cada trimestre, os relatórios financeiros;
- III - Apresentar, ao Conselho de Administração, Balanço e Relatório de Atividades, ao término de cada ano civil;
- IV - Deliberar sobre a admissão e demissão de empregados, informando o Conselho de Administração;
- V - Promover ou autorizar o pagamento das despesas e das contas do PORTOSOL;
- VI - Apresentar, ao Conselho de Administração, até 30 de novembro, a proposta de trabalho do ano subsequente e a respectiva previsão orçamentária.

Art. 36 - Compete ao Diretor:

- I - Dirigir a Diretoria Executiva;
- II - Planejar, coordenar e/ou executar as atividades da Associação, de acordo com a política e as diretrizes emanadas do Conselho de Administração;
- III - Coordenar as ações financeiras, informando o Conselho de Administração sobre as questões que dizem respeito aos assuntos financeiros da Associação;
- IV - Apresentar, ao término de cada ano civil, ao Conselho de Administração, o Balanço e o Relatório Anual das Atividades da Associação, no máximo até 45 (quarenta e cinco) dias antes da Assembleia Geral Ordinária;
- V - Apresentar, até 30 de novembro, o Plano de Trabalho do ano subsequente, bem como a respectiva previsão orçamentária;
- VI - Dar parecer sobre convênios e contratos propostos;
- VII - Celebrar, em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, convênios, contratos, acordos e empréstimos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, para implantação de atividades compatíveis com os objetivos da Associação, mediante expressa autorização prévia do Conselho de Administração;
- VIII - Contratar e movimentar o pessoal necessário ao bom desempenho das atividades técnicas e administrativas da Associação, podendo, para tanto, assinar em nome da Associação, a documentação necessária, de acordo com a legislação em vigor;
- IX - Encaminhar o balanço de cada exercício ao Conselho de Administração.
- X - Participar das reuniões do Conselho de Administração, bem como de outras para que assim porventura seja convidado, mas sempre sem direito a voto.

882933

Art. 37 - Compete aos directores-adjuntos:

- I - Auxiliar o Director na direcção administrativa e financeira do PORTOSOL;
- II - Auxiliar o Director no cumprimento das atribuições deste órgão.

CAPÍTULO IV

PORTOSOL

Art. 38 - É limitado o número de usuários da Associação.

Parágrafo Único - Caracteriza-se como usuário o indivíduo que se utiliza dos serviços do PORTOSOL, para a constituição ou desenvolvimento de pequena unidade económica formal ou informal, com objecto lícito, instalada no âmbito geográfico de Porto Alegre e que atenda aos critérios estabelecidos no(s) Programa(s), Projecto(s) e/ou actividades do PORTOSOL.

Art. 39 - São direitos dos usuários:

- I - Solicitar crédito;
- II - Participar das actividades desenvolvidas pela Associação;
- III - Sugerir políticas de atuação da Associação.

Art. 40 - É dever dos usuários do PORTOSOL, cumprir e fazer cumprir as obrigações assumidas com a Associação.

Parágrafo Primeiro - O usuário só usufruirá de seus direitos se estiver em dia com seus deveres.

Parágrafo Segundo - Além da restrição consagrada no parágrafo anterior deste artigo, o descumprimento das obrigações assumidas com o PORTOSOL, ensejará ao usuário penalidades a serem definidas em regulamento próprio.

282993

16
176
de 19 97

11
[Signature]

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 41 - O exercício social coincide com o ano civil e ao seu final serão elaboradas as demonstrações financeiras, para a apreciação do Conselho Fiscal e posteriormente da Assembleia Geral Ordinária, bem como um relatório das atividades desenvolvidas, para a apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

Art. 42 - A Instituição Comunitária de Crédito - PORTOSOL, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob forma alguma.

CAPÍTULO VI

DA EXTINÇÃO

Art. 43 - O PORTOSOL, extinguir-se-á nos casos legais ou por deliberação da Assembleia Geral, pelo voto de, pelo menos, 3/4 (três quartos) dos associados, em pleno gozo de seus direitos sociais, nomeando, neste mesmo momento, o liquidante que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução do PORTOSOL e na hipótese de haver resíduo patrimonial, este será destinado a entidades congêneres, sem fins lucrativos e devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, respeitados os casos específicos previstos em compromissos e convênios firmados ou na legislação vigente.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - As propostas de alteração estatutária somente poderão ser apresentadas ao Conselho de Administração e detentoras de subscrição de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos ações do PORTOSOL.

Art. 45 - Aplicam-se aos casos omissos as disposições legais vigentes.

882993

7
[Signature]

555788

121. 35 (7/6/60)

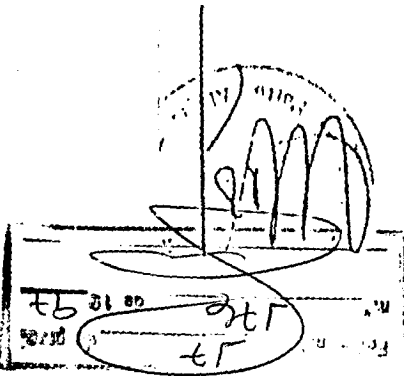
Shirley

~~João Carlos Pereira~~
João Carlos Pereira

Art. 46 - Enquanto não providos os cargos de Diretor (Operacional e Administrativo, as deliberações relativas às atribuições consignadas no art. 37 serão tomadas pelo Diretor Executivo em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração do PORTOSOL, ou algum outro membro deste órgão, sob delegação de seu Presidente.

THE DISPOSITIONS THE ANSITORS

III. CONCLUSIONS





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n.º

do processo n.º 176 de 19 97 20 03 97 (a)

Ao Senhor Assessor Chefe.

Sobre o assunto, consta:

Em 20-03-97

Lei 7.679/95.

MARIA CANDIDA MOREIRA FORTA
Assist. Parlamentar

A Com. de Const. e Justiça

21/03/97

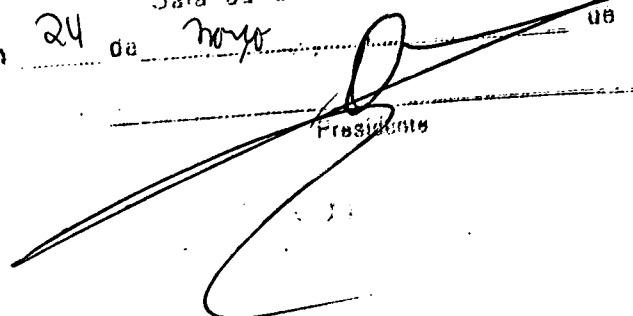
LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 24/03/97 às 12:00 as.


ORLANDO ROGEI MENDES
AUXILIAR LEGISLATIVO

Ao Nobre Vereador _____
para relatar.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 24 de março de 1997


Presidente

A ATM, A PEDIDO.

06/06/97


Marlene S. de Oliveira
Secretária

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº

Em

(a)

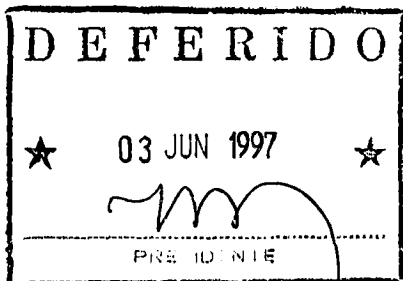
JUST



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 19 = do proc.
n.º PL-176 do 19 97

A P. J. LA KARRUZ
Legislativo



13 - RDS
13-1321/1997

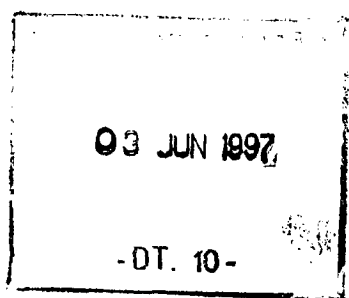
REQUERIMENTO "D"

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1997.


CARLOS NEDER

Vereador - PT



À Com. de Const. e Justiça

09/08/97


LUIZ AREIAS DE CARVALHO

Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 06/6/97 às 16:00h.



Folha	20	de	proo.
126	19	97	

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DENOR/GABIN-95/ 325
Pt. 9400407072

Brasília (DF), 9 de agosto de 1995.

A

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos
Fax (051) 225-1417 e 225-4520
Porto Alegre (RS)

Senhor Secretário,

Referimo-nos ao expediente de 04.11.94, no qual V.Sa. indaga sobre a posição deste Banco Central a respeito da criação de entidade comunitária de crédito, bem como se haveria necessidade de prévia autorização para o seu funcionamento e controle.

2. A propósito, tendo em conta que, com base nas informações prestadas, a entidade não se caracteriza, em tese, como instituição financeira, sua constituição e acompanhamento estão fora da área de atuação legal deste Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE NORMAS DO SISTEMA FINANCEIRO

0.001.526.4 - Sérgio Darcy de Silva
Chefe do DENOR

As pessoas tomam de 10 a 25 dólares para comprar uma vaca, um barco ou para tecer e fabricar cestos. Se tudo dá certo, reembolsam a quantia e pagam empréstimo maior. Em caso de má-sorte, o banco alonga prazos, renegocia, abre outras linhas de crédito...

O banqueiro

Desafiando todos os tratados de economia, o professor Muhammad Yunus fundou em 1983, em Bangladesh, um banco para emprestar dinheiro aos pobres.

Os outros banqueiros riram-se dele. Hoje, o Grameen Bank possui agências em 35 mil vilarejos, 2 milhões de clientes e pouco calote pois, os pobres, ao contrário dos ricos, não empurram dívidas, pagam. Ao visitar Yunus, o então ministro da Economia, Ciro Gomes, gostou da idéia. Em dezembro de 1995 começou a operar, em Brasília, o primeiro banco brasileiro inspirado no Grameen. Porto Alegre, Vitória e Fortaleza deverão ter os seus em breve.

OS BANQUEIROS riram do economista Muhammad Yunus, que chegou com a idéia de emprestar um punhado de dólares aos pobres dos vilarejos de Bangladesh, nos idos de 1976. Poucos meses antes, Yunus emprestara menos de 2 dólares do próprio bolso para salvar um grupo de agricultores das garras de um agiota e recebera o dinheiro de volta. A história não impressionou os profissionais do mercado financeiro, e o professor teve de ouvir aulas pouco convincentes de como gerir um banco: «Onde já se viu emprestar a gente sem recursos?» Mas Yunus, apesar de saber que o consideravam louco, insistia em mostrar o quanto é importante criar um sistema de crédito para os pobres: «E onde já se viu emprestar só aos ricos e nunca para quem realmente precisa de dinheiro?»

Travou uma discussão semelhante com outros banqueiros. «Nem é preciso dizer que nunca chegamos a um acordo», conta Yunus. Perdeu a batalha, porém, não voltou a lecionar pacificamente na Universidade de Chittagong, um campus então cercado de miséria e gente morrendo de fome. Decidido a nadar contra a correnteza histórica e abrir a primeira instituição financeira que não pensa só em lucro, Yunus se ofereceu como fiador de empréstimos, já que o caso era a falta de bens para serem entregues em garantia. Ampliou a experiência para dois vilarejos, em seguida, para

Folha n.º 21 de 22 do prog.
n.º PL-176 do 19 97

FRANCESCO ZIZOLA, de Dacca

Redação: Redação Impacto Visual

Folha n.º = 22 = do preg.
a. PL-176 do 19 97

Março

47

ANA PAULA KATENCIO

Oficial Legislativo

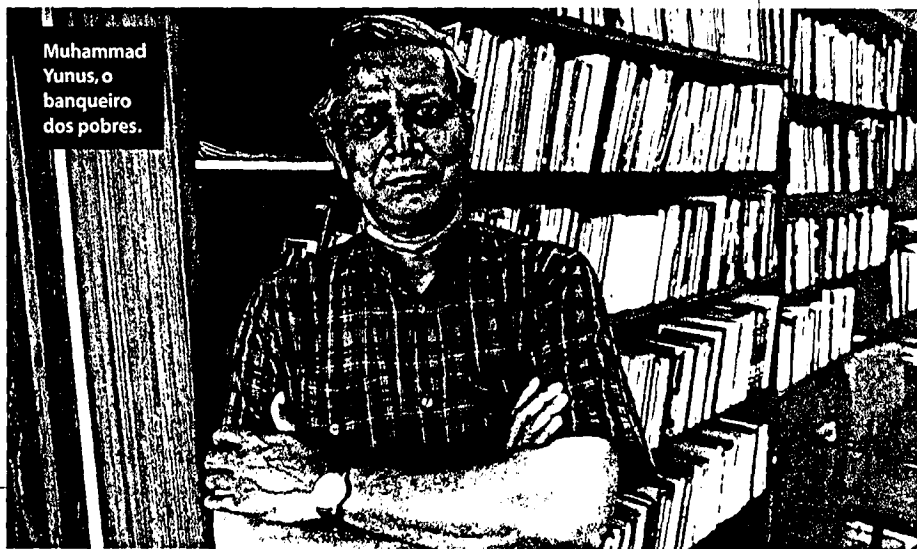
dos pobres

O AUTOR

Francesco Zizola, jornalista italiano, trabalha como *free lancer* para várias publicações. Entre elas, *Stern*, *The New York Times*, *L'Espresso*. É autor de *Ruas*, um livro fotográfico sobre a condição de vida de crianças pobres no Brasil. Em 1995, ganhou o prêmio World Press Photo, o mais importante do fotojornalismo internacional.

cinco. Obteve resultados extraordinários. Os bancos, no entanto, ainda estavam desconfiados, apesar de ficarem espantados com o fato de que os tostões eram devolvidos com juros numa proporção não habitual para o país. Ao contrário dos ricos, como os usineiros do Brasil, acostumados a empurrar dívidas com favores políticos, os pobres pagam e se sentem gratos de terem merecido crédito. «Mas os banqueiros tinham outra explicação para essa esquisitice: o crédito fora concedido numa pequena área e disseram para não esperar os mesmos resultados ao estender o programa a um território maior.» Então, ainda se oferecendo como fiador, o economista levantou recursos para em-

Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres.



Francesco Zizola/Contrasto

O banqueiro dos pobres

prestar a vinte aldeias diferentes, depois, a cinquenta. «Cheguei a organizar o sistema num distrito inteiro durante dois anos, e funcionou às mil maravilhas.»

Os banqueiros continuaram negando ajuda, mesmo depois da prova dada pela operação em cinco distritos rurais, e apesar de os pobres devolverem tudo, até o último centavo. A inadimplência fica em apenas 3% do montante emprestado. Àquela altura, Yunus desistiu de tentar a ajuda dos bancos, e pediu a autorização do governo para fundar o Grameen Bank (Banco Rural). A permissão veio dois anos mais tarde, em 1983, e hoje o banco trabalha em 35 mil vilarejos e tem emprestado cerca de 2 milhões de dólares — o que representa mais do que o total de todos os bancos de Bangladesh juntos. O volume mensal de 30 milhões de dólares é dividido em lotes de 100 dólares em média. Os juros de Bangladesh são de extorsivos 50% ao ano, mas a taxa máxima no Grameen é de 20%, a média é de 15%, e há uma taxa facilitada para a construção da casa própria de 8%. A princípio, não há limite de crédito. As pessoas tomam de 10 a 25 dólares num ano para comprar uma vaca, um barco ou para tecer e fabricar cestos. Se tudo der certo, ela reembolsa a quantia e apanha uma quantia maior. Normalmente, a linha da pobreza é vendida no décimo contrato. «Mais de um

terço dos nossos clientes transpôs esse limiar», comemora Yunus.

Bangladesh é uma região sujeita a grandes catástrofes. Um investimento pode ser destruído do dia para noite num ciclone. Em caso de má-sorte, o banco tranqüiliza o cliente e faz novos projetos, alonga prazos, renegocia, abre outras linhas de crédito. «Os ricos também têm pesadas dívidas e não param de enriquecer, só há problema quando o empréstimo não traz nenhum resultado.»

Mulheres assumem o poder entre islâmicos

No final das contas, o professor Yunus fez escola como banqueiro com suas idéias renegadas. Hoje, o *staff* de bancos oficiais vem fazer estágio no Grameen Bank. «São muitos os que vêm aqui especialmente para conhecer essa experiência. Até do Brasil eu recebi, há pouco mais de um ano, o então ministro da Economia Ciro Gomez, que se mostrou bastante interessado em criar algo similar.» Quando Bill Clinton ainda era governador do Arkansas, ele convidou Yunus a estudar um modelo de banco para os pobres de seu Estado, onde a concentração de pobreza é grande. «Fui ao Arkansas e percebi que ali o problema era parecido com o de Bangladesh: falta de oportunidade para os mais pobres. Fundamos o Grameen Bank junto com Hillary», conta Yunus.

O Grameen de Bangladesh emprega 12 mil pessoas para atender seus 2 milhões de clientes — 94% deles são mulheres. No início, ainda na fase informal,

Folha n.º = 23 = do proc. 97
PL-176 de 19

elas representavam somente 1% da movimentação. Yunus achava essa discriminação profundamente errada, pois que o Grameen deveria ter pelo menos 50% de mulheres entre os clientes. «Não foi fácil, elas diziam não entender nada de dinheiro.» Os maridos se mostravam hostis (Por que emprestar a ela, que nem mesmo sabe contar?), mas elas também não tinham autoconfiança. «No meu país, os pais ensinam as meninas desde cedo que é uma grande infelicidade para a família não terem nascido homens, com o tempo acreditam nisso», diz Yunus. As mais corajosas, porém, tomaram a frente, conseguiram resultados e serviram de exemplo.

Após seis anos de muito trabalho, os grupos de ensino formados por mulheres conseguiram que a metade da clientela fosse feminina. Quando cresceu o volume de créditos familiares concedidos às mulheres, ficou claro que elas geravam muito mais benefícios sociais do que os gerenciados pelos homens. «As mães são muito mais cuidadosas com a economia doméstica, têm idéias muito mais claras porque os homens perderam a visão do amanhã ao se afastar do cuidado da casa e dos filhos e por passar a maior parte do tempo longe da família», avalia. Com o tempo, e sem a intermediação dos maridos, elas conseguiram ficar com o fruto do trabalho e usufruir do poder.

Como em todos os países islâmicos, em Bangladesh as mulheres são excluídas da vida social, econômica e cultural do país, com a desculpa da religião. Neste contexto, a ação do banco foi revolucio-

Terra de tigres

Bangladesh passou por duas guerras de independência neste século. Foi um dos Estados muçulmanos formados depois da Independência da Índia em relação à Inglaterra, em 1947, e separou-se do Paquistão em 1971, quando passou a se chamar «Terra dos Bengali». Nos séculos XVIII e XIX, a refinada manufatura de algodão foi destruída pela concorrência inglesa e o país, sob jugo britânico, se manteve um grande produtor agrícola, em especial de ópio e Índigo. Hoje, Bangladesh produz têxteis, cigarros, aço e produtos químicos. As maiores exportações são de juta e derivados, mercadorias que têm perdido terreno para embalagens de papel e plástico.



Hora do rush em Bangladesh. Miséria nas ruas. O Grameen Bank tem 700 mil clientes que já deixaram de ser pobres.

cionária. Num primeiro momento, houve muita dificuldade e, inclusive, atentos contra as agências. «Mas agora que os benefícios começam a ser visíveis, até a relação entre homens e mulheres começa a mudar, em direção a um papel mais responsável da mulher», conta Yunus. O banco também é usado para promover mudanças culturais. Os clientes têm de assumir o compromisso de mandar os filhos à escola, não beber água poluída, plantar árvores e jamais aceitar ou oferecer dotes.

O próximo projeto do Grameen Bank é criar uma companhia telefônica (a Grameen Telecom) para distribuir celulares para as mulheres mais pobres nos campos, tornando-as assim responsáveis pela primeira rede de comunicações no interior do país. É uma idéia que ajudará a diminuir os abusos, que em parte são provocados pelas dificuldades culturais e materiais, causados pela falta de comunicação. «Com o telefone celular, elas falarão com outras mulheres e com o resto do mundo; podem melhorar e agilizar as vendas dos produtos agrícolas e assumir um papel de responsabilidade nas comunidades rurais.» Segundo Yunus, esse é um belo exemplo de idéia comercial convertida em atividades de utilidade social. Para ele, todas as políticas estatais deveriam reunir estas qualidades, sejam planos para a saúde e educação ou de fomento econômico: créditos, transportes, telecomunicações.

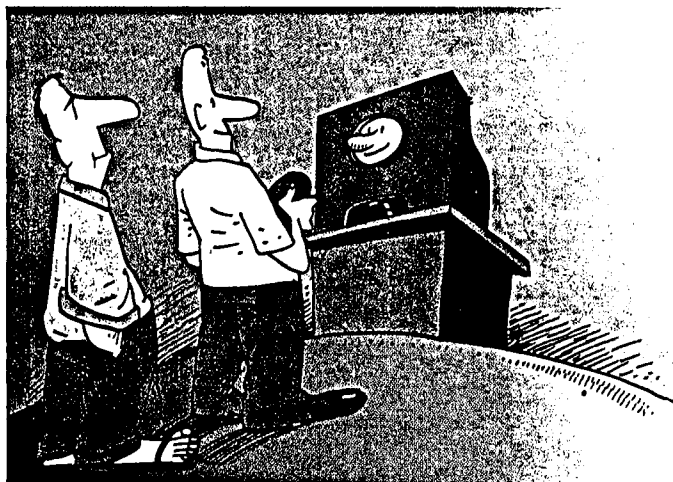
Yunus critica a idéia de um Estado assistencialista. Para ele, o salário-desemprego elimina a capacidade de iniciativa e a dignidade. «Considero ideal um sistema em que cada ser humano é desafiado para fazer coisas, acreditar no mercado livre, baseado na consciência social e não na coação e na ganância por dinheiro», diz Yunus.

O Grameen Bank é uma instituição do mercado livre, um tipo ideal de organização capitalista, mas seus objetivos são sociais. Os projetos a serem financiados são discutidos democraticamente na comunidade. A palavra de ordem para a equipe do banco é: «O dinheiro é nosso e as idéias são de vocês.»

Os gerentes evitam opinar para permitir um crescimento moral dos tomadores de empréstimos.

«Elas precisam se sentir seguras para desenvolver o senso de responsabilidade», diz Yunus.

Em Brasília, o banco do povo



O presidente Fernando Henrique, desde o início do governo, manifestou a intenção de criar o Banco do Povo, igual ao Grameen de Bangladesh. Mas foi a oposição quem tomou a frente. O governador petista do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, criou o *Banco Regional de Brasília - Trabalho* em dezembro passado, voltado para atender pequenos empresários da economia informal e, no futuro, microempresários legalizados. A Prefeitura de Porto Alegre e o governo do Espírito Santo (também do PT) já estão no início de seus projetos; e o Ceará poderá ser o primeiro governo do PSDB a montar um similar do Grameen.

O primeiro passo do BRB-Trabalho foi abrir um posto na cidade satélite de São Sebastião para ouvir as propostas. Dos 134 inscritos, apenas 21 já tomaram empréstimo, pois o banco reteve a verba enquanto pleiteava uma redução do Imposto sobre Operações Financeiras. O IOF de 12% poderia ser reduzido a 1,5%, alíquota usada nos projetos de fomento do BNDES-Finame. Mas, apesar da carta favorável da primeira-dama Ruth Cardoso, as autoridades monetárias continuaram irredutíveis. Agora, os carroceiros e donos de bar terão de pagar o imposto do qual os industriais são isentos quando conseguem recurso público para se modernizarem. A carga tributária será embutida no financiamento de três meses para capital de giro e de 24 meses (com seis meses de carência) nos casos de investimentos.

A exemplo do Grameen Bank, a estrutura montada num convênio entre o BRB e a Secretaria do Trabalho do DF visa o progresso social. O candidato a um empréstimo de 5 mil reais (ou 5 mil reais por sócio de cooperativa até um teto de 25 mil reais) preenche um cadastro e depois espe-

ra a visita surpresa do agente do banco. O profissional é treinado para investigar a idoneidade e a capacidade de trabalho do pequeno empresário. Há duas exigências apenas: morar há mais de cinco anos no Distrito Federal e ter o negócio conjugado com a casa (loja ou fundo de quintal). Além de verificar essas condições, o agente foi treinado para orientar sobre problemas legais e de vigilância sanitária. Ao receber o empréstimo, o empreendedor vai também para a sala de aula aprender noções básicas de Administração.

O orçamento do projeto é bastante simples e, em quase todos os pedidos o fornecedor também pertence à economia informal. «Um carroceiro, por exemplo, quer comprar um cavalo de um vizinho», conta o gerente de Operação de Crédito Valdemar Vasconcelos Filho, «a maioria dos documentos é CPF e não CGC (Cadastro de Pessoa Física e Cadastro Geral de Contribuinte).» O número de carroceiros é grande porque o governo decidiu investir na coleta de lixo por catadores de papel - além de serem especialistas em seleção e reciclagem, são mais baratos do que os caminhões.

Segundo Valdemar, o Banco do Povo está saindo da fase de laboratório, mas será ampliado aos poucos. Por enquanto, os recursos são do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda, formado por dividendos do BRB, repasses do governo local e está sendo negociada a participação de organismos estrangeiros como o Deutsche Bank. «As instituições financeiras montam um megaesquema para se prevenir de calotes, nós estamos invertendo a premissa: montamos uma estrutura leve e barata porque damos um voto de confiança ao cidadão», comenta Valdemar.

Falta arroz

A maioria das indústrias nacionalizadas em 1972 voltaram às mãos de seus donos anteriores. O arroz é cultivado em 90% das terras, dominadas por pequenas propriedades, mas a produção é insuficiente para a população que cresce rapidamente, formando contingentes de trabalhadores rurais sem-terra. O solo é rico, embora sujeito a terríveis desastres naturais. Em abril de 1991, um violento ciclone matou 125 mil pessoas.

Folha nº 24 de 24
P. PL-176 do 1992
ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativa



Câmara Municipal de

Folha n.º = 25 = de 97
PL- 176 de 97
Câmara Municipal de São Paulo
Oficial

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS DE JUSTIÇA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ATIVIDADE ECONÔMICA, SAÚDE E FINANÇAS SOBRE O PL. 176/97.-----

De autoria do Ver. Carlos Neder o presente projeto dispõe sobre associação municipal com a Ass.Civil Idel, (Crédito Popular Solidário - CPS), cujo objetivo é conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no Município.

A matéria se ampara no art. 13, incisos I e XV, da Lei Orgânica do Município. Pela legalidade.

Quanto ao mérito nada a opor pois a matéria objetiva potencializar negócios de micro e pequenos empreendedores como forma de aumentar sua renda e gerar novos empregos.

Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor diante do disposto no art. 59 do projeto, pelo qual as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o nosso parecer.

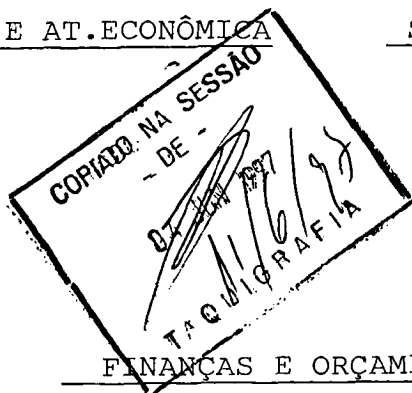
Sala das Comissões Reunidas, em

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TRÂNSITO, TRANSPORTE E AT.ECONÔMICA

SAÚDE, PROM.SOCIAL E TRABALHO



FINANÇAS E ORÇAMENTO

- VIVIANI
- MELLÃO
- VITA
- DEVANIR
- N. CÂNDIDO
- MORGANTI
- HIAR

- DITO
- HANNA
- INDIO
- EDUARDO
- LÍDIA

- ADRIANO
- PAULO RIBEIRO
- CELSO CARDO
- PASCOAL
- ENRIQUE
- PROENÇA
- DALTON
- VISCOME



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

—TAQUIGRAFIA —

Folha n.º = 26 = do proc.
n.º PL-176 de 19 97

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
37	3	Idelci	19ª E	04.06.97	ANA	AULA KARLIZ Oficial Legislativo
OPERADOR		REVISOR			CADERNO	
					DISK	

53. PL 176/97, do Vereador Carlos Neder (PT) Dispõe sobre Associação do Município a Associação Civil Ideal, denomina de Crédito Popular Solidário CPS, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no Território Municipal. Fase da discussão: 1ª. Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos* membros da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
—TAQUIGRAFIA—

Folha n.º = 27 = do prot.
n.º PL-176 de 19 97

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
37	4	Idalci	19ª E	04.06.97	ANA	Oficial Legislativo
OPERADOR		REVISOR			CADERNO	
					DISK	

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PFB) - Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

O SR. HANNA GHARIB (PFB)(Pela ordem) - Sr. Presidente, a bancada do PFB deseja manifestar seu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PFB) - Registre-se o voto contrário da bancada do PFB. Está aprovado o projeto.

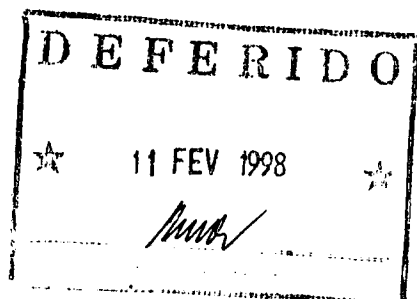
Vamos passar ao item seguinte.



Câmara Municipal de São Paulo

13 - RDS
13-0060/1998

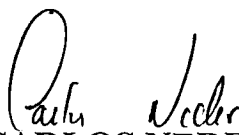
28-
PL-176
97
NA AULA KARRUZ
al Legislativo



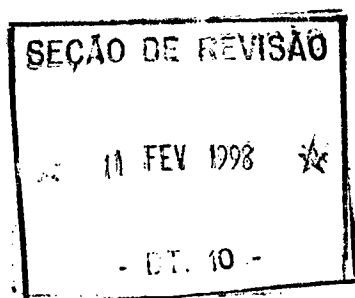
REQUERIMENTO "D"

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT





FEV 10 1998	PAGE 01
E. PL-176	97
o f.	
ANA PA JET KARRUZ	
Oficial Le	islativo

São Paulo, 10 de Fevereiro de 1998.

Exmo Sr.
Carlos Alberto Neder
Vereador
Câmara Municipal de São Paulo

Prezado Senhor,

Convido V.Exa., para participar da realização do Seminário ***As Experiências das Instituições Comunitárias de Crédito***, no dia 17 de fevereiro próximo, das 09:00 às 18:00 horas, que terá lugar no Centro Cultural Roberto Palmari – Rio Claro – SP, cuja programação segue em anexo.

Tratando-se de temática que se tem revelado de grande interesse para comunidades e lideranças locais, entre estas, prefeitos, dirigentes empresarias e sindicais, creio poder contar com vossa presença, bem com o apoio na disseminação do evento entre diversas entidades desse Município.

Colocando-me à disposição de V.Exa. para quaisquer outros esclarecimentos, aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Pro^o Dr. Sylvio Goulart Rosa Júnior
Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE-SP

Confirmar presença no Telefone: (011) 279.6877 – ramal 313



SEMINÁRIO

AS EXPERIÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE CRÉDITO

17 de Fevereiro de 1988

09:00 às 18:00 horas

Rio Claro - SP

Abertura: Claudio Antonio de Mauro
Prefeito de Rio Claro
Paulo Hartung
Diretor da Área de Desenvolvimento Regional e Social do BNDES
Prof. Sylvio Goulart Rosa Júnior
Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE-SP
Walter Barrelli
Secretário Estadual do Emprego e Relações do Trabalho

PROGRAMAÇÃO

1. O PAPEL DAS AGÊNCIAS DE CRÉDITO

- 1.1. - As Experiências Latino-americanas
Roberto Correia Lima - BID
- 1.2. - O BNDES na área do crédito popular
Pedro Duncan - BNDES

2. GOVERNOS MUNICIPAIS E PARCEIRAS LOCAIS

- 2.1. - A iniciativa dos Governos de Porto Alegre/RS e Juiz de Fora/MG
Evanda Kwitko - PortoSol - Porto Alegre
João Carlos P. Garcia - Secretário de Desenvolvimento Econômico de Juiz de Fora
Wilson Garbelro Junior - FAEP - Juiz de Fora
- 2.2. - Parceria entre iniciativa privada e governos locais: os casos de Londrina/PR e Lajes/SC.
Maurício Garcia Cid - Acumuladores Recife Ltda - Londrina
Lauro Costa - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional de Lajes

3. PROJETOS PRIVADOS

- 3.1. - O Projeto CEAPE em Vitória/ES
José Maurício Werneck - Aracruz Celulose
- 3.2. - Projeto em uma Micro-área: a experiência da Favela da Rocinha
Rubens Cesar Fernandes - Viva Rio - Viva Cred.
Teófilo Artur de Siqueira Cavalcanti Neto - Viva Cred

4. PROJETOS DE ÂMBITO ESTADUAL E REGIONAL

- 4.1. - O caso do BNB = Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Micro Crédito
- 4.2. - O Banco do Povo em São Paulo
Kenitl Aniya - Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho
- 4.3. - Fundação Caixa do Povo (Ceará)

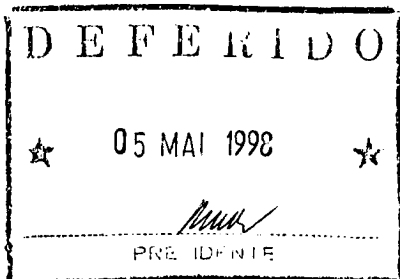
Feito em 30 de	97
PL-176	
ANA	TRUZ
Ofic. 100	ativ.



Câmara Municipal de São Paulo

PL-176 97
TINA PAULA MARQUEZ
Oficial Legislativo

13 - RDS
13-0842/1998

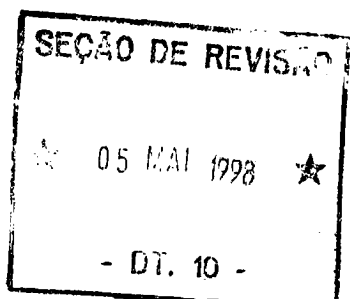


REQUERIMENTO "D"

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1998

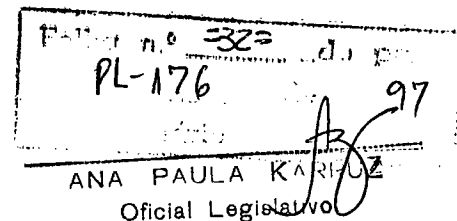

CARLOS NEDER
Vereador - PT



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Vereador Carlos Neder



Conforme entendimentos mantidos com a vossa assessoria, venho solicitar o envio, por fax, de cópia do projeto de lei que cria o Crédito Popular Solidário, que, caso aprovado, irá beneficiar milhares de cidadãos com a criação de novos empregos.

Solicito, ainda, se houver a disposição, cópias de outros projetos de lei que tenham o mesmo caráter social.

Aproveito a oportunidade, para reiterar protestos de elevada consideração pelos excelentes trabalhos apresentados por V.Exa.

Atenciosamente,

FAX: (013) 219-6473

TEL: (013) 219-5157

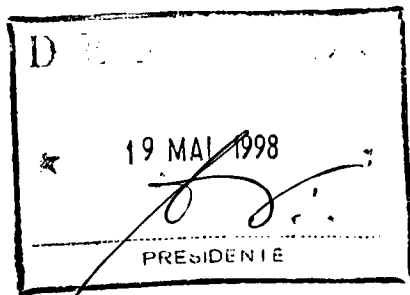

Vereador Paulo Barbosa
1º Secretário da Câmara



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 33 = do proc.
n.º PL-176 de 19 97

PAULO KARRUZ
Legislativo



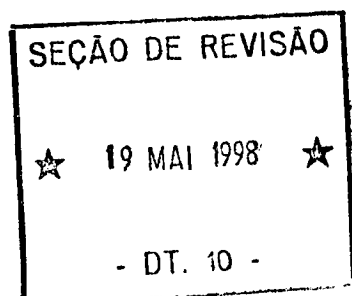
REQUERIMENTO "D" 13 - RDS
13-0965/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



Publicado em: 17/05/98
Data: 17/05/98
Página: _____

Folha n.º = 34 =	de proc.
n.º PL- 176	de 19 97
ANA PAULA KARRUZ	
Oficial Legislativo	

Santo André lança Banco do Povo

SANTO ANDRÉ — A Prefeitura, em parceria com o Sebrae, entidades civis, sindicatos, BNDES e Comunidade Econômica Européia, lança amanhã o Banco do Povo. Criado como Organização Não-Governamental (ONG), a entidade vai aplicar o chamado crédito solidário, uma forma de dar acesso ao crédito para os pequenos empreendedores do município, mesmo aqueles que não tenham CPF ou carteira de trabalho. O lançamento será feito na Prefeitura, mas a entidade vai funcionar no Escritório de Negócios do ABC da Caixa Econômica Federal (rua Almirante Protógenes, 290, bairro Jardim).

Apesar do nome, a entidade não funciona exatamente como um banco. A ONG tem como princípio viabilizar o financiamento a pessoas de baixa renda que tenham alguma atividade regularizada ou informal. O

banco não vai emprestar dinheiro para pagar dívidas de compra de bens como eletrodomésticos ou carros, por exemplo.

Na prática, a entidade deverá garantir empréstimo a micro e pequenas empresas, empreendimentos no setor informal e a formas de trabalho e produção para trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho. As cooperativas e associações que desenvolvem atividades produtivas ou serviços também estão incluídas. Os créditos irão variar de R\$ 300,00 a R\$ 5 mil para capital de giro e até R\$ 10 mil para investimento fixo. No caso de cooperativas e associações, os empréstimos serão concedidos até o limite de R\$ 25 mil. A estimativa da Prefeitura é que o banco no seu primeiro mês de funcionamento possa atender aproximadamente 60 empréstimos, com valor médio de R\$ 1 mil a R\$ 1,5 mil.

TRABALHO

Ricca promete criar Banco do Povo para desempregados

Instituição emprestaria até R\$ 5 mil para interessados em abrir seus próprios negócios

LILIANA PINHEIRO

O secretário de Emprego e de Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, José Luiz Ricca, afirmou ontem que pretende criar até o fim do ano o Banco do Povo, que dará crédito popular até o limite de R\$ 5 mil para desempregados interessados em abrir seu próprio negócio. Segundo ele, o governo paulista está preocupado com os índices recorde de desemprego na Grande São Paulo e disposto a investir em saídas que não passem apenas pelo assistencialismo às famílias, e sim que propiciem uma ocupação permanente aos afetados pelos cortes na indústria, principalmente.

O secretário recebeu pela manhã uma comissão de 20 sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual reivindicou políticas de emergência de auxílio aos desempregados: isenção de tarifas públicas, impostos, taxas e concessão de vale-transporte gratuito. Os

sindicalistas chegaram em três ônibus, acompanhados por militantes e liderados pelo secretário-geral da CUT nacional, João Felício, e pelo presidente estadual da central, José Lopez Feijóo.

Ricca informou que o governo já alocou, no orçamento deste ano, R\$ 7,5 milhões para o projeto do Banco do Povo. O funcionamento da instituição depende de recursos de R\$ 20 milhões. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e as prefeituras interessadas completarão o valor. A Nossa Caixa será a operadora do sistema de crédito rotativo.

GOVERNO JÁ
ALOCOU R\$ 7,5
MILHÕES PARA
PROJETO

Ao contrário do que foi anunciado anteontem, não houve manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes, com a participação de sem-terra, sem-terra e desempregados. Feijó optou por levar apenas um grupo pequeno – eram esperadas cem pessoas, mas apenas cerca de 50 compareceram –, para que o governo aceitasse abrir negociações sobre a pauta de reivindicações. Ricca colocou-se à disposição para futuras reuniões para abordar o problema do emprego, e pediu apoio do movimento sindical para ações já em andamento, como a requalificação de desempregados.

Fundo de aval ainda terá de ser aprovado

O secretário de Emprego e de Relações no Trabalho de São Paulo, José Luiz Ricca, informou ontem que o governo do Estado está aguardando apenas a aprovação da Assembleia Legislativa para criar um fundo de aval, com recursos do BNDES, que será avalista de desempregados que queiram utilizar dinheiro do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) também para abrir negócios próprios. O Proger não está deslanchando na Grande São Paulo porque o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal exigem garantias para fazer pequenos empréstimos e o desempregado não tem nada a oferecer. "Com o fundo de aval, o programa deve funcionar melhor", afirmou Ricca.

Greve – Os 6 mil funcionários da Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, cruzaram os braços ontem e decidiram prosseguir com a greve hoje, quando o trabalho seria normal por conta de convocação da empresa para comparecimento em alguns sábados. Trata-se de um protesto contra a morte de Moacir Ferreira Elias, de 42 anos, esmagado por uma empilhadeira. O acidente foi às 19h40 de quarta-feira. (L.P.)

16 05 97
Jt
6A

Folha n.º	=36=	do proc.
n.º PL	176	de 19 97
ANA PAULINA		
Oficial Legislativo		

BANCO DO POVO

CRÉDITO DE ATÉ R\$ 5 MIL PARA QUEM ESTÁ DESEMPREGADO

Governo paulista promete criar instituição este ano

O secretário de Emprego e de Relações do Trabalho de São Paulo, José Luiz Ricca, afirmou ontem que pretende criar até o fim do ano o Banco do Povo, que dará crédito popular até o limite de R\$ 5 mil para desempregados interessados em abrir seu próprio negócio. Segundo ele, o governo paulista está preocupado com os índices recordes de desemprego na Grande São Paulo e disposto a investir em saídas que não passem apenas pelo assistencialismo às famílias, mas que propiciem uma ocupação permanente aos desempregados.

O secretário recebeu pela manhã uma comissão de 20 sindicalistas da CUT, que reivindicou políticas de emergência de auxílio aos desempregados: isenção de tarifas públicas, de impostos, taxas e concessão de vale-transporte gratuito. Os sindicalistas chegaram em três ônibus, acompanhados de militantes, e liderados pelo secretário-geral da CUT Nacional, João Felício, e pelo presidente estadual da central, José Lopez Feijóo.

Ricca informou que o governo destinou no orçamento deste ano R\$ 7,5 milhões para o projeto do banco popular. O funcionamento da instituição depende de recursos de R\$ 20 milhões. O BNDES e as prefeituras interessadas completarão o valor, segundo ele. A Nossa Caixa será a operadora desse sistema de crédito rotativo

por ter muitas agências na cidade de São Paulo e no interior. Ou seja, seria um banco dentro de outro banco, para aproveitar uma estrutura já existente.

Ao contrário do que foi anunciado anteontem, não houve manifestação na frente do Palácio dos Bandeirantes, com a participação de sem-teto, sem-terra e desempregados. Feijóo levou apenas um grupo pequeno — eram esperadas 100 pessoas, mas apenas cerca de 50 pessoas compareceram —, para que o governo aceitasse abrir negociações sobre a pauta de reivindicações. Ricca se colocou à disposição para futuras reuniões que tratem do problema do emprego e pediu apoio do movimento sindical para ações já em andamento, como a requalificação de desempregados.

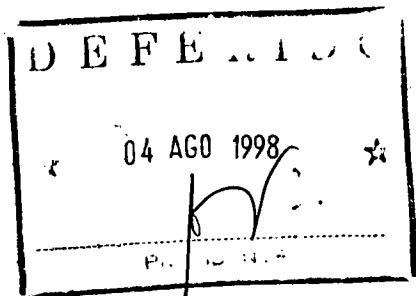
O secretário informou também que o governo do Estado depende apenas de aprovação pela Assembleia para criar um fundo de aval, com recursos do BNDES. O fundo será avalista de desempregados que queiram utilizar dinheiro do programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) também para abrir negócios próprios. O Proger não está deslanchando na Grande São Paulo porque o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal exigem garantias para fazer pequenos empréstimos e o desempregado não tem nada a oferecer.

Liliana Pinheiro



Câmara Municipal de São Paulo

Ordem n.º	37	do proc.
n.º	176	de 19 97
Selaury		



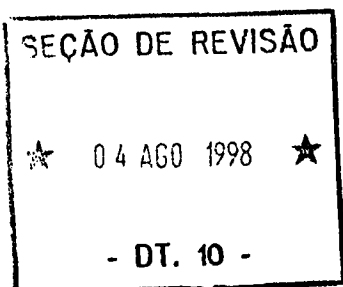
REQUERIMENTO 13 - RDS
13-1548/1998

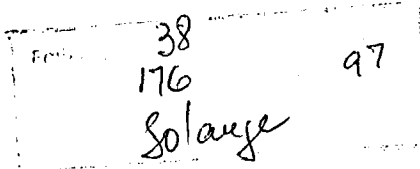
REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1998


CARLOS NEDER 280

Vereador - PT





Mais perto da mulher empreendedora

Rita Karan
São Paulo

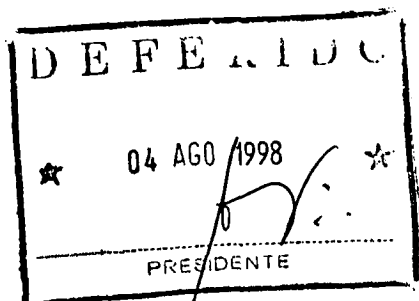
O Banco da Mulher de Salvador (BA) vai descentralizar o atendimento, abrindo postos em bairros periféricos da cidade. Com isso, a entidade espera estar mais perto da clientela e triplicar o número de financiamentos concedidos. Para tanto, conta com um aporte de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total de R\$ 300 mil.

Segundo a presidente da entidade, Ivete Oliveira, o banco concede financiamentos que vão até cerca de R\$ 3 mil, a mulheres, pequenas empreendedoras, que comprovem ter um negócio, formal ou não, há pelo menos um ano. O custo do empréstimo é de 4% ao mês sobre o saldo devedor. ■



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	39	do proc.
n.º	176	de 13. 97
Solange		



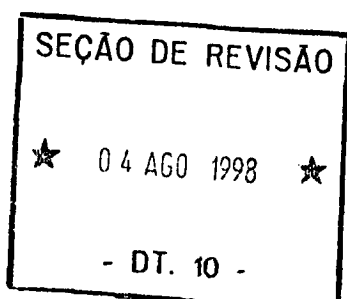
REQUERIMENTO 13 - RDS
13-1549/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1998


CARLOS NEDER *280*

Vereador - PT



Fund: 065TSP.
Data: 05 10 198
Folha: A 9

40
176
Solaue
proc. 97

Covas regulamenta o Banco do Povo

O governador Mário Covas regulamentou o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular, o Banco do Povo. A instituição, criada com recursos do orçamento estadual, do BNDES e de prefeituras, financiará pequenos investimentos produtivos. O valor do fundo é de R\$ 17 milhões e os empréstimos serão de até R\$ 5 mil para microempresas e empreendimentos informais, e de no máximo R\$ 25 mil para cooperativas de produção e de trabalho.

01/04/98
FACSP-COMERCIO

Folha n.º	41	do proc.
n.º	176	de 19 97
Solange		

X Como combater o desemprego

ACSP pede ao governo que facilite o acesso ao crédito

Fotos: Divulgação

Os empresários paulistas, representados pela Facesp – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo e ACSP – Associação Comercial de São Paulo, querem que o governo vá além da diminuição das taxas dos juros básicos da economia (TBC e Teban) e promova, também, a redução dos custos do acesso ao crédito pelas empresas e pelos consumidores, sobre os quais incidem hoje depósitos compulsórios e encargos fiscais.

Em síntese, essa foi a reivindicação encaminhada ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso por meio de ofício assinado pelo presidente das duas entidades empresariais, Elvio Aliprandi. No documento, Facesp e ACSP propõem, ainda,

a “criação de linhas de crédito seletivas para atender setores e operações mais afetados pela concorrência desigual do Exterior, incluindo as micro e as pequenas empresas, com taxas de juros mais compatíveis”. E ainda a redução, pela Receita Federal, do IOF sobre financiamento às pessoas físicas e jurídicas e a ampliação dos prazos de recolhimento de tributos.

As entidades ressaltam, no ofício, que as medidas reivindicadas poderão contribuir para minimizar o problema do desemprego, ao mesmo tempo em que reconhecem as dificuldades impostas ao País pela instabilidade gerada pelo cenário internacional e a necessidade de medidas econômicas de ajuste.

“O problema do desemprego é complexo e, embora decorra também de fatores estruturais, apresenta importantes aspectos conjunturais, que poderão ser minimizados por medidas de curto prazo que aliviem as dificuldades das empresas”, afirmam os empresários no documento.

Facesp e ACSP argumentam que, apesar de a solução mais adequada para a questão do desemprego depender da aprovação das reformas estruturais tão reclamadas pela sociedade brasileira, existem alternativas capazes de permitir acesso maior ao crédito por empresas e consumidores, sem que o governo prejudique os objetivos de sua política econômica, incluindo a atração ao capital estrangeiro.

Costureira é a primeira beneficiada em SP
No banco de Santo André

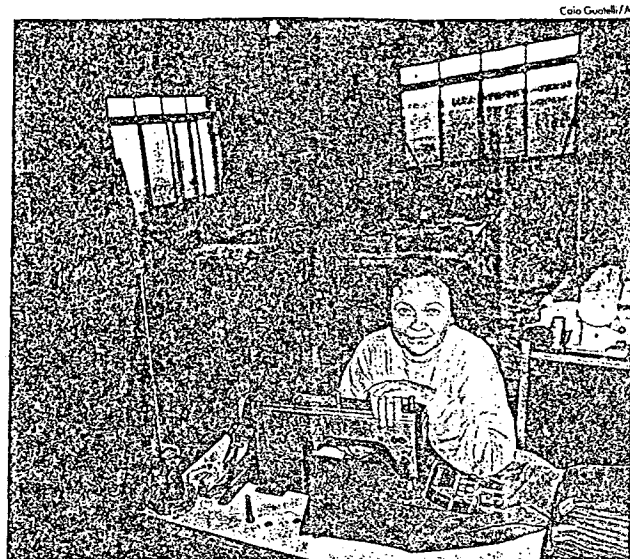
A costureira Marta Sueli da Silva, de 41 anos, recebeu um cheque no valor de R\$ 1,5 mil do Banco do Povo de Santo André. Ela está na lista dos três primeiros clientes escolhidos pelos agentes de crédito do primeiro pacote de empréstimos do banco, criado em maio. Desconfiada, Marta confessou: "Não acreditava que daria certo, já havia tentado em outras instituições."

A paraibana, que chegou em São Paulo há 19 anos, se especializou em fazer uniformes em jeans para trabalhadores. Marta pretende utilizar o empréstimo na compra de tecidos e demais materiais de confecção e já planeja renovar o empréstimo. "O dinheiro vai ajudar a manter em dia o pagamento das duas pessoas que trabalham comigo, uma bordadeira e outra costureira."

A costureira trabalha também com o filho e o marido. Os três vivem com uma renda de aproximadamente R\$ 1,5 mil por mês. "Meu marido era pintor de carro, mas ninguém quis pintar os automóveis após o Real. Ele veio trabalhar comigo e vai às ruas para vender os uniformes".

Marta já tem uma pequena máquina de costura de uma tia. Foi nesse período que teve início um importante diferencial: a especialização de um trabalho: "Paguei meu curso de cnrte e costura em São Paulo com dinheiro que ganhava trabalhando em um supermercado."

Seu próximo passo é criar uma empresa. Tentou obter orientação com especialistas, mas eles recomendaram cautela. "Já busquei orientação de consultores, mas eles disseram que eu não teria condições de sobreviver com os altos impostos." (T.A.)



Sueli: crédito será usado para comprar materiais e pagar funcionárias

PORTOSOL Exemplo gaúcho serve de modelo

Apesar de estruturas diferentes, as propostas municipal e estadual de crédito produtivo popular multiplicam um conceito que vem obtendo sucesso em outros municípios do País. A ideia não é nova. Várias iniciativas estão em curso em outros países. Há experiências na Bolívia, Peru, Equador, Bangladesh, Costa do Marfim e Guatemala.

Representantes de 150 países participaram, em fevereiro de 97, da Primeira Conferência Mundial de Microcrédito, realizada em Washington (EUA). Como resultado, o encontro detectou que os empréstimos têm sido, em maioria, concedidos às mulheres chefes-de-família e que as políticas desse tipo de crédito requerem treinamento.

De acordo com Jane Barcellos, diretora-executiva do Portosol, o banco popular do Rio de Janeiro, pesquisas internacionais mostram que a inadimplência na con-

cessão de microcrédito tem sido baixa, na faixa de 2,5% a 4%. A Portosol é uma ONG e adotou o modelo solidário, tendo o poder público como sócio.

Lá, o Banco do Povo tem 1,7 mil clientes ativos. A taxa de inadimplência da Portosol é 4,5%, 1% maior do que no ano passado.

Em um ano de operação, a Portosol realizou 5,5 mil operações de crédito, o que equivale à concessão de cerca de R\$ 9 milhões em recursos. O valor médio de empréstimo é de R\$ 1,5 mil. Um total de 63% das operações envolvem concessão de recursos abaixo de R\$ 500.

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Santo André, Nelson Tadeu Pasotti Pereira, explicou que o Banco do Povo do seu município se inspirou na Portosol: "Conseguimos muitos sócios que nos ajudaram não só com dinheiro, mas com equipamentos." Sindicatos e a Associação Comercial da cidade destinaram R\$ 150 mil ao banco. O programa recebeu R\$ 1 milhão da Comunidade Econômica Europeia e também tem apoio do BNDES. (T.A.)

BNDES libera R\$ 195 mi para crédito popular

OBJETIVO É FINANCIAR PEQUENOS NEGÓCIOS E CRIAR EMPREGOS

Disposto a quebrar uma tradição de 40 anos, a de somente liberar recursos para projetos industriais de grande porte financeiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinará R\$ 195 milhões para o Programa Crédito Produtivo Popular neste ano. O volume é dez vezes maior do que o aplicado nesta área em 1997 (de R\$ 17 milhões) e representa 1,22% na previsão de dotação orçamentária do banco para 98 (R\$ 16 bilhões). O plano, que concederá empréstimos à população de baixa renda, é uma das alternativas de investimentos do BNDES para a criação de empregos nas pequenas e microempresas, mesmo as informais.

O objetivo do programa, dizem os seus idealizadores, é ter como tomadores de empréstimos aqueles que são marginalizados no sistema bancário privado e, com isso, fortalecer a política de criação de empregos. Tanto é que os valores médios de repasse são de R\$ 1,4 mil. Mas o programa, que requer a participação de Estados e municípios, dá créditos em valores mínimos de R\$ 180,00.

Do ponto de vista político, a verba do BNDES está servindo para fomentar uma das mais badaladas iniciativas defendidas pela esquerda brasileira no País: as diferentes versões do Banco do Povo. Mas a ideia também ganha fôlego na agenda de políticos e partidos liberais. Moradores de cidades que já contam com o Banco do Povo descrevem a instituição como simpática, sem a habitual burocracia exigida em bancos particulares.

Mas somente a liberação de recur-

sos não basta, explicou o gerente do Departamento do Trabalho da Área Social do BNDES, Pedro Duncan, responsável pelo programa. "O crédito não é solução para todos. É preciso investir na qualificação profissional e na formalização das empresas que operam na clandestinidade." A frase de Duncan tem a intenção de precaver os governos, caso falte entendimento na criação de leis para adesão aos programas. "Tem sido pequena a participação de municípios e Estados no plano." Segundo ele, o aumento da verba para o programa dependerá da

Mais recursos DUPLICAÇÃO EM 99

procura dos governos e da sociedade. Duncan pretende dobrar o montante destinado ao programa no ano que vem, chegando a R\$ 400 milhões.

Isto porque existem dois caminhos para Estados, municípios e organizações não-governamentais participarem do projeto. A maior parte dos recursos de 1998 - R\$ 150 milhões -, por exemplo, vai para o BNDES Trabalhador, programa que exige uma estrutura mais complexa para a formação do banco do povo.

Pelo plano Trabalhador, cria-se um fundo, a ser operado por Estados, com a participação de municípios. A criação do fundo, no entanto, depende de aprovação do legislativo. Neste caso, os deputados têm de dar o aval para que o governo destine recursos

para o fundo. A partir de então, os municípios também podem participar, destinando verbas para o programa.

Este modelo, já adotado em São Paulo pelo governo estadual e aprovado pelos deputados, ainda não foi colocado em prática (leia texto ao lado). O fundo recebe recursos do Ministério do Trabalho e do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O BNDES aporta até 60% do total do fundo do programa estadual. Em contrapartida, o Estado participa com 30% e o município com o mínimo de 10%. Há 18 cidades no País com este modelo.

O restante da verba do crédito produtivo, R\$ 45 milhões, está reservado para a modalidade BNDES Solidário, na qual os agentes repassadores são as organizações não-governamentais. Para receber os recursos, a ONG deverá apresentar pelo menos seis meses de efetiva e eficaz atuação em crédito produtivo popular. Ela deve mostrar, em número e qualidade, o sucesso das operações concedidas.

São exigidas também a participação de recursos de origem pública, de instituições multilaterais ou de ONGs internacionais cadastradas pelo banco. O apoio do BNDES é equivalente a uma vez o valor total dos recursos estáveis da ONG, limitado a R\$ 3 milhões por contrato.

O programa Solidário, como o adotado em Santo André, na Grande São Paulo, já foi aprovado em 18 cidades brasileiras. Nestes casos, o dinheiro é repassado diretamente às ONGs.

Tarciano Alves

BANCO DO POVO EM SÃO PAULO

A expectativa é que entre em funcionamento no segundo semestre para atender a 645 municípios

O governo estadual destinou R\$ 5,2 milhões ao Banco de Povo em São Paulo para a concessão de crédito produtivo popular este ano. A medida deverá beneficiar os 645 municípios do Estado. De acordo com o secretário de Emprego e Relações de Trabalho, José Luiz Ricca, o Banco do Povo "estará em operação no segundo semestre deste ano". A Assembleia Legislativa aprovou, em 97, proposta vinda do Executivo para a criação de um Fundo de Recursos para o programa, proveniente das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao Estado, o que garante um aporte mínimo para o funcionamento do banco.

Indivualmente, os valores mínimos de empréstimo serão fixado entre R\$ 200 e R\$ 5 mil. Cooperativas poderão captar verbas em patamares maiores, na faixa de R\$ 5 mil a R\$ 25 mil. Cadastro da Pessoa Física (CPF), RG, comprovante de que mantém o negócio há pelo menos seis meses na mesma área, mais o nome limpo na praça bastam como requisitos para a tomada do empréstimo.

O coordenador do Programa Banco do Povo do Estado, Keniti Aniya, explicou que as taxas de juros a serem cobradas ainda não foram definidas, mas serão equivalentes, em média, a um terço do valor cobrado no mercado. Segundo Aniya, o prazo para o pagamento de empréstimos para



Katia Tamasho/AE

Ricca: menos burocracia para liberar empréstimos

capital de giro são de até seis meses. No caso de aquisição de bens, o tempo se eleva para 24 meses, com carência de 6. "O grande diferencial do programa é que vai se analisar o perfil do tomador de empréstimos e não o seu patrimônio." Ele ressaltou que o microcrédito tem uma função social. "Muitas pessoas carentes ainda buscam dinheiro com agiotas e isso tende a deixar de ocorrer."

A proposta permite o empréstimo a micro e pequenos empresários e a cooperativas, incluindo trabalhado-

res informais — costureiras, doceiras, serralheiros, entre tantos outros, desde que tenham licença do município para trabalhar —, conta com o apoio do BNDES e requer adesão dos municípios do Estado.

O diferencial é que nessas novas instituições, prometem seus mentores, o trabalhador, principalmente o que está na informalidade e não consegue obter crédito no sistema financeiro privado, será tratado como cliente vip. São os agentes do banco que vão visitar os potenciais clientes em casa.

Aniya não vê problemas na criação de uma segunda alternativa do Banco do Povo. "Não temos restrições. A Prefeitura de São Paulo é rica em relação às demais e pode montar o seu modelo, que poderia seguir, simultaneamente, ao programa do Estado."

Em processo mais lento, o município de São Paulo também caminha para a liberação de pelo menos outros R\$ 5 milhões para crédito produtivo. A expectativa parte do vereador petista Carlos Neder, que idealizou a versão municipal do Banco Povo. Seu projeto de lei autoriza o município a manter convênio com a Associação Civil Ideal, a ser batizada de Crédito Popular Solidário (CPS).

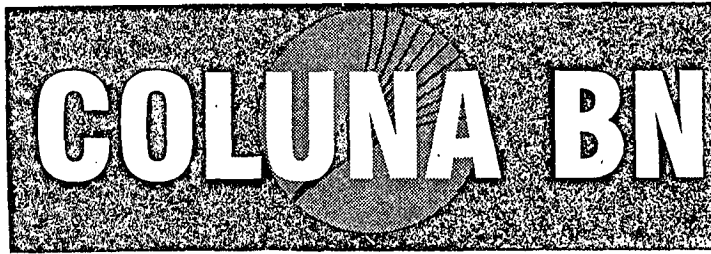
A proposta prevê, entre outras obrigações, que a nova organização seja auto-sustentável financeiramente e submetida à constantes auditorias. Ela já foi aprovada em primeiro turno, mas requer uma segunda votação em plenário e posterior sanção do prefeito Celso Pitta. "Nos baseamos na experiência bem-sucedida de Porto Alegre", disse Neder (*leia texto ao lado*).

Segundo o vereador, a criação de uma instituição de crédito vocacionada para atender a população de baixa renda permite a formação de um crédito baseado na garantia solidária, em que o tomador de financiamento se agrupa com outros empreendedores conhecidos e todos se tornam fiadores recíprocos da operação. (T.A.)

43
176
97
Solange

OCST-SP-
22 06 98
A 13

44	pro:
176	97
Solange	



**Banco do
Nordeste**



A marca de um novo Nordeste.

Crediamigo

O programa de microcrédito do Banco do Nordeste - Crediamigo - já está em funcionamento nas 50 maiores cidades do Nordeste. De janeiro até 30 de maio último, o programa beneficiou cerca de 4 mil grupos solidários perfazendo um total de 16 mil pessoas atendidas nos setores de comércio, produção e serviços. A média desses financiamentos é de R\$ 468,00. Dos atendidos pelo sistema 44% são mulheres.

0657. SP.
26 06 98.
Pág.: 36

Fundo de Aval abrangerá todo o País

Sistema que garante 50% dos empréstimos a pequenas empresas estava restrito a seis municípios

VÂNIA CRISTINO

BRASÍLIA – O Fundo de Aval do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa (Sebrae), que garante até 50% do valor do empréstimo para pequenos e microempresários sem garantias suficientes para cobrir o valor do financiamento no banco, será estendido para todo o País, nas operações do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), coordenado pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalho

(FAT). O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, Pio Guerra, após audiência com o ministro do Trabalho, Edward Amadeo.

Segundo Pio Guerra, os convênios com o BB e a Caixa já foram assinados e devem entrar em operação nos próximos dias. Para bancar a cobertura de até 50% do valor do empréstimo, limitado a R\$ 72 mil, o Sebrae dispõe de R\$ 68 milhões. Esse volume de recursos, segundo Pio Guerra, é suficiente para tornar viáveis operações de crédito de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

O Fundo de Aval, até agora, só

estava funcionando em caráter experimental em seis municípios. Conforme os dados do Sebrae, o fundo possibilitou a realização de 6,7 mil operações de crédito, no

valor de R\$ 230 milhões, proporcionando mais de 22 mil empregos diretos.

Na audiência com o ministro do Trabalho também ficou acertada a parceria do Sebrae na capacitação técnica dos pe-

quenos e microempresários. Para o ministro, a oferta de crédito para a pequena e microempresa é necessária, mas não é suficiente. Por isso, o ministro quer parcerias também com o Senae e Senac.

Segundo os técnicos, esse é o “instrumento que falta” para o conjunto de “medidas do bem” que compõem o pacote que o governo está divulgando em doses homeopáticas para garantir o crescimento e a criação de novos empregos.

A redução do IOF pode ser anunciada na segunda-feira, após reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que ocorrerá no Rio, dois dias antes das comemorações dos quatro anos do Plano Real. A idéia é reduzir a alíquota de 15% para 6% ao ano, mas a decisão ainda depende do aval da Receita. O governo, porém, trabalha com o prazo de até setembro para promover a redução do imposto.

A Receita pondera que não se deve correr o risco de perder a arrecadação do IOF, que em 1997 atingiu R\$ 3,2 bilhões. A arrecadação, porém, poderia até ser maior se os agentes financeiros não tivessem fugido da tributação alta oferecendo aos clientes a opção do leasing. (Agência Estado)

OPERAÇÕES
DEVEM
COMEÇAR NOS
PROXIMOS DIAS

25 06 97
1201
06

Fls. n.º	46	do prog.
n.º	176	de 19 97
Solange		

X FINANCIAMENTO

Micro e pequenas empresas ganham aval para crédito no Proger

A partir de 1º de julho os micro e pequenos empresários urbanos que tomam emprestado recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) terão mais facilidade para se candidatar aos empréstimos: poderão contar com a garantia do Fundo de Aval do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), informou o presidente do Conselho Deliberativo do órgão, Pio Guerra.

Segundo ele, o Sebrae assinou convênio com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil para que os micro e pequenos possam solicitar a cobertura do Fundo de Aval em qualquer uma das agências dessas duas instituições financeiras no País.

O convênio faz parte da estratégia traçada pelo governo para reduzir o desemprego, na medida em que os recursos do Proger — oriundos do FGTS e repassados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) —, se destinam a financiar micro e pequenas empresas, cooperativas e pessoas físicas que atuam no setor informal da economia. Guerra explica que, além de financiar os empréstimos do Proger, o convênio assinado com o Banco do Brasil permitirá ainda estender as operações do Fundo de Aval, que estavam limitadas a somente seis municípios, a todas as localidades que tiverem agências do BB.

O Fundo de Aval do Sebrae foi criado em 1995 e tem um capital de R\$ 50 milhões. Segundo Guerra, o Fundo garante os financiamentos destinados a

investimento fixo e misto (associado a capital de giro) tomados junto à rede bancária em até 50% do valor do empréstimo. O limite máximo avalizado é de R\$ 72 mil e os juros variam conforme o prazo da operação.

Guerra explica que, para um empréstimo com prazo de 24 meses, os juros são de 2% sobre os 50% garantidos pelo Sebrae; para 36 meses, os juros são de 3%; e para os financiamentos com 60 meses para pagamento, de 5%. “Assim, em um empréstimo de R\$ 20 mil, com prazo de 24 meses, o aval do Sebrae será de R\$ 10 mil e o custo será de R\$ 200,00 (2% sobre R\$ 10 mil)”, observa. No caso do Proger, conforme ele, as condições serão as mesmas.

O presidente do Conselho Diretor do Sebrae explica ainda que os bancos conveniados têm autonomia para autorizar o aval com os recursos do Fundo. Para obter o aval, é conveniente que o empresário procure as agências do Sebrae nos estados para elaborar o projeto, especialmente para evitar erros sobre avaliação econômico-financeira do empreendimento. Existem 27 agências estaduais do Sebrae no País e 520 balcões de atendimento localizados nos diversos municípios, informa Guerra.

Desde que foi criado, o Fundo de Aval do Sebrae possibilitou a realização de cerca de sete mil operações de financiamentos para micro e pequenos empresários, totalizando R\$ 227 milhões. Segundo Guerra, com esses financiamentos foi possível gerar mais de 22 mil empregos diretos.

Fundo de Aval facilita empréstimos do Proger

A partir de 1º de julho os micro e pequenos empresários urbanos que tomam empréstimo dos recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) terão mais facilidade para se candidatar aos empréstimos: poderão contar com a garantia do Fundo de Aval do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), informou o presidente do Conselho Deliberativo do órgão, Pio Guerra.

Segundo ele, o Sebrae assinou convênio com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil para que os micro e pequenos possam solicitar a cobertura do Fundo de Aval em qualquer uma das agências dessas duas instituições financeiras no País.

Emprego – O convênio faz parte da estratégia traçada pelo governo para reduzir o desemprego, na medida em que os recursos do Proger – oriundos do FGTS e repassados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) –, se destinam a financiar micro e pequenas empresas, cooperativas e pessoas físicas que atuam no setor informal da economia. Guerra explica que, além de financiar os empréstimos do Proger, o convênio assinado com o Banco do Brasil permitirá ainda estender as operações do Fundo de Aval, que estavam limitadas a somente seis municípios, a todas as localidades que tiverem agências do BB.

O Fundo de Aval do Sebrae foi criado em 1995 e tem um capital de R\$ 50 milhões. Segundo Guerra, o Fundo garante os financiamentos destinados a investimento fixo e misto (associado a capital de giro) tomados junto à rede bancária em até 50% do valor do empréstimo. O

limite máximo avalizado é de R\$ 72 mil e os juros variam conforme o prazo da operação.

Investimento – Guerra explica que, para um empréstimo com prazo de 24 meses, os juros são de 2% sobre os 50% garantidos pelo Sebrae; para 36 meses, os juros são de 3%; e para os financiamentos com 60 meses para pagamento, de 5%. “Assim, em um empréstimo de R\$ 20 mil, com prazo de 24 meses, o aval do Sebrae será de R\$ 10 mil e o custo será de R\$ 200,00 (2% sobre R\$ 10 mil),” observa. No caso do Proger, conforme ele, as condições serão as mesmas.

O presidente do Conselho Diretor do Sebrae explica ainda que os bancos conveniados têm autonomia para autorizar o aval com os recursos do Fundo. Para obter o aval, é conveniente que o empresário procure as agências do Sebrae nos estados para elaborar o projeto, especialmente para evitar erros sobre avaliação econômico-financeira do empreendimento. Existem 27 agências estaduais do Sebrae no País e 520 balcões de atendimento localizados nos diversos municípios, informa Guerra.

Operações – Desde que foi criado, o Fundo de Aval do Sebrae possibilitou a realização de cerca de 7 mil operações de financiamentos para micro e pequenos empresários, totalizando R\$ 227 milhões. Segundo Guerra, com esses financiamentos foi possível gerar mais de 22 mil empregos diretos.

“A falta de garantias para obter empréstimos é a principal dificuldade dos micros e pequenos empresários. Com a inclusão do Proger nas operações do Fundo, será possível criar novas empresas e ampliar o número de empregos”, assegura.

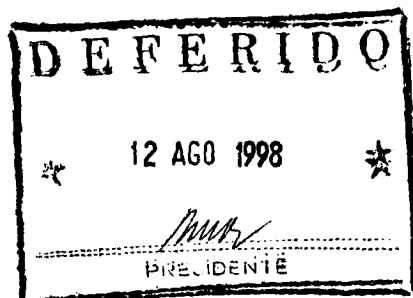
25 07 97

47 do Proger
n.º 176 de 19 97
Solange



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 48 de proc.
n.º PL-176 de 19 97
Assinatura: [assinatura]
Poder Legislativo



REQUERIMENTO "D"

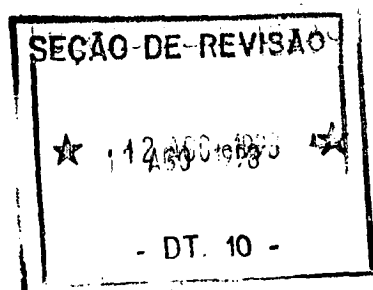
13 - RDS
13-1726/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1998

[assinatura]
CARLOS NEDER

Vereador - PT



Os bancos do povo

Quatro em cada cinco brasileiros adultos estão excluídos do crédito bancário. Dois em cada três não têm sequer talão de cheque. Nem poderia ser diferente. O pobre não tem poupança para abrir conta em banco. E não tem cadastro para levantar empréstimo de coisa alguma. Nem deve fazê-lo. No Brasil varonil, o crédito pessoal ruma juros de 236% ao ano (para uma inflação de 0,9% nos últimos 12 meses, segundo a Fipe-USP). No consumo pelo crediário, o assalto à mão desalmada, na loja da esquina, é de 187% ao ano.

■ Eis que entra em campo, neste fim de semana, o sistema de microcrédito: modalidade de financiamento bancário para quem não tem conta nem crédito em banco. Instala-se, hoje, no Hotel InterContinental do Rio de Janeiro, com pelo menos dez anos de atraso, a I Conferência Brasileira sobre Microcrédito e Políticas de Desenvolvimento. Objetivo: inaugurar o debate do assunto entre nós e motivar iniciativas públicas e privadas para adoção do sistema de crédito capilar para a popu-

lação de baixa renda. De preferência, microcrédito para micronegócio. Que pode ser um carrinho de pipocas na porta da escola ou meia dúzia de caixas de cerveja para revenda na praia de amanhã.

■ Antes de mais nada, o microcrédito já deita e rola em países da Ásia, África e América Latina. Merece atenção do Banco Mundial (o planeta hospeda 2,4 bilhões de terráqueos em regime de exclusão social). Ocupa o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) num programa que já cadastrou 670 mil micromutuários na América Latina. Agências da ONU estimulam o microcrédito em bolsões de miséria mapeados pela FAO, OMS e Unicef. Nos guetos das metrópoles americanas, o microcrédito é tocado por entidades filantrópicas de instituições financeiras, tipo Mastercard ou Citicorp Foundation.

■ A disseminação do microcrédito, em escala global, mereceu uma conferência de 137 países, em fevereiro do ano passado, em Washington.

Governos e ONGs discutiram nesse Microcredit Summit um programa de inclusão social de 100 milhões de famílias (movidas a microcrédito) até 2006.

■ E no Brasil? Alguns programas já lançados demonstram que o microcrédito, longe de ser a panacéia, dá a vara de pescar para quem está a fim de trabalhar, de emergir, de empreender. A conferência do Rio, de sábado a segunda, é o primeiro passo para espalhar o microcrédito por toda a sociedade brasileira. O encontro é coordenado pelo Microbank, presidido por João Antonio Dominguez Alonso. Sem fins lucrativos, o Microbank é a versão brasileira do Grameen Bank (Bangladesh), do Bank Bayat (Indonésia) ou do Bancosol (Bolívia). São os chamados bancos do povo. Eles fazem empréstimos para negócios ou trabalhos de arrimo familiar, vinculados à geração de renda. Pode ser um crédito de US\$ 50 para retorno em três dias.

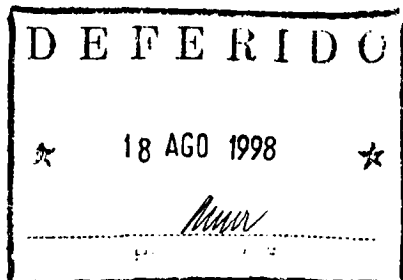
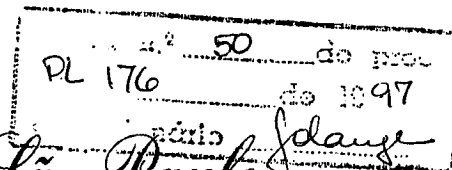
■ O microcrédito não tem spread, não tem cunha fiscal nem taxa de risco. A garantia é o fio do bigode. E a inadimplência, terror da usura verde-amarela, trafega perto de zero.



"O microcrédito já provou que funciona no combate à pobreza e ao desemprego. Deve ser incluído na esfera dos direitos humanos."
Hillary Rodham Clinton, primeira-dama dos EUA.



Câmara Municipal de São Paulo

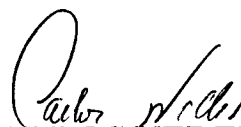


REQUERIMENTO "D"

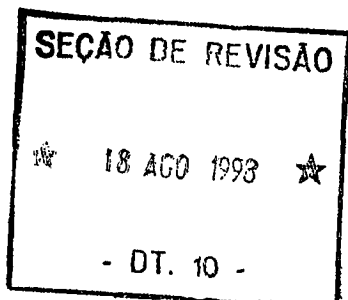
13 - RDS
13-1770/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



Banco do Povo facilita microcréditos

Iniciativas regionais, como a de Santo André, tentam desburocratizar financiamentos

Recorrer a organizações regionais de fornecimento de crédito tem sido a saída mais viável para empresários que queiram ampliar seus empreendimentos ou conseguir capital de giro para compra de produtos.

O Banco do Povo de Santo André, na Grande São Paulo, por exemplo, atendeu desde maio 35 clientes, todos microempreendedores estabelecidos na cidade.

"Ter Santo André como sede da empresa há mais de seis meses e não apresentar problemas com o Serviço de Proteção ao Crédito e outros órgãos afins são nossas principais exigências", explica o gerente Fernando Amorim. O Banco do Povo faz empréstimos de R\$ 300 a R\$ 10 mil. O limite varia de acordo com a linha, que pode ser voltada para capital de giro, aquisição de equipamentos ou ambos.

Economia—Eduardo Manes Baeza, proprietário da Pães e Doces



Homero Thion, utilizou o empréstimo para compra de um novo forno, a gás, com o objetivo de cortar gastos com a economia de energia elétrica. "Gastava mais de R\$ 2 mil por mês com conta para o uso do forno", diz. "Com o equipamento novo, devo pagar metade a partir

do próximo mês e melhorar a qualidade do meu produto."

A escolha de Arantes Rodrigues da Silva, dono de um bar-mercearia, foi pela aquisição de verva para a compra de mercadoria. "Com o dinheiro na mão, pude negociar o preço com meus fornecedores",

conta. "Agora praticamente ganho uma caixa de cerveja a cada dez que compro."

Com a redução de custos, Silva também baixou o preço da bebida para seus clientes. "Com isso, o bar está sempre cheio", comemora. (C.B.)

Instituição do Ceará atende a setor informal

A falta de preparo dos microempresários para pleitear crédito muitas vezes pode ser compensada com a intervenção de instituições que acompanhem todo o desenvolvimento do processo. No Ceará, o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) é uma entidade privada de interesse público e não-estatal.

"Somos especializados em atender trabalhadores do setor informal que tenham interesse em se tornarem empresa", explica o técnico em mercado de trabalho Eduardo Girão Santiago. "O objetivo é tornar viável ao trabalhador as linhas de crédito oficiais ou privadas, que ainda são seletivas demais."

O IDT realizou desde 1994, no Estado do Ceará, mais de 10 mil operações de crédito para microempreendedores.



Onde o pequeno empresário pode conseguir crédito

Uma das alternativas é o Proger, beneficiado por parceria entre Sebrae, CEF e BB

CLÁUDIA BREDARIOLI

Os recursos existem, mas continua difícil para os pequenos e microempresários brasileiros conseguirem financiamentos para compra de

equipamentos, expansão ou criação de empresas. O motivo, segundo consultores da área, está na burocracia e nas garantias exigidas por agentes financiadores para liberação de crédito a esses empreendedores, que, por sua vez, hesitam em pedir empréstimo, receosos de sua capacidade de realmente saldar a dívida.

"O empresário brasileiro teme o financiamento porque acredita que será muito difícil livrar-

se dele", diz o consultor Silvio Olivo, da Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Empreendedorismo (Abrem). Esse quadro incentiva a procura por organizações não-governamentais que ofereçam microcrédito.

Por meio de um dos principais programas de incentivo ao desenvolvimento da pequena e microempresa - o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), do Ministério do Traba-

lho -, por exemplo, serão aplicados R\$ 1,9 bilhão em empreendimentos da área urbana até dezembro. A partir do próximo mês, parcerias entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal devem facilitar o acesso ao crédito, ampliando o atendimento aos interessados.

■ Mais informações páginas 5, 6 e 7

É preciso planejar para ter empréstimo

Antes de se submeter às exigências das linhas de crédito, empresário tem de saber o que quer

CLÁUDIA BREDARIOLI

Um dos principais motivos apontados pelos pequenos e microempresários para o fechamento de suas empresas é a escassez de recursos financeiros, segundo levantamento do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas nos Estados (Sebrae). Por outro lado, também há registro de que uma das dez maiores razões para o empreendedor obter sucesso é não tomar dinheiro emprestado.

"São realidades opostas, que mostram como o empresário brasileiro é incapaz de planejar — um quesito fundamental para quem quer crescer e precisa de empréstimo", avalia o vice-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Empreendedorismo (Abrem), Silvio Olivo, consultor da Brasil Emprepreneur. "É necessário correr riscos e estabelecer metas", ressalta.

De acordo com pesquisa realizada em maio pelo Sebrae-SP, cerca de 47% das pequenas e microempresas paulistas nunca utilizaram nenhuma forma de empréstimo. Para o gerente de crédito do Sebrae-SP, Jorge Rocha de Souza, esse índice baixo reforça a hipótese de que, mais do que crédito, o empresário brasileiro precisa de capacitação. Por isso, a instituição oferece palestras gratuitas sobre as principais linhas de crédito e em quais situações o microempresário deve procurar um banco. Com esse apoio, cerca de 300 operações foram realizadas pelo Sebrae-SP durante o mês de junho.

Segundo o consultor Fábio Nogueira, da Dextro Consultoria, uma das maiores dificuldades para o bom relacionamento com os financiamentos está no fato de os empresários não serem preparados para o empreendedorismo. "Mas é preciso criar condições para que os bons empreendedores apareçam", observa.

Nogueira vê com otimismo as perspectivas para investimentos em pequenos negócios no Brasil: "Em dois ou três anos deve estar estabelecida uma nova tendência de mecanismos de crédito para microempresas baseada no capital privado."

Recursos — Por enquanto, os principais provedores de recur-

■ Ir até uma agência ou balcão do Sebrae ou a um banco para receber informações gerais da linha de crédito. Nesse momento, retira-se a Carta Proposta para preenchimento e a relação de documentos para a abertura de conta corrente e análise de crédito (formulário do banco).

■ Entregar Carta Proposta corretamente preenchida e documentos solicitados na agência bancária.

■ O cliente que tiver sua Carta Proposta considerada viável pelo banco irá receber um limite de crédito.

■ "Depois disso, é preciso levar a Carta de Encaminhamento do Banco com o limite de crédito à agência ou balcão do Sebrae."

■ Agendar-se a visita de um técnico do Sebrae na empresa interessada para elaboração de um projeto.

■ O consultor visita o cliente e elabora o projeto — Formulário 1 de informações básicas sobre a pequena ou microempresa — que é entregue na agência do Sebrae.

■ A agência do Sebrae elaborará a Análise do Projeto — Formulário 2 — e o entrega ao cliente.

■ O cliente recebe o direito de realizar um treinamento (no caso do Proger) com o Formulário 6, a Carta de Encaminhamento (Formulário 3), a Autorização de Débito (Formulário 4) e a Análise do Projeto (Formulário 2).

■ Depois de o cliente entregar ao banco todos os formulários e a documentação necessária, o banco contrata o financiamento.

■ O banco, na data da liberação, envia à agência do Sebrae o aviso de crédito.

■ Após 60 dias da liberação do crédito, a agência do Sebrae irá agendar com o consultor uma visita de acompanhamento na empresa.

■ Depois da visita, o consultor entrega ao Sebrae seu relatório, que, por sua vez, envia uma cópia à agência bancária.

Fonte: Sebrae — SP

DICAS PARA CONSEGUIR FINANCIAMENTO

ETAPAS PARA PROJETOS DE INVESTIMENTO

DIFICULDADES PARA OBTIVER EMPRÉSTIMO

	Não bancas privadas	Não bancas públicas
Garantias reais	30%	24%
Reciprocidade	8%	6%
Falta de documentação	2%	2%
Desconhecimento das linhas de crédito	4%	4%
Demora na liberação de recursos	5%	6%
Problemas cadastrais	5%	5%
Burocracia	32%	37%
Não há dificuldades	12%	7%
Outras dificuldades	18%	12%

OPÇÕES DE LINHAS DE CRÉDITO

Agente financeiro	Beneficiários	Teto	Prazo	Taxa
Caixa Econômica Federal (CEF/Giro)	Pequenas e microempresas com mais de três meses de constituição e conta-corrente	De R\$ 800 a R\$ 30 mil	De 3 a 18 meses	TR + 1% ao mês
Caixa Econômica Federal (Proger/Micro)	Microempresas	Até R\$ 30 mil	Até 36 meses	TJLP + 4% ao ano
Caixa Econômica Federal (Proger/Pequena)	Pequenas empresas	Até R\$ 50 mil	Até 48 meses	TJLP + 5% ao ano
HSBC Bamerindus	Pequenas e microempresas com mais de 24 meses e faturamento mínimo de R\$ 50 mil	De R\$ 2 mil a R\$ 20 mil	Até 18 meses	3,5% ao mês ou TBF + 1,2% ao mês
Banco do Brasil (Mipem/FAT)	Pequenas e microempresas	Até R\$ 50 mil	Até 36 meses	TJLP + 5,33% ao ano
Banco do Brasil (Setor Informal)	Pessoas físicas que atuam no setor informal da economia	Até R\$ 5 mil	Até 24 meses	TJLP
Banco do Brasil (Cooperfai)	Cooperativas ou associações rurais e urbanas, exceto as de crédito e consumo	Número de associados x R\$ 400, multiplicado por prazo da operação em meses	Até 48 meses	TJLP + 4% ao ano
Banco do Brasil (Investimento)	Pequenas e microempresas	Até 35 mil UFIR's	Até 36 meses	TR + 1% ao mês
Finep/Ampeg	Investimento no desenvolvimento de novas tecnologias	De R\$ 30 mil a R\$ 170 mil	Até 60 meses	TJLP + 3% ao ano

Obs.: A maioria dos prazos já inclui o período de carência, que varia para cada linha de crédito. As garantias exigidas também são diferentes, mas todas incluem o aval

so para as pequenas empresas brasileiras são os órgãos oficiais. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, desembolsou R\$ 1,9 bilhão em 1997 nesse setor.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), do Ministério do Trabalho, aplicou R\$ 526 milhões em empreendimento no setor urbano, em 1997, e tem previsão de liberar também R\$ 1,9 bilhão para a realização de cerca de 300 mil contratos entre maio e dezembro deste ano.

Para 1998, a expectativa é de que serão fechadas 309 mil operações com uma verba de R\$ 2,4 bilhões.

Entre os principais agentes financeiros do Proger, a Caixa Econômica Federal foi responsável pela liberação, em 1997, de R\$ 109 milhões para quase 12 mil contratos, dos quais R\$ 17 milhões apenas para o Estado de São Paulo. O Banco do Brasil,

PROGER IRÁ
INVESTIR
R\$ 1,9 BILHÃO
ATÉ DEZEMBRO

entre janeiro de 1995 e junho de 1998, fechou mais de 23 mil operações do Proger Urbano, liberando mais de R\$ 390 milhões. Uma parceria estabelecida este mês entre o Banco do Brasil e o Sebrae permite a integração entre as operações do Proger e do Fundo de Aval do Sebrae.

Também deve ser fechada até o fim de agosto uma parceria pa-

ra operações conjuntas entre o Sebrae Nacional e a Caixa Econômica Federal.

"Com o apoio desses parceiros estaremos atendendo a mais de 300 municípios e cerca de 5 mil empresas devem ser beneficiadas até o fim do ano", prevê o gerente de crédito do Sebrae Nacional, Júlio Rêche.

O Fundo de Aval Sebrae garante até 50% do valor de um empréstimo, com limite de R\$ 72 mil. Para isso, estão disponíveis cerca de R\$ 68 milhões.

■ Mais informações nas páginas 6 e 7

n.º 53 do proc.
PL 176 do 19 97
onário J. J. J.

É preciso planejar para ter empréstimo

Antes de se submeter às exigências das linhas de crédito, empresário tem de saber o que quer

CLÁUDIA BREDARIOLI

Um dos principais motivos apontados pelos pequenos e microempresários para o fechamento de suas empresas é a escassez de recursos financeiros, segundo levantamento do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas nos Estados (Sebrae). Por outro lado, também há registro de que uma das dez maiores razões para o empreendedor obter sucesso é não tomar dinheiro emprestado.

"São realidades opostas, que mostram como o empresário brasileiro é incapaz de planejar — um quesito fundamental para quem quer crescer e precisa de empréstimo", avalia o vice-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Empreendedorismo (Abrem), Silvio Olivo, consultor da Brasil Emprepreneur. "É necessário correr riscos e estabelecer metas", ressalta.

De acordo com pesquisa realizada em maio pelo Sebrae-SP, cerca de 47% das pequenas e microempresas paulistas nunca utilizaram nenhuma forma de empréstimo. Para o gerente de crédito do Sebrae-SP, Jorge Rocha de Souza, esse índice baixo reforça a hipótese de que, mais do que crédito, o empresário brasileiro precisa de capacitação. Por isso, a instituição oferece palestras gratuitas sobre as principais linhas de crédito e em quais situações o microempresário deve procurar um banco. Com esse apoio, cerca de 300 operações foram realizadas pelo Sebrae-SP durante o mês de junho.

Segundo o consultor Fábio Nogueira, da Dextro Consultoria, uma das maiores dificuldades para o bom relacionamento com os financiamentos está no fato de os empresários não serem preparados para o empreendedorismo. "Mas é preciso criar condições para que os bons empreendedores apareçam", observa.

Nogueira vê com otimismo as perspectivas para investimentos em pequenos negócios no Brasil: "Em dois ou três anos deve estar estabelecida uma nova tendência de mecanismos de crédito para microempresas baseada no capital privado".

Recursos — Por enquanto, os principais provedores de recur-

sos para as pequenas empresas brasileiras são os órgãos oficiais. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, desembolsou R\$ 1,9 bilhão em 1997 nesse setor.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), do Ministério do Trabalho, aplicou R\$ 526 milhões em empreendimento no setor urbano, em 1997, e tem previsão de liberar também R\$ 1,9 bilhão para a realização de cerca de 300 mil contratos entre maio e dezembro deste ano.

Para 1999, a expectativa é de que serão fechadas 309 mil operações com uma verba de R\$ 2,4 bilhões.

Entre os principais agentes financeiros do Proger, a Caixa Econômica Federal foi responsável pela liberação, em 1997, de R\$ 109 milhões para quase 12 mil contratos, dos quais R\$ 17 milhões apenas para o Estado de São Paulo. O Banco do Brasil,

entre janeiro de 1995 e junho de 1998, fechou mais de 23 mil operações do Proger Urbano, liberando mais de R\$ 390 milhões.

Uma parceria estabelecida este mês entre o Banco do Brasil e o Sebrae permite a integração entre as operações do Proger e do Fundo de Aval do Sebrae.

Também deve ser fechada até o fim de agosto uma parceria pa-

ra operações conjuntas entre o Sebrae Nacional e a Caixa Econômica Federal.

Com o apoio desses parceiros estaremos atendendo a mais de 300 municípios e cerca de 6 mil empresas devem ser beneficiadas até o fim do ano", prevê o gerente de crédito do Sebrae Nacional, Jilro Roche.

O Fundo de Aval Sebrae garante até 50% do valor de um empréstimo, com limite de R\$ 72 mil. Para isso, estão disponíveis cerca de R\$ 68 milhões.

■ Mais informações nas páginas 6 e 7

DICAS PARA CONSEGUIR FINANCIAMENTO

ETAPAS PARA PROJETOS DE INVESTIMENTO

- Ir até uma agência ou balcão do Sebrae ou a um banco para receber informações gerais da linha de crédito. Nesse momento, retira-se a Carta Proposta para preenchimento e a relação de documentos para a abertura de conta corrente e análise de crédito (formulário do banco).
- Entregar Carta Proposta corretamente preenchida e documentos solicitados na agência bancária.
- O cliente que tiver sua Carta Proposta considerada viável pelo banco irá receber um limite de crédito.
- Depois disso, é preciso levar a Carta de Encaminhamento do Banco com o limite de crédito à agência ou balcão do Sebrae.
- Agenda-se a visita de um técnico do Sebrae na empresa interessada para elaboração de um projeto.
- O consultor visita o cliente e elabora o projeto — Formulário 1 de informações básicas sobre a pequena ou microempresa — que é entregue na agência do Sebrae.
- A agência do Sebrae elaborará a Análise do Projeto — Formulário 2 — e o entrega ao cliente.
- O cliente recebe o direito de realizar um treinamento (na casa do Proger) com o Formulário 6, a Carta de Encaminhamento (Formulário 3), a Autorização de Débito (Formulário 4) e a Análise do Projeto (Formulário 2).
- Depois de o cliente entregar ao banco todos os formulários e a documentação necessária, o banco contrata o financiamento.
- O banco, na data da liberação, envia à agência do Sebrae o aviso de crédito.
- Após 60 dias da liberação do crédito, a agência do Sebrae irá agendar com o consultor uma visita de acompanhamento na empresa.
- Depois da visita, o consultor entrega ao Sebrae seu relatório, que, por sua vez, envia uma cópia à agência bancária.

Fonte: Sebrae — SP

DIFICULDADES PARA OBTER EMPRÉSTIMO

	Não bancas privadas	Não bancas públicas
Garantias reais	30%	24%
Reciprocidade	8%	6%
Falta de documentação	2%	2%
Desconhecimento das linhas de crédito	4%	4%
Demora na liberação de recursos	5%	6%
Problemas cadastrais	5%	5%
Burocracia	32%	37%
Não há dificuldades	12%	7%
Outras dificuldades	18%	12%

OPÇÕES DE LINHAS DE CRÉDITO

Agente financeiro	Beneficiários	Teto	Prazo	Juros
Caixa Econômica Federal (CEF/Giro)	Pequenas e microempresas com mais de 12 meses de constituição e conta corrente	De R\$ 800 a R\$ 30 mil	De 3 a 18 meses	TR + 1% ao mês
Caixa Econômica Federal (Proger/Micro)	Microempresas	Até R\$ 30 mil	Até 36 meses	TJLP + 4% ao ano
Caixa Econômica Federal (Proger/Pequena)	Pequenas empresas	Até R\$ 50 mil	Até 48 meses	TJLP + 5% ao ano
HSBC Bamerindus	Pequenas e microempresas com mais de 24 meses de funcionamento mínimo de R\$ 50 mil	De R\$ 2 mil a R\$ 20 mil	Até 18 meses	3,5% ao mês ou TBF + 1,2% ao mês
Banco do Brasil (Mipem/FAI)	Pequenas e microempresas	Até R\$ 50 mil	Até 36 meses	TJLP + 5,33% ao ano
Banco do Brasil (Setor Informal)	Pessoas físicas que atuam no setor informal da economia	Até R\$ 5 mil	Até 24 meses	TJLP
Banco do Brasil (Cooperfai)	Cooperativas ou associações rurais e urbanas, exceto as de crédito e consumo	Número de associados x R\$ 400, multiplicado por prazo da operação em meses	Até 48 meses	TJLP + 4% ao ano
Banco do Brasil (Investimento)	Pequenas e microempresas	Até 35 mil UFIRs	Até 36 meses	TR + 1% ao mês
Finap/Ampeg	Investimento no desenvolvimento de novas tecnologias	De R\$ 30 mil a R\$ 170 mil	Até 60 meses	TJLP + 3% ao ano

Obs.: A maioria dos prazos já inclui o período de carência, que varia para cada linha de crédito. As garantias exigidas também são diferentes, mas todas incluem o aval.

PROGER IRÁ INVESTIR R\$ 1,9 BILHÃO ATÉ DEZEMBRO

n.º 54 do proc.
71.176 do 19.97
ionário Jolauze

1.º 55 do pto.
01 176 do 1397
cunho: planej

Recursos para compra de equipamentos

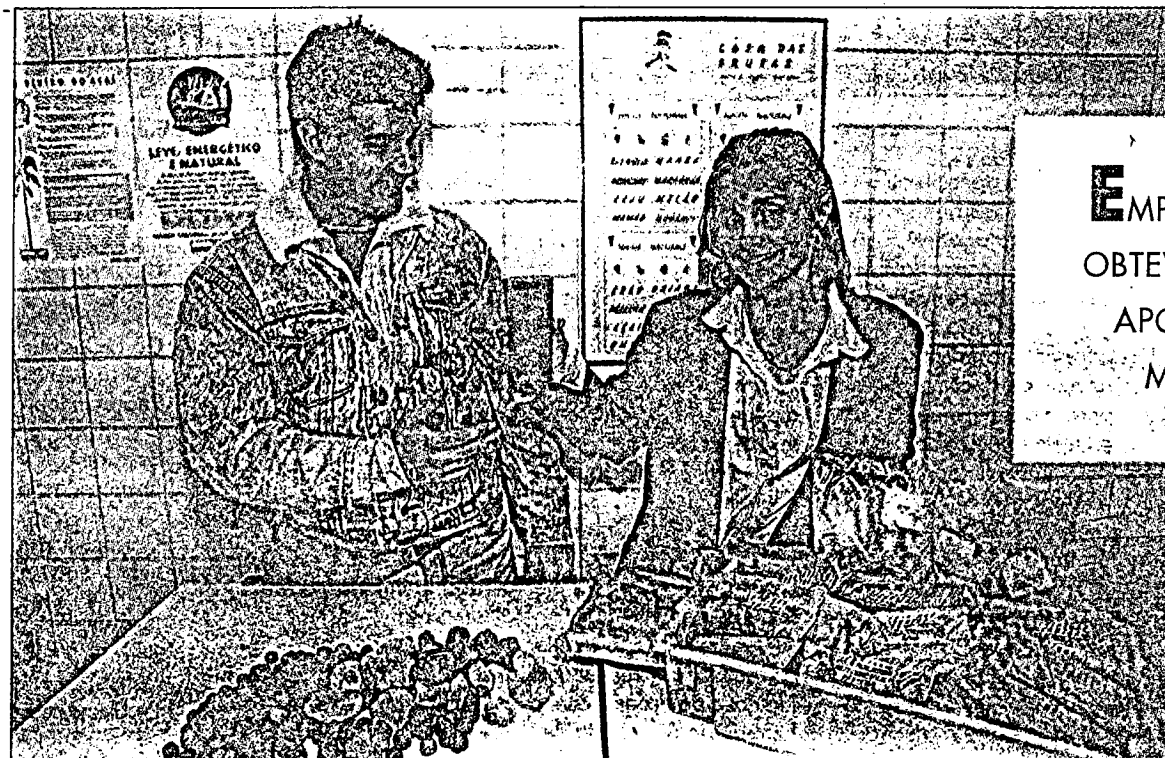
Na Casa das Frutas, financiamento do Proger foi utilizado para industrialização

CLÁUDIA BREDARIOLI

Além de planejamento e organização interna, os empresários que se dispuseram a procurar financiamento muniram-se de muita paciência e disposição. Muitas vezes também é preciso recorrer a sindicatos ou associações para facilitar ou possibilitar os processos, que requerem o preenchimento de formulários, análises de consultores de instituições credenciadas e acompanhamento da execução do projeto.

Maurício da Prato, sócio da Casa das Frutas junto com a irmã Mariella de Souza, demorou três meses para conseguir a verba para a compra de uma máquina para envazar polpa de fruta por meio do Proger. "Havíamos procurado outras linhas de crédito, mas os juros eram inviáveis", diz.

A maratona pela qual os sócios passaram incluiu o auxílio do Sindicato da Micro e Pequena Indús-



Maurício da Prato e Mariella: aquisição de máquina nova para envazar polpa de fruta

tria (Simpi), dicas de um parente que trabalhava na Caixa Econômica Federal, realização de projetos de viabilidade de empreendimento,

uma série de documentos, levantamento dos antecedentes de pessoas físicas e jurídicas – inadimplentes não têm acesso às linhas

de crédito – e, depois da liberação da verba, espera de quase um mês pela instalação do equipamento novo.

"Acabamos perdendo a chance de vender as polpas durante o verão e só vamos ter retorno do investimento na próxima estação", explica Prato.

"Nosso objetivo era levantar fundos para não nos apertarmos no pagamento das parcelas, que vencem a partir desse mês, com o fim da carência."

O financiamento de Prato foi de R\$ 15 mil, valor que permitiu a compra da máquina com desconto, pelo pagamento à vista, e a aquisição de acessórios e matéria-prima. "Quando se consegue seguir as previsões, o crédito é um ótimo meio de expandir um empreendimento", opina Prato.

**EMPRESÁRIO
OBTVE VERBA
APÓS TRÊS
MESES**

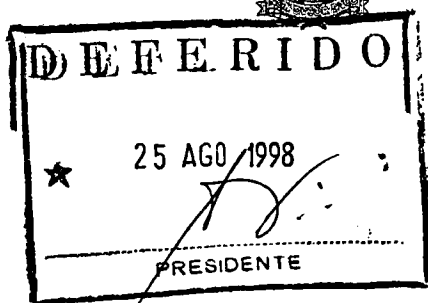
■ Banco do Povo: (011)412-2099; BB Responde: 0800-785678; Brasil Emprepreneur: (011)3159-3352; Casa das Frutas: (011)263-1823; Dextru: (011)814-5285; IDT-CE: (085)254-2525; Pães e Doces Homero Thon: (011)454-3816; Sebrae: 0800-780202

ATM



Câmara Municipal de São Paulo

Ord. n.º	54	do proc.
n.º	PL 176/89	de 19 97
Solange		

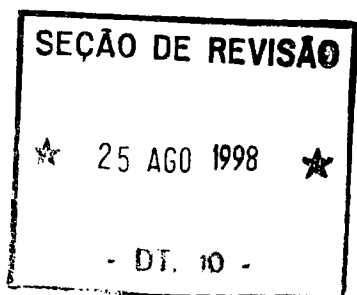


REQUERIMENTO 13 - RDS
13-1836/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1998


CARLOS NEDER
Vereador - PT



Microcréditos ajudam atividades de subsistência

Agentes do BNDES apoiam a população de baixa renda na criação de meios de elevar os ganhos

SUZANA SANTOS

RIO — O microcrédito ganha, a cada dia, mais força no desenvolvimento de municípios e regiões. Vários projetos de estímulo a atividades econômicas de subsistência da população de baixa renda, sem acesso ao sistema bancário, proliferam por todo o País com a atuação de agentes treinados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Pessoas sem renda conseguem hoje pedir de R\$ 100 a R\$ 5 mil para iniciar um serviço de autônomo, como camelô, pintor e costureira, por exemplo.

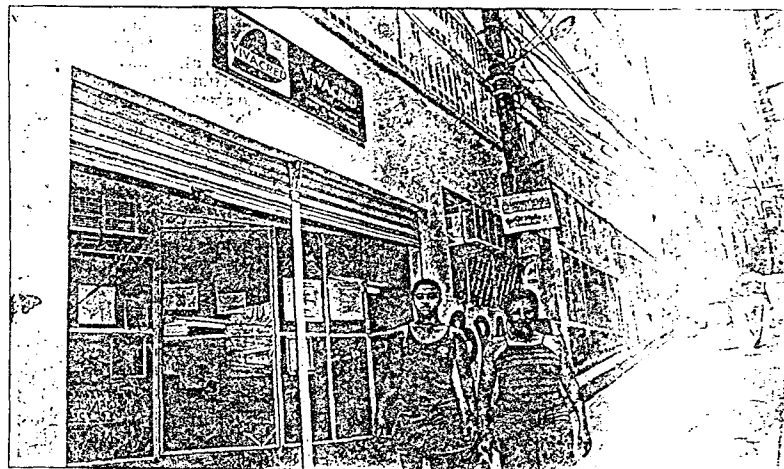
Os agentes de crédito foram preparados para avaliar pedidos de empréstimo de pessoas que não têm como comprovar capacidade de pagamento do dinheiro solicitado. Ou seja, analisam pedidos de pessoas que precisam, por exemplo, de R\$ 100 para comprar cerveja para revender na praia, com o objetivo de ganhar dinheiro para o sustento.

Esses agentes atuam ligados a Organizações Não-Governamentais (Ongs), aos governos de municípios ou Estados que têm convênio com o Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDES. Eles buscam entender as necessidades da população e atuam até como orientadores para as pessoas de baixa renda que pedem empréstimo, esclarecendo dúvidas também sobre as atividades econômicas.

O balanço de um ano do programa mostra que foram concedidos 155,5 mil empréstimos de julho do ano passado a julho deste ano em todo o País. Esse número de microcréditos é considerado um bom resultado pela diretora da Área de Desenvolvimento Regional e Social do BNDES, Beatriz Azeredo.

A técnica do BNDES informou que a instituição já aprovou R\$ 36,5 milhões para as linhas alternativas de investimentos destinados à criação de empregos e renda. Esse montante condicionou contra-partida de aporte de recursos dos Estados, municípios, setor privado e entidades internacionais de financiamento no valor de R\$ 28,6 milhões. O total de R\$ 65,1 milhões garantiu a concessão dos 155,5 mil créditos. O valor médio dos empréstimos é de R\$ 1,2 mil.

O programa do BNDES, que surgiu a partir de uma iniciativa do Programa Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, dá apoio a 23 Ongs em todo o Brasil, entre elas a Porto Sol (Porto Alegre), Viva Cred (Rio), Banco da Mulher (Paraná), Casa do Empreendedor (Londrina) e a Blu Sol (Blumenau) e a um fundo estadual na Bahia, que atende 18 municípios. Todas as instituições têm agen-



Maria Magdalena Pires (à dir.), em frente à agência do Viva Cred. "Cansada de trabalhar para os outros

tes para analisar a situação de quem precisa de dinheiro.

Além dos R\$ 36,5 milhões já liberados pelo BNDES para as entidades repassadoras, outros recursos já estão praticamente disponíveis, segundo Beatriz.

A perspectiva da técnica é que no curto prazo sejam liberados mais R\$ 12,2 milhões para o Programa de Crédito Produtivo Popular, montante que deve exigir uma contra-partida no mesmo valor. O recurso do BNDES é originado do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As Ongs estão enquadradas na linha BNDES Solidário, que prevê a participação do banco com até 75% do valor que as Ongs ou instituições multilaterais, como Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), têm em caixa para empréstimos.

O teto de financiamento do BNDES é de R\$ 3 milhões por entidade.

A linha do BNDES para os empréstimos para a população de baixa renda é específica e tem taxa de retorno muito baixa. O custo do dinheiro repassado para as Ongs, que, com a autorização do

Banco Central, podem fazer empréstimos, é de cerca de 11% ao ano, que é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O prazo de pagamento é de oito anos, além dos seis meses de carência. O repasse para a população sai com taxa de juros de cerca de 3,9% ao mês, como no Viva Cred, por exemplo.

O BNDES Trabalhador, que está vinculado à participação governamental, no âmbito municipal ou estadual, define que a instituição entrará com até 60% do valor do fundo constituído para empréstimos destinado a microempreendedores. O fundo deve ter 30% de recursos do Estado e mais 10% de dinheiro do município que aderir ao programa. O custo do dinheiro do BNDES é a TJLP. O prazo de carência é de nove meses e de pagamento, de sete anos.



Silva: R\$ 400 reais para comprar um compressor para sua oficina

Moradores da Rocinha, no Rio, recorrem ao Viva Cred

RIO — Morador da Rocinha, desde que nasceu há 36 anos, Luiz Cláudio Silva, pintor de carros, estava eufórico com dois serviços já garantidos no início do mês. Assegurava, assim, uma renda de R\$ 800 para o sustento e também para uma reserva. Mas o compressor de pintura quebrou, tirando seu sono. No desespero e sem poder correr o risco de perder o trabalho contratado, comprou um novo equipamento, financiado com juros de 10%. Aconselhado por amigos, foi ao Viva Cred pegar dinheiro emprestado, com taxa de 3,9% ao mês, para poder antecipar as prestações do compressor e fugir dos altos juros.

Silva não foi feliz na antecipação do pagamento dos R\$ 572 do compressor porque a financeira não abateu os juros incluídos nas parcelas. O pintor não esmoreceu. O crédito do Viva Cred o estimulou a investir mais no trabalho para ganhar agilidade e ampliar a clientela. Ele usou R\$ 120 dos R\$ 400, obtidos na entidade da Rocinha, para comprar duas pistolas de pintura, que servem de assessorio para o compressor.

O pintor, que já tem duas outras pistolas, poderá usar uma pa-

ra cada tipo de tinta, tornando o serviço mais ágil. Com o restante, quitou uma parcela da dívida com a financeira e comprou um uniforme de trabalho. "Quer melhorar a minha condição e poder atender melhor a clientela," Silva teve de pagar em 3% de taxa de juros o valor emprestado pelo Viva Cred. Ele pagará o crédito em seis meses.

Outra moradora da Rocinha, beneficiada pelo Viva Cred foi Maria Magdalena Pires, 42 anos, cansada de trabalhar para os outros, ela montou, há dois meses, um mercadinho. Satisfeita com os resultados e já esperando o ano, sabe que está a ponto de sair para aproveitar a liberdade do verão, quando a moçidade aumenta. Mada já vende doces e biscoitos, cerveja, macarrão. Agora quer oferecer também sorvetes. "A procura tem vindo aumentando muito," Mada solicita R\$ 2 mil ao Viva Cred para comprar mercadorias. Em três dias, o crédito é liberado na Viva Cred, associação civil sem fins lucrativos, que desde abril de 1992 empresta de R\$ 100 a R\$ 5 mil, mesmo para pessoas que não têm acesso ao sistema bancário. (S.S.)

57 do proc.
n.º PL 176 de 19 97
Solange

Publicação: 0 687-SP
Data: 23/08/98
Pág.: 1310

Prefeitura de Porto Alegre é pioneira, com a Portosol

Entidade gaúcha sai às ruas para divulgar suas atividades e oferecer crédito à população

WÁLMARO PAZ

Especial para o Estado

PORTO ALEGRE - A prefeitura da capital gaúcha foi pioneira na criação de uma instituição comunitária de crédito, a ICC Portosol. Por isso, a cidade foi escolhida como sede do seminário Crédito Popular e a Metodologia Portosol, que lotou o auditório do Banco Central, em Porto Alegre.

"Em um ano e meio de existência, já pudemos verificar um desempenho altamente positivo", afirmou o prefeito Raul Pont, na abertura do evento. A representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ana Lúcia Paiva Dezolt, anunciou uma parceria para o ano de 1998 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). A nova diretriz das atividades da instituição dará, segundo ela, mais agilidade aos projetos que têm o caráter de fortalecer o papel privado e da sociedade civil, especialmente na criação de emprego e renda.

Aval solidário - O representante do Banco Mundial (Bird), John Garrison, lembrou que o recente surgimento de diversas iniciativas no âmbito do microcrédito no Brasil despertou o interesse da entidade pela atividade. Ele assegurou que existem, no mundo, 6 mil usuários, entre agências de microcrédito, que já se beneficiaram dos recursos do Bird - cerca de US\$ 16 milhões.

O coordenador do Projeto Novas Fronteiras do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Luiz

Antônio Gonçalves dos Reis, disse que o programa, criado há seis anos, e voltado ao Centro-Oeste, chega agora ao Sul com propostas dirigidas ao meio ambiente e à área rural. Ele revelou, no entanto, que o PNUD pretende oferecer sua tecnologia e pessoal técnico para o desenvolvimento de bancos virtuais, que possam ajudar na especialização de metodologias como a da Portosol.

A instituição fornece crédito por meio do sistema de aval solidário para pequenos e microempresários, além de manter um serviço de orientação financeira para promover o desenvolvimento dessas empresas. O limite máximo de crédito é de R\$ 10 mil e pode ser de financiamento para equipamentos ou, até mesmo, de capital de giro.

A Instituição Comunitária de Crédito Portosol tem 23 funcionários, 17 deles agentes de crédito que visitam os bairros para captar clientes. Segundo a diretora-executiva, Jane Barcellos, semanalmente, boa parte da equipe sai a campo com os dois veículos, um Gol e uma Kombi, percorrendo os diversos bairros

da cidade. Nesses locais, as pessoas são convidadas pelo alto-falante a se aproximar para obter informações sobre o microcrédito, enquanto outros agentes percorrem as ruas, divulgando a ICC, de porta em porta.

Os candidatos ao crédito da Portosol devem preencher os seguintes requisitos: exercer a atividade por mais de seis meses no mesmo ramo, no mercado formal ou informal; empregar menos de dez funcionários; e o patrimônio deve ser inferior a R\$ 50 mil. As prestações são fixas e a taxa de juros é de 3,5% ao mês, aplicada sobre o saldo devedor. O limite de crédito é de R\$ 5 mil para capital de giro e de R\$ 10 mil no financiamento de capital fixo.

PROGRAMA
BRASILEIRO
ATRAIU
O BIRD

58 do proc.
n.º PL 176 de 1997
Solange

Banco do Nordeste obteve bons resultados

Instituição já fez 20.205 operações de crédito para microempresários, com baixíssima inadimplência

RODOLFO SPINOLA

Especial para o Estado

FORTALEZA – O Nordeste está fazendo uma experiência com um tipo de crédito que tem apresentado resultados bastante positivos. É o Credamigo, uma linha criada em janeiro pelo Banco do Nordeste para quem não tem acesso aos bancos, como borracheiros, ambulantes, pipoqueiros, marceneiros, pequenos lojistas e fabricantes de uma infinidade de produtos de consumo.

De acordo com o presidente do Banco do Nordeste, Byron Queiroz, uma pesquisa realizada no ano passado em cinco Estados da região constatou que esses microempreendedores tinham como principal fonte de financiamento os agiotes ou fornecedores, que cobravam

juros mais elevados que as do mercado de crédito formal.

A partir dessa constatação, o banco resolveu apoiar os microempresários nordestinos. "Ao criarmos o Credamigo, instalamos 50 agências na região exclusivamente para esse segmento", disse Queiroz. Segundo ele, em sete meses de operação, essas agências realizaram 20.205 operações de microcrédito, num total de R\$ 12,5 milhões. "Até o fim do ano, pretendemos estar com 130 mil operações fechadas, com aplicação de R\$ 55 milhões."

A meta do banco para os próximos quatro anos, contou Queiroz, é aplicar R\$ 300 milhões, num universo de 500 mil operações. O presidente do Banco do Nordeste revelou que o programa é inspirado em experiências semelhantes na Bolívia, Colômbia, no Chile e na Indonésia. Ele assinalou que o Credamigo não tem caráter assistencialista, porque independe de fontes oficiais. Os recursos são captados no mercado e repassados a juros de mercado, de 5% ao mês, e prazo de

no máximo 90 dias, com reembolso em prestações quinzenais, de modo a garantir a continuidade e a expansão dos financiamentos.

Para ingressar no Credamigo, o microempreendedor preenche um formulário de solicitação de empréstimo para, depois de alguns dias, receber a visita de um assessor de crédito. Ele verificará as condições do empreendimento, as necessidades e a capacidade de pagamento do cliente.

Depois do primeiro empréstimo, o cliente, desde que seja bom pagador, se habilita a receber novos créditos, em quantias sempre mais elevadas, até chegar a um ponto em que ele, automaticamente, passe a utilizar de outros programas do sistema formal, como empresa.

Segundo Queiroz, não é exigido que o tomador do empréstimo te-

nha firma constituída ou apresente bens em garantia. "Adotamos um sistema de garantia solidária, quando o interessado forma um grupo de três a sete pessoas de sua confiança que tenham um pequeno negócio próximo do seu e necessitem de crédito. "Nestes primeiros sete meses, nossa taxa de inadimplência é baixíssima."

No Mucuripe, bairro portuário de Fortaleza, a experiência do Credamigo é sucesso. O vendedor de peixes Antônio Carlos Soares, por exemplo, juntou-

se a três amigos, donos de uma marmitaria, de um bar e um armazinho. Em menos de uma semana eles receberam o dinheiro, aumentaram seus estoques e até diversificaram os seus produtos. Antônio já renovou duas vezes o empréstimo. Com ele, dobrou a venda de peixes e já trabalha com outros produtos.

GARANTIAS
SÃO
OFERECIDAS
POR GRUPOS

Publicação: OCSK-SP

Data: 23/10/81

Pág.: 10

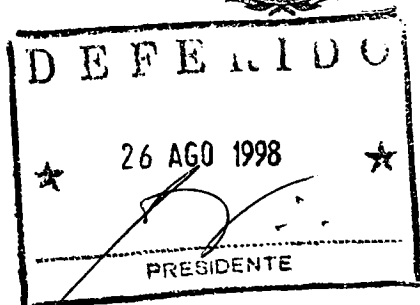
54
de 10
97
de 10
97
de 10
97



ATM

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	60	do proc.
n.º	PL 176	de 1997
Solanze		



REQUERIMENTO

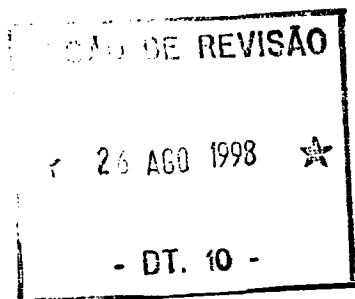
13 - RDS
13-1871/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1998

CARLOS NEDER

Vereador - PT



X Banco do Povo no 25º ISBC

Experiência de Bangladesh é um dos temas de evento da ACSP

O Banco do Povo, como é conhecido o Bangladesh's Grameen Bank, estará participando do 25th ISBC – International Small Business Congress –, que acontecerá de 11 a 14 de outubro próximo, em São Paulo. A instituição, que deverá contribuir para os debates sobre o microcrédito e financiamentos para pequenos empresários, tem no currículo o fato inédito de já ter ajudado mais de 2,3 milhões de mulheres de Bangladesh a elevarem seu padrão de vida.

Com atenção voltada principalmente para pessoas pobres, o Grameen Bank faz empréstimos de pequeno valor que, conforme o progresso financeiro dos clientes,

podem ir aumentando de volume. Para isso, o banco não pede nenhuma garantia. Sua filosofia tem como base a confiança nas mulheres que recorrem ao programa.

O resultado é um total de US\$ 2,3 bilhões nas mãos das clientes do Grameen. Segundo já declarou o gerente executivo, Muhammed Yunus, os empréstimos são feitos para grupos de cinco pessoas, o que contribui para assegurar o pagamento. Isso acontece porque a má pagadora fica em dívida não só com o banco, mas também com as companheiras.

O crédito fornecido às mulheres tem-lhes dado a oportunidade de trabalhar e se tornar independentes. Yunus acrescenta que

esse capital está contribuindo, inclusive, para combater muitos problemas sociais do país, pois essas mulheres têm como prioridades providenciar a educação de seus filhos e elevar a qualidade da alimentação e de vida.

Fundado em 1971, com uma forma de administração que não despertava a confiança dos economistas, o Grameen Bank com o passar dos anos conseguiu se estabelecer e conquistar admiradores como a rainha Sophia da Espanha e o presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Hoje, o programa do Grameen é adotado em 64 países.

Atualmente, o banco está operando com "braços" que atendem a setores específicos da economia, como, por exemplo, o de telecomunicações, mantido pelo Grameen Telecom; o Grameen Uddog, para empréstimos a empreendimentos de pequeno porte; o Grameen Housing, para o setor de habitação, dentre outros. Para falar sobre o Grameen Bank durante o ISBC, virá ao Brasil o diretor adjunto da instituição, Khalid Shams.

Um exemplo brasileiro de sistema de crédito para pessoas de baixa renda é o Proger (Programa de Geração de Empregos e Renda), criado pelo Ministério do Trabalho, utilizando recursos do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF).

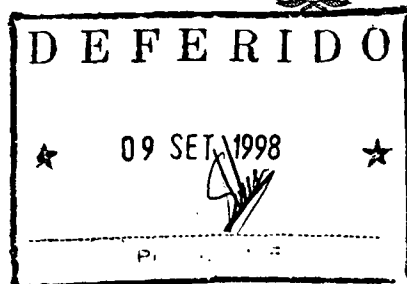
O 25th ISBC – International Small Business Congress – é uma realização da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) em conjunto com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) e terá como tema "Emprego: O Grande Desafio. Pequena Empresa: A Grande Solução".

ATM



Câmara Municipal de São Paulo

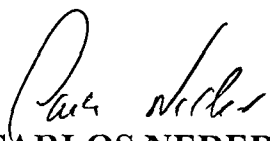
Folha n.º	62	de proc.
n.º PL	176	de 19 97
J. Lange		



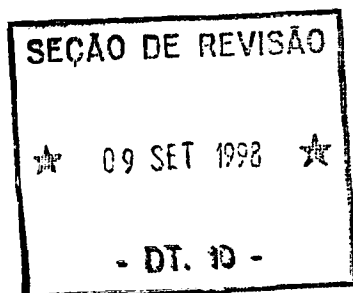
13 - RDS
REQUERIMENTO 13-2031/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



Emprego e desenvolvimento local

Byron Queiroz *

A partir dos anos 80, o aumento da concorrência internacional, o endividamento crescente dos governos e a aceleração das mudanças tecnológicas provocaram uma profunda reorganização da produção e do trabalho, com tendências que apontam para uma maior heterogeneidade do mercado de trabalho, precariedade dos empregos e informalidade contratual.

O processo de mudança dos modelos econômicos e sociais em curso põe na agenda do dia a valorização da discussão do local como cenário econômico, político e social, exigindo um redimensionamento integrado de seu espaço.

O local é aqui entendido como um entorno ecossocioterritorial (município ou região) onde, aproveitando-se as vantagens competitivas (vocalização econômica, projetos estruturantes, capital social e capacidade empreendedora), busca-se, a partir do econômico, construir as múltiplas dimensões de desenvolvimento sustentável (social, ambiental e político-institucional). O nível local é ao mesmo tempo uma comunidade de atores, públicos e privados, com potencial de recursos hu-

manos, financeiros e infra-estruturas de onde a mobilização e a valorização geram idéias e projetos de desenvolvimento.

O local não se contrapõe ao global. Pelo contrário, abre espaço para a integração local/global, a partir de "nichos" de mercado e de novas oportunidades de geração de renda e trabalho por parte de pequenas e médias empresas e organizações associativas. Ao lado das estruturas comerciais globalizadas, funcionam circuitos de integração internos, que têm como referência mais direta os mercados local e regional.

É possível fazer emergir ambiente favorável à capacidade empreendedora: vontade comunitária de implementação, rede de negócios, organizações locais de apoio, capital inicial e serviços de capacitação adequados para alavancar as iniciativas endógenas.

Não se trata de desenhar intervenções do tipo compensatórias em áreas atrasadas ou deprimidas

A experiência recente do Banco do Nordeste em apoio ao desenvolvimento local, as iniciativas de algumas prefeituras e de ONGs atestam que o ponto central é ter uma proposta metodológica, suportada por um trabalho de articulação institucional, instrumentos de capacitação e modelo de gerenciamento capaz de aglutinar obje-

tivos, ações, responsabilidades e resultados coletivos.

Resalte-se que o trabalho do Banco do Nordeste, intimamente ligado ao crédito de longo prazo, é amparado por ações concretas e focadas nos resultados da aplicação desses recursos. Partindo de uma visão integrada do desenvolvimento em todas as suas dimensões - econômica, social, política, ambiental e cultural, o banco desenvolveu uma série de instrumentos para atuar de forma antecedente e consequente ao crédito, articulando as vocações locais, eliminando os gargalos de infra-estrutura, facilitando o acesso aos serviços de capacitação e apoio à produção e comercialização, sobretudo sua conexão com os novos paradigmas do desenvolvimento. São exemplos desses instrumentos: o agente de desenvolvimento, as agências itinerantes, programas de capacitação, fundos de aval municipal, crédito produtivo popular, entre outros.

Trata-se de uma mudança política e cultural, em que não cabe amesquinamento aos interesses partidários ou ideologias, onde a grande empresa se articula com as pequenas e vice-versa, onde técnicos das instituições estão a serviço da sociedade e não das estruturas institucionais internas, onde o governo local assume o papel de gestor social e facilitador das iniciativas empreendedoras e de uma nova institucionalidade construída (organizações sociais, conselho de desenvolvimento, comitês e comissões de trabalho etc.), onde as políticas setoriais (infra-estrutura, rural, industrial, base tecnológica, capacitação profissional e organização do trabalho) se articulam em direção ao entorno local.

A despeito dos avanços verificados nas iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento local, elas estão desconectadas das políticas estaduais e sobretudo federais. É natural e faz parte da trajetória do desenvolvimento que as políticas centrais ainda estejam direcionadas para dar suporte ao padrão "fordista" de produção baseado em parques industriais, economias de aglomeração, consumo de massa, gestão "taylorista" do trabalho, contemplando segmentos mais organizados do capital produtivo e financeiro. Existem outros circuitos de obtenção de excedentes econômicos e que possuem uma lógica de funcionamento distinta, como é o caso das micro e pequenas empresas em geral, pequena produção rural, microempresas ur-

de e não das estruturas institucionais internas, onde o governo local assume o papel de gestor social e facilitador das iniciativas empreendedoras e de uma nova institucionalidade construída (organizações sociais, conselho de desenvolvimento, comitês e comissões de trabalho etc.), onde as políticas setoriais (infra-estrutura, rural, industrial, base tecnológica, capacitação profissional e organização do trabalho) se articulam em direção ao entorno local.

A despeito dos avanços verificados nas iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento local, elas estão desconectadas das políticas estaduais e sobretudo federais. É natural e faz parte da trajetória do desenvolvimento que as políticas centrais ainda estejam direcionadas para dar suporte ao padrão "fordista" de produção baseado em parques industriais, economias de aglomeração, consumo de massa, gestão "taylorista" do trabalho, contemplando segmentos mais organizados do capital produtivo e financeiro. Existem outros circuitos de obtenção de excedentes econômicos e que possuem uma lógica de funcionamento distinta, como é o caso das micro e pequenas empresas em geral, pequena produção rural, microempresas ur-



banas, setor informal, que produzem para os mercados locais ou regionais, ou se integram de forma indireta com a economia globalizada.

Não se trata de desenhar intervenções do tipo compensatório em áreas atrasadas ou deprimidas, tampouco melhorar a focalização em grupos marginalizados, para assegurar que políticas redistributivas os beneficiem. Não se trata também de desconhecer a importância do equilíbrio macroeconômico e das condições institucionais em curso, que são a base que o desenvolvimento requer. O desafio é desenhar políticas públicas que promovam iniciativas de desenvolvimento local endógenas, baseadas no potencial empresarial e produtivo existente no território.

Muita coisa poderia ser iniciada nesse sentido: análise, avaliação e divulgação das experiências; sensibilização de formadores de opinião, lideranças e gestores públicos; desenvolvimento de base de informações e indicadores de desenvolvimento municipais; apoio a programas de capacitação de lideranças integradas a experiências de desenvolvimento local; projetos-piloto de desenvolvimento local construídos e apoiados por mecanismos de gestão integrada de políticas públicas; de-

senvolvimento e aplicação de sistema de gerenciamento de políticas públicas em experiências concretas de desenvolvimento local.

A propósito, merece registro a experiência do Banco do Nordeste, em parceria com outras instituições, em apoio ao desenvolvimento local, além de outros organismos com esforço claro nesse sentido: Ministério do Trabalho, Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat),

Conselho de Articulação do Comunidade Solidária e Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado. Destaque-se a parceria entre o Ministério do Planejamento e o Banco do Nordeste na institucionalização e gestão dos Pólos de Desenvolvimento Agroindustrial do Nordeste, utilizando a metodologia de desenvolvimento local e o modelo de gerenciamento do Programa Brasil em Ação.

Enfim, o enfoque do desenvolvimento local é o melhor caminho para enfrentar a ameaça do desemprego e para a construção de um novo processo de desenvolvimento sustentável com eficiência econômica, igualdade social, equilíbrio ambiental e democracia. ■

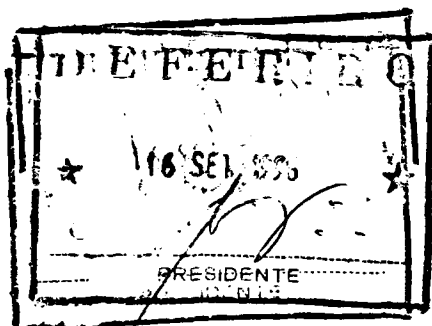
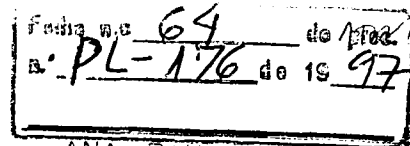
Presidente do Banco do Nordeste.

Folha n.º 603 do proc.
n.º PL 176 do 1997
Splaing

Folha n.º 603 do proc.
Data: 04/09/97
Pág: 23



Câmara Municipal de São Paulo



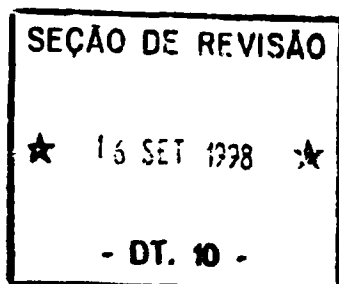
REQUERIMENTO "D" 13 - RDS
13-2051/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



NOVOS CAMINHOS PARA GARANTIR OCUPAÇÃO E RENDA NO NORDESTE

O ingresso de grande contingente da população brasileira nos circuitos do consumo e geração de renda, como resultado do Plano Real, ampliou as oportunidades para os pequenos negócios, fazendo emergir formas alternativas de busca de ocupação e renda, em especial na região Nordeste. Esse quadro levou pessoas antes desempregadas a buscar renda nas atividades informais, fazendo surgir pequenos negócios que, apesar de sua relevância no atual mercado de trabalho do País, têm entre suas principais fragilidades a falta de acesso ao crédito.

São borracheiros, ambulantes, merceiros, pequenos lojistas e fabricantes de uma infinidade de produtos de consumo, tradicionalmente fora do mercado formal de crédito. Pesquisa de mercado realizada pelo Banco do Nordeste em cinco cidades de diferentes estados nordestinos constatou que esses microempreendedores tinham como principal fonte de financiamento agiotas ou fornecedores, que, em geral, cobram juros mais elevados que o crédito de consumo dos bancos comerciais, ampliando a fragilidade desses negócios.

O Banco do Nordeste assumiu o desafio de apoiar o setor microempresarial nordestino, que estava marginalizado do sistema financeiro. Para tanto, criou o CREDIAMIGO – Central de Microcrédito do Nordeste, e instalou 50 agências nos diferentes estados da Região, exclusivamente para atender a esse segmento produtivo. Em poucos meses de operação, as agências de microcrédito do Banco do Nordeste já realizaram ~~5000~~ 20 mil operações, aplicando R\$ 4 milhões, devendo alcançar até o final deste ano mais de 100 mil operações, com aplicações da ordem de R\$ 55 milhões.

A proposta do CREDIAMIGO é contribuir para o crescimento do setor microempresarial, mediante oferta de recursos financeiros de forma oportuna, adequada e de fácil acesso, e assegurando novas oportunidades de ocupação e renda na Região.

O público-alvo são microempreendedores que desenvolvem atividades de serviços, comércio e produção, preferencialmente dentro do setor informal urbano, que necessitam de crédito para suas necessidades imediatas, como capital de giro e compra de equipamentos, evitando que o pequeno empreendedor tenha que recorrer a agiotas ou venham a ter suas atividades prejudicadas por falta de capital de giro.

Por sua relevância econômica e social, o microcrédito do Banco do Nordeste é um dos 42 projetos do programa Brasil em Ação, voltado para promover o desenvolvimento sustentável do País nas próximas décadas através de projetos estrategicamente escolhidos por seus efeitos multiplicadores, sua capacidade de alavancar o desenvolvimento social e seu potencial de geração de oportunidades no setor privado.

O objetivo do CREDIAMIGO é não apenas socorrer necessidades financeiras imediatas, com empréstimos simplificados. Paralelamente ao crédito, são oferecidos serviços de capacitação, visando à melhoria de qualificação técnico-gerencial do cliente, através de treinamentos práticos e de curta duração. Desse modo, ele aprenderá a organizar e controlar melhor o seu negócio, garantindo a sustentabilidade e o crescimento de suas atividades.

Para implantação do CREDIAMIGO o Banco do Nordeste realizou pesquisa de mercado, desenvolveu sistemas de controle operacional informatizados e fez viagens de estudo a Bolívia, Colômbia, Chile e Indonésia. Desenvolveu também metodologia específica, com apoio de consultoria internacional especializada em microfinanças, e fez a seleção e treinamento do pessoal necessário à implementação do programa, que deverá ser estendido a outras praças do Nordeste, em função da demanda.

Com base em metodologia inovadora, o crédito não exige as garantias tradicionais do sistema financeiro, funcionando com grupos solidários. Os recursos são destinados a capital de trabalho com prazos curtos, de três meses, e acréscimos graduais em função da capacidade de pagamento e experiência do mutuário. Os primeiros empréstimos poderão atingir até R\$ 1 mil por beneficiário, estimando-se uma média de R\$ 500.

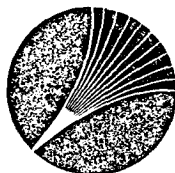
Para ingressar no CREDIAMIGO o microempresário preenche o formulário de solicitação de empréstimo e recebe a visita do assessor de crédito, que avalia *in loco* as condições do empreendimento e identifica junto com o cliente as suas necessidades, a partir do exame da capacidade de pagamento, avaliação do fluxo de caixa, estoques, movimento das vendas etc. Os assessores de crédito são pessoas treinadas pelo Banco para atuar em uma determinada área, o que permite o acompanhamento de cada cliente. A partir do primeiro empréstimo, o cliente se habilita a receber créditos sucessivos, em quantias cada vez mais elevadas, até o momento em que seu negócio atinja o estágio necessário a utilizar-se de outros programas do sistema formal de crédito, já como empresa.

As exigências para beneficiar-se do microcrédito são mínimas. Não é necessário ter firma constituída ou apresentar bens em garantias. Basta que esteja estabelecido há mais de um ano, seja maior de idade e viva de seu negócio. O programa adota o sistema de garantia solidária: o interessado forma um grupo de quatro a sete pessoas de sua confiança que tenham um pequeno negócio próximo ao seu e que necessitem também de crédito para seus empreendimentos. Cada membro do grupo é responsável pelo pagamento de sua parcela e também da parte restante do empréstimo liberado ao grupo e os valores para cada um são definidos em função da sua capacidade de pagamento.

Embora de largo alcance social, o Programa não tem caráter assistencialista e independe de fontes oficiais ou de subsídio oficial, já que os recursos são captados no mercado e repassados aos beneficiários, a juros de mercado (5% ao mês) e prazo curto, de no máximo 90 dias, com reembolso em prestações quinzenais, de modo a garantir a continuidade e expansão dos financiamentos, de acordo com a demanda. Como incentivo para que o cliente cumpra os prazos pactuados, os que pagarem todas as prestações em dia receberão do Banco, ao final do empréstimo, 15% dos juros pagos, a título de prêmio, e poderão receber novo crédito já no dia seguinte.

Para o sucesso do programa, o ponto forte é o comprometimento de toda a equipe do Banco, aliada à sua moderna estrutura tecnológica, modelo de gestão empresarial, com foco em resultados, controle gerencial, sistema de avaliação de performance e de remuneração variável.

**Banco do
Nordeste**



NOTÍCIAS

Sexta-feira, 23 de janeiro de 1998

Assessoria de Comunicação Social-ASCOM - Tel: (085) 255.4527 e 255.4691

Fax: (085) 255.4705 - Internet: <http://www.bnb.gov.br> - Impressão/Distribuição: Ambiente de Recursos Logísticos

67
a. PL-176 do 15 97

ANA PAULA KARRUZ

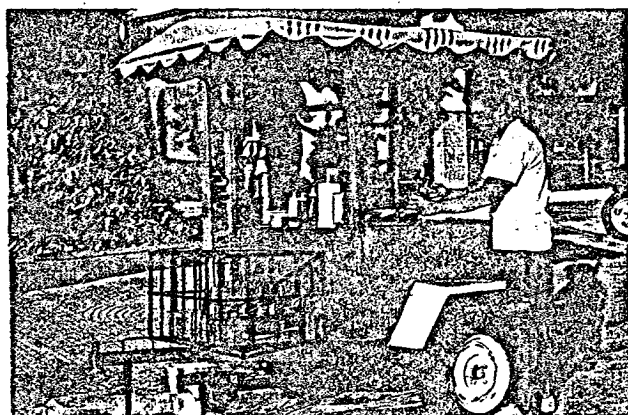
Oficial Legislativo.

FOTOS: AREDILSON



CRED **AMIGO**

CENTRAL DE MICROCRÉDITO DO NORDESTE



**Banco do Nordeste
lança programa de
microcrédito para
pequenos
empreendedores**

EXCLUSIVO

Editorial

Crédito para quem produz



Fortalecer o setor microempresarial sobretudo a atividade informal. Esse é o grande objetivo do Programa de Microcrédito que o Banco do Nordeste está lançando. O CREDIAMIGO vem no contexto da linha de atuação adotada pelo Banco nos últimos três anos: inovação, descentralização e democratização de suas ações.

Oferecer acesso ao crédito produtivo àqueles hoje marginalizados do sistema financeiro formal significa gerar novas oportunidades de ocupação e renda. A meta é atender 500 mil microempreendedores, sendo 100 mil já este ano.

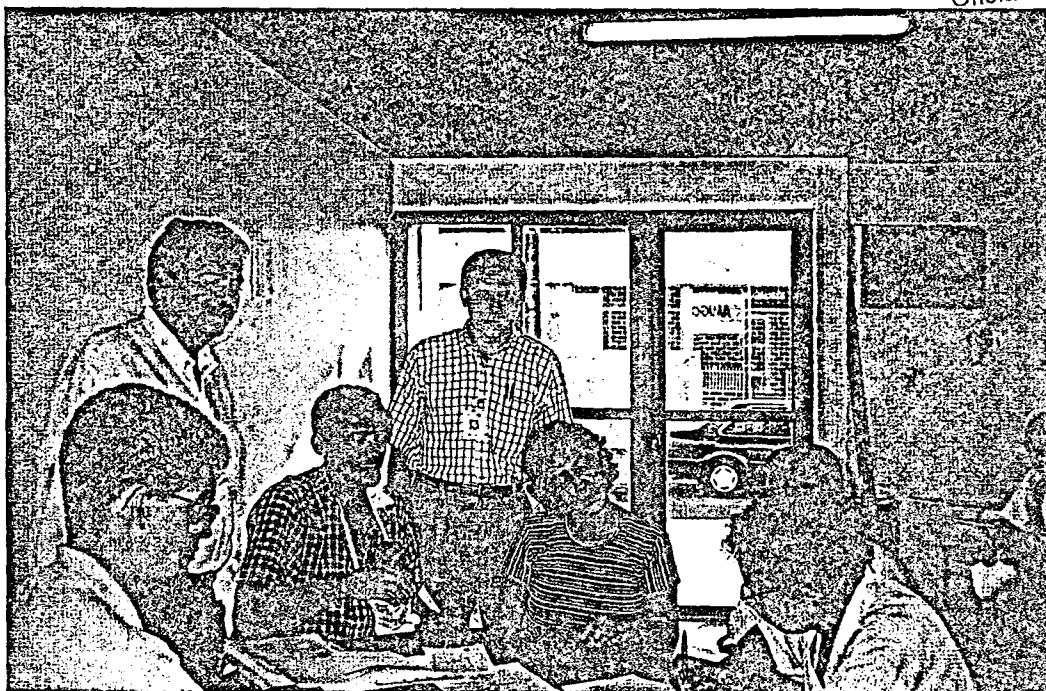
Para tanto, o Banco desenvolveu processo metodológico específico para esse mercado, investindo em tecnologia e recursos humanos. Estaremos utilizando toda a retaguarda de instituição financeira moderna, aliada à capacidade e experiência na operacionalização de programas voltados para pequenos negócios. Esse é o grande diferencial do programa.

Coerente com o seu processo operacional, simplificado nos últimos três anos, e à vista do público alvo do programa (borracheiros, ambulantes, merceeiros, pequenos lojistas e fabricantes de uma infinidade de produtos de consumo), o Banco vai oferecer empréstimos totalmente desburocratizados.

A implementação do programa implicou o rompimento de velhos paradigmas, a exemplo do "risco do crédito sem garantia". Ao acreditar na força do grupo solidário, o Banco do Nordeste optou por reforçar sua crença no trabalhador nordestino e na sua capacidade de gerar renda a partir de seu próprio esforço. Além disso oferecerá orientação para que o microempreendedor aplique bem o seu financiamento e obtenha dele o retorno desejado, o que lhe possibilitará pagar seus empréstimos e crescer.

O programa não tem cunho assistencialista, utiliza recursos captados no mercado, independentemente de fontes públicas. Tem assim sua sustentabilidade garantida para responder à demanda. O desafio é trabalhar de forma eficiente, com qualidade e tempestividade para atender as necessidades do cliente do programa — o microempreendedor que deseja melhorar de vida.

Byron Queiroz
Presidente



Impacto social:
Grupo de
pequenos
empreendedores
assina contrato na
agência Metro-
Montese

Microempreendedores têm acesso facilitado ao crédito

Com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito por parte dos microempreendedores urbanos, garantindo-lhes, assim, não só a sustentabilidade como a expansão de seus negócios, o Banco do Nordeste está lançando o CREDIAMIGO - Central de Microcrédito do Nordeste. O programa tem metodologia bastante simplificada, sendo destinado às atividades produtivas e profissionais hoje marginalizados do sistema financeiro tradicional, tais como borracharias, mercearias e pequenos açougues, dentre outras. Os recursos destinam-se a capital de giro, com prazos curtos e acréscimos graduais em função da capacidade de pagamento e experiência do mutuário.

Por sua relevância econômica e social, o programa de microcrédito do Banco do Nordeste é um dos 42 projetos do Programa Brasil em Ação, conjunto de

iniciativas do Governo Federal voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável do País nas próximas décadas, escolhidas por seus efeitos multiplicadores, sua capacidade de alavancar o crescimento social e seu potencial de geração de oportunidades no setor privado.

100 MIL BENEFICIÁRIOS EM 1998

O Banco do Nordeste prevê o atendimento a 100 mil microempreendedores em 98 e 500 mil nos próximos quatro anos, com o programa sendo estendido, a partir de abril, às 50 maiores cidades da sua área de atuação.

A economista Silvana Parente, Chefe do Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste e Gerente do CREDIAMIGO no Brasil em Ação,

afirma que a principal importância do programa é o seu forte impacto social, com geração de trabalho e renda em duas das áreas mais carentes do País: região Nordeste e norte de Minas Gerais. Ela ressalta ainda como aspecto positivo do CREDIAMIGO a forma desburocratizada como os microempreendedores têm acesso ao crédito: o interessado, que não precisa ter firma constituída ou apresentar bens em garantia, preenche a ficha de inscrição e recebe a visita do assessor de crédito, que verifica, in loco, a capacidade do empreendimento. Em seguida, o comitê de crédito aprova a liberação, com taxas de juros de 5% ao mês, prazo máximo de 90 dias e reembolso em prestações quinzenais. O que garante o êxito dessa metodologia, segundo Silvana Parente, é a formação dos chamados Grupos Solidários, uma idéia simples aprimorada por

técnicos do próprio Banco do Nordeste a partir de visitas realizadas à Bolívia, Colômbia, Chile e Indonésia: o interessado forma um grupo de quatro a sete pessoas de sua confiança que tenham um pequeno negócio próximo ao seu e que necessitem também de crédito para seu empreendimento. Cada membro do grupo é responsável pelo pagamento de sua parcela e também da parte restante do empréstimo liberado ao grupo. O valor para cada integrante do Grupo Solidário é definido em função da sua capacidade de pagamento. Tão logo conclua o pagamento do último empréstimo, o beneficiário se habilita a obter novos empréstimos cada vez maiores. Os empréstimos podem ser de até R\$ 1 mil por beneficiário, estimando-se uma média de R\$ 500,00.

Silvana Parente acrescenta que a intenção a médio prazo do Banco do Nordeste com o CREDIAMIGO é contribuir para a adequação do setor

informal às exigências competitivas de mercado. Para isso, além do acesso ao crédito, os microempreendedores passarão a contar com serviços de capacitação gerencial que lhes permitam a inserção no setor formal da economia. "Queremos que os microempreendedores que hoje se beneficiam do CREDIAMIGO cresçam e se fortaleçam para, no futuro, tornarem-se clientes das outras linhas de financiamento do Banco do Nordeste e do mercado", explica Silvana. Em função disso e por ser um negócio com empréstimos a juro de mercado, o programa, segundo Silvana Parente, não tem caráter assistencialista e nem depende de

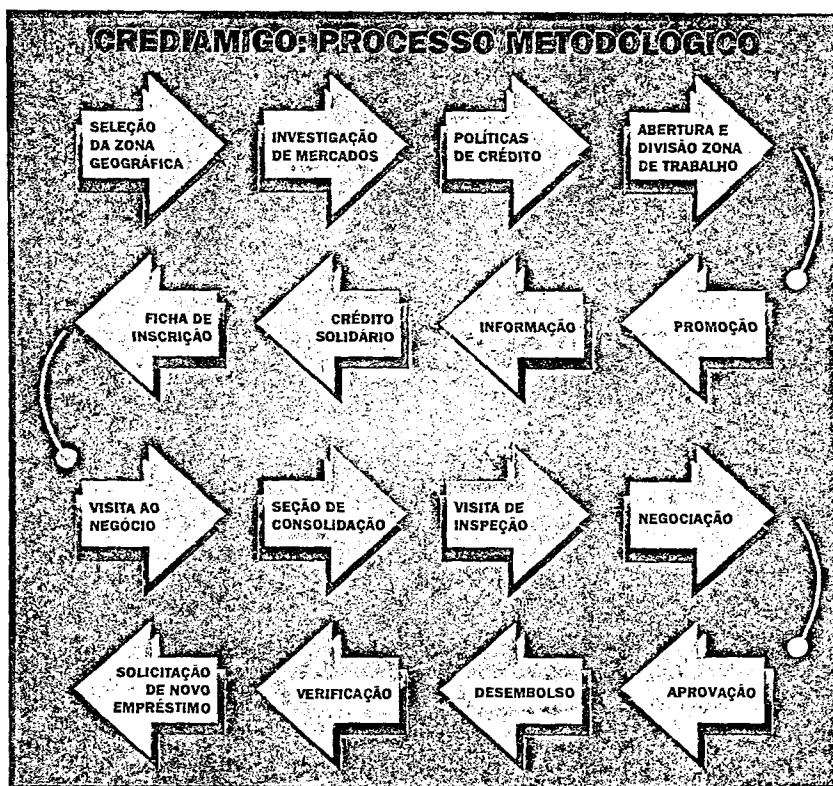


Silvana:

"Formação dos grupos solidários garante o sucesso do CREDIAMIGO"

recursos públicos, muito embora seja fruto da experiência do Banco do Nordeste na operacionalização de programas de crédito de elevado cunho social, como o Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda (Proger), Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outros. Somente no âmbito do Proger, são mais de 106 mil operações contratadas até novembro do ano passado, que somam cerca de R\$ 992 milhões, gerando 386 mil empregos diretos.

Outras informações sobre o CREDIAMIGO podem ser obtidas através do CLEINTE-CONSULTA, pelo telefone (0800) 783030 (ligação gratuita).



Banco do Nordeste pesquisou programas de microcrédito em diversos países

Para chegar a microempreendedores como Lucineide Alves dos Santos, revendedora de cosméticos de Itabuna, Bahia, e Benedito Barbosa da Silva, proprietário de um depósito de material de construção em Aracaju, Sergipe, o Banco do Nordeste investiu em tecnologia e recursos humanos e até viagens a países que já operam com microcrédito, como Bolívia, Chile, Colômbia e Indonésia. Todo esse trabalho, iniciado em abril de 97, resultou no primeiro programa de microcrédito operado por empresa bancária do Brasil, que estará beneficiando 100 mil microempreendedores como Lucineide e Benedito até o final de 98, nas 50 maiores cidades da região Nordeste e Norte de Minas Gerais.

Se as viagens contribuíram para que a equipe responsável pela elaboração do CREDIAMIGO conhecesse algumas experiências de microcrédito no mundo, é verdade também que elas serviram para evidenciar que muita coisa precisava ser feita. A equipe, formada por Conceição Faheina (coordenação), Rita Josino e João Cunha, constatou diferenças básicas entre a metodologia dos países da América do Sul e a da Indonésia. Enquanto a primeira baseia-se na formação de grupos solidários, o forte da segunda é o microcrédito individual, em função dos rígidos valores morais. O único aspecto comum às duas metodologias é a precariedade no controle operacional interno. Em função disso, o Banco do

Nordeste teve que desenvolver sistemas informatizados adequados ao CREDIAMIGO e metodologia específica, contando, para isso, com apoio de consultoria internacional especializada em microfinanças para inicialização do projeto piloto em Recife, Fortaleza, Aracaju, São Luís e Itabuna.

João Cunha ressalta que, afinal, nunca é tarde para o brasileiro aprender a ter confiança no seu semelhante e que o CREDIAMIGO pode ser o início desse processo cultural: "A tendência é que essa nova cultura vá aos poucos se disseminando, inicialmente dentro de cada grupo solidário e depois de um para outro grupo". Para isso, João Cunha afirma que o processo metodológico garante a continuidade do CREDIAMIGO, metodologia esta baseada nas palestras iniciais, na avaliação da capacidade de pagamento, na formação dos grupos



Representantes da Secretaria de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento, obtêm informações sobre o CREDIAMIGO

solidários e na investigação do caráter de seus integrantes: "Pode até ser um processo exaustivo, mas, com toda certeza, ele é gratificante".

Ildemar Vieira, coordenador do Ambiente de Políticas do Banco do Nordeste, afirma que a "garantia solidária do grupo substitui a garantia real, impossibilitada pela pobreza dos microempreendedores". Também responsável pela articulação de todas as equipes do CREDIAMIGO, Ildemar informa que o objetivo do seu trabalho é "harmonizar as parcerias internas, potencializando-as com a finalidade



Ildemar Vieira:

"Crescer com segurança"

de gerar resultados, atingindo, assim, as metas colocadas".

Fortaleza firma parcerias de sucesso com associações comunitárias

A parceria com associações comunitárias tem sido o melhor canal de divulgação do CREDIAMIGO em Fortaleza, conforme garante Marcelo Azevedo Teixeira, gerente do Programa Microcrédito e responsável por uma equipe de oito assessores de crédito e um administrativo. Através da parceria, Marcelo e os assessores de crédito podem expor, nas reuniões das associações comunitárias, os principais objetivos e vantagens do novo programa do Banco do Nordeste.

Eventuais dúvidas são dirimidas na hora, bem como é providenciado o cadastro das pessoas interessadas em obter crédito de até R\$ 1 mil. Numa fase posterior, os assessores de crédito visitam as pessoas cadastradas para avaliação patrimonial de seus negócios, elaboração de fluxo de caixa mensal e preenchimento de outras fichas cadastrais. Até agora, já foram realizadas aproximadamente 80 palestras, resultando na formação de 49 grupos solidários, todos já desembolsados, beneficiando 209 pessoas.

RECEPTIVIDADE EXCELENTE

A receptividade não poderia ser melhor, segundo afirma Marcelo: "Os microempreendedores não tinham acesso a nenhum tipo de crédito financeiro, quando muito de fornecedores e de agiotas. Eles chegam a dizer que não entendem o porquê de nós estarmos indo atrás deles, quando deveria ser inverso". Na verdade, o cliente do CREDIAMIGO somente precisa ir ao banco para receber o crédito e para quitar as parcelas quinzenais do financiamento, com alguns deles fazendo esse pagamento de forma antecipada.

A média dos empréstimos feitos até o momento é de R\$ 503,00, muito embora eles possam chegar a R\$ 1 mil. As atividades econômicas mais beneficiadas são: mercearias, sapatarias, artesanato, pequenas fábricas de sucos e armários. Para descentralizar ao máximo as ações das equipes de assessores de crédito, a agência Metro-Montese foi escolhida como quartel-general do CREDIAMIGO em Fortaleza. Marcelo justifica a escolha: "Foi uma questão de logística: o Montese é um bairro cuja periferia é quase toda ela constituída de bairros carentes, exatamente as áreas onde se



Marcelo Azevedo:
"Trabalho gratificante"

concentram o nosso público-alvo".

Do ponto de vista profissional, Marcelo afirma que, apesar de árduo, o trabalho tem se revelado gratificante para todos os que estão envolvidos com o CREDIAMIGO: "Se por um lado constatamos o quanto eles precisam de apoio financeiro, por outro lado temos a certeza de que podemos ser úteis na transformação de uma realidade econômica bastante difícil".

Ex-supervisor de Produção da Grendene do Nordeste, Marco Aurélio Gonçalves da Silva é chamado carinhosamente de 'campeão' pelos seus colegas. O título

ele recebeu em função do seu trabalho como assessor de crédito, que lhe rendeu a coordenação de 16 grupos solidários, uma marca recorde. Indagado sobre a receita de tanto sucesso, Marco Aurélio a resume numa palavra: simplicidade. "Os microempreendedores são transparentes nas informações, o que ajuda muito no trabalho de consultoria e assessoria que fazemos. Mas o assessor de crédito tem que ter simplicidade para chegar até eles, passar por locais aparentemente inacessíveis e, às vezes, servir até de conselheiro familiar".

ENTUSIASMO

Entusiasta do CREDIAMIGO, Marco se diz gratificado a cada visita que faz aos seus clientes, pois constata, in loco, que as orientações que deu na visita anterior já estão sendo seguidas à risca. Além disso, o ceticismo e a desconfiança iniciais deram espaço à surpresa (com a falta de burocracia na hora de liberação do crédito) e à alegria (com o fato de poderem estar cumprindo os prazos de pagamento). "O sucesso do CREDIAMIGO depende de acreditar primeiro em si mesmo e depois nos objetivos de largo alcance social do programa", frisa.

No entanto, o CREDIAMIGO não se restringe somente a atuação do gerente e do assessor de crédito. Há um outro personagem tão importante quanto. Trata-se do assessor administrativo, cujo apoio logístico é de fundamental importância para as ações dos demais integrantes da equipe. Ynaldo de Medeiros Ferreira, 23 anos graduado em Administração de Empresas, afirma que essa inter-dependência exige estreita colaboração e perfeita interação entre todos os integrantes da equipe: "Aqui, todos os resultados positivos são comemorados por todos".

Em Recife, equipe realiza trabalho de convencimento junto ao público-alvo

Em Recife, o descrédito inicial da população já está sendo superado com o trabalho de persuasão desenvolvido pela equipe do CREDIAMIGO, gerenciada por Rui Carlos Galvão. Entre outras atividades, a equipe realizou encontros com associações comunitárias e participou de evento que reuniu mais de 150 líderes comunitários na Casa Amarela, o maior bairro da cidade, e da festa do Sindicato dos Ambulantes, que contou com a presença de 600 pessoas. "O ceticismo vai dando lugar à confiança", explica Rui Galvão.

Ele afirma ainda que o depoimento do presidente Fernando Henrique Cardoso no seu programa de rádio "A Palavra do Presidente", veiculado em 6 de janeiro, serviu como importante reforço à divulgação dos objetivos do CREDIAMIGO. "O depoimento do presidente aumentou ainda mais a credibilidade do programa", enfatiza. Ele acredita que com essas iniciativas a tendência é o CREDIAMIGO deslanchar na capital pernambucana.

SURPRESA E DESCONFIANÇA

Opinião semelhante tem o assessor de crédito Marcelo de Alcântara Girard, estudante de Contabilidade de 22 anos: "Inicialmente, os microempreendedores ficavam

entre surpresas e desconfiados com o fato de um banco ir até eles propondo financiamento, ainda mais nessas condições do CREDIAMIGO. Mas, à medida em que os grupos foram sendo formados a coisa foi melhorando".

Atualmente, já existem 18 grupos, com média de quatro microempreendedores por grupo, em sua grande maioria feirantes e merceeiros. Em função da demanda sempre crescente, a solução foi o aumento no número de assessores de crédito. No início, eram quatro. Depois foram contratados mais dois e, recentemente, foram selecionados outros dois. Na abordagem com os microempreendedores, Marcelo enfatiza as principais vantagens do CREDIAMIGO e a maneira prática e fácil de sua operacionalização.

A experiência tem sido muito gratificante para todos os que fazem a equipe do CREDIAMIGO em Recife, conforme faz questão de salientar a estudante de curso técnico em Administração Fabiana Barros da Silva, assessora administrativa de 18 anos: "Todos nós estamos aprendendo muito". A satisfação da equipe vem também do fato de estarem contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento econômico de



Rui Galvão:
"Confiança em vez de ceticismo"

pequenos empreendimentos, que sobreviviam, até então, sem nenhuma ajuda creditícia.

PAGAM EM DIA

Fabiana revela que todos os microempreendedores estão pagando em dia, alguns o fazendo até mesmo de forma antecipada. "Há aqueles que reclamam do valor do empréstimo, considerado pequeno. Mas nós lhe mostramos que, além de ser o primeiro de uma série, eles não teriam condições de pagar um valor mais elevado", frisa Fabiana.

CREDIAMIGO beneficia inicialmente nove bairros populares em Itabuna

A satisfação dos microempreendedores de Itabuna, Bahia, é constatada até na hora de pagar alguma parcela do empréstimo, conforme atesta Maria Quitéria Gomes Alves, Gerente local do CREDIAMIGO: "Eles ficam interessados em pagar o antigo para obter logo um novo empréstimo", afirma, lembrando que o cliente que pagar todas as prestações em dia receberá do Banco do Nordeste, ao final do financiamento, 15% dos juros pagos, a título de prêmio, além de poder receber novo crédito já no dia seguinte.

Em Itabuna, o CREDIAMIGO está beneficiando inicialmente nove bairros, todos em áreas periféricas. São os bairros que, por serem mais carentes, adequam-se perfeitamente aos objetivos do programa, que prevê liberação de até 1 mil reais. "Quanto mais perto do centro da cidade, maior será o valor do empréstimo solicitado", estima Maria Quitéria, responsável pela coordenação de 25 grupos solidários, juntamente com dois assessores de crédito e um administrativo.

INADIMPLÊNCIA ZERO

Até agora, o CREDIAMIGO em Itabuna também apresenta inadimplência zero e beneficia merceeiros, artesões, feirantes, gráficos e açougueiros, dentre outros segmentos da economia informal. Do total de recursos liberados, 80% foram destinados a atividades comerciais, 5% para serviços e 15% a outras atividades.

Maria Quitéria afirma que, do ponto de vista profissional, a experiência que está tendo com o CREDIAMIGO já superou todo o aprendizado de campo que obteve em 15 anos de Banco do Nordeste: "É uma experiência que nos enriquece profissional e pessoalmente, pois estamos obtendo excelentes resultados".

Patrícia Helena Fernandes, assessora administrativa de 23 anos, é responsável pelo serviço de retaguarda do CREDIAMIGO da agência do Banco do Nordeste em Itabuna: trabalha de caixa, faz cadastro de clientes, emite as notas promissórias e dá 'reforço' no atendimento aos clientes. Segundo Patrícia, que estuda Administração de Empresas, os contatos com os microempreendedores têm lhe dado a certeza do sucesso do programa: "No início ficamos preocupados com a resistência deles mas as palestras serviram para 'quebrar o gelo' e agora a aceitação do programa está muito boa".

Márcia Verônica Passos Santana, 26 anos, graduada em Administração de Empresas e assessora de crédito da agência de Itabuna, salienta que a resistência é uma reação normal do público-alvo do CREDIAMIGO: "Afim, até agora, nenhum banco tinha ido até os microempreendedores oferecer o que nós oferecemos. Eles até costumam brincar com a gente, dizendo que só quem lhes faz visita ou é fiscal de prefeitura ou

integrante de seita religiosa". Márcia afirma que o trabalho feito pelo Banco do Nordeste nada mais é do que um processo de reeducação: da abordagem inicial até as visitas rotineiras que são feitas pelos assessores de crédito.



Maria Quitéria:
"Novo empréstimo"

"Eles estão constatando que o CREDIAMIGO é um programa sério e uma oportunidade que talvez não vá aparecer novamente tão cedo", salienta Patrícia. O desgaste físico e mental do trabalho do assessor de crédito, segundo ela, é totalmente recompensado com a alegria dos clientes: "Uma das coisas que mais deixam feliz o assessor de crédito é o fato de que eles estão vendendo mais a partir do nosso esforço. Vivo essa melhora com eles porque é uma prova de que o nosso trabalho está sendo bem feito".

Grupos solidários em São Luís beneficiam 170 pequenos negócios

Em São Luís do Maranhão, o CREDIAMIGO foi testado e aprovado. Quem afirma é Leudina Mota Lima, Gerente do programa, citando como provas a inadimplência zero e o número sempre crescente de pessoas interessadas em ingressar no CREDIAMIGO, apesar de não ter sido feita nenhuma campanha publicitária, apenas palestras na própria agência do Banco do Nordeste e nos centros comunitários, clubes e colégios nos bairros João Paulo, Anjo da Guarda e Cidade Operária.

Leudina salienta que, em função da concentração de microempreendimentos, esses foram os bairros escolhidos para a implantação do projeto piloto mas, dentro em breve, outras áreas de São Luís também serão beneficiadas com o CREDIAMIGO. Atualmente, já existem 41 grupos solidários consolidados, beneficiando, aproximadamente, 170 pessoas. Em sua maioria, merceeiros, costureiras, marceneiros, açougueiros e alfaiates.

BOA ACEITAÇÃO

Segundo Leudina, o CREDIAMIGO foi muito bem aceito pelas comunidades, principalmente em decorrência de ser linha de crédito sem burocracia e metodologia simples: "Dá para notar no rosto a satisfação dos clientes quando vêm pagar a parcela do empréstimo, algumas vezes de maneira adiantada". Ela destaca também o papel do assessor de crédito,

fundamental, na sua opinião, para o sucesso do programa. Sobre o perfil ideal do assessor de crédito, Leudina pontua: paciência, visão negocial, feeling e resistência física. Os três assessores de crédito e um administrativo de São Luís, universitários ou recém-formados em Administração de Empresas, Economia e Marketing, foram contratados pela Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia, da Universidade Estadual do Maranhão. Como todos os demais assessores, têm jornada de trabalho semanal de 40 horas, destinando a maior parte dela para visitas aos microempre-endedores já beneficiados pelo CREDIAMIGO e para a formação de novos grupos solidários. Uma outra parte da jornada de trabalho é desenvolvida dentro da agência do Banco do Nordeste, com serviços administrativos e contatos com clientes em potencial.

O assessor de crédito José de Ribamar de Ribeiro Melo, 24 anos, destaca como aspectos positivos do CREDIAMIGO a existência de metodologia adequada ao segmento informal, que não tem garantia nenhuma a dar nos financiamentos tradicionais, e a possibilidade concreta de contribuir para o fortalecimento de um setor até então marginalizado. Concludente em Administração de Empresas, Ribamar informa que a principal dificuldade no contato com

os microempre-endedores é a falta de controle contábil no gerenciamento do negócio:

"Aproveitamos e repassamos algumas noções básicas de Contabilidade".

Do ponto de vista profissional, Ribamar declara-se motivado por participar de um programa que pode



Leudina:

"Satisfação até na hora de pagar o empréstimo"

contribuir para o fortalecimento do setor informal da economia nordestina. "Eles (microempreendedores) sonham em crescer e passar para o setor formal, gerando impostos e mais oportunidades de trabalho. É muito bom fazer parte desse processo", conclui.

Cresce o número de interessados no CREDIAMIGO em Aracaju

O velho ditado popular 'amigos, amigos, negócios à parte' aos poucos está deixando de ser utilizado pelos

microempreendedores de Aracaju como desculpa para não participarem do Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste. Quem faz esta constatação é a gerente do CREDIAMIGO na cidade, Robéria Dias Ávila, acrescentando que, no início de implantação do projeto piloto, os candidatos ao crédito somente se interessavam em formar grupos solidários com familiares, o que não é permitido pelas normas do programa.

"Houve uma resistência natural que aos poucos foi sendo quebrada. Hoje eles até dizem que finalmente um banco acordou para os microempreendedores", frisa.

Atualmente, já existem 16 grupos solidários em Aracaju, em sua grande maioria formados por marceneiros, verdureiros e merceiros que fazem empréstimos de R\$ 500,00 em média. Com inadimplência zero, o programa, segundo Robéria, foi testado e aprovado em Aracaju, mesmo tendo como único investimento em divulgação um carro de som, estacionado estrategicamente em frente ao mercado público local. "O interessante é que o dono do carro, 'seu' Baiano, é um cliente do CREDIAMIGO e que se engajou de tal maneira na campanha que passou ele mesmo a falar das vantagens do programa durante as veiculações", frisa Robéria.

BOA ACEITAÇÃO

Em função dessa divulgação, a frequência de clientes na agência cresceu substancialmente, facilitando o trabalho dos assessores de crédito que, entretanto, não deixaram de fazer palestras em centros comunitários, geralmente para público de 20 pessoas. Robéria salienta que o apoio das associações comunitárias também tem contribuído bastante para o sucesso do CREDIAMIGO: "A receptividade dessas associações tem sido muito boa e quando não existe nenhuma entidade representativa nos bairros, o assessor faz o contato de casa em casa". Como é o caso de Fábio Luiz Feitosa da Silva, 21 anos, graduando em Economia, para quem a confiança dos microempreendedores no programa nasce exatamente durante a conversa inicial com o assessor de crédito.

Segundo ele, o pressuposto básico para que o assessor tenha sucesso em sua investida é despertar no seu interlocutor o interesse em crescer empresarialmente: "Se você consegue esse objetivo, as coisas ficam muito mais fáceis. E há



Robéria:

"As associações são bastante receptivas à iniciativa do Banco do Nordeste"

diversas maneiras disso acontecer". Amanda de Santana Santos, 17 anos, estudante do 3º ano do 2º grau, é a assessora administrativa do CREDIAMIGO em Aracaju. Ela conta que, apesar das dificuldades em formar os grupos solidários, atualmente os microempreendedores mostram-se bastante satisfeitos com os resultados do programa: "Temos certeza de que, com o apoio e boa vontade de todos, o CREDIAMIGO vai crescer e beneficiar muita gente".

Microempreendedores elogiam iniciativa do Banco do Nordeste

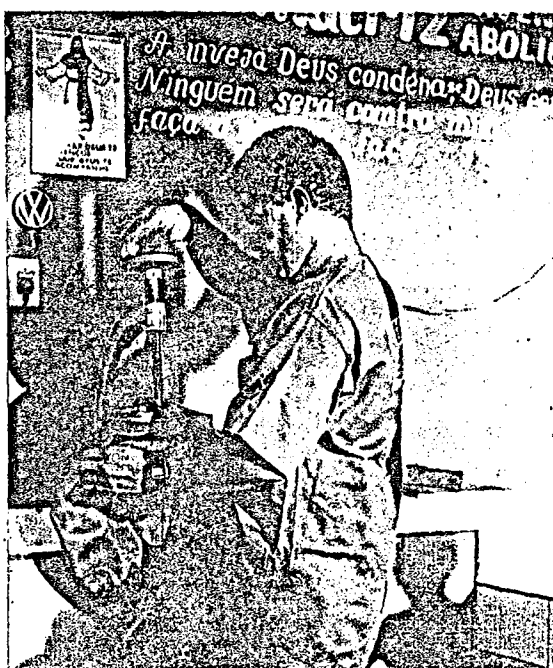
Se há um fato que contraria o adágio popular segundo o qual 'as águas só correm para o mar', este, com certeza, é o lançamento do CREDIAMIGO. A opinião é de Benedito Barbosa da Silva, proprietário de depósito de material de construção em Aracaju, um dos beneficiados pelo programa de microcrédito do Banco do Nordeste. Segundo ele, até então, "os bancos priorizavam os grandes empresários". Agora, a situação mudou, e para melhor: "Em vez de muitas exigências, que na hora 'agá' impediam a liberação do empréstimo, o dinheiro agora sai fácil, fácil".

Em São Luís, o CREDIAMIGO deixou bastante satisfeito o merceiro Edson dos Santos Coelho, morador da Cidade Operária. O grupo solidário do qual faz parte é formado por vizinhos, "todos de confiança", faz questão de ressaltar. Sempre pode, Edson indica o programa para outros amigos: "Indico porque é uma maneira de pessoas como a gente trabalhar e sobreviver". Cíntia Oliveira, que faz crochê e flores artificiais em Itabuna, afirma que está pagando o financiamento com folga. Ex-secretária, Cíntia quer continuar dando impulso ao seu empreendimento e, quem sabe, partir no futuro para uma outra linha de financiamento do Banco do Nordeste.

Já Zulene Rosa da Silva, moradora do bairro Barra de Jangada, em Recife, utilizou o

seu empréstimo de R\$ 400,00 para adquirir linhas e tecidos, a fim de ampliar a sua produção de bordados. Sobre o programa do Banco do Nordeste, ela afirma: "O CREDIAMIGO é muito bom porque trabalha com o pessoal que não pode ter os financiamentos tradicionais". Maria Oliveira, que fabrica calçados no Jardim América, em Fortaleza, destaca como aspectos positivos da linha de crédito do Banco do Nordeste a rapidez e a falta de burocracia.

Lucineide Alves dos Santos, revendedora de cosméticos em



O programa destina-se às atividades produtivas e profissionais hoje à margem do sistema financeiro tradicional



O CREDIAMIGO beneficiará 500 mil microempreendedores, sendo 100 mil neste ano

Itabuna, não perde a oportunidade de "espalhar" a novidade que lhe possibilitou aumentar o estoque e, consequentemente, as vendas: "Estou sempre levando novas pessoas para o CREDIAMIGO, afinal, elas também têm que ter a mesma chance que eu tive".

Sobre a necessidade de formação dos grupos solidários, Lucineide afirma que é uma exigência de fácil resolução: "O grupo solidário é um espaço bom também pra gente colocar a conversa em dia, trocar idéias sobre os nossos negócios.

Por isso, estou sempre levando novas pessoas para formar novos grupos". Pagando em dia seu empréstimo, Lucineide já sabe o que irá fazer com o próximo empréstimo: comprar bijouterias. "Preciso diversificar", justifica.

Presidente Fernando Henrique Cardoso destaca vantagens do CREDIAMIGO

Em seu programa semanal 'Palavra do Presidente', de 6 de janeiro de 1998, veiculado através de rede nacional de emissoras de rádio, o Presidente Fernando Henrique Cardoso destacou a importância do CREDIAMIGO, ressaltando que o Banco do Nordeste quer transformar o trabalhador autônomo em empreendedor competente.

Confira, a seguir, a íntegra desse depoimento:

"Nesta nossa primeira conversa de 98, eu quero falar sobre mais um programa para gerar emprego. Agora, em janeiro, o Banco do Nordeste lança o CREDIAMIGO para capitalizar pequenos empreendedores que tocam negócios como mercearias, vendas em feiras, em portas de estádios, ou nas praias. Pequenos empreendedores podem ser também prestadores de serviços como serralheiros, artesões, marceneiros, mecânicos, datilógrafos, bordadeiras, enfim profissionais autônomos que ainda não chegaram a criar sua microempresa.

O Banco do Nordeste quer transformar este trabalhador num empreendedor competente, capaz de tirar uma renda maior do seu negócio e de gerar emprego para outros trabalhadores. Os recursos para estes financiamentos pertencem aos depositantes do banco e não dependem de orçamentos oficiais ou de subsídios, portanto os empréstimos serão permanentes. A meta é atender 500 mil microempreendedores nos próximos anos. Só este ano, no mínimo, 100 mil clientes.

Se você toca uma borracharia, uma venda, um quiosque, um carrinho de sorvete ou simplesmente vende refresco da janela da sua casa, você tem condições de tomar emprestado ao CREDIAMIGO. Para isso, junte um grupo de três a sete amigos, daqueles que costumam honrar a palavra. Que não fazem feio quando tornam emprestado. Leve o seu grupo de amigos a uma agência do Banco do Nordeste, todos com identidade e CPF.

De posse aos dados, um funcionário do Banco fará uma visita aos interessados e

futuros microempreendedores. Se for comprovado que o negócio funciona há mais de um ano e que os amigos tiram dele o seu sustento, o empréstimo será imediatamente creditado nas contas deles, sem necessidade de avalista ou de outras garantias. Já que o grupo responderá por cada um deles em regime de solidariedade, se o negócio sofrer algum tropeço.

Esse empréstimo será pago em pequenas parcelas quinzenais no prazo máximo de 90 dias. Se tudo correr bem e o negócio crescer, seu crédito também vai crescer e é isso o que o banco vai lhe emprestar é dos depositantes do banco, por isso você vai pagar juros de mercado. Em compensação não fica devendo favor e isso ainda vai poupá-lo da infelicidade de cair na mão de agiotas ou de fornecedores inescrupulosos.

Para garantir que seu negócio vai melhorar, os agentes do Banco vão dar orientação técnica vai melhorar, os empreendimentos a dar bons resultados. O CREDIAMIGO começa a funcionar primeiro nas cidades de Itabuna, na Bahia, Aracaju, Recife, Fortaleza e São Luis e depois se estende a todo o Nordeste.

Eu espero que o CREDIAMIGO repita o sucesso de outros programas que são acompanhados pelos agentes de desenvolvimento. O trabalho dos agentes de desenvolvimento serve de modelo. Graças a eles, as atividades do Banco do Nordeste estão se multiplicando. Somente no ano passado, o Banco contratou mais de 260 mil financeiros que geraram mais de 600 mil empregos através de programas destinados a micro e



Presidente Fernando
Henrique Cardoso:

"Programa para gerar emprego"

pequenos empreendedores. É portanto uma verdadeira agência de desenvolvimento com larga experiência no setor de pequenos empreendedores.

Eu quero reiterar aqui que os grandes desafios do Brasil, como o do desemprego, são desafios de todos nós brasileiros. Uma iniciativa como esta, do Banco do Nordeste, deve ser conhecida e adotada por outras instituições públicas ou privadas. São medidas que não dependem dos recursos do Governo Federal. Dependem da capacidade de inovar, de inventar, de criar, como no caso com CREDIAMIGO que junta pessoas solidariamente para facilitar o acesso ao dinheiro.

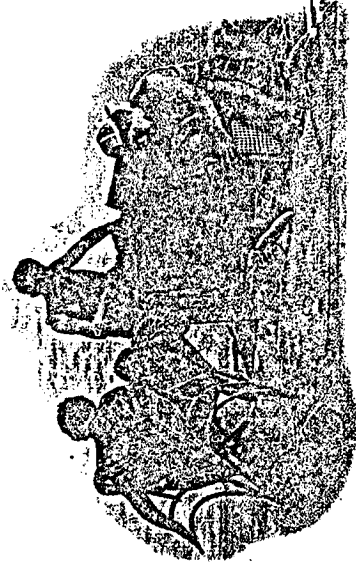
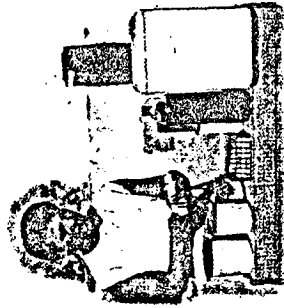
Quando alguns amigos se juntarem e forem ao banco, uns oferecendo a palavra de garantia ao empréstimo dos outros, eles estarão praticando a solidariedade. A solidariedade no caso do CREDIAMIGO serve como garantia do empréstimo que vai ajudar a gerar mais empregos. A geração de emprego é um compromisso do Governo, que deve contar com a ajuda de todos os brasileiros."



*O Banco
do Nordeste
apresenta
seu melhor
amigo.*



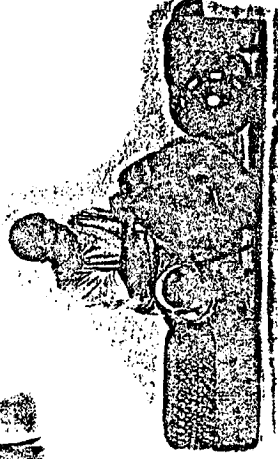
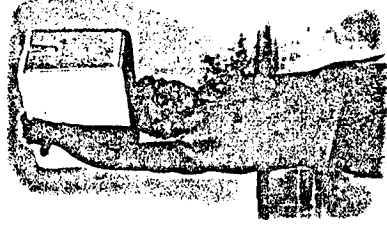
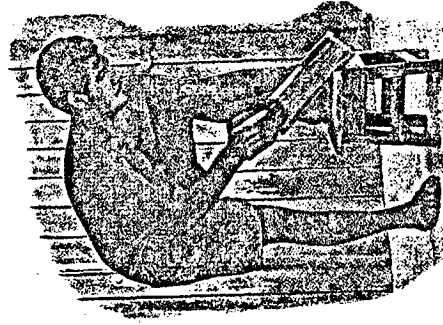
Brasil
EM AÇÃO



LEGISLAÇÃO

CENTRAL DE MICROCR

ÉDITO DO NORDESTE



Você tem algum negócio, mas não tem capital suficiente para movimentá-lo?

Procure o Crediamigo.

*Além do empréstimo você terá
oportunidade de organizar e controlar
melhor o seu negócio através de
treinamentos práticos e de rápida duração.*

Para quem se destina.

*Microempreendedores que necessitam
de capital de trabalho (ou giro)
para melhorar o nível de suas atividades.*

Como funciona.

Junte de 4 a 7 pessoas que tenham também um pequeno negócio próximo ao seu, que sejam de sua confiança e que precisem de dinheiro para comprar os materiais necessários ao funcionamento dos seus negócios.

Você deverá, então, formar um grupo solidário para solicitar o empréstimo do Crediamigo.

Os valores de cada um deverão ser adequados às necessidades do negócio e à capacidade de pagamento.

A liberação é rápida com renovação automática e aumento progressivo do valor de acordo com o crescimento das vendas e da capacidade de pagamento.

Como obter.

- *Formar um grupo solidário com pessoas que trabalhem no mesmo bairro.*
- *Não pode ter familiares no grupo.*
 - *Micronegócio funcionando há pelo menos um ano.*
 - *Ser maior de idade.*
- *Apresentar o CPF e identidade.*
- *Participar de reuniões informativas.*

Maiores informações:

Cliente Consulta - Banco do Nordeste
0800-78-3030 ou visite nossa agência
especializada no endereço:



O Crediamigo está entre os 42 projetos prioritários do Programa Brasil em Ação.



- Agências-Piloto inauguradas dia 23/01/98: Recife(PE), Fortaleza(CE), São Luís (MA), Aracaju (SE) e Itabuna (BA).
- Em abril serão implantadas mais 45 agências, nas seguintes cidades:

ESTADO	AGÊNCIAS
MARANHÃO	Imperatriz
	Bacabal
	Caxias
	Balsas
PIAUI	Teresina
	Parnaíba
	Floriano
	Picos
CEARA	Maracanaú
	Juazeiro do Norte
	Crateús
	Sobral
	Iguatu
	Limoeiro do Norte
RIO GRANDE DO NORTE	Natal
	Mossoró
	Caicó
	Pau dos Ferros
PARAIBA	João Pessoa
	Campina Grande
	Patos
	Sousa
	Cajazeiras
PERNAMBUCO	Paulista
	Caruaru
	Petrolina
	Garanhuns
	Salgueiro
ALAGOAS	Maceió
	Arapiraca
	Penedo
SERGIPE	Itabaiana
	Estância
	Lagarto
BAHIA	Salvador
	Barreiras
	Feira de Santana
	Ilhéus
	Jequié
	Juazeiro
	Paulo Afonso
	Simões Filho
	Vitória da Conquista
MINAS GERAIS	Montes Claros
	Janaúba



Folha n.º 83 do proe.
n.º PL-176 do 19 97

*Na hora de vender
meu picolé, cansei de levar
na cabeça.*

Eu vivia entrando em fria.

Até que conheci o Crediamigo do Banco do Nordeste.

Como o nome já diz tudo, não pensei duas vezes.

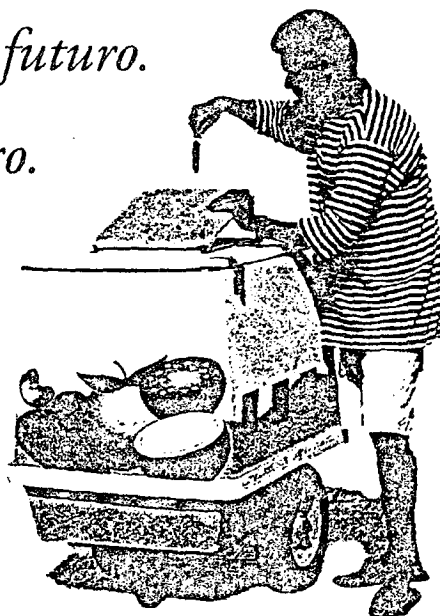
*Arrumei quatro amigos, assinamos o compromisso com
o Banco do Nordeste
e pronto.*

**CREDI
AMIGO**

CENTRAL DE MICROCRÉDITO DO NORDESTE

*Dá gosto ver como minha vida melhorou. Por isso,
amigão, vai aqui o conselho de quem entende de
pequenas economias: sem o empurrão
de um amigo, seu negócio não tem futuro.*

Procure o Crediamigo, companheiro.



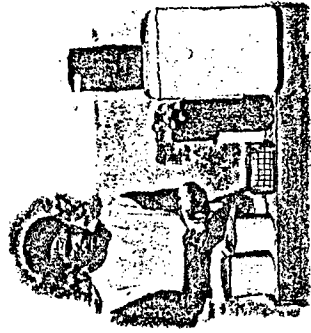
**Banco do
Nordeste**

Ministério
da
Fazenda

**Brasil
EM AÇÃO**

O Crediamigo está entre os 42 projetos prioritários do Programa Brasil em Ação.

Crediamigo. Crédito para você melhorar seu meio de vida.



Folha n.º 84 do proc.
n.º PL-1726 de 19 97

*Antes do Crediamigo
nem o cachorro era quente.*

*Graças ao Crediamigo do Banco do Nordeste, minha
vida melhorou muito. Agora não é só o cachorro que
é quente. Meu negócio, também.*

*Contando com o apoio dos amigos e o empréstimo
simples e rápido do Crediamigo, pude comprar
um carrinho e correr
atrás do freguês.*

CREDIAMIGO

CENTRAL DE MICROCRÉDITO DO NORDESTE

Este é o segredo. Crediamigo do Banco do Nordeste.

*Se você quer melhorar
de vida, conte com esse
amigão.*



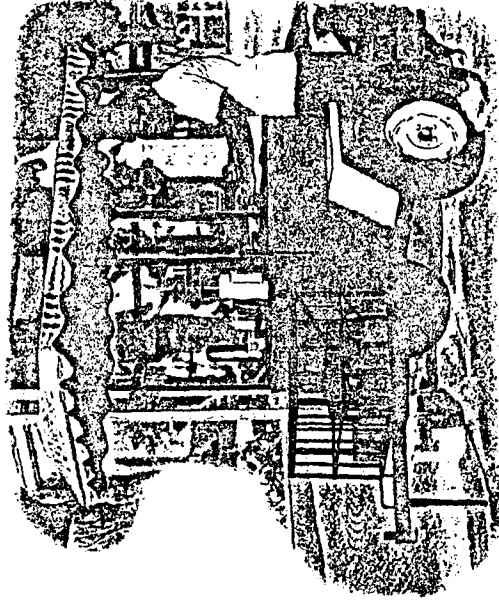
**Banco do
Nordeste**

Ministério
da
Fazenda

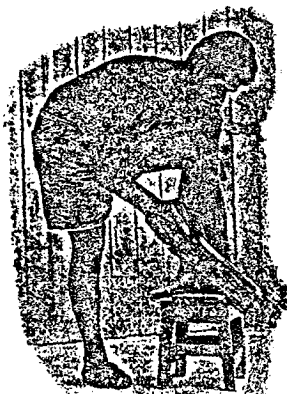


**Brasil
EM AÇÃO**

O Crediamigo está entre os 42 projetos prioritários do Programa Brasil em Ação.



Crediamigo. Crédito para você melhorar seu meio de vida.



Folha n.º 85 do proc.
n.º PL-176 do 19 97

ANA PAULA KAMBA
Oficial Legislativo.

Agora eu banco o meu próprio negócio.

*Sempre que eu pensava em fazer um pequeno
empréstimo, todo mundo botava a maior banca.
Era papel pra cá, carimbo pra lá, uma canseira.
No Crediamigo do Banco do Nordeste é diferente.*

*Você chama os amigos para
assinar com você o pedido*

**CRED
AMIGO**

CENTRAL DE MICROCRÉDITO DO NORDESTE

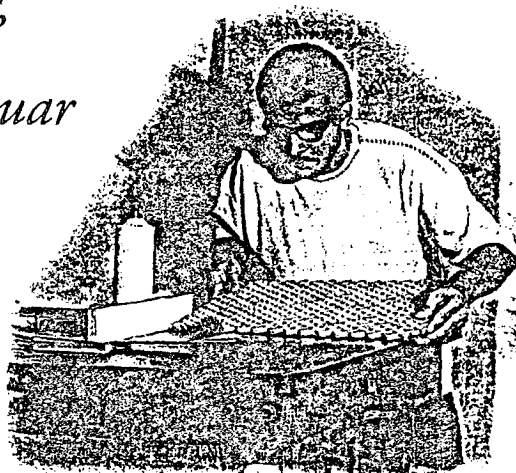
*de empréstimo e o dinheiro sai bem rapidinho para o
grupo. Daí pra frente é pro negócio render. Foi assim
comigo. Com uma pequena bancada, produzo mais e
ganho mais. E se Deus ajudar,
com o Crediamigo vou continuar
investindo no nosso futuro.*

**Banco do
Nordeste**



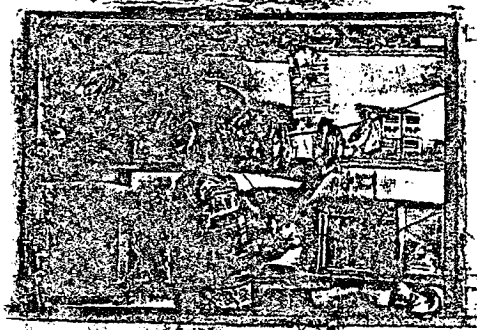
Ministério
da
Fazenda

**Brasil
EM AÇÃO**



O Crediamigo está entre os 42 projetos prioritários do Programa Brasil em Ação.

Crediamigo. Crédito para você melhorar seu meio de vida.



*Melhorar de vida
pra mim
foi café pequeno.*

*Com o Crediamigo do Banco do Nordeste meu
negócio mudou da noite para o dia.*

*Foi tudo rápido e simples. Primeiro, meus amigos me
deram a maior força. Depois, o Crediamigo
facilitou tudo.*

**CRED
AMIGO**

CENTRAL DE MICROCRÉDITO DO NORDESTE

*Com o dinheiro na mão,
melhorei a qualidade do serviço.*

*Se você quer saber mais, venha tomar um cafezinho
comigo.*

Amigo é pra essas coisas.



**Banco do
Nordeste**



Ministério
da
Fazenda

**Brasil
EM AÇÃO**

O Crediamigo está entre os 42 projetos prioritários do Programa Brasil em Ação.

Crediamigo. Crédito para você melhorar seu meio de vida.



Feito no 87 do Proc.
n.º PL-176 de 19 97

ANA PAULA KENNEDY
do Legislativo

*Um por todos,
todos por um.*

*Se você quer melhorar de vida, agora pode contar
com um amigo do peito: o Crediamigo do*

Banco do Nordeste.

*Basta reunir pelo menos quatro amigos, ir com eles
ao Banco do Nordeste e encaminhar o pedido*

*de empréstimo para
melhorar seu negócio.*

**CRED
AMIGO**

CENTRAL DE MICROCRÉDITO DO NORDESTE

*Coisa de amigo pra amigo, sabe? Afinal de contas,
a união faz a força.*



Ministério
da
Fazenda



O Crediamigo está entre os 42 projetos prioritários do Programa Brasil em Ação.

Crediamigo. Crédito para você melhorar seu meio de vida.

28
a. PL-176 do 19 97



Quando pensei em melhorar
de vida, foi o Crediamigo
que me tirou da lona.

Oficial Legislativo

Minha vida de borracheiro parecia carro velho.

Nunca saia do prego.

Até que entrei no Crediamigo do Banco do Nordeste

e com o empréstimo pude

melhorar a borracharia

e começar vida nova.

CRED AMIGO

CENTRAL DE MICROCRÉDITO DO NORDESTE

Por que você não faz o mesmo? Chame os amigos,

procure o Banco do Nordeste e deixe o Crediamigo

encher a sua bola.

Ou melhor, o seu negócio.



Ministério
da
Fazenda



O Crediamigo está entre os 42 projetos prioritários do Programa Brasil em Ação.

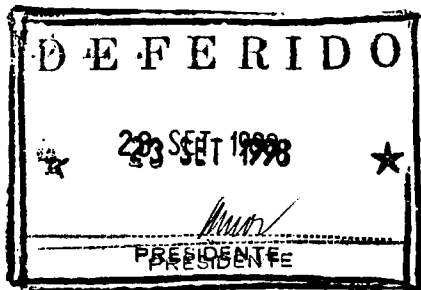


Crediamigo. Crédito para você melhorar seu meio de vida.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	89	da proc.
n.º PL	176	de 1997
<i>Idaíza</i>		

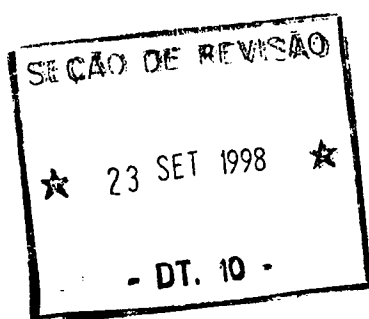


REQUERIMENTO 13 - RDS
13-2115/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1998

Carlos Neder
CARLOS NEDER
Vereador - PT



Folha n.º 00 de 00 de 1997
 n.º 81 136 de 1997
 Goiânia



BANCO do POVO
Programa Social da Fumdec



**GOVERNO DA
CIDADE DE
GOIÂNIA**

Cidadania

Av. República do Líbano, esquina com Rua 125-A - Setor Aeroporto - (Prédio da Fumdec) - Fone: 229-2376 - CEP 74.000-130 - Goiânia-GO



BANCO do POVO
Programa Social da Fumdec



**Brasil
EM AÇÃO**
MPAS - SAS

O que é
o Banco
do Povo?



**GOVERNO DA
CIDADE DE
GOIÂNIA**



BANCO do POVO
Programa Social da Fumdec

O que é o Banco do Povo?



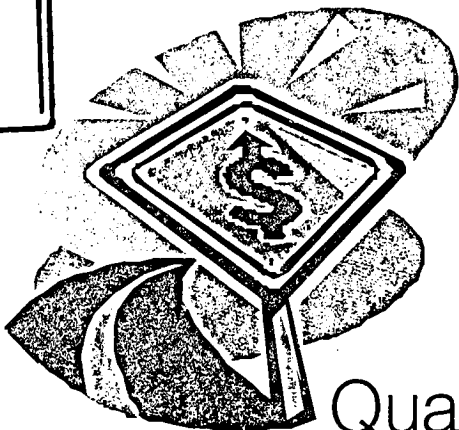
O Governo da Cidade de Goiânia, através da Fumdec, criou e implantou um programa Social inédito no Estado de Goiás, o Banco do Povo, com o objetivo de atender as famílias de baixa renda, residentes no município de Goiânia que queiram ampliar sua produção ou abrir seu próprio negócio.

O Banco do Povo surge com o firme propósito de possibilitar o acesso ao crédito a milhares de pequenos empresários, demonstrando, assim, total confiança na capacidade empresarial do pequeno empreendedor de nossa cidade.



Oferecer oportunidades reais de trabalho à população é um dever do administrador público e um direito do cidadão para crescer e prosperar com dignidade, contribuindo, dessa forma, para a redução do desemprego e incrementação da renda das famílias.





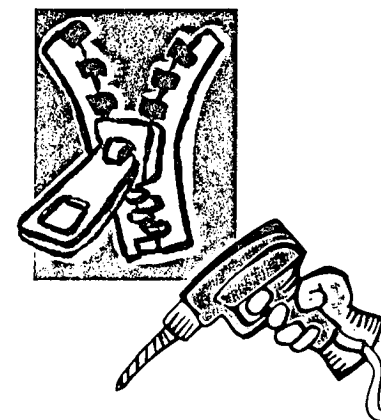
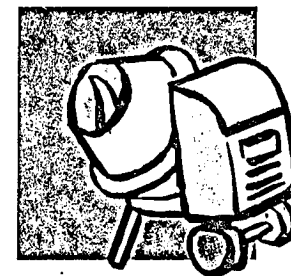
Quais os principais objetivos?

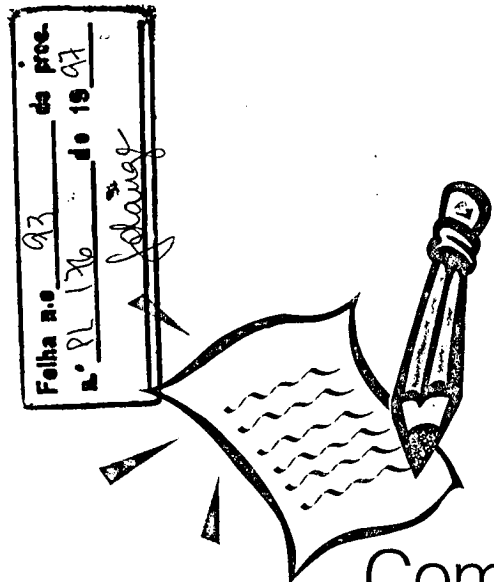
O Banco do Povo tem como objetivo: facilitar o acesso ao crédito para os pequenos empreendedores que querem prosperar, mas que muitas vezes são mantidos à margem do financiamento bancário tradicional. Prestar assessoria empresarial e de capacitação profissional aos trabalhadores envolvidos no programa, através de treinamentos, cursos e consultoria gerencial.

Quem serão os beneficiários?

- Microprodutores urbanos
- Artesãos
- Pedreiros
- Costureiras
- Doceiras
- Carpinteiros
- Padeiros
- Feirantes
- Trabalhadores do setor informal
- Grupos solidários
- Associações de produção
- Microempresas

O empréstimo será concedido a empreendedores que residam em Goiânia há pelo menos 3 anos.





Como participar do programa?

Para se inscrever é simples:

- preencha a ficha de inscrição;
- apresente CPF, carteira de identidade e um comprovante de residência.

Os dados do seu cadastro serão conferidos e consultados no Serviço de Proteção ao Crédito para verificar se não existe nenhuma dívida a pagar. Após a aprovação do cadastro, você receberá uma visita do Agente de Crédito.

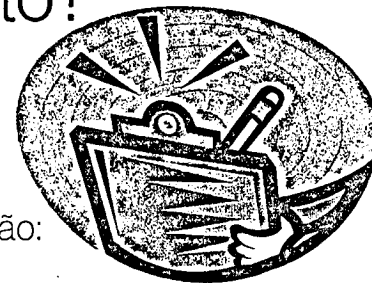
Quem são os Agentes de Crédito?

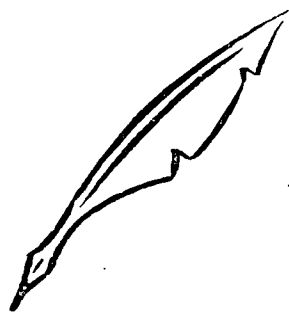
Os Agentes de Crédito são pessoas especialmente treinadas para visitar seu local de trabalho. Eles constatarão:

- as condições de produção e funcionamento dos equipamentos;
- a qualidade do seu produto ou serviço;
- quais as expectativas de seu negócio;
- as condições de gerar novos empregos.

Depois da visita, o Agente de Crédito vai fazer um relatório sobre suas instalações e as necessidades do empreendimento.

Durante a visita do Agente de Crédito, você deverá apresentar o nome e os dados do seu avalista, para posterior consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito.





Então precisarei de avalista?

Sim, poderá ser um outro pequeno empreendedor que será seu avalista e você o dele. É o que chamamos de crédito solidário: um avaliza o outro.

É necessário garantia?

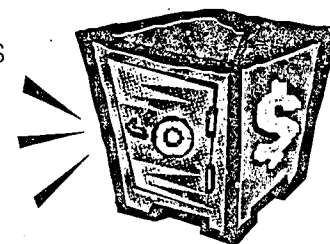
Não, além do aval solidário, será exigido apenas que o bem adquirido fique em nome do Banco do Povo até o pagamento total do empréstimo.

A aprovação do empréstimo é demorada?

Não. Após a análise do relatório do Agente, um Comitê de Crédito do Banco do Povo definirá a aprovação do empréstimo. Se for positivo, serão definidos também os valores a serem liberados e as condições de pagamento.

De que forma receberei meu crédito?

O crédito será repassado através de cheque nominal a você ou à empresa ou pessoa de quem você comprou o bem.



Utilizarei os recursos de que forma?

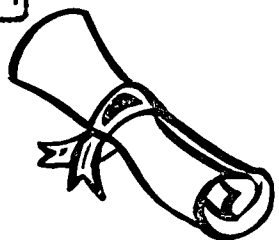
Os recursos adquiridos através do Credicidadania - Banco do Povo serão utilizados visando o aumento da produção da pequena empresa, seja ela familiar ou associativa.

Será, portanto, um empréstimo para:

- aquisição de máquinas e equipamentos novos e usados;
- aquisição de móveis e utensílios novos e usados para a produção;
- capital de giro.



Folha n.º 95 do proc. 176 de 19 97
n.º PL 76 de 19 97
J. Lang

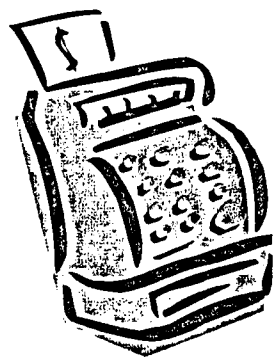


Receberei treinamento?

O pequeno empreendedor, que tiver seu crédito aprovado pelo Comitê, deverá participar do curso de capacitação técnico-gerencial. O treinamento é para você aprender como administrar melhor seu negócio e usar o crédito que irá receber, fazendo crescer seus negócios e gerando mais empregos.

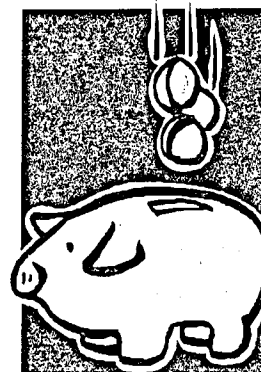
Como deverei efetuar o pagamento?

Nas datas estabelecidas e escritas no contrato assinado por você e seu avalista, você deverá pagar as parcelas referentes àquele mês. Evite atrasos, pois o atraso acarretará dificuldades para conseguir empréstimos futuros.



E os juros?

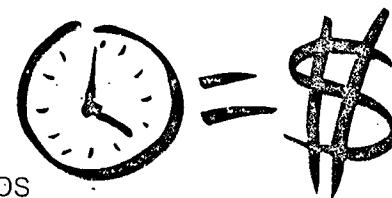
O Banco do Povo vai estar atento para que os juros sejam sempre os menores da praça.



Posso fazer um novo empréstimo?

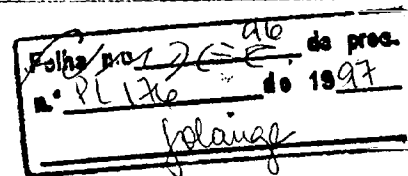
Se você quitar o empréstimo anterior em dia, poderá pleitear um novo crédito.

Afinal, conceder novos créditos para os beneficiários é um dos objetivos do Banco do Povo.





PREFEITURA DE GOIÂNIA



GABINETE DO PREFEITO

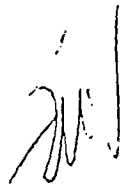
LEI Nº 7.764, DE 14 DE ABRIL DE 1997.

"Autoriza o Poder Executivo, através da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário - FUMDEC, a juntar-se à Associação Civil de Crédito Comunitário com a finalidade de cumprir os objetivos da política de desenvolvimento prevista nos artigos 147 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Goiânia e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover, através da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário-FUMDEC, o consórcio do Município com Associação Civil de Crédito Comunitário, no cumprimento do objetivo de promover a política do desenvolvimento econômico das atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, formais e informais, exercidas pelas pessoas físicas de baixa renda, empresas de pequeno porte e microempresas estabelecidas no território do Município.

Art. 2º - Para associar-se ao Município a entidade civil deverá fazer constar de seu estatuto social que é dirigida por um Conselho de





PREFEITURA DE GOIÂNIA

Folha n.º	97	de proc.
n.º	PL 176	2 de 19 97
Solange		

Administração, de cuja composição participem, obrigatoriamente, o Município, de forma plural, e, no mínimo, três (3) representantes da sociedade civil.

§ 1º - O estatuto social deverá prever a auto-sustentação financeira da entidade bem como a obrigação de devolver, na exata proporção dos aportes, os recursos encaminhados pelo Município, em caso de dissolução da Associação.

§ 2º - Nenhuma alteração estatutária poderá se processar, durante o prazo de duração da sociedade, sem a anuência prévia e expressa do Município, a quem fica conferido o direito de veto.

§ 3º - Qualquer desvirtuamento nas finalidades previstas no estatuto autorizará o Município a promover, de imediato, o seu desligamento e o levantamento de todos os recursos proporcionais aos aportes que houver feito, com os acréscimos legais.

Art. 3º - As atividades estatutárias da entidade civil deverão observar, obrigatoriamente, os seguintes princípios fundamentais:

I - Os recursos destinados ao fomento das atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, que compõem o fundo financeiro da associação, advirão da contribuição dos sócios, de doações, de empréstimos de agências de financiamento, da captação junto a entidades nacionais e internacionais, vedada a captação de recursos do público;

II - Os serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada;

III - As operações de crédito relacionadas com o desenvolvimento das atividades produtivas dos pequenos e microempreendedores deverão compatibilizar-se com a remuneração justa do capital;



PREFEITURA DE GOIÂNIA

Folha n.º	98	de proc.
n.º	PL 1763	de 19 97
Joaquim		

IV - Não haverá dependência financeira do Município ou de qualquer outra instituição pública ou privada, devendo as operações serem orientadas com o objetivo de busca da auto-suficiência;

V - As atividades da associação serão exercidas, exclusivamente, dentro do território do Município de Goiânia;

VI - A Associação não terá finalidades lucrativas, e não poderá, em nenhuma hipótese, distribuir qualquer tipo de rendimentos, vantagens ou bonificações a dirigentes ou associados;

VII - Anualmente serão analisadas a regularidade e o funcionamento das operações, através da contratação de auditorias externas independentes.

Art. 4º - Verificada a regularidade e o bom funcionamento das operações e considerada a consolidação das atividades, o Município, com os demais parceiros, no prazo de 36 (trinta e seis) meses, poderão analisar a transformação da Associação Civil de Crédito Comunitário para Banco Múltiplo Municipal, conservado o seu caráter social.

Art. 5º - O ingresso de novos associados somente poderá ocorrer com a aprovação favorável de 3/4 (três quartos) dos integrantes do Conselho de Administração, que terá livre arbítrio para autorizar a admissão.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com entidade civil de crédito comunitário, visando a execução da política de desenvolvimento prevista nos artigos 147 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Goiânia, no sentido de propiciar às pessoas físicas de baixa renda e aos pequenos e microempresários a geração de renda e a criação de empregos, integrar o exercício das atividades informais ao



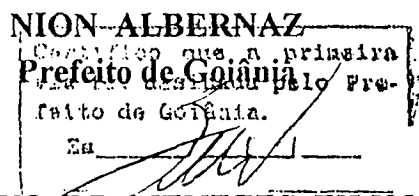
PREFEITURA DE GOIÂNIA

Folha n.º	99	do pres.
n.º	PL 176	de 19 97
Folhaize		

processo produtivo regular, bem como abrir créditos adicionais e transferir os recursos financeiros destinados e necessários à consecução desses objetivos e ao cumprimento desta Lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de abril de 1997.



SERVITO DE MENEZES FILHO
Secretário do Governo Municipal

Luiz Antonio Aires da Silva
Nelo Egídio Balestra Filho
Olier Alves Vieira
César Luiz Garcia
Luiz Felipe Gabriel Gomes
Jônathas Silva
Elias Rassi Neto
Hideo Watanabe
Sandoval Moreira
Paulo de Souza Neto

(Projeto-de-Lei nº 013/97, de autoria do Chefe do Executivo)

Banco do Povo começa a emprestar na terça-feira



RICCA: banco não terá agência

FABIANA FUTEMA

A população de baixa renda finalmente vai ter acesso a uma linha de crédito para financiar pequenos empreendimentos. Essa é a promessa da Secretaria do Emprego, que lança na terça-feira o Banco do Povo no Estado de São Paulo. A princípio, o banco vai operar nas regiões do Pontal do Paranapanema e Vale do Ribeira, com sede nas cidades de Presidente Prudente e Registro.

"O Banco do Povo vai atender uma parcela da população que hoje não consegue empréstimo no Programa de Geração e Emprego e Renda (Proger) nem em

bancos", disse o secretário de Emprego, José Luiz Ricca.

Pelo projeto inicial, o Banco do Povo tem como finalidade gerar emprego e renda por meio da criação de pequenos empreendimentos e negócios. Aprovado pela Assembleia Legislativa no ano passado, o orçamento Banco do Povo tem R\$ 5 milhões em recursos para ser usados em empréstimos para a população.

Os empréstimos vão variar de R\$ 200,00 a R\$ 5.000,00 e poderão ser pagos em 18 meses, com juros de 1,5% ao mês. O agente financeiro do banco será a Nossa Caixa-Nosso Banco.

Segundo a Secretaria do Empre-

go, terão prioridade na liberação de crédito os empreendimentos que comprovem maior geração de emprego. Diferente de outras instituições financeiras, o Banco do Povo não terá agências, somente agentes. "Nossos agentes visitarão várias localidades, identificando a necessidade de negócios da região, a capacitação profissional do povo e a capacidade de pagamento do futuro empreendedor", afirmou Ricca.

Até o final do mês, a secretaria vai colocar à disposição da população quiosques de emprego. Nesses locais, o desempregado poderá se cadastrar e conhecer as vagas de emprego disponíveis no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Parceria com entidades é boa saída

Trabalho conjunto de ONGs, Estado e órgãos civis é o que mais beneficia pequenas

CLÁUDIA BREDARIOLI

Esforços conjuntos do Estado com organizações não-governamentais, entidades civis e outras instituições afins consolidam-se cada vez mais como a principal solução para os maiores problemas da pequena empresa. Muitas vezes, no entanto, as ações com o objetivo de facilitar o desenvolvimento desses empreendimentos dependem de iniciativas do governo a acabam por esbarrar em entraves burocráticos ao serem postas em prática.

Quanto à questão do crédito, por exemplo, tema que registra a maior demanda no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP), é imprescindível que sejam expandidas as linhas especiais de microcréditos existentes e que outras sejam desenvolvidas com apoio dos bancos oficiais, conforme informa o presidente do Sebrae-SP, Sylvio Rosa. "Iniciativas como a do Microbanco têm de atender a mais empresas", afirma.

De acordo com Rosa, exemplos como o do Banco do Povo — que tem o objetivo de oferecer microcrédito em condições facilitadas — mostram bem a importância da participação conjunta de governo e entidades. "A presença do agente comunitário de crédito é fundamental para a existência do Banco do Povo", diz. "Sem a participação dele não há como criar novos pontos de atendimento."

Mas o presidente do Sebrae-SP observa que, muitas vezes, o Estado só atua a partir de ações vindas da sociedade civil. "Por isso a importância da atuação conjunta de diversas organizações nos processos decisórios." As parcerias valem também para as negociações das pequenas e micros tanto no mercado externo quanto no interno. "A medida em que formarem grupos, os pequenos terão mais força no mercado."

Com o objetivo de incentivar essas ações conjuntas, o Sebrae-SP está desenvolvendo os Programas Setoriais de Emprego e Competitividade. A intenção é que, a partir de levantamentos sobre necessidades regionais, haja um esforço, em

SUGESTÕES



Pontos fundamentais para o desenvolvimento da pequena e microempresa:

- **Tributação:** ampliação da possibilidade de adesão ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), que reduziu significativamente os custos administrativos
- **Jurisdição:** pôr em prática o artigo 178 da Constituição do Estado de São Paulo, que prevê tratamento jurídico diferenciado
- **Crédito:** desenvolver políticas de crédito eficazes, por meio de recursos de volumes significativos, que destaquem estratégias benemerentes
- **Juros:** determinar taxas semelhantes às das grandes negociações, diferenciadas para investimento e para consumo
- **Tecnologia:** formar redes de apoio ao desenvolvimento tecnológico, sem burocracia, para ampliação da produtividade

Fonte: Simpi

Propostas dos Programas Setoriais de Emprego e Competitividade

- Permitir o cruzamento de estratégias setoriais e regionais, de maneira que os esforços sejam concentrados de maneira homogênea nas regiões
- Dar prioridade ao desenvolvimento de ações que atendam às necessidades locais, identificadas por meio de levantamentos específicos
- Possibilitar o crescimento da atuação da pequena empresa e, assim, aumentar a índice de emprego
- Sugerir que uma pequena parte dos compulsórios bancários, para capital de giro, seja destinada ao financiamento para pequenas empresas
- Buscar soluções inovadoras na área de crédito e de capitalização, facilitando o acesso da pequena empresa a linhas de financiamento
- Incentivar a criação de centros de desenvolvimento tecnológico e modernização empresarial
- Desenvolver projetos de incentivo à exportação para que o aumento da competitividade interfira positivamente no crescimento das empresas

Fonte: Sebrae-SP

Proporção de microempresas em funcionamento:

Brasil:	EUA:	Itália:
1 para 40 habitantes	1 para 10 habitantes	1 para 8 habitantes

Fonte: Sebrae-SP

AÇÕES LOCAIS TÊM MAIS CHANCE DE SUCESSO

permitir que os pequenos e microempresários de cada região específica invistam em negócios apropriados ao local e com grandes chances de sucesso.

No Estado de São Paulo foram identificadas oportunidades ligadas às atividades portuárias e à terceira idade na região da Baixada Santista, voltadas ao setor de autopeças no ABC e à área agrícola nas proximidades de Presidente Prudente. "A política de regionalização é uma saída para o Estado porque descentraliza as decisões e permite atender melhor às necessidades locais", diz Rosa.

Tributação é problemática

Reforma fiscal seria a melhor proposta do governo de SP, segundo Associação Comercial

Para o diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, Marcel Solineo, da Associação Comercial de São Paulo, a principal medida a ser tomada pelo governo do Estado para beneficiar a pequena empresa é a reforma fiscal. "A atual carga tributária, a burocracia e os prazos de recolhimento impostos aos pequenos são impraticáveis", comenta Solineo.

De acordo com ele, um grande avanço nesse sentido é a possibilidade de adesão ao Sistema Integra-

do de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) nos níveis federal, estadual e municipal.

O sistema, que permite às empresas inscritas o pagamento único de tributos, ainda não foi aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo. Vigora apenas em relação aos impostos federais e municipais. Em São Paulo, mais de 30 municípios já aderiram ao Simples.

Desde que o sistema foi instituído, a Associação Comercial organizou 16 encontros para discutir o tema. "É um assunto muito importante para o pequeno empresário, que deve ser divulgado e expandido", observa Solineo. (C.B.)

Campanha abre espaço para discutir o setor

Problemas de pequenas empresas vêm à luz por meio dos programas de candidatos

Ofato de a pequena e microempresa estarem sendo discutidas nos principais programas dos candidatos aos governos estadual e federal, é um sinal positivo no sentido de permitir maior exposição e participação do setor na economia brasileira.

Essa é a opinião do presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpi), Joseph Couri. "Apesar dessa perspectiva, há medidas urgentes a serem tomadas pelo Estado para evitar o colapso dos pequenos empreendimentos", diz Couri. "Atualmente, essas empresas não têm condições de igualdade para competir no mercado internacional."

Além da reforma fiscal e expansão do Simples, de acordo com Couri, as medidas de caráter urgente deveriam incluir, por exemplo, políticas de taxas de juros diferenciadas para a produção e para o consumo e a formação de redes de apoio ao desenvolvimento tecnológico.

Empregos — Ele afirma ainda que, na maioria dos casos, os programas dos candidatos ao governo vêm a pequena empresa como uma grande solução para o problema do desemprego no Brasil. "Essa questão é consequência da falta de uma política de valorização da produção no País", acredita Couri. "A partir do momento em que forem adotadas estratégias com esse intuito, sairão ganhando os empregadores e os empregados."

Segundo dados do Simpi, nível de emprego nas pequenas e microindústrias cresceu 2% de julho de 1994 para julho de 1998, passando de 778 mil postos para 810 mil.

"É um aumento pequeno, mas deve ser considerado à luz de informações sobre as enormes dificuldades enfrentadas pelo setor", comenta Couri. Outro aspecto, segundo ele, é o fato de as grandes e médias indústrias terem registrado queda do nível de emprego de 20% no mesmo período. (C.B.)

■ Mais informações nas páginas 8 e 9

Folha n.º 102 de proc.
n.º PL 170 de 19 97
Solange

Publicação: FT

Data: 22.10.98

Pág.: A4

Empréstimo vai até R\$ 25 mil

Os empréstimos vão de R\$ 200 até R\$ 5.000. As cooperativas podem conseguir até R\$ 25 mil. Os juros são de 1,5% ao mês.

O Banco do Povo também deve atender a Grande São Paulo, mas ainda não há data prevista, segundo o governo do Estado. (VF)

Publicação: 1
Data: 22.03.98
Pág: A4

Folha n.º	103	de pres.
n.º	PL 170	de 19 97
<i>Salazar</i>		

Banco do Povo será lançado hoje

O Banco do Povo vai ser lançado hoje e começa a atender a partir de amanhã em Presidente Prudente, no interior paulista. O banco vai fornecer empréstimos para o trabalhador que queira ter negócio próprio e para cooperativas de produção ou trabalho. (VF)

Folha 104 da 104 de 104
n.º 81 de 1997
Mauá

Publicação: O DIA
Data: 22/09/98
Pág.: 02

Jornal O DIA SP

Local

São Paulo, terça-feira, 22 de setembro de 1998

Estado de SP ganha o Banco do Povo

O primeiro Banco do Povo criado pelo Governo do Estado de São Paulo será lançado hoje, às 11h30, no Palácio dos Bandeirantes. Participam da solenidade o governador do Estado, Geraldo Alkmin Filho, os secretários da Fazenda e do Trabalho, o prefeito de Presidente Prudente, Mauro Bragato e o presidente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP), Sylvio Goulart Rosa Júnior. A inauguração da primeira unidade do Banco do Povo será Quarta-feira em Presidente Prudente.

Alternativa

O Banco do Povo tem como objetivo conceder empréstimos até 25 mil reais, de forma a atender uma faixa da população que não tem acesso ao crédito do sistema bancário existente. A principal característica é ser uma institui-

ção alternativa de crédito assistido, ou seja, de caráter comunitário. Portanto, é um importante instrumento no processo à criação de emprego e geração de renda. Desta forma atenderá pessoas que já tenham um pequeno ou micro negócio há mais de 6 meses e que precisem de dinheiro para capital de giro, para comprar mercadorias ou para realizar um investimento.

Taxas acessíveis

O Banco do Povo terá 3 agentes de crédito e um gerente. Ele vai oferecer empréstimos de R\$ 200 a R\$ 5 mil para projetos individuais urbanos e rurais, inclusive do setor informal, e de R\$ 25 mil para cooperativas. Os juros serão de 1,5% ao mês o que dá 19,56% ao ano, bem abaixo das taxas de mercado. O cliente do Banco do Povo que fizer o em-

préstimo para Capital de Giro terá prazo de 6 meses para pagar, sem nenhum período de carência. Para investimento o prazo será de 18 meses com carência de 3 meses sobre metade do valor solicitado. Entre as exigências para a liberação de crédito, o empreendedor não pode constar em cadastro do SPC e Centralização dos Serviços dos Bancos (Serasa), além de precisar comprovar um faturamento inferior a R\$ 83 mil ao ano.

Mais financiamento

O Fundo de Investimento e Crédito Produtivo do Estado de São Paulo - Banco do Povo, foi criado pela Lei nº 9533 de 30 de abril de 1997 e regulamentado pelo Decreto nº 43.282 de 3 de julho de 1998. Este Fundo, que administrará os recursos de todos os Bancos do Povo que forem criados pelo governo estadual, terá recursos do Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), (60%), do Governo do Estado de São Paulo, (30%) e da prefeitura onde ele for instalado (10%). Inicialmente apenas o Governo do Estado de São Paulo alocou sua parte, referente a R\$ 5 milhões.

O Banco do Povo de Presidente Prudente contará com recursos de R\$ 500 mil. De acordo com o Decreto, o Fundo será administrado por um Conselho composto pelos Secretários da Fazenda, do Trabalho, da Economia e Planejamento, representantes da Nossa Caixa, Comissão Estadual do Emprego, Sebrae-SP e Sindicato da micro e Pequena Indústria (Simpi). Cada Banco do Povo terá um Comitê de Crédito formado por representantes da Nossa Caixa, Prefeitura, Secretaria do Trabalho e um do Conselho Municipal do Emprego (formado por um membro da Prefeitura, um do Sebrae-SP e um representante dos trabalhadores).

23-001-98
B.F.

Folha n.º	105	do proc.
n.º	PL 176	de 19 99
Alaíse		

Estado vai financiar pequenos empresários

O governo do Estado de São Paulo destinou R\$ 5 milhões a financiamentos para pequenos empreendedores, por meio do Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular, o Banco do Povo. O anúncio foi feito ontem pelo governador em exercício, Geraldo Alckmin Filho. O programa vai fornecer empréstimos de R\$ 200 a R\$ 5 mil para pessoas físicas e jurídicas e de até R\$ 25 mil para cooperativas de produção, com taxa de juros fixa de 1,5% ao mês e prazo para pagamento de 18 meses.

Ausente, Covas é homenageado

da Reportagem Local

Mesmo ausente, o governador licenciado, Mário Covas (PSDB), foi o centro do lançamento do Banco do Povo, ontem no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo.

Covas, que disputa a reeleição, foi citado nove vezes como responsável por esse programa de financiamento para pequenos e microempreendimentos.

Para este ano, o governo destinou R\$ 5 milhões ao banco, que prevê empréstimos de até R\$ 5.000

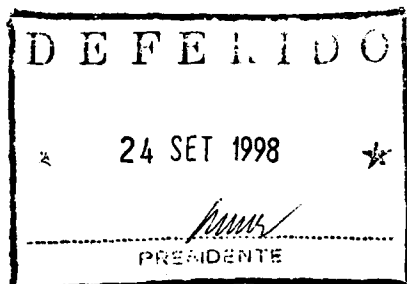
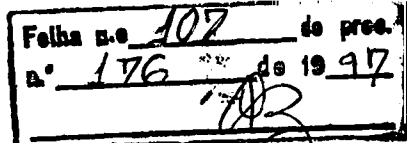
para pessoas físicas e jurídicas e de até R\$ 25 mil para cooperativas. O governador interino Geraldo Alckmin negou uso eleitoral do programa. "Não posso parar o Estado só por causa da eleição."

A lei que cria o programa foi aprovada em 1997 e a regulamentação saiu há quase três meses.

À noite, em ato no clube Pinheiros, Covas ironizou o projeto de Paulo Maluf (PPB) de tolerância zero na área de segurança. "Se tiver tolerância zero, o primeiro a ser preso é o Maluf." (MD)



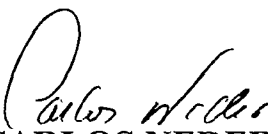
Câmara Municipal de São Paulo



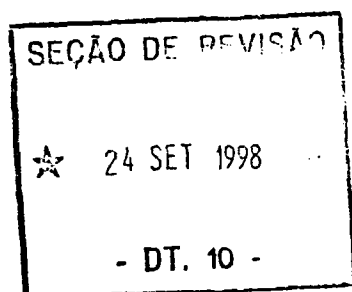
13 - RDS
REQUERIMENTO 13-2175/1998

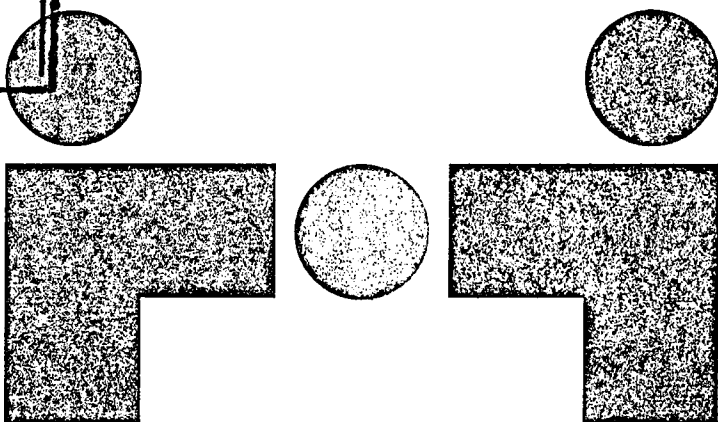
REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT





BANCO
DO POVO

É hora de apoiar o pequeno empreendedor.

No início, os bons projetos quase sempre são sonhos. Boas idéias que precisam ser viabilizadas. O Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular, mais conhecido como Banco do Povo, é um deles. Ele nasceu em 1997, após um ano de estudo e análise. Tornou-se uma realidade em 30 de abril de 1997, e foi regulamentado através do Decreto do governador Mário Covas.

Esses diplomas legais são a certidão de nascimento do Banco do Povo e dispõem sobre as normas para seu funcionamento.

É papel de cada um de nós fazer com que o Banco do Povo exista na prática e atenda seus objetivos: financiar e investir em microemprendimentos, cooperativas ou formas associativas de produção ou de trabalho, como alternativa de crédito popular para geração de emprego e renda.

O Banco do Povo é resultado de uma parceria do Governo do Estado de São Paulo, através da SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, com o Governo Federal, Governos Municipais e sociedade civil. Cada um dos parceiros tem responsabilidades a cumprir e objetivos a serem atingidos. Ele foi criado para atender a população de baixa renda que precisa de crédito para produzir e crescer, mas que não tem acesso às linhas de crédito das instituições financeiras.

Com o Banco do Povo, os microempreendedores terão acesso ao crédito de forma rápida, desburocratizada e com juros baixos.

O Banco do Povo não é um projeto assistencialista. Os emprestimos terão que ser pagos, em no máximo 18 meses.

O Banco do Povo não é um banco de agências. É um banco de Agentes. Os Agentes de Crédito do Banco do Povo estarão nas cidades, nos bairros, nas ruas das comunidades mais carentes, orientando e cadastrando os interessados ou obtendo financiamento.

Além disso, os interessados da SERT, que se pode conhecer no Posto de Atendimento ao Cidadão, terão acesso ao Banco do Povo, uma importante ferramenta para combater a pobreza, criando oportunidades e condições.

Folha n.º 109 do proc. 176 de 1997

conversando, observando as atividades da sua comunidade. É a pessoa que vai colher dados, analisar e dar o primeiro parecer sobre a solicitação do empréstimo, além de acompanhar o progresso do cliente após sua concessão.

Como opera o Banco do Povo

A QUEM SE DESTINA O CRÉDITO

Os clientes do Banco do Povo são:

- as pessoas físicas que buscam o auto-emprego ou cujo negócio seja relevante para a renda familiar. Devem ter endereço fixo e residir há pelo menos dois anos no município;
- empreendedores do setor informal;
- pessoas jurídicas que tenham apresentado, no exercício anterior ao pedido de empréstimo, um faturamento bruto inferior a R\$ 87.300,00;
- microprodutores formais;
- cooperativas ou outras formas de associação que sejam legalmente constituídas e associem o trabalho e a gestão do empreendimento;
- pessoas físicas e jurídicas que não tenham restrição a crédito no mercado (SPC ou SERASA).

Esse público tem poucas alternativas de acesso ao crédito. Entretanto, tem demonstrado, histórica e internacionalmente, uma grande responsabilidade com a dívida assumida, o que se comprova pelo baixo índice de inadimplência.

A QUE SE DESTINA O CRÉDITO

O cliente pode solicitar recursos para capital de giro e capital fixo (aquisição de máquinas e equipamentos). O apoio do Banco do Povo não se destina ao pagamento de dívidas, aquisição de insumos básicos para o setor rural, à aquisição de veículos de passeio ou a atividades ilegais (como comercialização de produtos contrabandeados, fabricação e comercialização de produtos com marcas pirateadas).

LIMITES DE CRÉDITO

Pessoas físicas e jurídicas têm de R\$ 200,00 até R\$ 5.000,00 de crédito. O limite para as cooperativas é de R\$ 25.000,00, ou até o máximo de R\$ 5.000,00 por associado, quando o número de associados for igual ou menor que 5.

PRAZO, ENCARGOS E GARANTIAS

O prazo para o pagamento é de até 18 meses, com carência máxima de 3 meses. A taxa de juros é única e fixa (sem indexação), e as garantias exigidas são: aval, garantia real e/ou solidária.

**BANCO
DO POVO**
Acreditando
em quem produz.

sert
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

Folha n.º 110 de 110
n.º 11-176 de 1997

O PAPEL DO MUNICÍPIO DO ESTADO E DA SERT

O Estado, através da SERT, e o Município interagem no programa do Banco do Povo. O Estado cria os mecanismos legais para que esse programa atinja o maior número possível de clientes, aporta recursos financeiros e fiscaliza o desempenho do banco.

O Município adere a estes mecanismos legais para operacionalização do banco, aportando recursos financeiros, humanos e materiais. A SERT disponibiliza toda sua estrutura de apoio ao trabalhador, principalmente no que se refere a Qualificação Profissional, para garantir o sucesso do empreendimento que busca crédito. Também treina os integrantes do corpo operacional do banco e aloca pessoal para a gestão e fiscalização do programa.

O COF

O programa tem um Conselho de Orientação do Fundo, que tem por missão definir critérios e fixar limites para concessão de créditos, fixar prazos de amortização, carência e encargos financeiros, e examinar e aprovar as contas globais do Fundo. O COF é a última instância de deliberação do Banco do Povo.

COMISSÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EMPREGO

Essas comissões têm papel relevante na atuação do Banco do Povo, uma vez que elas originam o mapeamento das regiões carentes e detectam os setores da economia regional que necessitam de recursos para geração de emprego e renda. Um representante da Comissão Estadual faz parte do COF, e seu presidente integra o Comitê de Crédito Estadual. Também um membro da Com-Emprego do Município integra o Comitê de Crédito Municipal. Dessa forma, essas comissões têm grande

influência no estabelecimento de diretrizes e na gestão do Banco do Povo, sendo sua existência condição imprescindível para implantação do Banco no Estado ou Município.

COMITÊS DE CRÉDITO

São comitês que fazem a gestão operacional do Banco. O Comitê Estadual se incumba das subcontas específicas, da programação dos recursos, da análise da prestação de contas e determinação de parâmetros para avaliação de critérios e limites de concessão de crédito; é presidido pelo Secretário do Emprego e Relações do Trabalho e integrado pelo presidente da Comissão Estadual de Emprego e um representante da NC/NB. Os Comitês Municipais fazem a gestão da conta específica da sua cidade, analisam e dão parecer final no processo de concessão de crédito, aprovando-o ou não, além de prestarem contas do desempenho da sua parte do Fundo.

O AGENTE FINANCEIRO

A Nossa Caixa Nosso Banco S.A. foi instituída como o agente depositário e repassador dos recursos do Banco do Povo, sendo com ela que o cliente formaliza um contrato de crédito. Cabe à NC/NB a administração dos recursos disponíveis do programa, bem como receber o pagamento dos mutuários pelo crédito concedido, além de participar ativamente da gestão do Banco do Povo nos Comitês de Crédito Estadual e Municipais.

O AGENTE DE CRÉDITO

Ele é o técnico do Banco do Povo que vai até o cliente em potencial, levando a mensagem e a proposta do banco,

Folha n.º 112 de 113
n.º 1010-57

Como se estrutura o Banco do Povo

QUE É O BANCO

Trata-se de um fundo de investimentos de crédito produtivo popular, que concede microcréditos para pequenos empreendimentos, com agilidade, sem burocracia e com taxas de juros atrativas. O objetivo é criar novos empregos e gerar renda, atuando em um segmento produtivo que normalmente não tem acesso às instituições financeiras tradicionais. O Banco do Povo não tem qualquer traço assistencialista. Os recursos serão remunerados com o retorno de suas aplicações, de forma a garantir a auto-sustentação do programa e o crescimento dos fundos de crédito. Sua atuação é descentralizada, fortalecendo o desenvolvimento regional. O Banco do Povo é definido como um banco de agentes, e não de agências. O agente de crédito tem um papel fundamental, pois leva a agência ao cliente.

PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Os recursos iniciais do Banco do Povo são do Tesouro do Governo do Estado de São Paulo e dos Tesouros Municipais (participação mínima de 10%).

O Banco poderá receber recursos adicionais advindos do programa BNDES-Trabalhador, criado pelo Governo Federal especialmente para esse fim. Tem, ainda, a possibilidade de contratar empréstimos com instituições nacionais e internacionais. O Estado e o Município também arcam com as despesas de pessoal e material da operação do Banco, bem como da administração da NC/NB e das judiciais para cobrança de devedores, quando existirem.



Acreditando
em quem produz.



Emprego: Índia apresenta sua experiência

Encontro mostrará como o país combate o desemprego na região rural

O estímulo à criação de empregos autônomos (self-employment) nas zonas rurais da Índia será um dos temas debatidos nas sessões acadêmicas do 25º ISBC – International Small Business Congress, que acontece de 11 a 14 de outubro, em São Paulo, com apoio da ACSP (Associação Comercial de São Paulo) e Sebrae-SP.

O assunto é o ponto-chave da exposição do professor L.N. Dahiya, da M.D. Universidade de Rohtak (Índia). Dahiya mostrará como os empregos formais na zona rural de seu país, onde vive uma população pobre semelhante à de algumas áreas do Nordeste brasileiro, vêm sendo afetados pela tecnologia e abertura do mercado.

Auto-emprego – Dahiya sustenta que o auto-emprego assume, cada vez mais, papel de destaque na economia mundial e que pode ser desenvolvido em diversas atividades para melhorar a vida das populações. Para

ele, as pequenas e médias empresas indianas continuarão representando um papel econômico e social importante no campo e seu crescimento acelerado poderá ser a resposta para o problema do desemprego.

Em seu trabalho, Dahiya analisa vários programas de desenvolvimento rural lançados pelo governo indiano nos últimos 50 anos (desde a independência do país) e lança sugestões de políticas que poderiam ser implantadas no setor agrícola para estimular o crescimento do auto-emprego.

Segundo Dahiya, o setor agrícola – o principal da economia rural da Índia – não tem condições de absorver sozinho a expansão da força do trabalho nas zonas rurais e erradicar o desemprego. Já as atividades não-agrícolas, embora não apresentem dinamismo, oferecem enorme potencial para promover o auto-emprego no campo.

Dahiya frisa que a expectativa

para o setor não-agrícola, que responde atualmente por cerca de 22% do emprego no campo, é de que venha a representar um papel de gerador de auto-empregos. O pequeno setor de manufatura, por exemplo, emprega mais de que 16 milhões de pessoas e contribui com mais de 55% do volume de negócios industrial e 35% do total das exportações.

Posição do pequeno – “Hoje o pequeno negócio ocupa uma posição importante na economia indiana e é essencial para o desenvolvimento rápido do setor rural da Índia. A estratégia para acabar com o desemprego e pobreza nas áreas rurais é investir no que as pessoas podem produzir em vez do que o capital pode produzir”, argumenta.

O coordenador técnico do 25º ISBC e diretor do Instituto de Economia “Gastão Vidigal” da ACSP, Marcel Solimeo, lembra que o tema a ser apresentado por Dahiya está interligado com o in-

centivo a pequenos e médios empresários por meio de micro-créditos e financiamentos, uma vez que o Bangladesh's Grameen Bank (o “Banco do Povo” da Índia) e o Bancosol, da Bolívia, trarão ao congresso suas experiências nesse campo.

Segundo Solimeo, o 25º ISBC já conta com a participação de delegações de praticamente todos os países do mundo e as maiores, até o momento, são a do Japão, com cerca de trinta inscritos, seguida da Coreia (20), Taiwan (16) e Suécia (10).

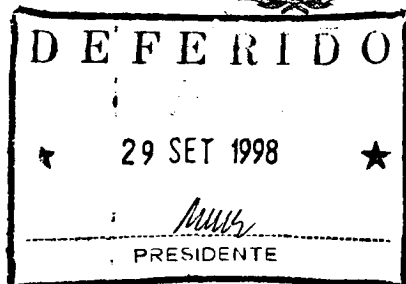
Diário do Comércio
24.09.98
Cad. Nacional
pg. 5

Folha nº	113
de	112
do	18
de	97

PLANTA OU
DOCUMENTO NÃO
DIGITALIZADO



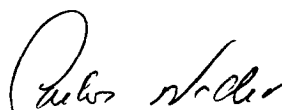
Câmara Municipal de São Paulo Legislativo.



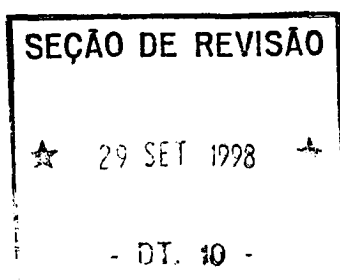
REQUERIMENTO 3 - RDS
13-2225/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

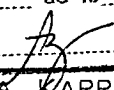
Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



OESP
Cad. Painel de Negócios
pg. 02
29.09.98

Folha n.º	= 115 =	do proc.
n.º	PL-176	de 19 97
		
ANA PAULA CARRUZ		
Oficial Legislativo		

Inaugurado Banco do Povo no Estado

Foi inaugurada quarta-feira a primeira unidade do Banco do Povo do Estado de São Paulo, em Presidente Prudente. A iniciativa, que possibilitará aos microempresários da cidade conseguirem empréstimos de R\$ 200 a R\$ 5 mil em condições facilitadas, irá atender aqueles que tenham um empreendimento próprio há mais de seis meses. A próxima unidade será inaugurada em Registro.

Seguem juntados nesta data
dois documentos rubricados
sob fls. = 116 = e = 117 =.
Em 07.10.98

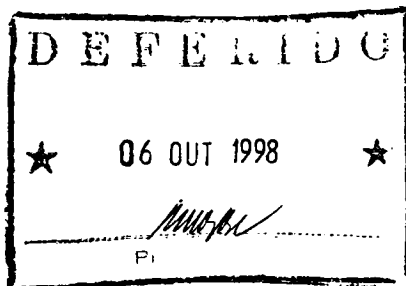

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	116	de pro.
n.º	PL-176	de 19 97

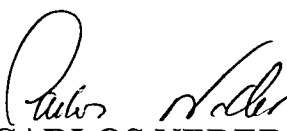
ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo



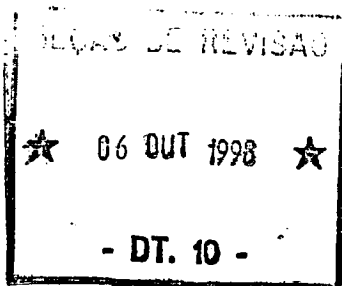
13 - RDS
REQUERIMENTO 13-2323/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



Gerar emprego, vocação da pequena empresa

Estabelecimentos menores ocupam de cerca 40 milhões de pessoas, ou seja, 60% do total da mão-de-obra do País



Elas representam 25% do Produto Interno Bruto brasileiro (o que dá uma produção de US\$ 150 bilhões ao ano), são cerca de 4,5 milhões em todo o Brasil e acenam para o mercado como sendo a forma mais eficaz de geração de empregos nesses tempos de contenção de gastos. As micros e pequenas empresas empregam cerca de 40 milhões de pessoas em todo o Brasil, o que representa 60% do total da mão-de-obra ocupada.

O que fazer para estimulá-las a gerar mais emprego? "O gover-

no deve adotar medidas para desburocratizar a administração empresarial", afirma o economista da ACSP (Associação Comercial de São Paulo), Emílio Alfieri. "O governo já deu alguns passos nesse sentido. O Simples é um deles. Mesmo tendo dois impostos simplificados — um federal e outro estadual —, essa já foi uma grande conquista", completou.

Quem deseja abrir uma empresa, no Brasil, deve apresentar mais de dez documentos como alvarás, licenças e vistorias. Na Flórida, Sul dos Estados Unidos, o candidato a empresário deve pagar US\$ 100, apresentar um documento equiva-

lente ao CGC e obter junto ao governo estadual o registro para o recolhimento de um imposto semelhante ao ICMS. O registro sai em 24 horas.

Outra forma de incentivar a geração de empregos em empresas menores é incentivá-las a exportar seus produtos, o que ampliaria seu mercado de atuação. "Hoje, só grandes empresas conseguem exportar", diz Alfieri.

Segundo o Sebrae, do total exportado pelo Brasil, apenas 5% são provenientes de empresas de pequeno e médio porte. Enquanto isso, em países como Estados Unidos, Alemanha, França e Itália, a participação de empresas pequenas na exportação é de 75%. No entanto, 98%



Felisoni: carga tributária é muito alta

das empresas em território nacional são de pequeno ou médio porte.

Sebrae — No Sebrae-SP (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa) há um consenso de que o governo deve estimular políticas de apoio ao pequeno empresário, através da desburocratização e de acesso facilitado a créditos bancários.

Mais empregos — Para consultores de mercado, a alta carga tributária tem que ser revista com urgência. "Só assim o número de empregos poderia ser ampliado", avalia o coordenador do Programa de Administração do Varejo, da Universidade de São Paulo (USP), Cláudio Felisoni.

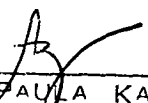
Já o consultor João Sundfeld acredita que outra forma de geração de empregos nas empresas de pequeno porte seja a flexibilização das relações trabalhistas. "Hoje, o contrato de trabalho por tempo determinado é eficiente apenas para empresas grandes, como a indústria automobilística, que tem estrutura para marcar uma convenção coletiva ou entrar em acordo com o sindicato da categoria", afirma Sundfeld.

Plano Concílio
05 10 98

Folha n.º 117 do proc.
n.º PL-176 de 1997

ANA PAULA KAMBIZ
Oficial Legistativo

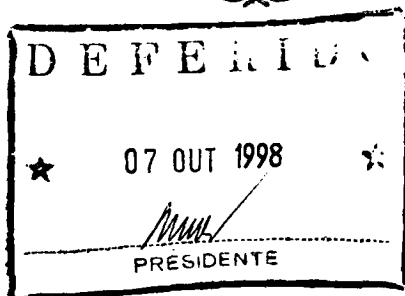
Seguem juntados nesta data dois documentos
rubricados sob fls. 118 e 119.
Em 08.10.98


ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 118 = do pros.
n.º PL-176 de 13/97
Ass. PAULA K. BRUZ
Legislativo

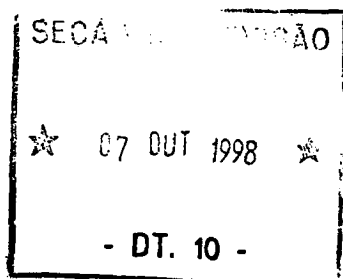


13 - RDS
13-2365/1998
REQUERIMENTO

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1998


CARLOS NEDER
Vereador - PT



07.10.98

Rf. 06

Crédito é desafio para PMEs

E muitos pequenos acabam usando o próprio cheque especial



Conseguir crédito em banco quase nunca é uma tarefa fácil para empresários de pequeno porte. Gerentes malpreparados – e até mal informados sobre linhas de financiamento específicas para empresas pequenas –, empréstimos atrelados a algum serviço que o empresário é obrigado a adquirir e a exigência de inúmeros documentos são alguns fatores que acabam emperrando o financiamento.

Moral da história: muitos empresários acabam recorrendo ao cheque especial pessoa física para saldar seus compromissos e ter capital giro. O grande problema dessa situação é que os juros cobrados são exorbitantes. No Banco do Brasil, onde, dos 750 mil clientes, 700 mil são micro e pequenos empresários, os juros são de 7,9% ao mês.

Linhas específicas – A Caixa Econômica Federal (CEF) tem, há sete anos, duas linhas de crédito voltadas para empresas pequenas. O Microgiro-Sebrae concede de R\$ 800,00 a R\$ 5 mil para micro-

empresas com até um ano de existência. Aquelas que tiverem mais de um ano são encaminhadas ao Giro-Sebrae, que financia até R\$ 30 mil. Os juros cobrados nos dois casos são de 1%, mais TR, e o prazo para pagamento do crédito é de 12 meses.

Segundo o gerente de mercado em exercício da CEF, Cassio Sopko, cerca de 450 créditos são concedidos todos os meses para empresários de pequeno porte.

A Nossa Caixa Nosso Banco também tem um sistema próprio para atender a empresas pequenas. O Programa Microbanco é voltado para empresas com faturamento mensal de até R\$ 100 mil e, pelo menos, dois anos de existência, com juros de 4,95% ao mês.

Os riscos que empresas de pequeno porte representam e que são apontados por outras instituições financeiras como sendo o principal entrave da negociação é administrado através da personalização do sistema: cada agência tem um gerente treinado que avalia minuciosamente cada caso. “Assim também conseguimos explorar todas as oportunidades

do negócio”, afirmou o diretor de produto da Nossa Caixa, Sérgio Gonçalves.

Congresso – A concessão de crédito a empresários de micro e de pequeno porte será um dos assuntos abordados no segundo dia do 25º Congresso Internacional da Pequena e Média Empresa (25º ISBC Brasil 98), que começa na próxima segunda-feira, dia 12.

O tema será debatido na terça-feira, às 10h30. Nesse dia, outros 11 painéis também serão trabalhados.

O evento está sendo organizado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e pelo Sebrae, e tem como tema central a geração de emprego pela pequena empresa.

Seguem juntados nesta data dois
documentos rubricados sob fls.
120 = e = 121 = . Em 16.10.98

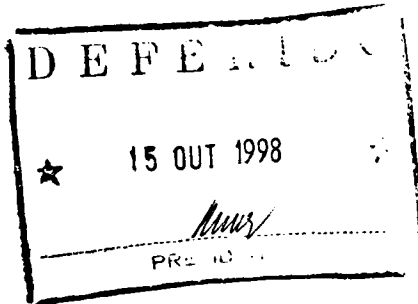
ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 120 = do processo
n.º PL-126 de 19 98

ANA PAULA KARRUZ
Secretaria Legislativa



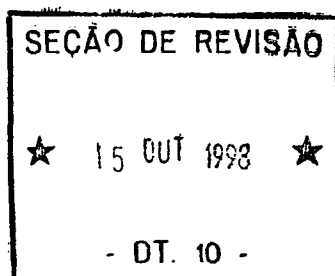
REQUERIMENTO "D" 13 - RDS
13-2442/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1998


CARLOS NEDER

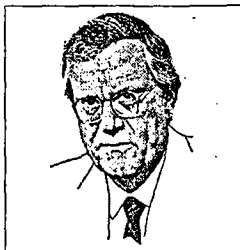
Vereador - PT



Força dos pequenos

Uma grande empresa, de classe mundial, obriga-se a investir até US\$ 1 milhão para abrir um novo lugar de trabalho dentro dela. Uma pequena empresa, que pode até mesmo ser fornecedora da grande, contenta-se com investimento de US\$ 10 mil para gerar um novo emprego. Basta esse comparativo pelos extremos para justificar o tema central do 25th International Small Business Congress, instalado ontem em São Paulo. O tema: Emprego, o Grande Desafio e Pequena Empresa, a Grande Solução.

Realizado pela primeira vez na América Latina, o evento reúne delegações de 42 países. A organização é da Associação Comercial de São Paulo e do Sebrae, com o apoio de entidades empresariais e acadêmicas do Brasil e do Exterior. Faltou a ajuda do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que se concentra na organização da Conferência Internacional de Desenvolvimento Empresarial da Pequena



Empresa, marcada para março, no Rio de Janeiro.

Que o futuro do mercado de trabalho está na faixa das pequenas empresas não é novidade. Elas já respondem por mais de dois terços da ocupação de mão-de-obra em todo o mundo. O que o encontro de São Paulo procura discutir é a promoção de novos instrumentos de política econômica para melhorar o desempenho das pequenas empresas. Afinal, as grandes não poderão sobreviver sem elas. Quanto mais globalizada a economia, mais indispensável se torna a parceria das grandes com as pequenas, segundo a teoria dos paradoxos globais de John Naisbitt.

Na rodada de ontem, a globalização foi discutida exatamente sob o prisma do (des)emprego. A competição sem fronteira acelera os processos de modernização das empresas de todos os níveis em todos os ramos. Esse movimento telúrico promove, por li-

nhas tortas, como nunca antes, a valorização do capital humano dentro do universo empresarial. Com sobras para a redescoberta da importância econômica do sistema educacional.

Entre os novos instrumentos de política econômica para as pequenas empresas, destaque para a experiência do chamado Banco do Povo. São organizações de microcrédito para microempresa, com sobras para autônomos (self-employment). Técnicos do Grameen Bank, de Bangladesh, o maior banco do povo do mundo, participam do encontro. O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Elvino Aliprandi, lembra que o Grameen Bank faz empréstimos de US\$ 100 e, mesmo assim, já acumula aplicações de US\$ 2, 4 bilhões.

O fundo de aval de Taiwan e os regimes de garantia de microcrédito da Espanha e do Egito são outras atrações do Congresso. Destaque para o modelo de promoção de exportações de pequenas empresas da Itália. Comparado, o melhor do mundo.

SECOS & MOLHADOS

Paradigma – O modelo italiano de promoção das pequenas empresas foi solenemente indicado como paradigma para o mundo inteiro em relatório do G-7 (Denver, 1996). Especialmente o que se faz nas regiões de Modena, Bolonha e Milão.

Exportação – No Brasil, as pequenas empresas entram com apenas 6% das exportações totais do País. Na Itália, essa mesma fatia já passa de 25%. Na área de Modena, as pequenas empresas estão exportando até 80% da produção.

Exposição – A vitoriosa experiência italiana pode ser reproduzida no Brasil ou em qualquer país emergente? É o que se discute no encontro de São Paulo. São empresas com até 20 empregados. Com um traço em comum: muita criatividade.

Na cascata – Pequenas empresas brasileiras carecem de cultura exportadora. E carregam nos ombros arriados o crédito mais curto e mais caro do mundo. Além de uma carga fiscal asinina, com direito a impostos em cascata na exportação. Vulgo CPMF.

Publicação: OES P
Data: 13/10/98
Pag: B-2
Economia

Colha nº = 121 = do proc.
nº PL 176 de 1998
ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

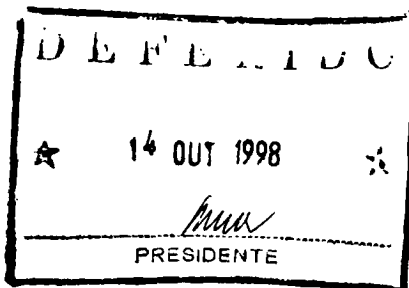
Sequem juntados nesta data dezenove
documentos rubricados sob fls.
=122=a =140=. Em 16.10.98

ANG. PENA ARRUIZ
Oficial Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 122 do proc.
n.º PL-176 de 1997
o funcionário



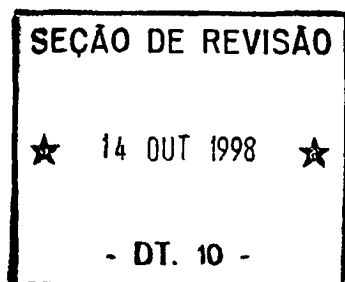
REQUERIMENTO "D" 13 - RDS
13-2419/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT





BANCO DO POVO
Programa Social da Fumdec

PL n.º = 123 = do proc.
PL-176 do 19 97
Monótipo

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

Exp. 034/98

Goiânia, 07 de Outubro de 1998.

Ilmo Sr.

Sr. CARLOS NEDER

M.D. Vereador da Cidade de
SÃO PAULO - SP

Senhor Vereador,

Atendendo solicitação de V.Sa,
seguem-se em anexo as seguintes informações sobre o "**BANCO DO POVO**":

Nº de contratos realizados:..... 1350
Média por empréstimo:..... R\$ 911,48
Valor total das aplicações:..... R\$ 1.230.491,77
Taxa de inadimplência:..... 1,09%
Contratos liquidados:..... 542
Média de empregos gerados por contratos:.... 2,8%

Atividades: confecção, facção, lanchonetes, restaurantes, mercearias, depósitos de GLP, salão de beleza, congelados, artesanato, bares, bordados, marcenarias, serralheiras, escolas de informática, infantis, copiadoras, panificadoras, pedreiros, pintores (letreiros) etc.,

Atenciosamente

Múcio Bomfício Guimarães
Superintendente
Banco do Povo



GOVERNO DA
CIDADE DE
GOIÂNIA

CrediCidadania

Av. República do Líbano esquina com Rua 25-A - Setor Aeroporto
(Prédio da Fumdec) - Fone: 229-2376 - CEP 74.000-130 - Goiânia - GO

SISTEMA DE CRÉDITO POPULAR

CREDICIDADANIA

"Banco do Povo"

RELATÓRIO DA

DIRETORIA

Programa Social de Renda

Exercício/1997

Process n.º 1255 do proc.
PL-176 de 97
Funcionário
ANA PAULA KARIUZ
Oficial Legislativo

APRESENTAÇÃO

Encerrado o exercício de 1997, dirigimo-nos a V.S^{as}. para apresentar-lhes as ações implementadas pelo SISTEMA DE CRÉDITO POPULAR – CREDICIDADANIA – “Banco do Povo”, com vistas ao cumprimento de seus objetivos, bem como as demonstrações financeiras e o desempenho do programa no exercício de 1997.

Acreditamos que as ações implementadas no decorrer de suas atividades foram responsáveis pelo sucesso alcançado, quando 532 operações foram realizadas e gerados em torno de 2.000 novos empregos diretos e indiretamente em apenas seis meses de atividade.

Hoje, pode dizer ser o “Banco do Povo” o orgulho do Governo da Cidade de Goiânia, não só pelo que realizou em tão curto espaço de tempo, mas por estar transferindo “know how” a outros Municípios do Estado de Goiás e da Federação.

DIRETORIA EXECUTIVA

FUNÇÃO SOCIAL

Com o compromisso assumido perante a camada menos privilegiada da sociedade goianiense, o Professor NION ALBERNAZ, ainda em campanha, fez sair, com a determinação que lhe é peculiar, do campo das hipóteses um compromisso, para tornar-se uma realidade inquestionável, o “Banco do Povo”, através de uma ONG – Organização Não Governamental - , com os objetivos de estimular a criação, o crescimento e a consolidação de empreendimentos e atividades de serviços, comércio e indústria, formais ou informais, dirigidos ou exercidos por pessoas de baixa renda, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do Município.

Com apenas seis meses de atividade, o “Banco do Povo ”, contando com recursos orçamentários de R\$-500.000,00 (quinhentos mil reais), atendeu mais de 500 famílias, com aumento considerável de empregos e da renda familiar.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

ONG, denominada de SISTEMA DE CRÉDITO POPULAR – CREDICIDADANIA – ‘Banco do Povo’, foi devidamente organizada obedecendo os rigores da Lei Municipal número 7.704, de 14 de abril de 1997, bem como de outras legislações pertinentes, para dar sustentação administrativa às diversas áreas de atuação:

- a) - ESTATUTO SOCIAL, devidamente aprovado em A.G.E. de 12.05.97 e registrado no Cartório de Notas e Registro de Documentos;
- b) - REGIMENTO INTERNO, aprovado pelo Conselho de Administração em 03.06.97, com base no Estatuto Social e no Organograma Básico;
- c) - MANUAL DE CRÉDITO, aprovado pelo Conselho de Administração em 03.06.97, definindo procedimentos e controles operacionais;
- d) - REGULAMENTO DO PESSOAL, aprovado pela Diretoria Executiva em 1º.06.97, obedecendo os princípios da C.L.T., bem como definindo direitos e obrigações.

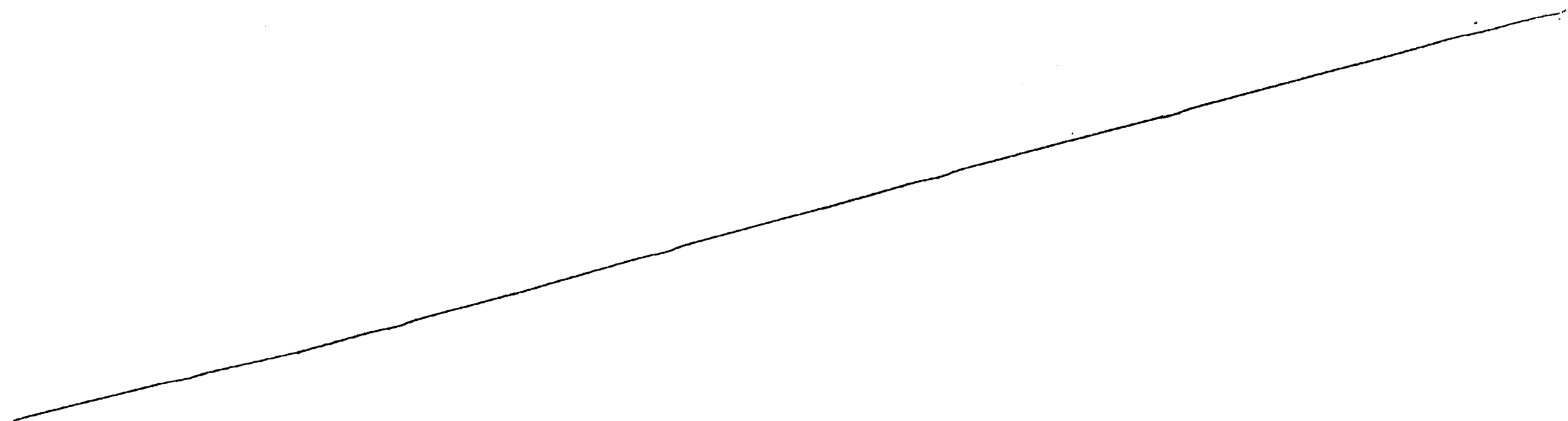
Desenvolvida na forma dos itens anteriores e fundamentada em princípios gerais de administração, vem sendo conduzida da forma mais harmônica possível, para que não haja nenhuma questão administrativa, trabalhista ou fiscal.

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Entendendo ser os recursos humanos força imprescindível no combate às dificuldades e ao alcance de resultados positivos para atender:

- a) - os objetivos traçados pelo programa;
- b) - gerar, anualmente, em torno de 2000 empregos diretos e indiretos;
- c) - atender, anualmente, 1000 famílias de baixa renda;
- d) - alcançar, em média, uma melhoria na renda familiar em torno de 20%;
- e) - manter o menor índice possível de inadimplência – no máximo 3%;
- f) - solidificar o programa com maior experiência;
- g) - transferir tecnologia e experiência à outros municípios da federação; etc.,

foi treinado um grupo de chamados “Agentes de Crédito”, recebendo informações teóricas e práticas a respeito da filosofia, bem como da forma eficiente de atendimento e acompanhamento dos programas financiados.



Form. n.º = 129 = do Povo
PL-176 de 13 97
O funcionário
ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA

Desde a sua fundação, o “Banco do Povo” procurou desenvolver suas atividades com base em aplicativos de informática, tanto na geração de controles gerenciais como na formatação de formulários.

A COMDATA, foi e tem sido nosso sustentáculo no desenvolvimento de aplicativos de controles gerenciais, sempre dispensando atenção especial às nossas dificuldades que, de passagem, pode dizer-se não serem poucas.

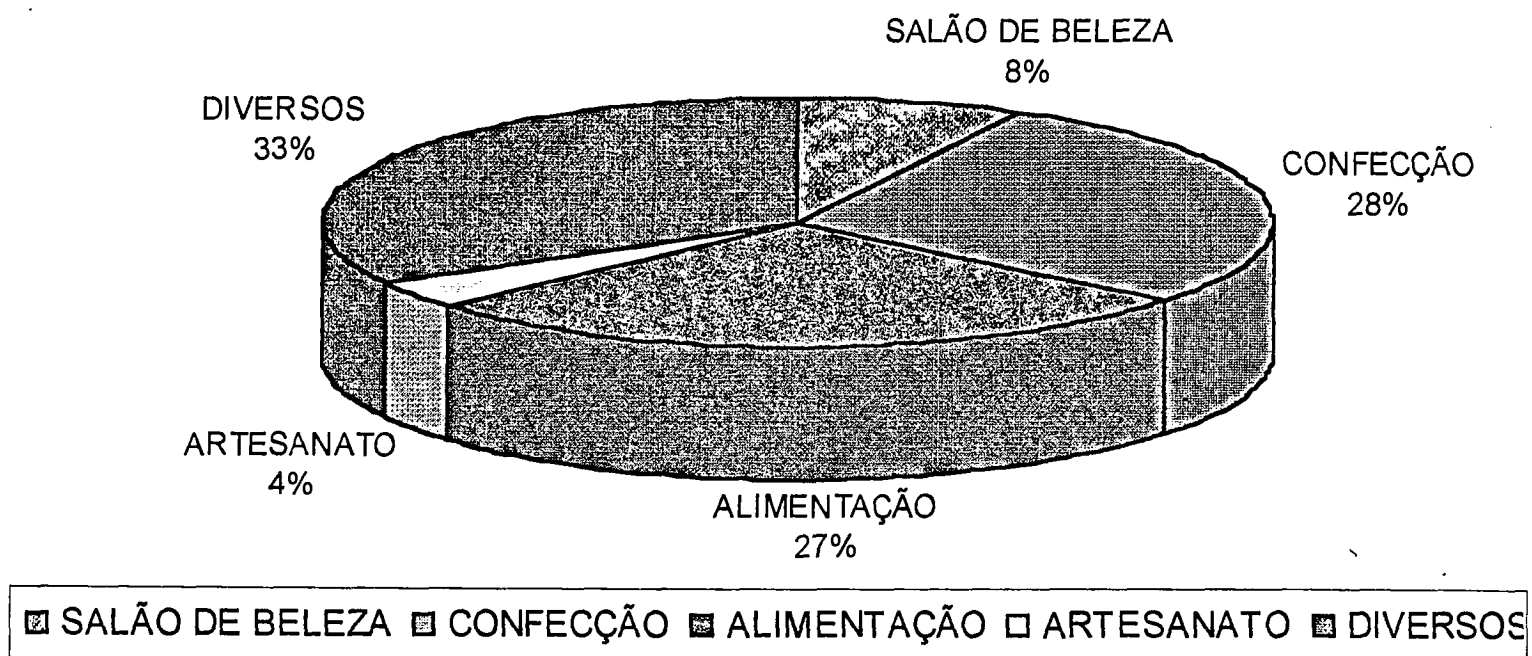
Ressalta-se os seguintes pontos:

- a) - informatização de contratos, desde a confecção ao cadastramento, com geração de relatórios de “Títulos em Ser”;
- b) - informatização de contratos por parcelas, gerando relatório de prestações pendentes, prestações vencidas e vincendas, prestações pagas, etc.;
- c) - informatização da Folha de Pagamento, com geração de todas as informações necessárias à recolhimentos e contabilidade; e
- d) - informatização de Balancetes e Balanços, com todas as informações analíticas e sintéticas exigidas e necessárias à maior transparência contábil.

APLICAÇÃO DE RECURSOS

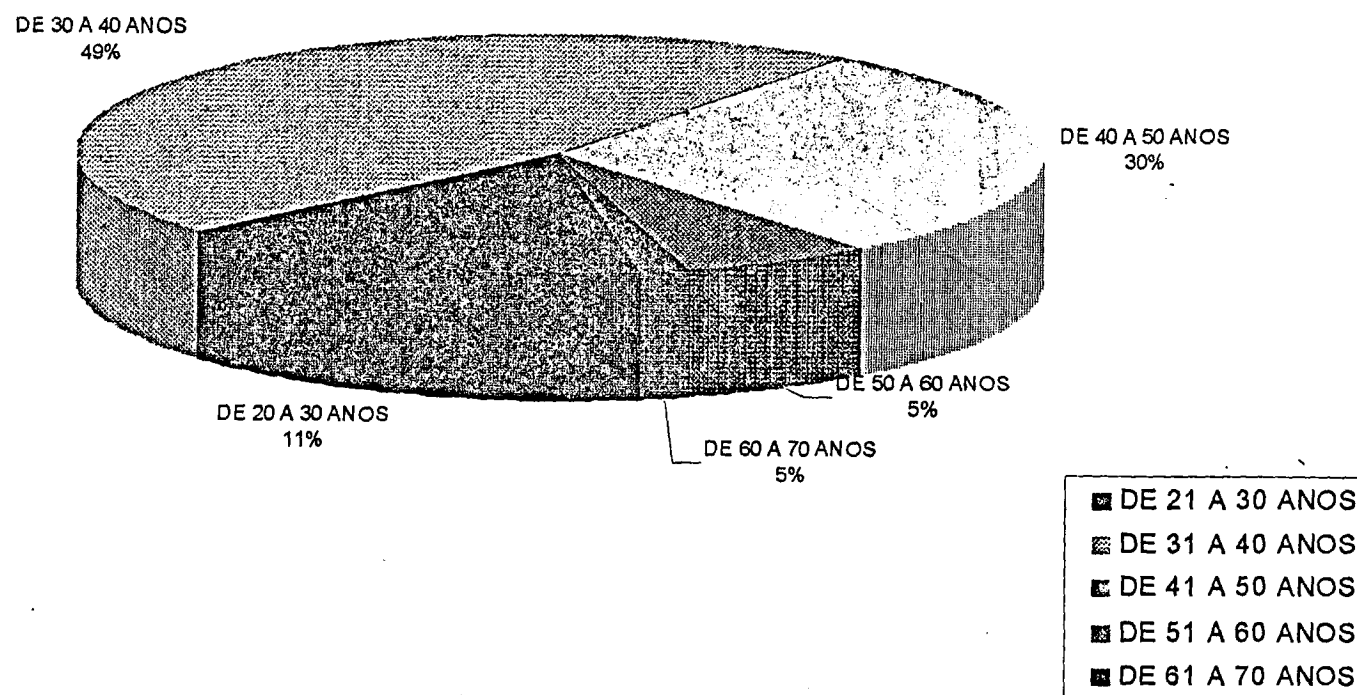
Calculada nos princípios do Manual de Crédito e nos objetivos do programa, tem-se procurado a maior pulverização possível na aplicação dos recursos existentes, tendo sido concretizadas 482 operações em seis meses de atividade, no total de R\$-373.275,30 (Trezentos e setenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), com média de R\$-774,00 por contrato, e a seguinte distribuição por atividade e faixa etária, e a seguinte progressão aritmética mensal:

GRÁFICO, POR ATIVIDADES, REFERENTE AOS MESES DE JULHO A DEZEMBRO/1997



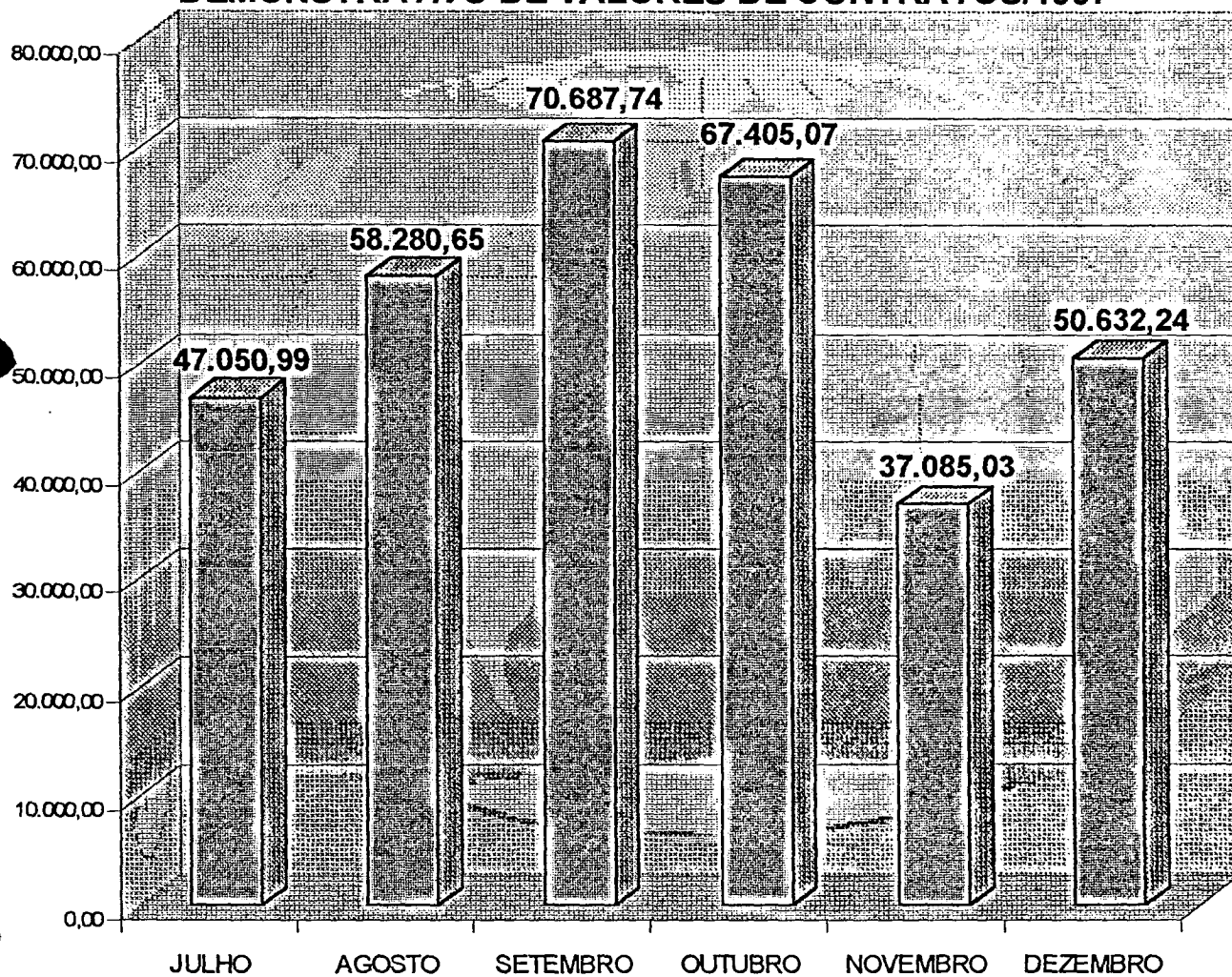
Folha n.º = 132 = do 1301
 n.º PL-176 de 97
 o funcionário
 ANA PAULA KADRUZ
 Oficial Legislativo

FAIXA ETÁRIA DOS PROPONENTES FINANCIADOS PELO BANCO DO POVO DE JULHO A DEZEMBRO/97



ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativa

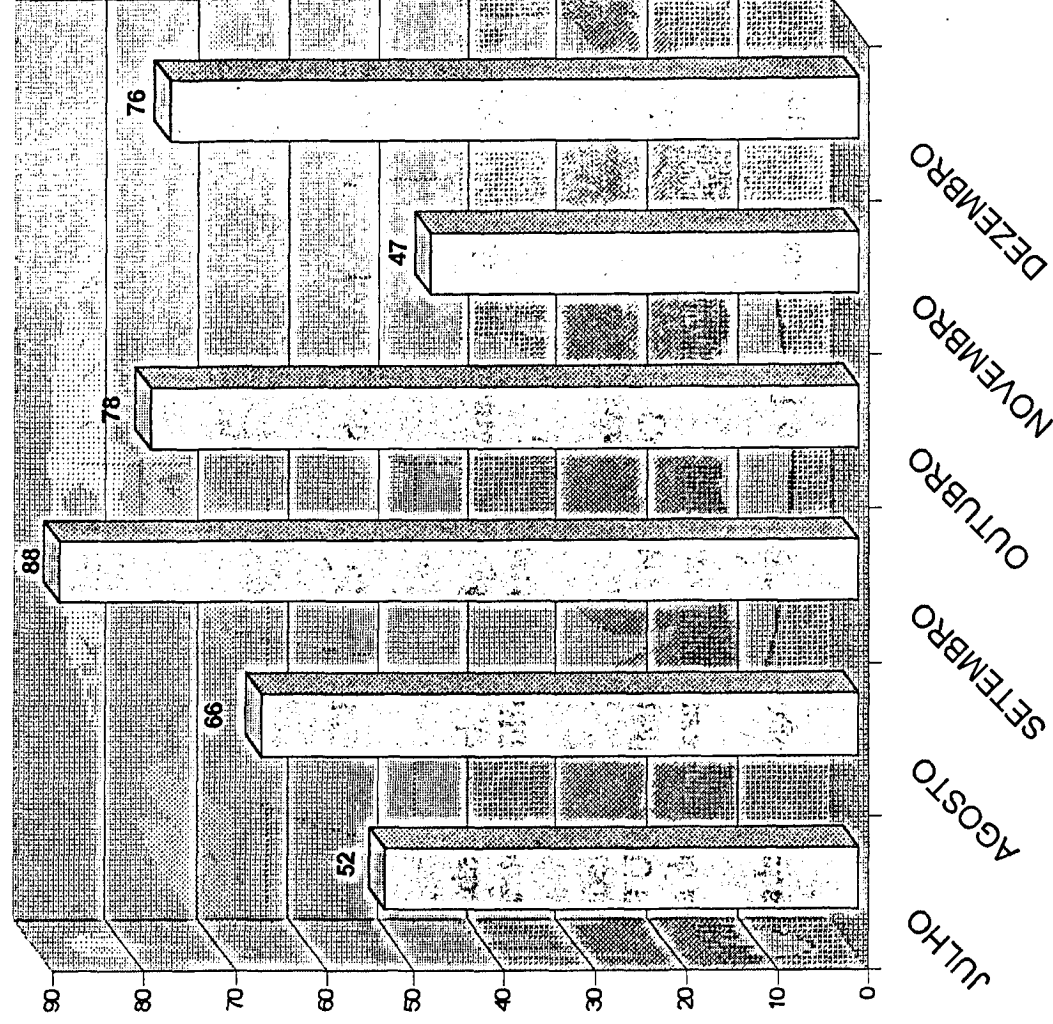
PROGRESSÃO MENSAL
- DEMONSTRATIVO DE VALORES DE CONTRATOS/1997



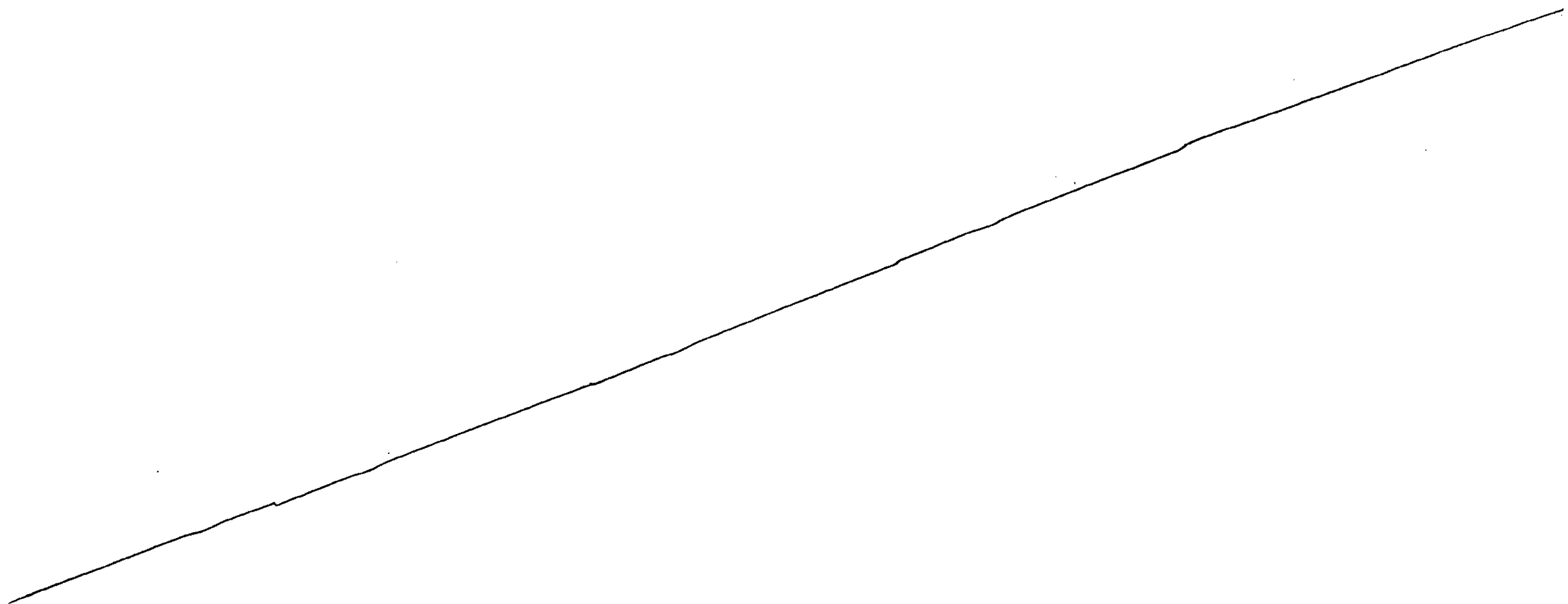
□ VALOR

Folha n.º 134 de 134
n.º PL-176 de 176
o funcionário
ANA PAULA KARRUK
Oficial Legislativo

PROGRESSÃO MENSAL
- QUANTITATIVO DE CONTRATOS EM 1997
- NÚMEROS DE CONTRATOS -



□ Nº DE CONTRATOS



RECURSOS

No exercício de 1997, o “Banco do Povo” desenvolveu suas atividades com os seguintes recursos:

- a) - Aporte de Capital, de origem orçamentária de R\$-500.000,00, para atendimento do público de baixa renda;
- b) - Subvenções Sociais, através de convênio PREFEITURA/FUMDEC/BANCO DO POVO – R\$-189.000,00, para cobertura de despesas administrativas.

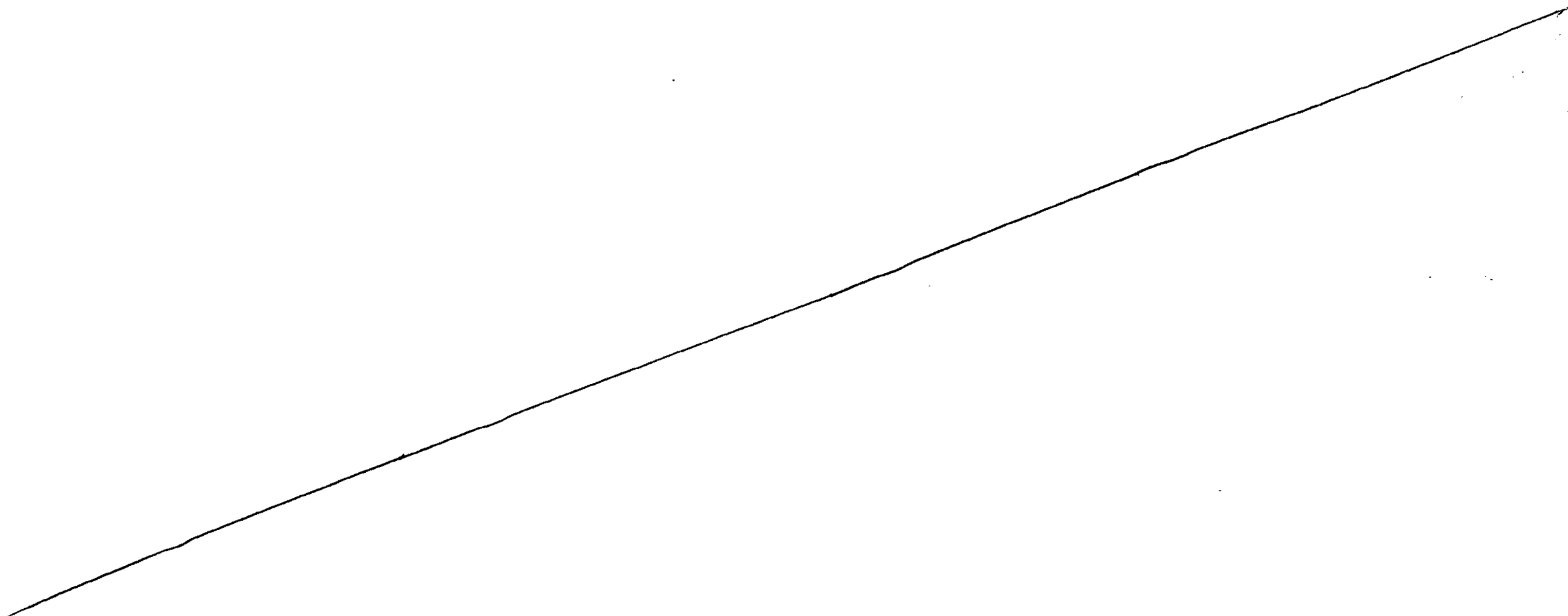
Para continuidade do programa, o “Banco do Povo” contará com os seguintes recursos:

- SAS - Secretaria de Assistência Social;
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social;
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância; e
- OUTROS - nacionais e internacionais.

RELACÃO DOS PRIMEIROS MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO – FUMDEC
 - Geralda Goiazira Borges Pinto Albernaz - PRESIDENTE
 - Luiz de Gonzaga Vieira - SUPLENTE
2. SECRETARIA DE FINANÇAS – SEFIN
 - Olier Alves Vieira - VICE-PRESIDENTE
 - Gilberto Nazaré Ribeiro - SUPLENTE
3. SECRETARIA M.DE D.ECONÔMICO – SEDEN
 - Sandoval Moreira Mariano - TITULAR
 - Ademar Borges de Souza - SUPLENTE
4. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB
 - Alcides Luiz de Siqueira - TITULAR
 - Wanderlei Fernandes Souza Almeida - SUPLENTE
5. CONSELHO R. DE ECONOMIA – CORECON
 - Giuseppe Vecchi - TITULAR
 - Robson Borges Salazar - SUPLENTE
6. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS – FIEG
 - Norton Ribeiro Hummel - TITULAR
 - Cláudio Henrique de Oliveira - SUPLENTE
7. ASSOCIAÇÃO GOIANA DA PEQUENA EMPRESA – AGPE
 - José Augustinho N. Fogliatto - TITULAR
 - Marcelo de Oliveira Moura - SUPLENTE



PL n.º = 137 - do proc.
PL- 176 de 19 97
Anônio
ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

CONSELHO FISCAL:

1. Macário de Paiva Neto
2. Luiz Roberto Castilho de Oliva
3. Virgínia Maria F. Fonsêca Pedroso
4. João Ribeiro de Castro
5. Antônio Manoel Rodrigues
6. Juracy Cintra

- TITULAR
- TITULAR
- TITULAR
- SUPLENTE
- SUPLENTE
- SUPLENTE

Folha n.º = 138 = do proc.
PL-176 de 1997
Bonifácio

ANA PAULA KAPRUZ
Oficial Legislativo

DIRETORIA EXECUTIVA:

1. Múcio Bonifácio Guimarães - DIRETOR SUPERINTENDENTE
2. Roziron de Paula Brito - DIRETOR O. e ADMINISTRATIVO

HISTÓRICO DO "BANCO DO POVO" – Passo a Passo legislativo

Para que se pudesse ter desde já o início histórico do "Banco do Povo" – um dos programas sociais que certamente ficará gravado na memória, não só do povo goiano, mas de todos os brasileiros -, teve-se o cuidado de elaborar-se a sua "Agenda Histórica", para a posteridade:

Nº	ASSUNTO	DATA
1.	Lei Municipal nº 7.704 – criação	14.04.97
2.	Início do treinamento do pessoal	03.05.97
3.	Assinatura de convênio com a FUMDEC	08.05.97
4.	Primeira Assembléia Geral – aprovação do Estatuto Social	12.05.97
5.	Eleição dos Membros do Conselho de Administração	12.05.97
6.	Eleição dos Membros do Conselho Fiscal	12.05.97
7.	Nomeação da Diretoria Executiva	12.05.97
8.	Abertura dos Livros de Atas e de Registro de Presenças	12.05.97
9.	Aprovação do Plano de Contas	15.05.97
10.	Aprovação do Regulamento do Pessoal	1º.06.97
11.	Aprovação do Regimento Interno	03.06.97
12.	Aprovação do Manual de Crédito	03.06.97
13.	Avaliação e Aprovação de Formulários	05.06.97
14.	Lançamento Oficial do Programa "Banco do Povo"	07.07.97
15.	Início de Atividades Operacionais	08.07.97
16.	Assinatura do primeiro contrato de crédito – solidário: • Abadía Luiza Machado; • Maria Ferreira Cavalcante; e • Vicente Rodrigues Machado.	
17.	Implantação do Sistema de Cobrança	08.08.97
18.	Implantação de Aplicativos Gerenciais de Informática	09.07.97

AGRADECIMENTOS

Hoje, o “Banco do Povo” que foi uma figura hipotética para os séticos, é uma realidade incontestável, servindo de modelo para Municípios do Estado de Goiás e da Federação.

Diante das dificuldades e do pessimismo de muitos, citamos um pensamento de Napoleão: “o vocábulo IMPOSSÍVEL só existe no dicionário dos fracos”, para ressaltar a grandeza de espírito daquele que idealizou o programa social para Goiânia e a determinação de todos aqueles que colaboraram direta e indiretamente para a sua concretização.

Agradecemos o Governo da Cidade de Goiânia nas pessoas dos Professores NION e GERALDA ALBERNAZ, pela tenacidade e determinação; ao PODER LEGISLATIVO, pela aprovação da Lei 7.704/97, que deu origem ao SISTEMA DE CRÉDITO POPULAR – CREDICIDADANIA – ‘Banco do Povo’; aos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; a todos que colaboraram direta e indiretamente na montagem e estruturação do programa; aos servidores que vêm desempenhando com altivez suas atividades; e, finalmente, a todos os empreendedores que acreditaram e confiaram na nossa administração.

DIRETORIA EXECUTIVA

Seguem guinadas note data dei deu-
mentos publicados sob folhas = 141 = 2 = 142 =.
Em 21.10.98

ANA
2002

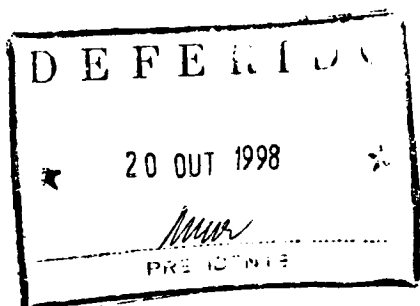
Legislative



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 141 =	do proc.
n.º PL-176	de 19 97

ANA PAULA KARRUZ
Asservo



REQUERIMENTO "D" 13 - RDS
13-2450/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT

Um banco que busca reduzir a informalidade

Com inadimplência zero, Banco do Povo de Santo André já emprestou quase metade do seu capital inicial para pequenos negócios

Márcio Venciguerra
de São Paulo

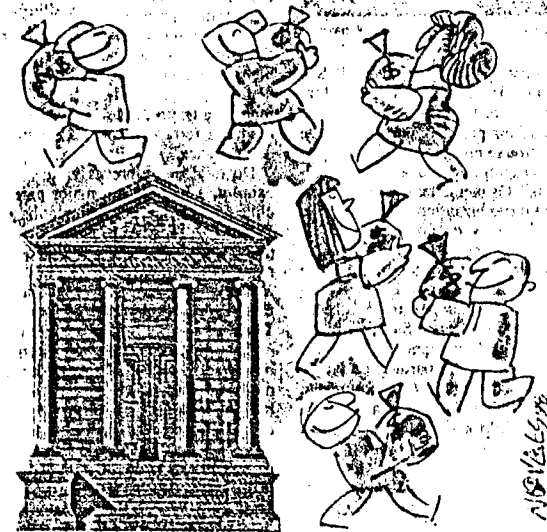
As instituições populares de crédito, conhecidas como bancos do povo, já funcionam em diversos países e capitais brasileiras como uma das formas mais eficientes de eliminar a exclusão social. Pioneira na Grande São Paulo, em quatro meses de existência, a versão de Santo André, no ABC, se estruturou e já tem emprestada quase metade de seu capital inicial para pequenos negócios. O patrimônio do Banco do Povo de Santo André é de R\$ 550 mil — R\$ 400 mil da prefeitura e o restante dos sócios mantenedores: Associação Comercial e Industrial de Santo André (Acisa) e sindicatos de Metalúrgicos, de Bancários e das Transportadoras de Carga.

"Estamos negociando outros R\$ 500 mil do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que deverão estar disponíveis até o final do ano", prevê Aletto José de Souza, diretor de Geração de Emprego e Renda da prefeitura. O BNDES se comprometeu a dobrar o capital a cada novo aporte. O dinheiro ainda não emprestado fica numa conta de renda fixa da Caixa Econômica Federal.

A Comunidade Européia deverá investir cerca de R\$ 1 milhão no próximo ano, em parcelas que ainda não foram definidas. O patrimônio do banco receberá outros R\$ 400 mil previstos no orçamento da prefeitura para 1999.

Para ampliar a capacidade de avaliação dos projetos e atender a demanda gerada pelo aumento do volume de recursos, o banco decidiu ampliar o quadro de agentes de crédito, de seis para dez profissionais. Eles são treinados pelo BNDES e também pela Sociedade Alenã para Cooperação Técnica (GTZ).

Seguindo o exemplo de instituições financeiras semelhantes, o Banco do Povo de Santo André, que oferece empréstimos de R\$ 300 a R\$ 5 mil, foi autorizado pelo Banco Central como uma associação civil de crédito sem fins lucrativos. A ta-



xa de juros é suficiente para cobrir os custos operacionais.

A empresa familiar de Marta Sueili da Silva deixará a informalidade na virada do ano com a ajuda do crédito obtido no Banco do Povo de Santo André. Após quitar em três meses um empréstimo de R\$ 1,5 mil para capital de giro, Marta tomou

Patrimônio é de R\$ 550 mil, com R\$ 400 mil da prefeitura e restante de mantenedores

R\$ 2,5 mil para construir um salão de 60 metros quadrados onde irá instalar a confecção Susil, especializada em uniformes e roupas profissionais. "O espaço adequado era um empecilho para obter o alvará de funcionamento", conta a empresária que atualmente trabalha num mezanino de 30 metros quadrados.

Marta foi a primeira cliente do Banco do Povo a renovar seu crédito. A instituição de Santo André é a primeira da Grande São Paulo a usar um modelo com 30 anos de sucesso internacional em inserir os mais pobres na economia. Por enquanto, o banco não está cumprindo o papel na cidade. A criação de relações entre os excluídos começará a

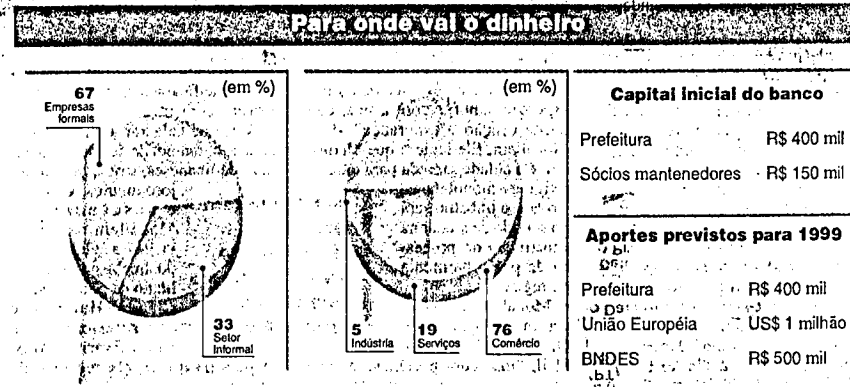
ser apoiada no início do ano que vem, nas áreas de favela onde a prefeitura levar infraestrutura urbana.

Por enquanto, a ideia é ajudar empresas, formais ou não, a sobreviver num ambiente de juros altos e recessão. "Com as contas equilibradas, nós partimos para buscar novos clientes no interior do estado", diz Marta. Dos R\$ 200,54 mil emprestados até agora, 67% foram para empresas formais e 72% para capital de giro. O valor médio dos créditos é de R\$ 2,23 mil.

"Seria melhor se fossem os juros da poupança, mas 4% está bom para o mercado atual", conta a empresária que já usou crédito de bancos comerciais. "O Banco do Povo não oferece crédito fácil, a seleção é criteriosa", conta Marta.

Dos 312 moradores de Santo André cadastrados, 146 foram aprovados após pesquisa nos serviços de proteção ao crédito Serasa e SPC. Historicamente, no Brasil ou não, os bancos do povo costumam ter inadimplência zero.

A experiência de Santo André



Fonte: Banco do Povo de Santo André

também não registrou calotes, porém, ainda não conseguiu estabelecer a forma de garantia que caracteriza a iniciativa: o aval solidário. Trata-se de um meio social de controle. Ao invés das garantias em patrimônio exigidas por um banco normal, um grupo de cinco clientes se responsabiliza pelo volume total. Se um não pagar, os outros quatro têm de reembolsar o banco. Até agora, foi formado um grupo solidário e seis clientes ofereceram bens como garantia. A maioria, 81, recorreram a avalistas, como foi o caso de Marta Sueili: "eu não quis me comprometer com pessoas que não conheço suficientemente bem".

Mais importante que a garantia, para apoiar uma iniciativa, o banco leva em conta a capacidade de os projetos vingarem e os efeitos sociais do investimento.

A Susil é exatamente o tipo de empresa que o Banco do Povo quer financiar nesta fase. Os seis agentes de crédito buscam projetos de empresas com mais de seis meses de atuação, que gerem renda e vagas. Além de manter emprego para Marta, seu marido que atua como vendedor e um filho, responsável pelas estampas em silk screen, a confecção contrata duas costureiras terceirizadas e dois empregados fixos.

Multiplicação do lucro

O acesso ao crédito para empreendedores do setor informal é restrito ao empenho de patrimônio pessoal como garantia ou agiotagem. E, muitas vezes, a compra de uma embaladora ou um liquidificador é suficiente para que uma produção doméstica multiplique os lucros. Segundo a experiência internacional do Banco do Povo, uma família miserável rompe a linha de pobreza no quinto empréstimo consecutivo.

O primeiro banco do povo surgiu em Bangladesh, país da Ásia, com renda per capita de US\$ 240 anuais. Ele nasceu da experiência do economista Muhammad Yunus. Em 1976, ele emprestou US\$ 2 a camponeses atormentados por um agiota. Ao receber o principal e os juros, tentou convencer o banco, no qual tinha conta, a emprestar um punhado de dólares aos pobres. Recebeu de volta um sermão. Afinal, onde já se viu emprestar a quem não tem dinheiro e nem como pagar. Mesmo com as recusas, inclusive do banco oficial, Yunus se deu por vencido ou voltou pacificamente para as salas de aula da Universidade de Chittagong. O

professor passou a tomar empréstimos com o patrimônio pessoal. Banco a experiência em duas vilas. Depois, cinco.

Em 1983 conseguiu o direito de abrir o Grameen Bank, hoje copiado por todo o mundo. Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos, fundou um quando era governador do Estado de Arkansas.

O Banco do Povo de Santo André financiou a invenção do ferramenteiro Mário Bejarano: o "fura-coco", um sistema de alavanca usado para perfurar coco verde, que já está no mercado. "Faço 70% do serviço na oficina da minha casa e o restante eu entrego para um amigo fazer", conta o bolicheiro que mora há 33 anos em Santo André.

O aposentado que trabalhou em grandes montadoras, como a Volkswagen e a Mercedes Benz, tomou R\$ 600 para patentear a peça e construir o ferramental necessário para agilizar a produção e baixar os custos a 40%.

Bejarano conta que criar dispositivos era rotina na linha de produção. Agora, ele que aposentar o facho dos quiosques de praia.

Sequem juntados nesta data cinco
documentos, rubricados sob fls. = 143 = a
= 147 =. Em 03.11.98.

ANA

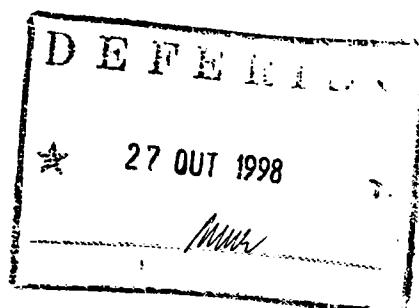
RUZ

Oficial L. 10



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 143 - do proc.
n.º PL- 176 do 1º 97

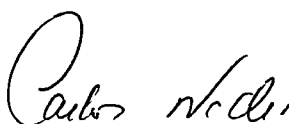


REQUERIMENTO "D"

13 - RDS
13-2497/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT

INTERNACIONAL

Inglaterra
cria novos
incentivosFábio Lopes
São Paulo

Os governos devem se preocupar em prover condições favoráveis para aumentar a participação das pequenas empresas no mercado global. "E as pequenas empresas também precisam fazer sua parte incluindo as exportações em seus planos." A recomendação é do ministro da Construção da Inglaterra, Nick Raysford, que participou do 25º Congresso Internacional da Pequena e Média Empresa, realizado semana passada em São Paulo.

Ele conta que na Inglaterra o governo estuda um projeto para diminuir drasticamente a regulamentação das pequenas empresas, deixando apenas o essencial. Para capacitá-las, foi criado o Business Links, uma rede de informações empresariais, que além dos escritórios, pode ser consultada pela Internet.

O governo inglês também está apoiando a criação da Universidade da Empresa, que vai oferecer treinamento para os empreendedores daquele país.

Linhas de crédito específicas para o setor também fazem parte da criação de um ambiente favorável. "Essas são necessidades de pequenas empresas de qualquer país do mundo. Supri-las é um projeto de longo prazo", conclui o ministro.

"Os países precisam simplificar a legislação para dar condições à pequena empresa de aumentar sua produção e gerar empregos", defendeu Domingos Cavallo, ex-ministro da Economia da Argentina.

Ele afirma que em seu país o processo está bastante acelerado e que no Brasil é preciso diminuir o chamado "custo Brasil", principalmente os juros bancários. A desregulamentação da economia e o apoio governamental para facilitar o crescimento de pequenas empresas foi a tônica do Congresso que serviu também para mostrar que os problemas enfrentados por empresas de pequeno porte são praticamente idênticos, independente do país em que estejam instaladas. ■

EUA aumentam verba...

CONTINUAÇÃO DA 1ª PÁGINA

A agência oficial do governo norte-americano para pequenas empresas, o Small Business Administration (SBA) terá um aumento de US\$ 716,6 milhões para US\$ 724,2 milhões no orçamento de seu ano fiscal que começa neste mês. Com isso, poderá alavancar um portfólio de empréstimos diretos e de garantias para empréstimos de terceiros no valor de US\$ 14,2 bilhões nos próximos 12 meses.

Criada em 1953, a SBA tem um portfólio de operações acumuladas desde então que supera os US\$ 45 bilhões, e é a maior — embora não a única — financiadora de pequenos negócios nos Estados Unidos. Existem motivos sólidos para esses incentivos. Os pequenos negócios empregam mais de 50% da força de trabalho norte-americana, geram mais da

metade do Produto Interno Bruto (PIB) e são a principal fonte geradora de novos empregos no país.

Para garantir a competitividade dos quase 23 milhões de pequenos negócios existentes no país, o governo faz a sua parte:

35% das compras federais são realizadas junto a pequenas empresas. Para tanto, existem programas especiais que viabilizam, por exemplo, que as pequenas empresas possam oferecer seus

mísseis ou aviões, havia sempre interesse em adquirir partes avulsas, fabricadas pelos pequenos negócios ou por eles desenvolvidos — que respondem por 28% dos empregos gerados no setor de alta tecnologia.

Com o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, começaram os cortes no orçamento militar. Para diminuir os efeitos da crise, o governo agiu rápido e, em 1995, criou o Programa Delta, um sistema de empréstimo aos pequenos negócios dependentes do setor de armamentos, que tem como objetivo principal ajudar as empresas a se tornarem menos dependentes dos contratos com os militares, e mais aptas a atender o mercado civil.

Para obter essas vantagens a empresa deve se enquadrar nas categorias definidas pela SBA — basicamente tamanho e receita, sendo que esses dois critérios variam de setor para setor. Para se ter uma idéia, no setor de manufaturados, são consideradas pequenas as empresas com até 500 empregados e receita bruta de até US\$ 5 milhões. ■



Egito agiliza financiamento

Rodrigo Squizato
São Paulo

Dificuldade de obtenção de crédito, altas taxas de juros e muita burocracia nas operações, foram alguns dos problemas relacionados à cultura de crédito no Brasil apontados por especialistas em finanças da Itália, Canadá e Japão presentes ao 25º Congresso Internacional da Pequena e Média Empresa realizado em São Paulo entre os dias 11 a 14 deste mês. As possíveis soluções foram apresentadas com casos práticos de países como Taiwan e Egito.

Para Kai Yang, do Fundo de Garantia de Crédito de Taiwan, as pequenas empresas são preju-

produtos e serviços diretamente ao governo, sem recorrer a um grande atacadista.

O Departamento de Defesa sempre foi o maior comprador governamental. Mesmo para intrincados projetos de tecnologia,

pequenas empresas que teriam condições de arcar com os custos do empréstimo.

Exemplo de funcionamento desses sistemas foi dado pelo representante egípcio Medhat Hassanein, consultor da Organização das Nações Unidas (ONU) para finanças. O Esquema de Garantia de Crédito (EGC) implantado no Egito em 1990 tem como objetivo fomentar a criação de empresas de pequeno porte nos setores da indústria, comércio e serviços e também para a classe médica.

Em oito anos de funcionamento, pelos dados do próprio EGC, 6.844 empresas e 3.873 iniciativas na área médica foram auxiliadas na obtenção de crédito. ■

Garantias no Brasil
e no Egito

	F. de Aval Sebrae/SP	EGC-Egito
Custo sobre o empréstimo em %	2/3/5*	0,66
Valor máximo da garantia	R\$ 72 mil	US\$ 233 mil
Garantia máxima sobre o empréstimo	50%	50%

Fontes: Sebrae/SP e EGC *Para garantias de 24,36 e 60 meses, respectivamente

dicadas pela qualidade e quantidade de informações solicitadas em troca de financiamento. Segundo Yang, os bancos fixam padrões de segurança, com base nesses dados, superiores aos necessários para diminuir o risco de inadimplência. Esses padrões acabam impedindo o acesso de

GAZETA MERCANTIL

21.10.98

Pf. 02

(Por conta Própria)

Deve haver alguma explicação

Os participantes do 25º Congresso Internacional da Pequena e Média Empresa realizado em São Paulo na semana passada que assistiram às palestras a respeito de mecanismos de crédito puderam perceber que a dificuldade de conseguir um financiamento não é um obstáculo apenas para o empreendedor brasileiro. Mas também ficou claro que aqui o problema é maior.

"No Brasil, não bastassem as altíssimas taxas de juros e os imensos entraves burocráticos para a aprovação de um pedido de empréstimo, os pequenos empresários têm mais dificuldade de adquirir um novo ativo de baixo valor para sua empresa do que a pessoa física para comprar uma geladeira, ou uma televisão". A conclusão é do presidente da mesa da palestra sobre mecanismos de acesso ao crédito, o inglês Glenn Westley. Para qualquer empresário ou outra pessoa que conheça um pouco dos sistemas de financiamento o relato acima não é nenhuma novidade. Mas para ele e outros visitantes, sim. E podem ter pensado, nas muitas horas de voo para retornar aos seus países, assim como já deve ter ocorrido com quem vive esse dia-a-dia, no porquê da prática desses absurdos. Por que é mais fácil um cidadão entrar em uma loja e sair com uma televisão e um videocassete comprados no crediário para o entretenimento da família do que adquirir estes mesmos itens para ministrar

treinamento para seus empregados?

Segundo Walther Dorighele, diretor do Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria), nos últimos 50 anos enquanto aos indivíduos foram oferecidas inúmeras novas formas de crédito, a situação para as pequenas empresas praticamente se estagnou. Os avanços tecnológicos para informatizar e controlar cadastros nesses anos não beneficiou os pequenos empreendimentos na mesma medida.

É essa falta de evolução nos sistemas de crédito que preocupa, pois, na prática, é isso que impede o acesso de pequenos empresários às linhas de financiamento que são anunciadas anualmente, impondo, por exemplo, garantias superiores às realmente necessárias.

Os casos exibidos durante o congresso mostram que os índices de inadimplência não dependem do tamanho da empresa, mas da competência de cada uma.

Como o caso egípcio de garantias de crédito, auxiliando na criação de mais de 117 mil empregos, que inclui no pacote-consultorias para monitorar o desempenho e a capacidade de pagamento das empresas. Ou das instituições de microcrédito, como o BancoSol da Bolívia, que surgiu em 1987 para combater o desemprego gerado pela decadência na extração de estanho e segundo seu diretor Mario Usnayo Nina tem uma inadimplência abaixo de 1%. ■

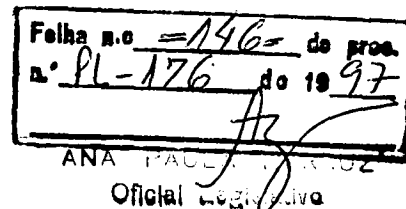
Rodrigo Squizato - São Paulo

GAZETA MERCANTIL

07.10.98

AS 15

(por conta própria)



Banco do Povo oferece R\$ 5 milhões a paulistas

Rita Karam
São Paulo

Micro e pequenos empresários paulistas, formais ou informais, terão crédito no Banco do Povo para expandir os negócios. A instituição foi criada há cerca de quinze dias e contará, inicialmente, com R\$ 5 milhões do orçamento do governo estadual.

A fase piloto das operações acontece em Presidente Prudente. Os técnicos do banco irão às comunidades convidando potenciais candidatos aos empréstimos a assistirem palestras sobre como obter os recursos.

As comissões estaduais e municipais de emprego vão estabelecer áreas prioritárias em cada cidade. Para conseguir o dinheiro, o interessado precisa trabalhar no segmento há pelo menos seis meses, explica o coordenador do Programa de Auto-Emprego do Estado de São Paulo, Keniti Aniyá.

CAPACITAÇÃO - Depois de assistir à palestra e preencher um cadastro, os solicitantes receberão a visita dos técnicos que vão avaliar o potencial do empreendimento. A partir dessa análise é que o banco definirá o valor a ser emprestado, que pode variar entre R\$ 200 e R\$ 5 mil para projetos individuais, e chegam a R\$ 25 mil no caso das cooperativas. O valor será corrigido à taxas de 1,5% ao mês.

De acordo com o coordenador do programa, a região do Vale do Ribeira é uma das áreas prioritárias. Ele explica que o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), estenderá seus cursos e palestras de capacitação em gestão dos negócios aos tomadores dos empréstimos.

Nesse início de operações o Banco do Povo conta com recursos exclusivamente do orçamento do governo, mas finalizada a fase piloto, as prefeituras devem entrar com cerca de 10% do total emprestado e a expectativa é de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) garanta outros 60%. ■

GAZETA MERCANTIL

21.10.98

pl. 01

(Por Luta Própria)

EUA aumentam verba para pequenos negócios

Ana Cristina Magalhães
Nova York

A agência oficial do governo norte-americano para pequenas empresas, o Small Business Administration (SBA), está aumentando seu orçamento para o ano fiscal que começa este mês. O porta voz da SBA, Michael Stamler, explica que o órgão tem quatro áreas de atuação: educação, ligações governamentais, lobby e financiamentos”.

As ligações governamentais nada mais é do que a ajuda que a SBA presta para que as pequenas empresas obtenham contratos federais. Por causa desse trabalho, o governo tem por norma destinar 5% de seus contratos, que giram em torno de US\$ 200 bilhões, às empresas cujo proprietário pertença a uma minoria. O lobby também não tem conotação setorial. “Lutamos pela aprovação ou rejeição de medidas que afetam os pequenos negócios como um todo”, explica Stamler

Sequiem juntados nesta data 3 (três) documentos
rubricados sob fls. = 148 = a = 150 =. Em 12.11.98.

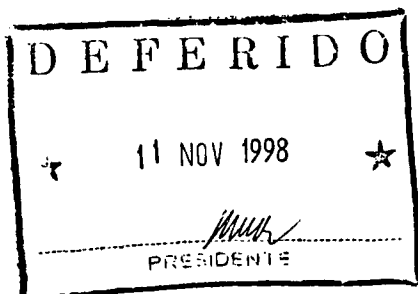
ANA PAUL KERRUZ



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 148 =	do proc.
n.º PL-176	de 19 97

PAULA KARRUZ
Legislativo

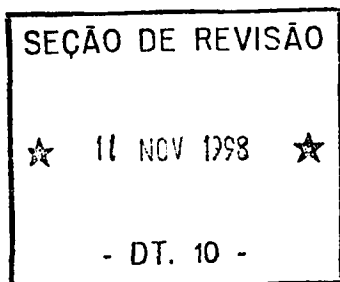


REQUERIMENTO "D" 13 - RDS
13-2618/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1998


CARLOS NEDER
Vereador - PT



DICAS

POLIS-ILDESSES

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

 A PAULA KARRUZ
 Oficial Legislativo

DS Nº 112

1998

PORTOSOL

Instituição de crédito voltada para empreendimentos excluídos do mercado financeiro convencional ajuda a gerar emprego e renda no município e a promover o desenvolvimento local.

As microempresas e atividades informais quase sempre têm dificuldade de acesso aos operadores de crédito convencionais por dois motivos: pela impossibilidade de atenderem às exigências de garantias reais e pela burocracia excessivamente complexa diante de empreendimentos que em geral são individuais ou, quando muito, familiares. Numa época em que o desemprego é cada vez maior, são os governos municipais que primeiro se deparam com o crescimento do mercado informal e com a necessidade de criar alternativas de emprego e renda. Enquanto o poder público prioriza financiamentos de projetos que exigem grandes volumes de investimentos para a criação de relativamente poucos empregos diretos, ou políticas que privilegiam os micro e pequenos empresários mas sem se preocupar com sua abrangência ou continuidade, o problema não se resolve.

Para financiamentos voltados especialmente para os pequenos negócios, buscando promover a geração de emprego e a distribuição de renda, a prefeitura de Porto Alegre-RS (1.288 mil hab.) criou, em 1996, a Instituição Comunitária de Crédito - Portosol, em parceria com o governo estadual e a sociedade civil representada pela Federação das Associações Comerciais do Estado e pela Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre.

■ IMPLANTAÇÃO

Esta agência de desenvolvimento com forma de agência de crédito nasceu em

Porto Alegre, baseado em estudos que visavam a criação de um Banco Municipal, quando a cidade tinha 12% da população economicamente ativa desempregada.

A idéia de um banco do município e para o município existia desde 1993, quando foi aprovada lei que autorizava sua criação pela prefeitura. No entanto, as consultas feitas ao Banco Central e ao Tribunal de Contas do Estado do RS mostraram que a viabilidade de um projeto desta natureza, oferecendo créditos aos micro e pequenos empresários, formais ou informais, estaria comprometida no caso de um banco que atendesse as exigências legais para captação e empréstimo de recursos de terceiros, ou seja, recursos da prefeitura.

A possibilidade de uma agência de economia mista ou um fundo de recursos públicos também foi deixada de lado pelas implicações legais apontadas pelo TCE-RS. A saída estava na participação do poder municipal na criação de uma associação civil, e na doação de recursos não como capital, mas como contribuição social. Segundo o Banco Central, não havendo captação de recursos do público (ou públicos), a associação civil não seria considerada financeira e, portanto, não ficaria sob a sua fiscalização.

A configuração da Instituição Comunitária de Crédito - Portosol se completou com a ajuda de consultoria externa, através da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica - GTZ. Até então, em todo o mundo havia poucas experiências similares (veja DICAS nº 57).

■ ESTRUTURA

Para alcançar seu objetivo de facilitar a criação, o crescimento e a consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais e informais, associados ou não, dirigidos por pessoas de baixa renda e prioritariamente por mulheres, a fim de fomentar o desenvolvimento socio-econômico equilibrado do município, a Portosol assumiu alguns pressupostos operacionais:

- Ter caráter não-assistencialista;
- Ser auto-suficiente, isto é, manter-se com o giro dos recursos próprios;

c) Ter máxima simplicidade de operação, tanto no que respeita à burocracia envolvida como ao local físico das operações;

d) Adotar uma forma de operação ativa, não esperando o cliente mas, pelo contrário, procurando-o através de agentes volantes de crédito. A responsabilidade pela direção do novo organismo foi dada a um Conselho de Administração de oito membros: duas cadeiras para a Prefeitura, uma para o Estado, uma para a Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre e quatro cadeiras para a participação da sociedade civil (três delas ocupadas por pessoas de representatividade relevante no setor econômico local - dois acadêmicos e um empresário - e uma ocupada por um representante do Orçamento Participativo - processo de discussão comunitária da destinação dos recursos para investimentos públicos).

O caráter auto-suficiente da instituição obrigou a uma composição criteriosa e "enxuta" do corpo de funcionários, optando-se por pessoas que tivessem afinidade com a idéia. São 23 funcionários e os serviços de consultoria, auditoria externa, elaboração de sistemas, cobrança após 30 dias e contabilidade são terceirizados.

A necessidade de se chegar à auto-suficiência também obrigou a Portosol a ter um sistema de cobrança de máxima eficiência, reduzindo a inadimplência a um mínimo, sem comprometer os objetivos de simplicidade. Estuda-se a viabilidade de cada cliente, caso a caso, e, na falta de garantias reais, aceita-se uma garantia solidária (as pessoas se organizam em grupos de três a cinco indivíduos e assumem coletivamente o empréstimo).

Cuidou-se de manter o aspecto visual da sede da Portosol próximo da clientela potencial (sem mármore, granitos ou grandes vãos de vidro temperado) de maneira que a agência fosse vista como um prolongamento natural do cotidiano vivido, com conforto e sem luxo. Os recursos iniciais, cerca de R\$ 1,5 milhão, para as operações de crédito vieram do município, do Governo do Estado, da GTZ e da IAF - Interamerican Foundation.

Estes recursos formaram o fundo rotativo que foi gerido de forma a alimentar as operações iniciais de crédito e manter a administração da Instituição em seus primeiros passos.

A PRÁTICA DA OPERAÇÃO

O modo de operação é simples, objetivo e sem paternalismos, caracterizando-se pelo empréstimo seguido de cobrança. Pode-se obter crédito para matéria-prima, mercadorias, ferramentas, equipamentos, máquinas, melhoria e ampliação das instalações e ainda conserto de máquinas, equipamentos e veículos utilitários. Para capital de giro os créditos não podem ultrapassar 5 mil reais e para capital fixo, 10 mil reais. As prestações são fixas e não há descontos antecipados ou taxas de abertura de crédito. O valor e a data das parcelas são negociadas com o cliente, obedecendo à sazonalidade e às peculiaridades do seu negócio, começando com pequenos valores e prazos curtos mas que, pela pontualidade nos pagamentos e crescimento da sua atividade, o tomador pode ir conquistando renovações de créditos com maiores valores e prazos. A burocracia é mínima. Os tomadores de crédito precisam comprovar pelo menos seis meses de atuação na atividade em Porto Alegre (podendo ter empresa registrada ou não), possuir

um ativo inferior ou igual a 50 mil reais, sem ultrapassar dez empregados. Os documentos exigidos são: CPF, RG, comprovante de residência e, no caso de empresas, contrato social e CGC. Para os ambulantes, pede-se o cadastro na Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio e, para quem faz artesanato, o número de inscrição na Casa do Artesão.

Para chegar à concretização do empréstimo ao cliente, a ICC tem as seguintes etapas:

- Divulgação** - Propaganda convencional e direta através dos agentes volantes.
- Informação** - O processo de informação sobre a Instituição já se reveste de um caráter de pré-seleção do cliente potencial, que fica sabendo dos critérios para concessão do crédito e se preenche, ou não, os requisitos para se habilitar.
- Solicitação** - O candidato ao crédito dá as informações básicas através de um cadastro e, se não preenche os requisitos, é informado imediatamente de seu não enquadramento nos critérios da Instituição.
- Levantamento socioeconômico** - É realizada uma visita ao local de trabalho do cliente, na qual é feita uma avaliação técnica minuciosa e elaborado um relatório da situação encontrada e dos bens alienáveis existentes.

Folha n.º 150 de 19 97
n.º PL-176 de 19 97
e) Análise - O relatório do agente é julgado por um comitê (formado pela diretora e pelos coordenadores financeiro, administrativo e operacional), que liberará, ou não, o total ou apenas uma parte do crédito solicitado.

f) Liberação - O ato liberatório consta de um rito burocrático sumário: procede-se à leitura do contrato de crédito (frisando as datas de reembolso), assinaturas, oficialização das garantias apresentadas e, finalmente, a entrega do cheque.

A partir deste ato, inicia-se um ciclo, repetido com frequência, que consta de cobrança, amortização e renovação de créditos para mais investimentos, criando-se um movimento direcionado para o crescimento da atividade econômica do cliente.

Esta simplicidade da operação permitiu à Portosol, em um ano e meio de funcionamento, oferecer 2.961 créditos a pequenos e microempresários dos mais diversos setores, com predominância do setor comercial sobre os serviços e produção. Foram investidos R\$ 4,7 milhões, resultando numa média de R\$ 1.600,00 por empréstimo, com prazos médios de devolução de 5,8 meses. E o índice de inadimplência (atrasos maiores que 30 dias) é de apenas 3% da carteira ativa.

RESULTADOS

A criação de uma instituição de popularização do crédito, nos moldes da Portosol, permite consolidar empregos informais já existentes e multiplicar os investimentos em atividades absorvedoras de mão-de-obra. E, ao financiar parcelas da população ativa que estavam alijadas das relações econômicas, permite redistribuir a renda, melhorando as condições gerais de existência da população. O programa, ao valorizar todas as atividades econômicas desenvolvidas pelos tomadores de empréstimo, ajuda a resgatar a dignidade do trabalhador informal, além de contribuir para a diminuição dos níveis de desemprego, financiando atividades que já existiam mas que sempre se ressentiram da falta de apoio, adaptando o crédito ao porte e característi-

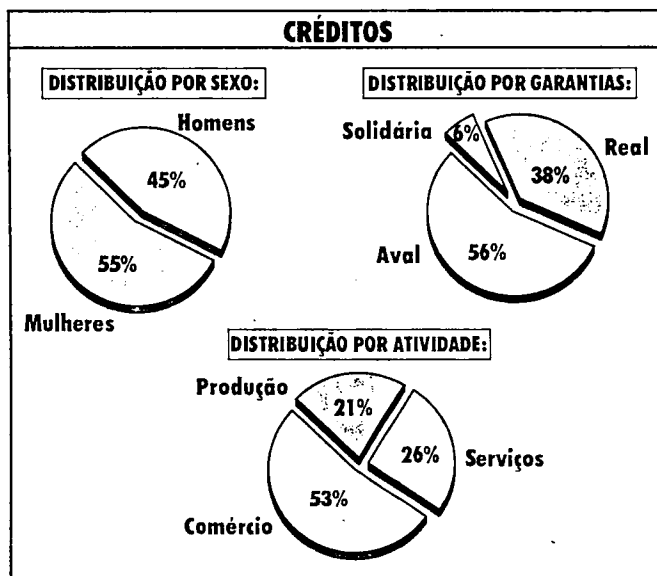
ca da economia informal. Envolver o cliente na negociação das prestações do empréstimo permite a ele executar seus projetos sem os constrangimentos de pagamentos elevados ou prazos que sufocam o empreendimento e impedem o crescimento.

As políticas de geração de renda, como esta, têm efetividade muito maior que aquelas de complementação por atingirem a raiz da questão estabelecendo um vínculo, geralmente estável, entre o ingresso de renda e a atividade desenvolvida pela população.

Além disso, o acesso ao crédito proporcionado pela Portosol estabelece uma relação educativa mútua: o poder público reorienta suas políticas de aplicação dos recursos - que são públicos - em áreas de alto retorno social, e a população exerce sua cidadania.

A Portosol é hoje indicada como referência nacional, tendo sido a primeira instituição a receber verbas do Programa de Crédito Produtivo Popular, do BNDES, cujo objetivo é dar maior poder aos fundos rotativos das ONGs voltadas para esta modalidade de crédito.

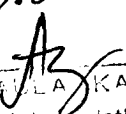
A ICC Portosol foi classificada entre as 20 experiências finalistas do ciclo de premiação de 1997 do Programa Gestão Pública e Cidadania, iniciativa conjunta da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford.



Fonte: ICC Portosol.

Autor: Guilherme Henrique de Paula e Silva, a partir de documentos oficiais do programa.
Instituto Pólis- Rua Cônego Eugênio Leite, 433 - São Paulo - SP - Brasil
CEP 05414-010 - Telefone: (011) 853-6877 - Fax: (011) 852-5050
- e-mail: polis@ax.apc.org

Seguem juntados nesta data dois docu-
mentos rubricados sob fls. = 151 = e 152 =.
Em 13.11.98

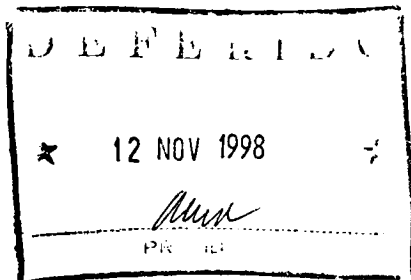

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Leilão



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 151 = do proc.
n.º PL-176 de 19 97

ANDRÉ RAUL KARRUZ
Legislativo



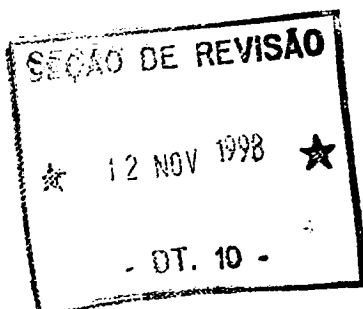
REQUERIMENTO "D" 13 - RDS
13-2661/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



13.º é problema para 39% das micros e pequenas empresas

Pesquisa do Sebrae indica que apenas 17% conseguiram fazer provisionamento desde o início do ano e necessidade de empréstimo deve subir de 13% em 1997 para 16%

"Pela primeira vez em 16 anos não sei se vou conseguir pagar o 13.º salário para meus funcionários." A microempresária Ivana Alves de Lima, sócia do marido no ramo de antiguidades, está bastante preocupada com o pagamento do 13.º salário. "Não conseguimos fazer provisionamento este ano, que foi o pior de todos." Além disso, a época de Natal não é boa para o setor. "As pessoas gastam muito dinheiro com presentes, viagens, e não sobra para investir em antiguidades."

Ivana sempre conseguia fazer uma reserva para o pagamento do 13.º e para passar os meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Agora, precisou tomar uma medida inédita em sua loja para não demitir nenhum dos 12 funcionários. "Expliquei a eles a situação e reduzimos 10% a jornada de trabalho e 10% os salários."

De acordo com pesquisa do Sebrae realizada em outubro, 39% das micros e pequenas empresas estão com dificuldades de pagar o 13.º salário. Metade avalia que não terá problemas para pagá-lo. A pesquisa detectou também que 43% das que têm empregados registrados estavam fazendo o provisionamento de recursos para o pagamento. Mas apenas 17% começaram o provisionamento em janeiro. A maioria, 52%, começou a fazê-lo entre julho e agosto.

Lígia Vasco, proprietária de uma loja de móveis - ela compra e faz todo o acabamento em móveis do Sul - é uma das que conseguiu começar o provisionamento no início do ano. "Vamos conseguir pagar, mas foi difícil." Na loja e na oficina, os funcionários deixaram de fazer hora extra e receberam menos nos últimos meses. "Temos de pagar de qualquer jeito."

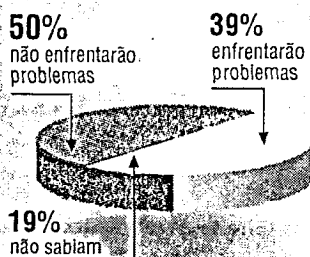
De acordo com a pesquisa do Sebrae, 48% dos micros e pequenos empresários pretendem pagar o 13.º



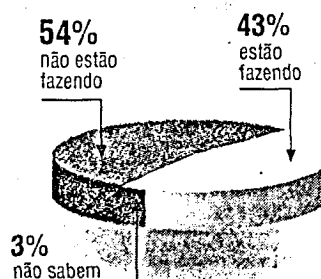
LÍGIA VASCO conseguiu fazer o provisionamento para o 13.º todo o ano

Fim de ano difícil

Situação das micro e pequenas empresas em relação ao 13.º salário



Provisionamento para o pagamento



Como pretendem obter recursos para o pagamento do 13.º

Provisionamento mensal	48%	Deixar de pagar fornecedores	7%
Pagar em mais de duas parcelas	24%	Recorrer a parentes e amigos	4%
Pagar com o próprio faturamento	13%	Recorrer a agiotas	3%
Fazer empréstimos bancários	16%	Outros	8%

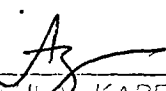
Fonte: Sebrae

com o provisionamento. Outros 16% afirmam que vão precisar de empréstimo bancário. Um deles é Antônio José Vieira Chagury, que trabalha há quase 20 anos vendendo tintas. Ele afirma que vai precisar de uma linha de crédito. "O ideal seria que os juros estivessem menores. O dinheiro está muito caro. Nunca deixei de pagar o 13.º salário, mas este ano estou preocupado." No ano passado, apenas 13% dos empresários precisaram recorrer a empréstimos. A expectativa de usar o faturamento também caiu de 17% em 1997 para 13% este ano.

O Sindicato da Micro e Pequena Indústria (Simpi) também está realizando uma pesquisa para saber como está a expectativa de pagamento do 13.º salário. "Estão todos dispostos a fazer todo o esforço, mas existe uma restrição de crédito hoje que dificulta bastante", afirma o presidente Joseph Couri. Segundo o Simpi, são 150 mil micro e pequenas indústrias e 750 mil micro e pequenas empresas no Estado. "O cenário é preocupante e estamos a apenas 19 dias da liberação do pagamento."

Constança Guimarães

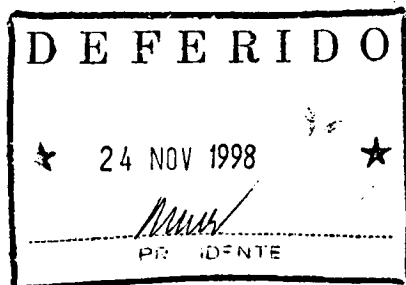
Sequem juntados nesta ^{data} seis documentos rubricados
sob fls. 153 = a = 158 =. Em 25.11.98.


ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 153 = de 177
n.º PL- 176 de 19 97
ANA PAULA CARROZ
Oitiva ativo



REQUERIMENTO 13 - RDS
13-2773/1998

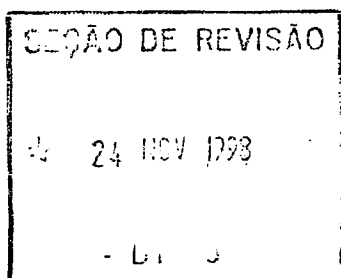
REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº 176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1998

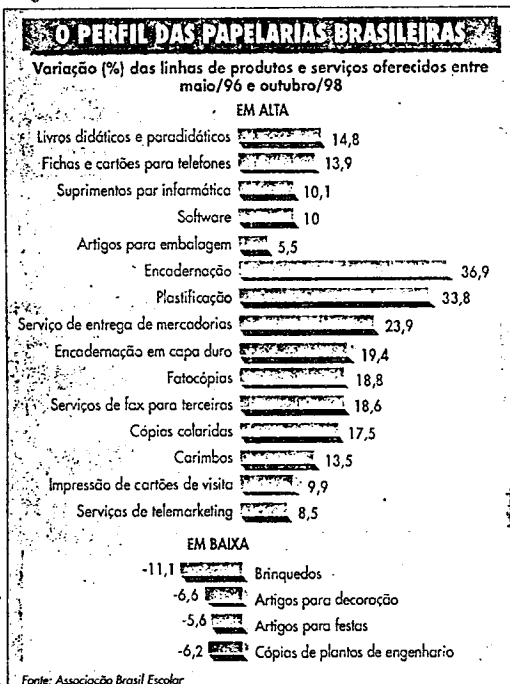

CARLOS NEDER

Vereador - PT

Ana Paula Carroz



Perfil revela problemas das pequenas em SP



Papelarias devem ter queda de 7% nas vendas deste ano

Cerca de um terço dos estabelecimentos poderá fechar as portas em 1999, prevê associação do setor

MÁRCIA DE CHIARA

O setor de papelarias deverá fechar este ano com queda de 5% a 7% no faturamento que somou R\$ 7,5 bilhões no ano passado. Para 1999, a perspectiva é pior ainda: de cada três estabelecimentos, dois não terão condições de sobreviver no mercado por causa da forte concorrência.

A previsão é do presidente da Brasil Escolar, Alfonso dos Santos Theiss. A associação, fundada em 1990, tem 504 papelarias filiadas. Ao todo são 25 mil estabelecimentos espalhados pelo País, 32% de porte médio.

O empresário diz que o mercado irá se estreitar no ano que vem por causa da concorrência que, na sua opinião, atualmente é "deletéria". Segundo Theiss, vai sobreviver nesse mercado a companhia que for mais veloz para se adaptar às necessidades dos consumidores, independentemente do seu tamanho e faturamento.

Diante dessa necessidade de adaptação, pesquisa realizada pela associação com 73 estabelecimentos comerciais revelou que, em dois anos e meio, as papelarias, além de exercerem sua função principal, transformaram-se em verdadeiros birôs de

serviços para atrair a clientela.

Em outubro, as papelarias consultadas tinham, em média, cinco linhas de atuação na prestação de serviços, um volume 95% superior ao da enquête anterior, realizada em maio de 1996. Nos produtos oferecidos também houve um acréscimo, porém bem menos expressivo. Em outubro, as papelarias tinham disponíveis para a sua clientela, em média, oito linhas de produtos, um número 7,9% maior do que em maio de 1996.

Entre as linhas de produtos e serviços que mais cresceram no período, destacaram-se na pesquisa serviços de encadernação, plastificação, fotocópias, impressão de cartões de visita, livros didáticos, suprimentos para informática e artigos para embalagem, entre outros. Com vendas em baixa nesse período estão os brinquedos, artigos para festas e cópias de plantas de engenharia.

Os números da pesquisa revelaram que esse novo nicho de mercado na prestação de serviços teve reflexo na receita das empresas consultadas. Entre a última enquête e a anterior, houve um aumento de 100% no faturamento proveniente da prestação de serviços, enquanto a receita obtida com a venda de produtos ficou praticamente estável, com acréscimo de apenas 0,6%. Apesar da ênfase na prestação de serviços, Theiss ressalta que preço e estoque justos são fundamentais para o sucesso.

OFERTA DE SERVIÇO
CRESCEU 95%
DESDE 1996

Incentivo às exportações é insuficiente

Dificuldade de crédito, burocracia e tributos estão entre os fatores que inibem as vendas externas

MARIANA MARTINEZ

O papel das pequenas e microempresas, dentro da meta do governo de atingir R\$ 100 bilhões em vendas externas até 2002, é fundamental para que o programa de incentivo às exportações, anunciado em setembro, seja eficiente no esforço de reduzir o déficit comercial.

Apenas 1,69% do total das exportações brasileiras, que somaram US\$ 47,7 bilhões em 1996, corresponde às empresas de pequeno porte. O percentual é considerado pequeno frente às grandes companhias, que respondem por aproximadamente 70% das vendas do País.

Na opinião da presidente do Conselho Federal de Contabilistas (CFC), José Serafim Abrantes, "apesar da abertura dada ao setor nos últimos dez anos" o segmento não está "vendendo grandes medidas". Segundo ele, os principais desafios para tornar viáveis as exportações das pequenas e microempresas são o acesso mais fácil ao crédito, a diminuição da burocracia e mudanças na área tributária.

Comércio na América - O setor poderia aumentar suas vendas a mercados como a Argentina e a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), onde o dinamismo importador está em expansão. Os parceiros do Brasil no Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai) e Aladi (Chile, México, Venezuela e Bolívia) são os principais destinos das exportações das pequenas e microempresas de São Paulo, representando 53% das vendas externas entre 1990 e 1996. Os mercados do Área de Livre Comércio das Américas - Nafta (15,7%) e da União Européia (17,2%) vêm em seguida.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) tem cadastradas 120 empresas de pequeno porte exportadoras no Brasil, das quais 50% estão em São Paulo. As pequenas e micro paulistas exportam veículos, peças, papel e celulose, gráficos, borracha, açúcar e animais abatidos.

As estratégias exportadoras de vários países serão debatidas por especialistas do mundo inteiro durante o 2.º Seminário Internacional de Países Latinos (Europa/América): Os Desafios das Micro, Pequenas e Médias Empresas na Globalização, nos dias 25 e 26 de novembro, em São Paulo. (Agência Estado)

Folha n.º = 154 = do proc.
n.º PL-176 do 1997
ANA PAULA ARRUDA
Oficial Legislativa

Estudo do Sebrae-SP/Fipe quantifica desvantagens dos pequenos empresários em relação aos grandes

CLÁUDIA BREDARIOLI

Um estudo comparativo do perfil da pequena e microempresa versus o das de médio e grande portes do Estado, desenvolvido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), conclui que em todos os aspectos analisados os pequenos empreendimentos estão em desvantagem.

Os problemas vão desde o menor tempo médio de funcionamento — 25 anos de existência das grandes e médias ante cerca de 12 anos das pequenas — ao maior número de concorrentes diretos, mão-de-obra menos qualificada, defasagem tecnológica, produtividade baixa e equipamentos mais antigos.

"Pela primeira vez, temos dados confiáveis para tomar como base no desenvolvimento de novos projetos que, de fato, atendam à necessidade do pequeno empresário", avalia o presidente do Sebrae-SP, Sylvio Goulart Rosa Jr. De acordo com ele, a partir dessas informações, será possível traçar diretrizes mais eficazes no sentido de beneficiar as pequenas.

Para Rosa Jr., as iniciativas deverão ser pontuais, com o intuito de desburocratizar os processos, facilitar o acesso ao crédito ou levar informações aos empreendedores. "É a soma de medidas específicas que irá beneficiar o setor", diz. "O momento econômico é difícil de maneira geral, mas, no caso dos pequenos, é um período de transição."

Solução — De acordo com o gerente de Pesquisas Econômicas do Sebrae-SP, Marco Aurélio Bedê, os dados da pesquisa já são um referencial de quais me-



Sylvio Rosa Jr., do Sebrae-SP: novas diretrizes com base na pesquisa

AÇÕES COOPERADAS PODEM SER SOLUÇÃO

didadas seriam necessárias para tornar a pequena empresa mais competitiva: "Dois terços dos entrevistados apontaram as ações conjuntas como a principal solução", diz.

Dessa maneira, segundo Bedê, seria mais fácil de as pequenas enfrentarem a concorrência tanto das grandes e médias empresas quanto de outras de pequeno porte. "Os pequenos têm em torno de 30 concorrentes contra 23 dos grandes."

Os dados da pesquisa foram coletados entre junho e julho, em 1.817 empresas de 45 municípios. Das entrevistas, 63% foram em pequenos e microempreendimentos e 37% em médios e grandes, dos setores de prestação de serviços (39%), in-

dústria (35%) e comércio (26%). Entre as 800 mil empresas do Estado, 97% são de pequeno porte e empregam 57% do total de pessoas ocupadas.

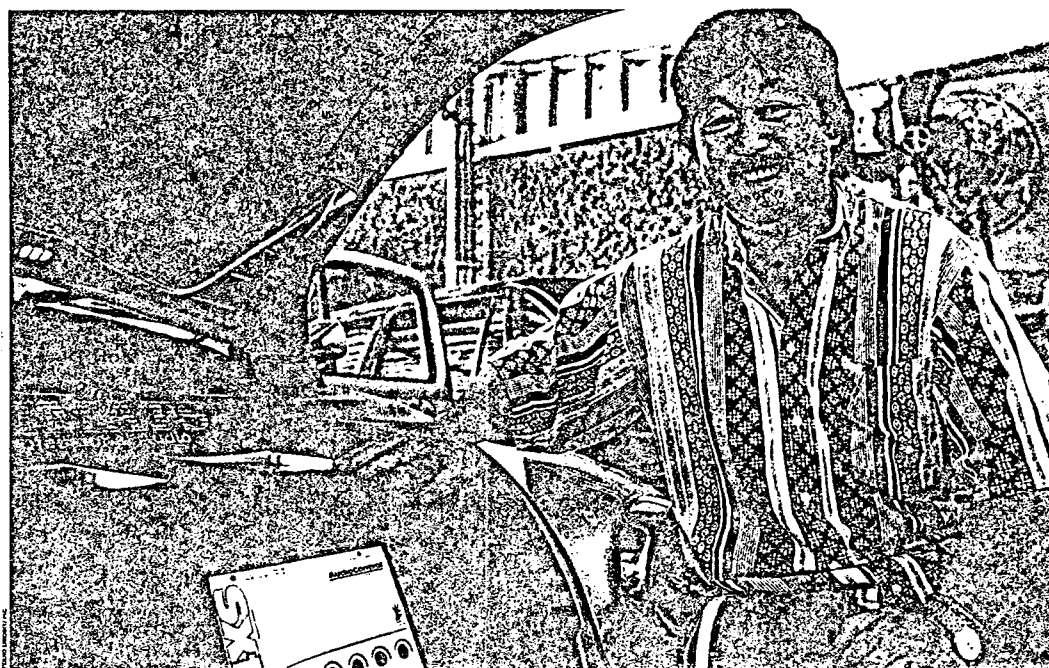
As informações também quantificam o índice de pequenas empresas exportadoras (apenas 4% o fazem com frequência e outros 84% nunca exportaram) e destacam que a atuação desses empreendedores é regional (52% deles citam o município como principal mercado de atuação).

Entre as dificuldades enfrentadas em relação aos custos, a compra de matéria-prima é o principal item no setor comercial, representando 60% dos gastos. Nas empresas de prestação de serviços, o pagamento de salários e encargos é a maior despesa (56%). Na indústria, 44% dos custos são voltados para matéria-prima e 24% para pagamento.

PRINCIPAIS DIFICULDADES				
	Indústria	Comércio	Serviços	Média geral
Desconto na compra de matéria-prima	21%	39%	15%	28%
Relação adequada com trabalhadores/sindicatos	20%	12%	18%	15%
Estudos de mercado/propaganda e marketing	6%	12%	20%	14%
Crédito bancário	15%	11%	8%	11%
Acesso a novas tecnologias	15%	6%	7%	8%
Desenvolvimento de novos produtos	8%	8%	9%	8%
Investimento em mão-de-obra	7%	8%	7%	8%
Contratação de serviços técnicos e especializados	5%	2%	9%	5%
Desconto em serviços	3%	1%	5%	2%
Assistência contábil/jurídica	-	1%	2%	1%

Fonte: Sebrae-SP

Jt
21-11-98



MASSARO DOBASHI: cursos de qualificação para os empregados, crédito no mercado e concorrência cada vez maior

Principal dificuldade para a pequena empresa: negociar com fornecedor

Pesquisa do Sebrae detecta que baixo poder de barganha, em relação às grandes empresas, é o maior entrave ao crescimento das micros e pequenas. Empresários também reclamam de mão-de-obra desqualificada

Mário Massaro Dobashi tem uma loja de aparelhos de som para automóveis há 30 anos. A loja tem computador, telefone e quatro funcionários especializados. Se precisar, diz Dobashi, a microempresa paga cursos de atualização para operação dos aparelhos mais modernos. Há 20 anos, ele sabia quem eram seus concorrentes pelo nome, hoje não faz idéia de quantos são. "Mais de dez importantes, com certeza. Fora os menores." Crédito também não é problema. "Brigo por meu crédito e faço questão." Mas, os juros, afirma ele, estão muito altos e isso tem atrapalhado os empréstimos e as vendas. Dobashi é um exemplo do perfil de microempresário diagnosticado por uma pesquisa do Sebrae de São Paulo divulgada ontem (veja tabela ao lado).

A exceção ficaria apenas com o item cursos. Segundo a pesquisa, apenas 24% dos funcionários das micros e pequenas empresas participaram de cursos nos últimos 12 meses. Mas Dobashi afirma que não pode deixar de ter funcionários especializados porque as vendas cairiam muito. E não só ele. A pouca qualificação da mão-de-obra é apontada por 20% das micros e pequenas empresas entrevistadas como uma das responsáveis pela baixa produtividade. Mas, como o primeiro item diagnosticado foi a falta de recursos

próprios, a previsão é de que continuem sem poder investir na qualificação de seus funcionários.

Salários

A pesquisa constatou também que os salários pagos pelas micros e pequenas empresas são muito baixos. Elas pagam em média 4,2 salários mínimos (R\$ 504) para cada trabalhador. Nas médias empresas, o nível sobe para 7,3 salários (R\$ 876) e nas de grande porte, para 8,4 (R\$ 1.008). E, mesmo assim, especialmente nas micros e pequenas de serviços, o item salário é responsável por 56% dos custos.

Segundo as empresas, a retração do mercado é o principal motivo pelo qual não podem aumentar os salários. Mas, fechando um ciclo vicioso, a baixa qualificação e produtividade também são motivos para não aumentá-los.

Competição

"Não tenho poder de barganha com meu fornecedor porque sempre compro pouco." A reclamação, da dona do restaurante Mezzanino, Kátia Reolon Silva, 37 anos, é compartilhada por mais 28% dos micros e pequenos empresários e aparece como o primeiro item entre as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas com esse perfil.

Kátia tem quatro funcionários. Ela e o sócio também trabalham no

restaurante, se revezando entre o caixa e o balcão. "Já fui até para a cozinha, quando precisou." Computador e fax, ela usa os que tem em casa. "Está muito difícil, especialmente pagar o fornecedor."

No comércio, a reclamação se repete: 39% apontaram a dificuldade de obter descontos e prazos com os fornecedores como a principal dificuldade. "As lojas que compram menos sempre estão em desvantagem. Porque, quando vamos vender, não podemos repassar o desconto e cobrar menos", afirma Pedro Kuchkarian, proprietário de três lojas de material esportivo.

Kuchkarian também está próximo do perfil levantado pela pesquisa. Suas lojas têm computador e fax e não deixaram de ser atingidas pela crise que começou no fim do ano passado. "As vendas caíram 50%." Crédito, no entanto,

não é o principal problema de Kuchkarian, como não é para a micro e pequena empresa em geral. Segundo a pesquisa, o item apareceu em quarto lugar, apontado por 11% como principal dificuldade.

Sobrevivência

Nesses 11%, no entanto, a falta de crédito pode ser o principal entrave para a sobrevivência da empresa. "Acabei de vender minha lanchonete e não fiz um bom negócio", dizia preocupado Fernando Paiva, 46 anos. Ele havia fechado negócios na manhã de ontem e parecia não estar conformado ainda. "Comprei há dois anos por R\$ 50 mil e vendi por R\$ 22 mil. Foi um péssimo negócio."

Desanimado, Paiva pretende mudar de ramo, no qual está há 20 anos. "Posso entrar até no mercado informal, com alguma banca de frutas, sei lá."

Paiva não se encaixa no perfil traçado pela pesquisa. Sua microempresa não tem computador, fax ou telefone. Ele também não tem funcionários: dois filhos atendem o balcão e fazem os salgadinhos, bolos e doces que vende. Uma pequena parte é terceirizada. "Não tenho crédito. O que me pedem de garantia é muito mais do que meu patrimônio e o valor do meu negócio. Tive de fechar, pois não havia outra saída."

Constança Guimarães

O perfil da empresa e do empresário

Do pequeno empresário

- predominância masculina - 77%
- tem entre 31 e 50 anos
- nível superior

serviços	47%
comércio	30%
indústria	29%

Da pequena empresa

- tem dois sócios
- existe em média por 14 anos
- tem cerca de 10 empregados (formais e informais)

61%	estão em imóveis alugados
98%	têm telefone
72%	têm fax
63%	têm computador

Qual é a principal dificuldade que as empresas enfrentam?

● preço da matéria-prima	28%	● desenvolver novos produtos	8%
● relação com trabalhadores	15%	● investir na mão-de-obra	8%
● estudos de mercado	14%	● obter serviços técnicos especializados	9%
● obter crédito bancário	11%	● obter descontos em serviços	2%
● acesso a novas tecnologias	8%	● assistência contábil/jurídica	1%

* No setor do comércio, o preço da matéria-prima é maior dificuldade para 39% * Na indústria, a relação com os trabalhadores é dificuldade para 20%

JT

Folha n.º = 157 =	de proc.
n.º PL-176	de 1997

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

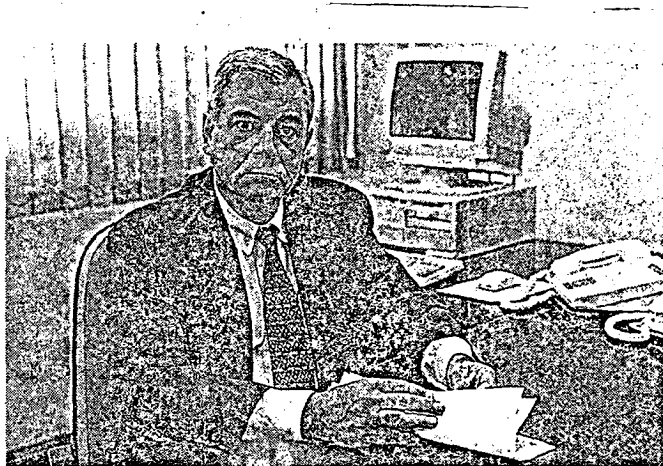
Secretaria inaugura Banco do Povo

A Secretaria estadual de Relações do Trabalho e Emprego inaugura hoje o Banco do Povo de Porto Ferreira. Este é o terceiro banco mantido pelo governo paulista a entrar em funcionamento — os outros foram em Registro e Presidente Prudente. O Banco do Povo vai oferecer empréstimos de R\$ 500 a R\$ 25 mil, com juros de 1% ao mês e prazo de 18 meses para pagar o financiamento.

22 11 98
J.T.
LHA

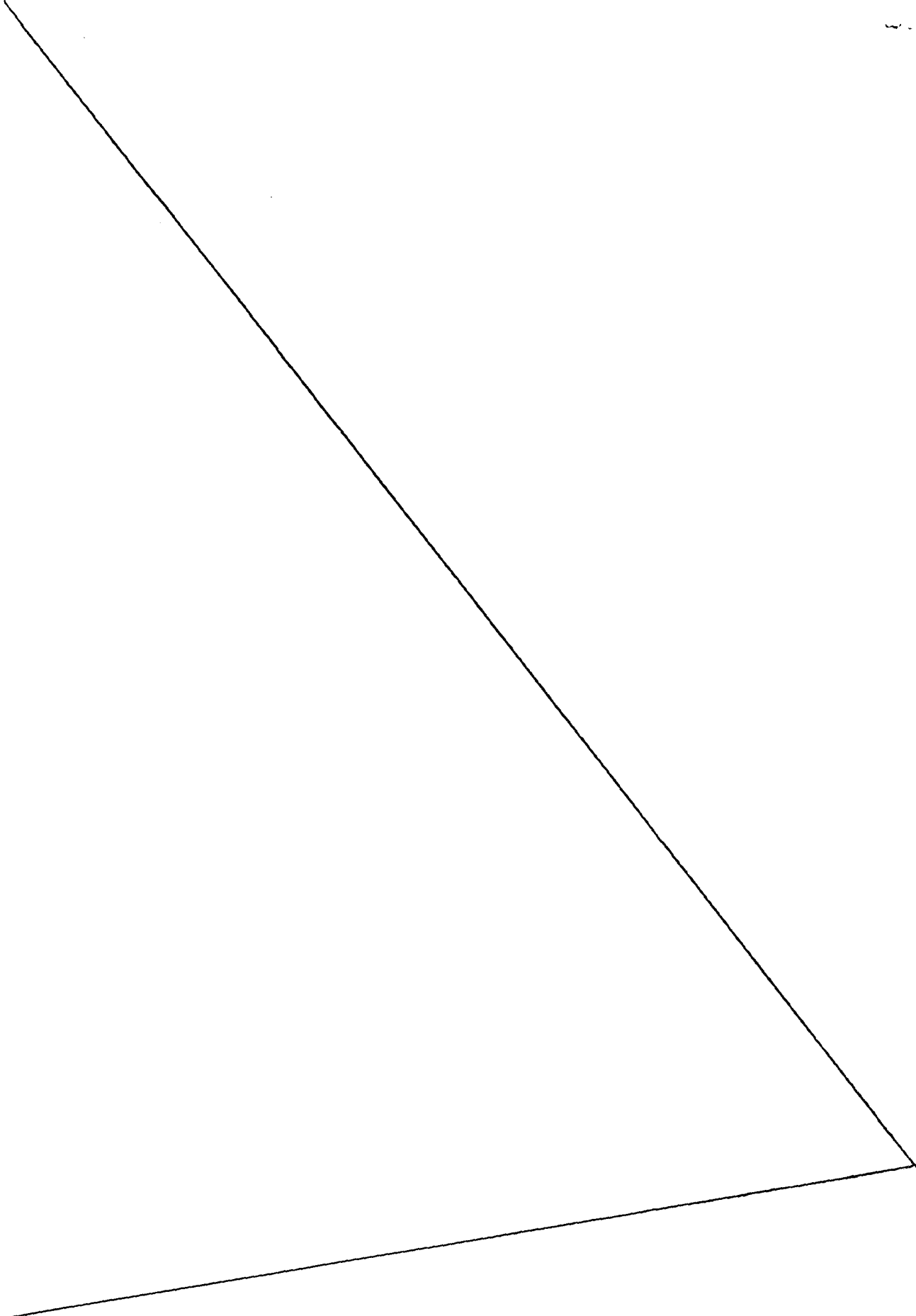
Folha n.º = 158 = de proc.
n.º PL-176 de 19 97

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo



Kátia Tomazini/AE - 15/04/98

AMPLIAÇÃO: a Secretaria Estadual de Relações do Trabalho e Emprego vai implantar até o final do ano mais duas agências do Banco do Povo, que oferece empréstimos de R\$ 500 a R\$ 25 mil. Segundo o secretário José Luiz Ricca, o Banco do Povo atende trabalhadores de baixa renda que têm dificuldade em conseguir um empréstimo bancário.

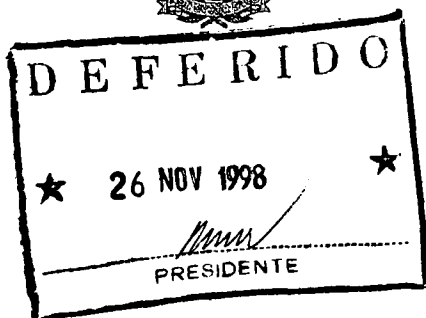


Sequem juntados nesta data cinco documentos
rubricados sob fls. = 159 = a = 163 = . Em 27.11.98.
Ag



Câmara Municipal de São Paulo

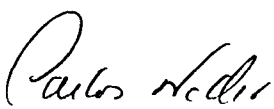
Folha n.º = 159 de proc.
n.º PL-176 de 19 97
ANA PAULA KARRUZ
Secretaria Legislativa



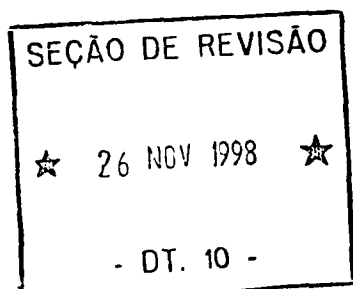
REQUERIMENTO 13 - RDS
13-2816/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



Folha nº 160 de 176 de 1997
ANA PAULA MARRUZ
Oficial Legislativo

Publicação: SP-
Data: 26/11/98
Folha: 14

Crise leva microempresas a bater recorde de calote

SANDRA MOTTA

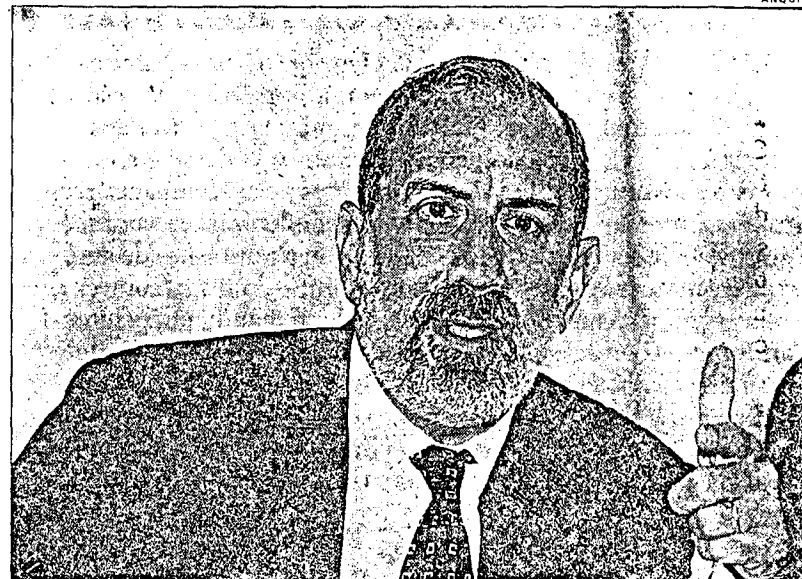
Pesquisa mensal feita pelo Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo (Simpi) mostra que a inadimplência (calote) bateu recorde histórico em outubro, atingindo 80% das empresas, o maior índice desde que a pesquisa começou a ser feita, em 1995. O número de firmas que atrasou o pagamento de salários cresceu 27%, passando de 11% em setembro para 14% em outubro — o que significa que 15 mil empresas atrasaram os salários de aproximadamente 108 mil trabalhadores em todo Estado.

Segundo o presidente do Simpi, Joseph Couri, apesar do cenário negativo a pesquisa indica que 93% dos empresários vão pagar o 13º salário, seja com recursos próprios ou de terceiros, mas não há estimativas sobre quantos farão o pagamento em dia. Por outro lado, outros 7% informaram que terão dificuldades em pagar o abono, que tem de estar na conta dos empregados entre os dias 30 de

novembro e 20 de dezembro.

O nível de emprego, que deveria estar crescendo nessa época do ano, ficou estável em outubro, no patamar de 790.400 trabalhadores e a previsão é de um pequeno aumento em novembro, de 0,5% ou 3,9 mil contratações. Segundo o levantamento, apenas 10% das empresas da amostra demitiram, contra 24% em setembro. Como já era esperado para o período, os pedidos em carteira aumentaram, em 1,9%, ao mesmo tempo em que os estoques cresceram, de 0,8% para 1,8%. O uso da capacidade instalada passou de 56,1% para 58%, refletindo num aumento de faturamento de 4,3%.

Couri explica que os grandes responsáveis pelo "sufoco" no setor continuam sendo as elevadas taxas de juros e dificuldade dos pequenos em conseguir acesso ao crédito. Ainda assim, a fatia das empresas que procurou financiamento bancário aumentou de 56% em setembro para 58% em outubro, o índice mais alto do ano. "Os pequenos não vão



COURI disse que maioria dos empresários vai pagar o 13º salário

aguentar essa taxa de juros", reclamou o empresário.

O calote no setor teve crescimento expressivo. Tanto com relação aos atrasos de pagamentos que deveriam ter sido feitos para as indústrias — que passaram de 78% para 80%, comprometendo

20% do faturamento — como da própria indústria junto a seus parceiros. Nesse caso, a fatia das que tiveram dificuldades em honrar seus compromissos aumentou 10 pontos percentuais, de 66% para 76% do total, o maior índice do ano.

ARQUIVO

EU QUERO SER PATRÃO!

Como estão se saindo os brasileiros que realizaram o sonho de montar o próprio negócio

João Sorima Neto e David Friedlander

Todo dia a empresária paulista Laura Bortolai chega em casa tarde da noite, esparrama o tailleur, a bolsa e o sapato de salto alto pela sala e se prepara para poucas horas de sono. Laura, 42 anos, nunca trabalha menos do que doze horas por dia em seu escritório. Ela ganha a vida resolvendo problemas de clientes que não têm tempo para nada. Arruma alguém para consertar o cano do banheiro, compra vestido de noiva, faz as compras do supermercado, organiza festas e convenções. O expediente é duro e começa às 7h30, ainda em casa, com a organização da agenda do dia. No escritório, ela também cuida da contabilidade, sai à caça de novos clientes, briga com os profissionais contratados que fizeram um mau serviço. Depois de onze anos de carreira no banco Mercantil Finasa, onde chegou a gerente, Laura é hoje a executiva de finanças, a vendedora, a diretora de marketing e a operária de sua própria empresa. Trabalha uma barbaridade, mas está mais do que satisfeita. "Empregada, nunca mais. Assumi um risco enorme, mas o prazer de comandar minha vida compensa qualquer coisa", diz a empresária.

Quebrar a rotina do cartão de ponto, das reuniões estressantes com o chefe mandão e do esforço sem reconhecimento é o sonho de milhões de brasileiros. Só no ano passado, 1,2 milhão de pessoas bateram à porta do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae, pedindo conselhos para abrir uma empresa. Há seis anos, apenas 200 000 se animavam a fazer a mesma coisa. A maioria das pessoas que procuram o Sebrae está fazendo apenas uma sondagem e ainda não reuniu capi-

Laura Bortolai, de São Paulo: depois de onze anos de carreira bem-sucedida num banco, largou tudo para ser empresária. Sua empresa resolve problemas de pessoas que não têm tempo para procurar encanador, organizar a mudança ou preparar uma festa. Tem quatro funcionários e fatura 180 000 reais por ano. Tira 9 000 reais por mês, o dobro do que ganhava no banco.

mentação tremenda dá uma boa medida de como a ideia de escapar do emprego formal está ganhando corpo no Brasil.

Todos os anos a agência de publicidade Standard, Ogilvy & Mather faz pesquisas com o objetivo de captar as aspirações do brasileiro. Na pesquisa do ano

passado, a agência descobriu que ser empresário é o segundo maior desejo das pessoas, perdendo apenas para o velho sonho da casa própria. Até os anos 80, o brasileiro estava bem mais interessado em ter um bom emprego do que em ser o patrão. A mudança ocorre porque o mundo do trabalho mudou muito nos últimos tempos. O Brasil, um dos grandes empregadores do passado, já não oferece tantas vagas. A ordem agora é cortar gen-

te. Quem trabalha numa empresa privada sabe que lá também a vida não está fácil. A segurança acabou, a competição por um cargo melhor é brutal e o salário pode ficar anos estagnado.

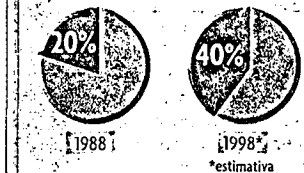
Há outro fator importante encorajando os candidatos a empresário. É uma mudança radical no jeito de produzir das grandes corporações. Gigantes como Nike ou Volkswagen se dedicam cada vez mais à pesquisa e à criação de novos

produtos. Com isso, estão transferindo para firmas menores tarefas como a costura do tênis e a montagem do estofamento. As oportunidades, portanto, estão aí. O resultado de tantas mudanças é que muita gente começa a pensar se, em vez de se esfolar numa empresa que não é dela e dormir pensando na demissão em massa, não é melhor partir para uma aventura. Ex-funcionário público, o empresário Marcos Gurgel, 44 anos, largou

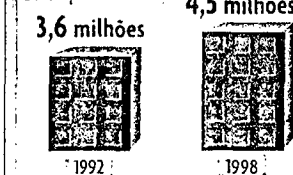


A força dos nanicos

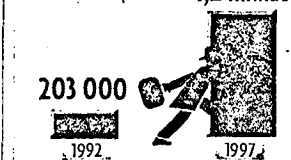
A participação das micro e pequenas empresas no PIB está aumentando



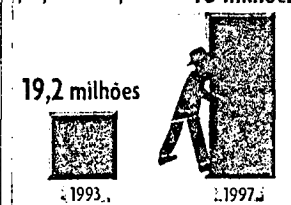
O número de negócios cresceu 25% nos últimos seis anos — em número de empresas



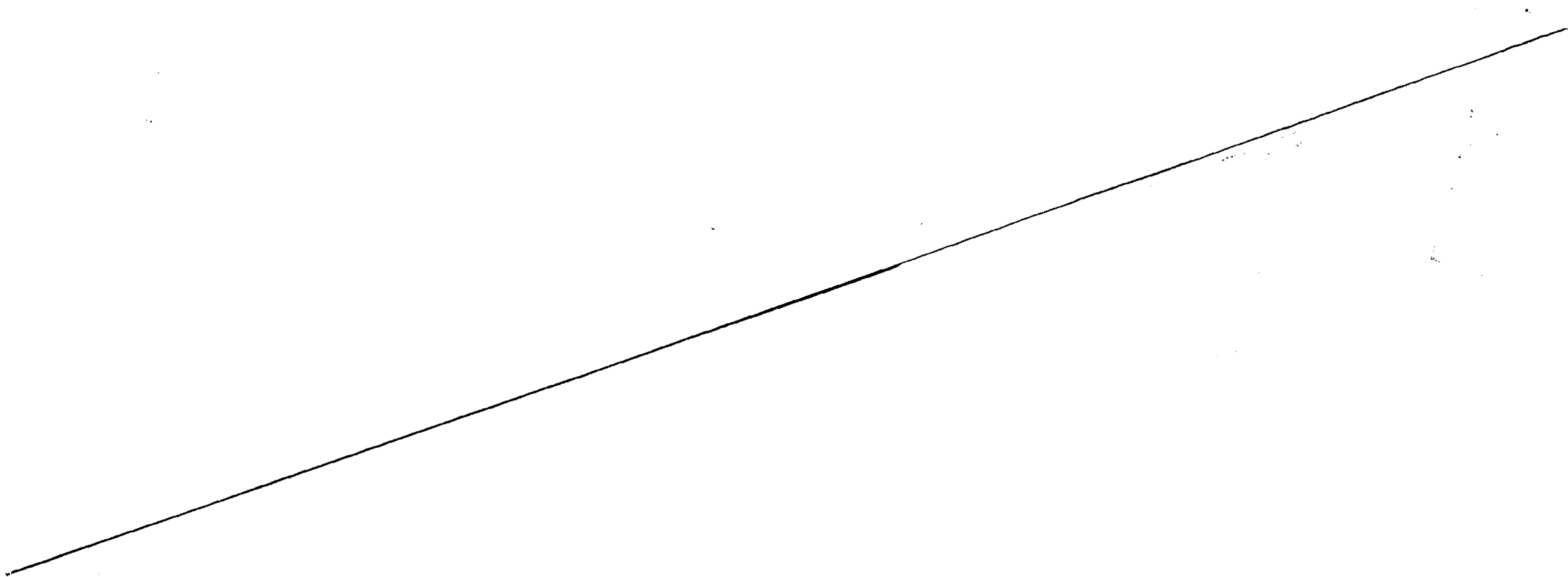
Aumentou o número de pessoas que procuram o Sebrae pedindo orientação para abrir uma empresa



Em quatro anos, dobrou o número de empregados nas pequenas empresas



Fonte: Sebrae/Associação Comercial de São Paulo



de 1673 de 1997
 Os irmãos Alexandre (à esq.) e Cristiano Piquet, de Belo Horizonte, apaixonados por mergulho, acharam que podiam ganhar dinheiro vendendo máscaras, snorkel e perolito. Passaram duas vezes antes de entender que a saída era mudar de mar. Hoje são donos de onze lojas que vendem telefones celulares e faturam 500 000 reais por mês.

tudo dez anos atrás para virar empreiteiro de obras. Numa viagem ao exterior descobriu pessoas que se dedicam a construir, equipar e administrar hospitais. Foi um dos primeiros a copiar a ideia no Brasil, conseguiu clientes do porte da Unicef e neste ano deve faturar 3 milhões de reais. "Eu queria era ganhar dinheiro para mim, não para os outros", diz Gurgel.

Antes de se arriscar num voo solo é preciso desfazer algumas ilusões. Quem pensa que vai trabalhar menos sendo patrão já começa mal. O trabalho físico pode até dobrar, porque no começo não dá para deixar o serviço na mão da mulher, do filho ou do empregado. O empresário, seja ele um lojista, seja dono de bufê infantil, precisa cuidar de tudo pessoalmente. Até o negócio pegar, é ele quem abre e fecha a loja, confere os estoques, sai atrás dos clientes, atende a reclamações e fecha as contas no final do expediente. Empre-



Avalie os perigos dos negócios mais procurados

Preste atenção nestes...

NEGÓCIO	INVESTIMENTO INICIAL	FATURAMENTO MÉDIO (MENSAL)	COMENTÁRIO
Curso de informática	de 25 000 a 50 000 reais	25 000 reais	O investimento não é grande e a procura pelo serviço está crescendo
Bufê infantil	de 10 000 a 30 000 reais	13 000 reais	Há espaço para crescer em bairros da periferia e no interior
Loja de animais	12 000 reais	4 000 reais	Voltou à moda ter animais de estimação em casa
Venda de refeições prontas	20 000 reais	1 500 reais	Empresas e pessoas estão comprando comida

Marcos Gurgel, de São Paulo: foi empregado durante treze anos, primeiro no setor público e depois na iniciativa privada. Pediu as contas e montou uma empresa de construção. Numa viagem ao exterior, descobriu que construir, equipar e administrar hospitais era um negócio rentável. Copiou a ideia e hoje tem oitenta funcionários. Vai faturar 3 milhões de reais neste ano.

alguns colegas de escritório. "Começaram a procurar defeitos no que eu fazia", diz. Naves virou sócio de uma empresa que vende anúncios, faz promoções e aluga espaços em shoppings e acha que está dando muito certo. Ganha de 10 000 a 12 000 reais por mês, bem menos do que no antigo emprego, mas formou um patrimônio estimado em 800 000 reais. O risco do negócio é grande. Se Naves aluga um espaço e o cliente dá calote, é ele quem arca com o prejuízo. O shopping recebe de qualquer maneira. "O que mais vale é que hoje tenho um patrimônio que posso vender a qualquer momento", avalia.

Negócio sem risco não existe, mas há algumas precauções que se podem tomar para começar com um pouco mais de segurança. A experiência do Sebrae mostra que a maioria das pessoas parte para um negócio próprio apenas inspirada na ex-



periência de conhecidos que deram certo. É um equívoco sério. "A chance de uma pessoa dar certo é maior quando ela gosta do que faz e melhor ainda se ela conhece o ramo", afirma Dórti Martins, consultora do Sebrae em São Paulo. O que mais ajuda é fazer um ensaio do projeto no papel. Para isso é preciso espiar a concorrência, pesquisar os preços dos fornecedores e ter uma noção de como está o mercado. Do lado financeiro,

recomenda-se saber exatamente não apenas quanto é preciso investir para abrir a empresa, mas também calcular quanto ela vai custar no primeiro ano de funcionamento. Uma nova empresa leva em média um ano e meio para começar a dar retorno. Portanto, aqui vai mais um conselho útil. Não se devem jogar todas as economias na aventura, porque provavelmente será preciso viver da poupança até o negócio pegar. São conselhos quase óbvios. No entanto, pouquíssimos candidatos a empresário seguem essas normas. Por isso os índices de quebra são tão altos.

Dez anos atrás, o empresário gaúcho João Roque Boss, 49 anos, largou um emprego estável na Azaléia, uma das maiores indústrias de calçados femininos do país, para montar sua fábrica de sapatos. Era gerente e tinha um salário que hoje equivaleria a 4 000 reais. No seu primeiro ano de patrão ficou sem caixa para fazer a empresa funcionar e pediu socorro em banco. Endividou-se e quase quebrou. Levantou a empresa de novo cortando custos, colocando seus funcionários para

produzir mais e conseguiu dos fornecedores uma trégua para quitar as dívidas. "Naquela fase, meu salário dava apenas para as compras do supermercado", conta Boss. Aprendeu a lição e hoje só trabalha com dinheiro próprio. A empresa vai bem e ele conseguiu montar um bom patrimônio. Mora numa boa casa em Taquara, município próximo a Porto Alegre, comprou um apartamento de cobertura na mesma cidade e tem casa na

Aqui estão alguns dos negócios mais procurados pelas pessoas que vão pedir orientação ao Sebrae, uma entidade de apoio às pequenas empresas. Entre eles, o Sebrae identificou aqueles que têm melhores chances de dar certo e os que são mais difíceis de montar

...e pense duas vezes antes de entrar nestes

NEGÓCIO	INVESTIMENTO INICIAL	FATURAMENTO MÉDIO (MENSAL)	COMENTÁRIO
Posto de gasolina	mais de 200 000 reais	60 000 reais	O investimento é alto e é preciso associar-se a uma distribuidora de combustíveis
Escola infantil	de 50 000 a 100 000 reais	57 000 reais	É preciso ter um imóvel e contratar profissionais caros
Loja de material de construção	200 000 reais	55 000 reais	Enfrenta a concorrência de grandes redes
Loja de autopeças	de 35 000 a 40 000 reais	30 000 reais	A concorrência é grande e a margem de lucro é pequena

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

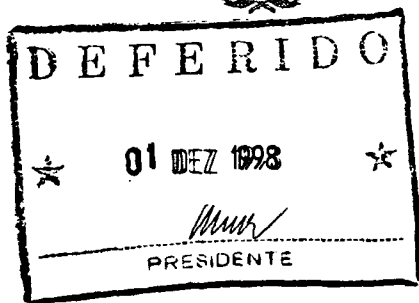
SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s) sob n.º 164 a 166 e folha de informação sob n.º 102/12/198 a (12)

ANA RAULA KARRUZ
Oficial Legislativo



Folha n.º 164 de 1997
n.º PL-176 de 1997
ANA PAULA KARRUZ
Ofício Legislativo

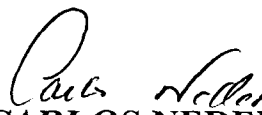
Câmara Municipal de São Paulo



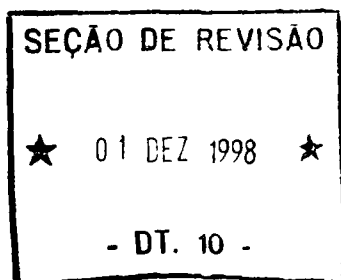
REQUERIMENTO 13 - RDS
13-2841/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



Folha n.º 165 = de 176 do 18 92
 P. 176 do 18 92
 L. 176 do 18 92

F.P.
 30 14 33
 2-4
 Pág.

Evite virar "mico" empresário

da Reportagem Local

Nos últimos meses, muitos trabalhadores engrossaram as listas de voluntários à degola, aderindo a planos de demissão voluntária. Eles sonham usar as polpudas indenizações, pagas nesses processos, para montar um negócio. "Eles correm o risco de virar 'mico' empresários", observa Gerson Roberto Correia, diretor da DBM (Brake Beam Morini do Brasil), especializada em recolocação de executivos. Segundo pesquisa realizada no ano passado pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas) de Minas Gerais, de cada 100 micro e pequenas empresas criadas, 36 desaparecem no primeiro ano de vida. "Em São Paulo, não deve ser di-

ferente", estima Sylvio Goulart Rosa Jr., presidente do Sebrae paulista. Segundo Rosa, "o desempregado deve evitar tomar decisões sem conhecer o negócio". Nem sempre o conhecimento é sinônimo de sucesso. Nos últimos anos, muitos executivos que perderam seus altos salários enveredaram pela carreira de empreendedor. Aprenderam, na prática, que não basta saber administrar. Para ter sucesso no meio empresarial é preciso ser capitalista. "Montar um negócio próprio hoje é muito arriscado", alerta Correia. Quem não tem capital de giro vai acabar nas mãos dos bancos. "Os juros altos inviabilizam qualquer negócio", diz Correia. Por isso, caiu 25% o número de executivos atendidos pela DBM que saem para montar empresa.



Roberto dos Santos teve de adiar o sonho de fazer faculdade

Lulz Carlos Murauskas/Folha Imagem

Dinheiro não deve durar 1 ano

da Reportagem Local

Quando foi demitido de uma empresa de pesquisas, no início do ano, o auxiliar de escritório Roberto dos Santos, de 26 anos, continuou morando com os pais, sem precisar se preocupar com despesas da casa. Entretanto, com a demissão, seu sonho de entrar numa faculdade teve de ser adiado. Santos recebeu, entre indenização, férias, 13º salário e FGTS, R\$ 3.900. "Tenho também R\$ 15 mil em um fundo de 30 dias, R\$ 4.600 em ações do Pão de Açúcar e R\$ 1.200 em recibos de Telebrás." Considerando as despesas de Santos — mensalidade da faculdade que quer fazer, de R\$ 500, e outros gastos que já possui, de R\$ 460 —, Reinaldo Zakalski, diretor

do Deutsche Bank, diz que o dinheiro de Santos não deverá durar mais que um ano. "A menos que ele tente conseguir uma bolsa de estudos ou reavalie sua carteira de investimentos." Para Zakalski, Santos deveria aplicar os R\$ 15 mil em um fundo indexado ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que acompanha a variação dos juros, para não correr riscos. "Sugiro que venda as ações do Pão de Açúcar, que serão afetadas pela recessão de 99. Com o dinheiro, ele poderá investir em um fundo prefixado, para garantir o juro alto", diz. Dan Cohen, analista da Hedging-Griffo, diz que, apesar de o mercado estar se recuperando, Santos deve, por enquanto, manter os recibos de Telebrás.

Dicas para expandir MPEs

Consultorias desenvolvem programas voltados para a capitalização das micros

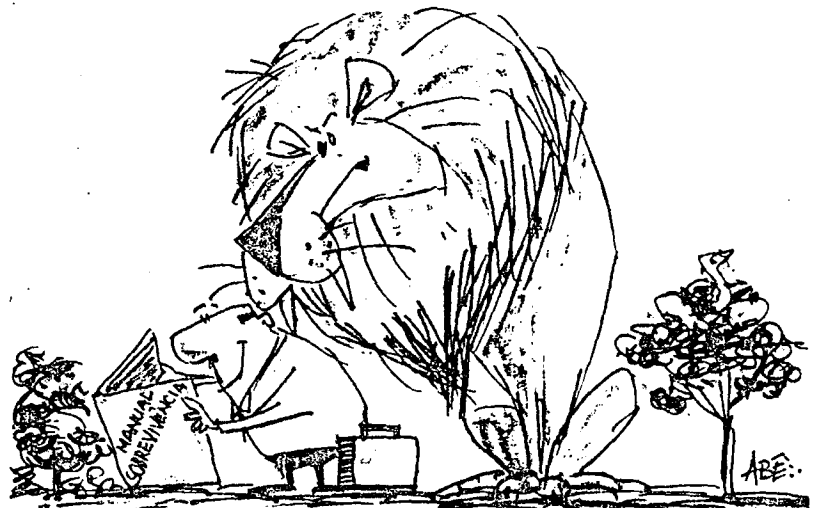
Sugerir que as pequenas e médias empresas captem recursos no momento em que a economia mundial e brasileira estão atravessando sua fase mais crítica pode parecer absurdo. Mas a receita para as pequenas empresas enfrentarem a crise passa exatamente pela capitalização e pela criatividade, muita criatividade.

Analistas dizem que investir em marketing para aumentar as vendas, saldar os compromissos e comprar seus insumos à vista são as melhores opções de investimentos para as empresas que estão capitalizadas. Já as que não dispõem de caixa devem buscar um investidor que financie o negócio.

"Primeiramente, a empresa terá de provar que seu negócio é rentável, pois com o aporte de capital ela adquire sustentabilidade", orienta Luis César Alóe, consultor do Centro de Tecnologia do Varejo (CTV) do Senac e diretor da Best Look Consultoria. Na sua avaliação, o mercado financeiro é a última opção, pois os juros estratosféricos engoliriam o negócio.

Segundo Alóe, o ideal de investimento é aquele que possibilita a empresa parar de recorrer ao factoring (empresas que pagam por cheques pré-datados) e também de comprar a prazo. "Com um investidor ou sócio, a pequena empresa estará ganhando duplamente, pois, além do capital que está agregando ao negócio, ela deixará de pagar juros às empresas de factoring e aos fornecedores", diz.

São Paulo tem registradas 300 mil empresas comerciais (dados do IBGE), sendo que 80% destas



— cerca de 250 mil — são micros. As pequenas, médias e grandes empresas somam 50 mil no total. Tirando 100, consideradas de grande porte e que respondem pelos maiores balanços, sobram 49.900 empresas, nas quais está concentrada a economia do País (cada uma gera em média 25 empregos). São elas que dependem de soluções de curto prazo contra a crise.

A Trevisan Auditores Associados está lançando um novo produto, intitulado "fast solutions, fast companies", um conjunto de soluções rápidas nas áreas de planejamento tributário, recursos humanos, terceirização de serviços e auditoria de custos invisíveis, que tem como objetivo auxiliar as empresas a atravessar o período de crise.

Segundo Eduardo Pocetti, vice-presidente da Trevisan, o "fast solutions, fast companies"

busca ajustar a empresa de forma planejada, gerando economia em diversas áreas para garantir a continuidade dos negócios e manter a competitividade dos produtos e serviços. "As empresas têm acompanhado as constantes oscilações nos mercados financeiros e as recuperações nos negócios. Para muitos, têm sido fácil explicar, mas difícil solucionar. Por isso, estamos oferecendo soluções contra a crise", explica Pocetti.

O programa da Trevisan consiste nas seguintes metas: realização de caixa, através de planejamento tributário e levantamento de créditos fiscais; eliminação de desperdícios e custos invisíveis; transformação de parte expressiva da remuneração fixa em variável; redução de quadros no tempo certo e de forma adequada, mantendo talentos que agregam valor ao negócio, terceirização de atividades-meio, como contabilidade, administração, departamento pessoal e auditoria interna.

A Tranjan Consultores Associados (TCA) sugere medidas semelhantes que também levam à

criatividade. "Quando se está no limite é que as boas idéias aparecem. Uma delas é transformar custos fixos em variáveis e, num segundo passo, eliminar os custos variáveis", orienta Roberto Adami Tranjan, diretor da TCA. Isso, na prática, significa mudar as relações de trabalho sem alterar o modelo do negócio.

Outra sugestão da TCA implica pequeno aumento no custo da empresa, "mas um aumento tão insignificante que vale a pena tentar, pois o benefício é grande", diz Tranjan. Trata-se de agregar produtos ao cliente, além dos que ele precisa. O consultor cita o exemplo de uma escola de São Paulo, que está oferecendo uma espécie de seguro ao ato da matrícula, para uma eventual fatalidade (como morte ou desemprego do pai).

"Nesse caso, a escola se compromete a manter o aluno até o final do ciclo, sem ônus. É uma solução barata para a escola e que tem uma relação de custo benefício enorme", avalia o diretor da TCA.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubri-
cado(s) sob n.º 167 a 180 e folha de informação sob
n.º 109, 112, 98 a 1

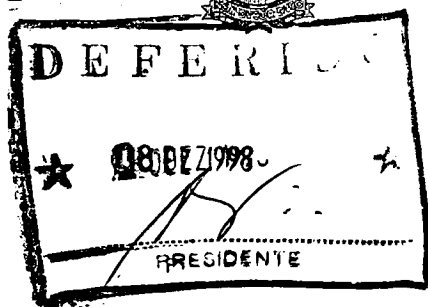
ANA PAO A K PRUZ
Oficial Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 167 de proc.
n.º PL-176 de 1997

PAULA KARRUZ
Legislativo

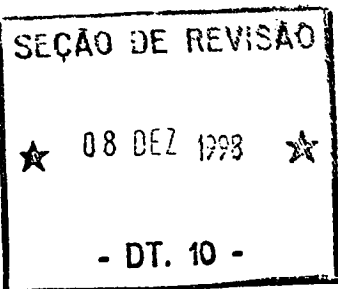


REQUERIMENTO 13 - RDS
13-2989/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 1998


CARLOS NEDER
Vereador - PT



BB faz balanço positivo do Proger em São Paulo

Rita Karam
São Paulo

O esforço do Banco do Brasil (BB) para ampliar o repasse de financiamentos do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) em São Paulo parece estar dando resultados. Só nos meses de junho e julho passados foram fechadas cerca de 1,7 mil operações. Mais do que o total realizado desde 1995 até maio último, que totalizou 1,1 mil empréstimos.

O programa, que ficou paralisado no período de 14 a 23 de setembro em virtude da alta dos juros, estava praticamente empacado em São Paulo. Mas, desde o início do ano, o BB vem desenvolvendo um processo de conscientização e treinamento do pessoal das agências e divulgando internamente as linhas de crédito do Proger. Para marcar a virada, promoveu em junho o dia P, quando foram assinados mais de 500 contratos.

Considerando todo o território nacional, o BB fechou julho — de 1995 até este ano — com 24,3 mil operações e repassou um total de R\$ 406 milhões. O resultado é cerca de 50% superior ao registrado em julho de 97. Segundo o analista sênior do banco, Antônio Valdir Oliveira, Paraná, Minas Gerais e agora São Paulo são os Estados que tiveram maior número de repasses.

Desde junho último o BB vem procurando estreitar parceria com Estados e municípios. Para que micro e pequenas empresas possam ter acesso ao Proger, o banco tem exigido que os governos comprometam-se em garantir capacitação aos tomadores dos recursos e dêem apoio técnico além de acompanhar o desenvolvimento do projeto. Segundo Oliveira, apenas cinco Estados ainda não assinaram o acordo.

"Cabe também aos Estados e municípios eleger as áreas prioritárias para receber o financiamento e garantir toda infra-estrutura necessária para que os empreendimentos não sejam prejudicados", destaca ele. ■

Dinheiro novo para pequenas empresas

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Export-Import Bank (Exim-

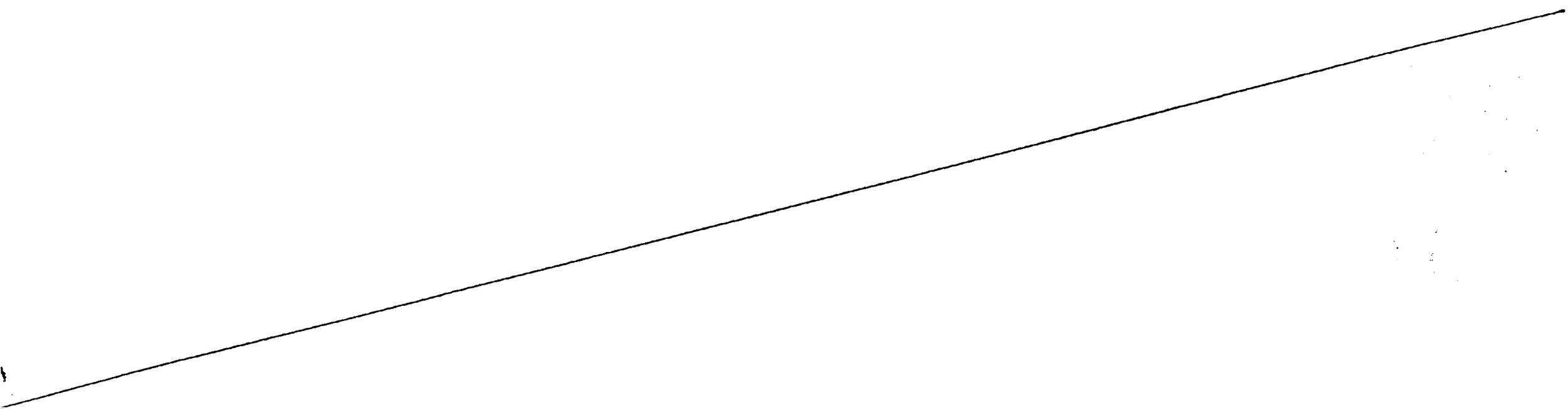
bank), do Japão, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciaram, semana passada, que vão destinar US\$ 3,3 bilhões para financiar pequenas empresas brasileiras. A previsão é que cada ins-

tuição entre com R\$ 1,1 bilhão.

O objetivo é facilitar o acesso à linhas de crédito de médio e longo prazo, para melhorar a competitividade das organizações de pequeno porte.

O BID vai mandar US\$ 200

milhões ainda neste ano, e o restante até 2001. Para distribuir os recursos, o BNDES usará os financiamentos para pequenas empresas já existentes, como o BNDES Automático, que empresta até R\$ 7 milhões. ■



Onde conseguir dinheiro para o seu negócio

Banco do Brasil

Nome: Mipem FAT (Investimento e capital de giro)

Finalidade: apoio a projetos que gerem empregos e renda

Valor: até R\$ 50 mil

Prazo:

■ até 18 meses (para implantação de sistemas de gestão empresarial com investimento fixo, sem capital de giro associado)

■ até 36 meses (demais investimentos, inclusive capital de giro associado)

Taxas: TJLP + 5,33% ao ano

Garantia: no mínimo 143% do valor financiado. Pode ser real (hipoteca, penhor, caução) ou pessoal (aval ou fiança)

Nome: Mipem Investimento

Finalidade: apoio a projetos de investimentos, prioritariamente em tecnologia e sistemas de gestão empresarial

Valor: R\$ 35 mil

Prazo:

■ até 18 meses (para implantação de sistemas de gestão empresarial)

■ até 36 meses (demais investimentos, inclusive capital de giro associado)

Taxas: TR + 1% ao ano

Garantia: 143% do valor financiado. Pode ser real, aval ou fiança

Nome: Mipem Custeio

Finalidade: suprimento de capital de giro, mediante abertura de crédito fixo

Valor: até R\$ 10 mil

Prazo:

■ até 180 dias para operações com recursos da Poupança-Ouro

■ de 4 a 12 meses para operações com recursos do Paspap

Taxas: TR + encargos adicionais (variam de 3,7% a 4,3% ao mês)

Garantia: real e pessoal

Nome: Paspap Giro

Finalidade: para capital de giro, mediante abertura de crédito fixo

Valor: ilimitado, cada caso é analisado separadamente

Prazo: mínimo de 4 meses e máximo de 12 meses, sem carência

Taxas: TR + encargos adicionais (variam de 3,7% a 4,3% ao mês)

Garantia: real e pessoal

Caixa Econômica Federal

Nome: CEF Giro

Finalidade: financiamento de capital de giro

Valor: de R\$ 800 a R\$ 30 mil (microempresas)

Prazo: 12 meses

Taxas: TR + 12% ao ano

Garantia: 125% do valor financiado. Pode ser aval ou real

Nome: Proger

Finalidade: apoio a projetos que proporcionem a geração ou a manutenção de emprego e renda

Valor:

■ até R\$ 30 mil (para microempresas)

■ até R\$ 50 mil (para pequenas empresas)

Prazo:

■ 36 meses (microempresas)

■ 48 meses (pequenas empresas)

Taxas:

■ TJLP + 4% ao ano (microempresas)

■ TJLP + 5% ao ano (pequenas empresas)

Garantia: 125% do valor financiado. Pode ser aval ou real

Banco do Povo

Finalidade: financiamento para pequenos empreendimentos em Santo André, Presidente Prudente e Registro

Valor: de R\$ 300 a R\$ 5.000

Taxas: de 1% a 1,5% ao mês

Garantia: deve ser apresentado um plano de negócios que será avaliado. Enquanto isso, agentes de crédito do próprio banco fazem uma visita ao empreendedor e levantam a vizinhos e parentes se ele honra suas dívidas

VINÍCIUS PRECOSO

da reportagem Local

ANA PAULA KARRUZ

autela. Esse é o conselho dos especialistas e vale a pena. A Folha para os empreendedores que pretendem solicitar um empréstimo nos próximos meses.

"O problema não são só os juros altos, mas a retração do consumo", afirma Walter Dallari, 33, um dos sócios da Planner Consultores, empresa especializada na elaboração de projetos de viabilidade para financiamentos.

"Com a recessão, vai ser difícil conseguir dinheiro para pagar os empréstimos", complementa.

Para evitar dores de cabeça mais tarde, a dica dos especialistas é fazer um estudo para saber se os ganhos com o negócio vão ser suficientes para pagar o empréstimo. "Em alguns casos, é melhor tentar reduzir os custos do investimento e negociar prazos maiores com os fornecedores, em vez de pedir um financiamento", diz Edson Machado Monteiro, 44, superintendente-executivo da área comercial do Banco do Brasil.

Linhas

A maior parte das linhas de crédito para micro e pequenos empresários está no Banco do Brasil, Banco do Povo e Caixa Econômica Federal — veja informações no quadro ao lado.

O primeiro passo é procurar uma das agências desses bancos. Peça ao gerente para preencher uma ficha cadastral com os dados pessoais dos sócios e as informações da futura empresa, ensina Salvo de Almeida Júnior, 38, gerente da Caixa Econômica Federal.

O banco vai solicitar uma garantia, que pode chegar a patamares altíssimos, como 143% do

NEGÓCIO PRÓPRIO Confira opções

Empréstimo exige cautela e demora



Daniela Pinheiro Souza, que pediu empréstimo

timento a ser feito.

Na hora de escolher a linha, atente para os prazos e as taxas. "Dê preferência para os empréstimos com variação pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Como ela é trimestral, reage menos ao nervosismo do mercado. A TR (Taxa Referencial, outro indexador) é mensal e reflete mais diretamente essas oscilações", diz Dallari.

Prazo

Segundo os bancos, quando a documentação é entregue corretamente, o prazo para a liberação varia entre 10 e 15 dias.

Mas a teoria difere da prática. Flôrencia Sanchez Cunha, 39, teve de esperar cerca de um ano para conseguir um financiamento para abrir uma franquia da Bit Company, em São Paulo.

"Procurei o Banco do Brasil. Disseram que eu deveria ser cliente e que a empresa já deveria estar aberta", conta.

Depois de passar meses indo de agência em agência, ela procurou uma empresa que realiza projetos de viabilidade de financiamentos. "Consegui 80% do dinheiro que precisava (cerca de R\$ 50 mil, na época)", conta.

valor do empréstimo. Ela pode ser real (uma hipoteca de imóvel, por exemplo) ou aval (quando um avalista se compromete a pagar as parcelas caso o empreendedor fique inadimplente).

A ficha cadastral, devem ser anexados o demonstrativo financeiro da empresa, a declaração de faturamento, o comprovante de abertura de conta e o projeto de viabilidade econômica do inves-

Banco do Povo é menos burocrático

da reportagem Local

Menos burocrático, o Banco do Povo é a melhor opção para os microempresários. O processo demora cerca de duas semanas — e não são exigidas garantias.

As desvantagens são os valores baixos — de R\$ 300 a R\$ 5.000 —

e o atendimento, que, por enquanto, está limitado a três cidades no Estado: Santo André, Presidente Prudente e Registro.

Daniela Pinheiro Souza, 23, fabrica e aluga enfeites para aniversários. Há cinco meses, ela decidiu comprar artigos para festas com o objetivo de aumentar a va-

riedade de produtos de sua loja.

"Levou uma semana. Preenchi o cadastro, e eles fizeram uma visita à loja. Quando voltei ao banco, eles liberaram R\$ 1.700."

O pagamento, segundo ela, será em seis meses, e os juros, de 4%. "Vou pedir mais quando acabar de pagar", afirma.



Sebrae anuncia expansão do Banco do Povo

Rita Karam
São Paulo

Até o final do ano poderão ser abertas mais oito unidades do Banco do Povo no estado de São Paulo, cinco delas na capital, informa o presidente do Sebrae-SP, Sylvio Goulart Rosa Júnior.

Ele diz que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pode apoiar o Banco do Povo paulista, liberando recursos para treinamento dos agentes de crédito, pessoa chave dentro do projeto, que visita os potenciais tomadores e avalia sua capacidade de crescer e quitar as dívidas. O apoio deverá ser discutido durante o IV Foro Bolivariano, que acontece entre 30 de novembro e 1º de dezembro, em São Paulo. ■

Governo paulista amplia linhas para produção

Fides e Fidec têm condições mais flexíveis para liberação de verba

Fábio Lopes
São Paulo

Depois de quase um ano em testes em 35 municípios do Pontal do Paranapanema, o Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social (Fides) e o Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (Fidec), do governo de São Paulo, estão atendendo a todo o estado.

As duas linhas tem como finalidade financiar equipamentos novos para a indústria. O que muda é que o Fides é destinado à geração de empregos, seja pela ampliação da linha de produção ou criação de novos negócios. Já o Fidec é usado para o desenvolvimento industrial e modernização das empresas. A agroindústria, por exemplo, tem usufruído principalmente do Fides.

CONDIÇÕES - A fase de testes terminou em maio deste ano. Em setembro os programas foram regulamentados. As regras para dar crédito passaram por mudanças para facilitar o acesso. "Verificamos que a demanda estava muito abaixo do esperado", afirma Flávio Fava de Moraes, titular da Se-



cretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

O limite de crédito foi reduzido de R\$ 300 mil para R\$ 150 mil para atender um número maior de tomadores, podendo ser financiado até 80% do valor da máquina ou equipamento. Caiu também a exigência de a empresa já estar em funcionamento há no mínimo dois anos e as garantias foram facilitadas — pode ser dado o próprio bem financiado para avalizar o empréstimo.

FUNDO DE AVAL - A Nossa Caixa Nosso Banco, responsável pelo

repasso da verba de R\$ 6 milhões para cada linha, está se cadastrando junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para usar o fundo de aval criado em setembro pelo governo do Estado como garantia nas operações.

Os juros cobrados pelo Fides e Fidec são de 5% ao ano. O tomador paga uma taxa de abertura de crédito de 1% do valor emprestado. A carência é de até um ano e o pagamento pode ser feito em até 60 meses. "A vantagem é que esta é uma linha de crédito para investimentos, o que não existia no mercado", acrescenta Fava de Moraes.

Por enquanto, foram poucas as operações feitas pelo Fides e Fidec. O secretário acredita que os financiamentos deverão se consolidar no próximo ano, quando estarão em pleno funcionamento. A Nossa Caixa já treinou gerentes para operarem as linhas e, se a demanda aumentar, o governo poderá colocar à disposição até R\$ 10 milhões em cada uma. ■

Nova opção para troca de cheques

Maisa Moura
Brasília

Os lojistas do Distrito Federal têm mais uma opção para trocar os cheques pré-datados, além das empresas de factoring e de agiotas. Atendendo a uma reivindicação do setor, o Banco de Brasília (BRB) assinou convênio com a Associação dos Lojistas de Shopping Center do DF (Aloshop), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e também com o Sindicato do Comércio Varejistas de Produtos Farmacêuticos (Sincofarma) para antecipar o pagamento desses cheques.

Pelo convênio, que tem validade de um ano, os comerciantes filiados a essas três instituições poderão trocar cheques pré-datados de até 60 dias no limite de R\$ 10 mil para cada operação por cliente. Esse valor será automaticamente renovado à medida em que os cheques forem compensados.

A vantagem é que essa troca, que funcionará como capital de giro, tem um custo mais baixo e vai beneficiar principalmente as pequenas empresas que pagam hoje até 7% de juros para antecipar o recebimento do valor desses cheques.

A taxa cobrada pelo BRB será de 1,95% mais a variação da Taxa Referencial (TR) para cada operação. No entanto, essa troca, a princípio, só poderá ser efetuada com cheques do próprio Banco de Brasília.

"Não sabemos exatamente o que representam esses cheques no total dos documentos recebidos, mas é uma quantia importante. O ideal era que não houvesse restrição, mas vamos batalhar por isso", reivindica Ennius Marcus Muniz, presidente da Aloshop e proprietário da Lord Perfumaria e da construtora Conbral, em Brasília.

Para essa operação, o BRB está disponibilizando R\$ 3 milhões, volume que poderá ser ampliado de acordo com os resultados do convênio. A estratégia, é atrair mais número maior de correntistas ao banco e oferecer aos que já são clientes novos serviços e produtos. ■

INVESTNEWS

Leve redução nas taxas de juros

As taxas de juros tendem a cair, depois que o Banco Central reduziu o custo do dinheiro na semana passada. O levantamento ao lado, realizado pelo InvestNews — serviço eletrônico de informações da Gazeta Mercantil — mostra as taxas médias de três tipos empréstimos: conta garantida, capital de giro pré-fixado de 30 dias e desconto de duplicatas. ■

O custo do dinheiro

Entre 28 de outubro e 4 de novembro (taxa média de juros)

Dias	Conta garantida*		Capital de giro pré 30 dias**		Desconto de duplicatas*	
	1ª linha	2ª linha	1ª linha	2ª linha	1ª linha	2ª linha
28	4,61	5,38	57,84	68,05	3,49	4,18
29	4,62	5,50	56,57	67,55	3,54	4,17
30	4,62	5,34	53,98	63,58	3,36	3,93
03	4,50	5,60	58,96	71,49	3,63	4,27
04	4,29	5,33	57,37	67,30	3,51	4,18

Fonte: InvestNews. *Taxas mensais. **Taxas anuais.

ESPECIAL PCP ANO V

Crédito disponível mais fácil e barato

Bancos já oferecem produtos específicos

Rita Karam
São Paulo

A maior concorrência e o fim dos ganhos do mercado financeiro mudaram o cenário do crédito para micro e pequenos empreendedores. Há quatro anos, obter capital para girar o negócio quase sempre significava conseguir um financiamento pessoal. Hoje, já é possível obter produto para a pequena empresa. Os juros consideram o risco de um negócio menor, mais sensível às oscilações da economia, mas as taxas praticadas já são inferiores às cobradas da pessoa física.

Além disso, os bancos vêm desenvolvendo metodologias científicas que devem reduzir custos e agilizar a análise de risco, ainda muito baseada na observação do comportamento da empresa, explica o diretor de operações da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Paulo Mallmann. "Não há dúvida de que a importância do segmento crescerá cada vez mais para as instituições financeiras", diz.

Alguns bancos já têm inclusive linhas de crédito especiais com taxas mais baixas. Caso, por exemplo, do Bradesco que oferece capital de giro para firmas que faturam até R\$ 720 mil, a 4,5% ao mês, com doze meses para pagar. Nesta linha já foram realizadas mais de mil operações com repasse aproximado de R\$ 50 milhões, informa o diretor gerente, Antonio Fernando Burani.

A maioria das operações de bancos privados e estatais com as empresas menores ainda sustentada nos recebíveis como duplicatas e cheques pré-datados, que são descontados ou servem como parte da garantia da operação. Em geral são recursos para capital de giro como é o caso do HSBC que, só no ano passado, repassou US\$ 63,3 milhões numa linha conveniada com o Sebrae.

A paulista Nossa Caixa, foi além. Em 1995 criou o programa Microbanco, oferecendo desconto de duplicata e de cheques, além de linhas com taxas especiais. O programa amealhou 19,5 mil clientes e deve encerrar o ano com orçamento de R\$ 100 milhões. "Abrimos a porta do crédito e em contrapartida ganhamos novos clientes. Temos R\$ 41 milhões em carteira de cobrança", diz o diretor do Microbanco, Sérgio Gonçalves acrescentando: "não é um programa social, é um negócio rentável". Rentável o suficiente para agüentar um aumento da inadimplência — de 3,5%, no início do ano, para cerca de 7% hoje.

Já o crédito de mais longo prazo, para investimento na compra de máquinas ou modernização, por exemplo, ainda concentra-se nos bancos federais, particularmente no Banco do Brasil (BB) com recursos, por exemplo, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou nas operações com recursos repassados pelo BNDES.

Mas, exatamente por terem prazos mais longos, essas operações têm também exigências maiores, levam mais tempo para ser aprovadas e, embora tenham taxas bastante atraentes — usualmente TJLP mais 1% — não atendem a demanda.

Ficam ainda mais difíceis em períodos de recessão e inadimplência alta, quando os bancos aumentam as exigências. Por isso é comum o empresário pagar mais pelo capital de giro e investir o dinheiro na compra de máquinas e equipamentos.

Com isso, o BB, que emprestou R\$ 132 milhões na linha de investimento em 97, registra redução drástica, para cerca de R\$ 60 milhões de janeiro a setembro de 98. Em contrapartida o banco elevou as operações para capital de giro de R\$ 699 milhões em 97 para quase R\$ 2,5 bilhões nos primeiros nove meses de 98. ■



Evolução das linhas de crédito conveniadas com o Sebrae*

Ano	Banco do Brasil		CEB		HSBC-Bamerindus	
	Nº de operações	Valor (em US\$ milhões)	Nº de operações	Valor (em US\$ milhões)	Nº de operações	Valor (em US\$ milhões)
1994	7.870	171,8	33.800	143,5	-	-
1995	7.035	154,2	41.400	237,5	-	-
1996	6.756	147,2	47.200	347,2	-	-
1997	5.573	123,3	45.800	338,2	5.789	63,318
1998**	2.174	48,8	28.090	282,5	2.737	32,8

* Apenas acordos nacionais. Outros convênios foram firmados pelas superintendências regionais. ** Até agosto.

Fonte: Sebrae

Entraves ainda são grandes

Uma das principais iniciativas nos últimos quatro anos para facilitar a tomada de crédito por micro e pequenas empresas foi a criação do Fundo de Aval por parte do Sebrae, governo federal e alguns governos estaduais. Com o pagamento de um percentual sobre o valor do empréstimo, o empresário pôde ter parte das garantias exigidas coberta pelo fundo, reduzindo o valor de garantia pedido pelo banco que chega a 200% do valor do empréstimo.

A primeira iniciativa nesse sentido foi do Sebrae, em 1995. Foram realizadas 7,8 mil operações com

cobertura do fundo da entidade, que pode ser utilizado nas linhas concedidas pelo Banco do Brasil.

Segundo o superintendente executivo da área comercial do BB, Edson Monteiro, os problemas cadastrais estão entre os principais motivos de recusa de crédito. O gerente do Sebrae nacional, Julio Reche, confirma a dificuldade. Segundo ele, 42% das empresas que procuram a entidade em busca de dinheiro, têm problemas no cadastro. "São cheques com fornecedores e impostos não pagos. Muitas vezes valores pequenos que inviabilizam a

operação", afirma Reche.

Outra dificuldade, aponta Monteiro, é a falta de viabilidade econômica do projeto e de capital próprio para executar a parte não coberta pelo financiamento. Ele chama a atenção para o fato de muitas empresas estarem contraindo consultorias pouco qualificadas para fazer os projetos.

"O empresário precisa investir mais em capacitação pessoal, buscar especialização, fazer cursos de gestão, até para conseguir avaliar ele próprio suas reais necessidades de crédito", recomenda o gerente do Sebrae. ■

(RJK)

AGRI-BUSINESS

Planejamento para crescer

Fabiana Biscaro
São Paulo

Os últimos anos foram doces para a Apírios Mackilani, de Santa Bárbara, interior de Minas Gerais. Em 1995, o faturamento mensal da empresa era de R\$ 6 mil. Hoje, gira em torno de R\$ 76 mil. A estratégia de crescimento iniciada naquele ano foi a criação de um entreposto de compra, beneficiamento e venda de mel, com investimentos de R\$ 100 mil.

Em 1995, o empresário Renato Fonseca Oliveira contou ao Por Conta Própria quais eram os objetivos do entreposto. Ele queria agregar valor às 24 toneladas anuais de mel e própolis produzidas pela Mackilani, por meio



Oliveira: 350 toneladas de mel por ano

do beneficiamento. Além disso, planejava comercializar a produção de apicultores da região.

O resultado não poderia ter sido melhor. Até maio deste ano, o entreposto funcionava em uma área de 600 metros quadrados. Agora, ocupa 1,6 mil metros quadrados e fornece 350 toneladas de mel para cinco estados brasileiros. O número de funcionários saltou de 11 para 22 e a

frota de veículos da empresa passou de três para seis veículos.

A ampliação do entreposto foi feita com investimentos de R\$ 300 mil, dos quais R\$ 90 mil foram levantados em bancos. "Nunca quis assumir dívidas como essa, mas se utilizasse apenas recursos próprios teria de esperar mais um ano para me capitalizar e fazer a ampliação."

Oliveira não poderia esperar. Até mesmo parte da produção de própolis da Mackilani, que era exportada para o Japão, foi desviada para o mercado nacional neste ano. "O consumo de própolis cresceu no Brasil, enquanto o preço lá fora caiu. "Era a melhor hora para apostar no mercado nacional e investir no entreposto", diz o empresário. ■

ESPECIAL PCP ANO V

A pequena empresa na economia nacional

Governo e iniciativa privada se estruturaram para apoiar a criação e a sobrevivência das pequenas empresas

Rita Karam
São Paulo

Quando o semanário Por Conta Própria foi lançado, em meados de 1994, a micro e pequena empresa surgia como alternativa ao desemprego e a necessidade de gerar tecnologia num País que partia para novos desafios: o de sobreviver com as portas abertas ao mercado internacional e o de continuar caminhando rumo à estabilidade econômica.

A conscientização da importância dessas empresas no novo cenário nacional, que resultou em sua inclusão nas pautas de discussões do País, é o maior ganho que o segmento contabiliza de lá para cá.

Foi a partir daí que se criou o Simples — Sistema Simplificado de Recolhimento de Impostos Federais. Desde seu lançamento, no início de 1997, mais de 2,1 milhões de empresários optaram pelo novo sistema e alguns estados também já começaram a aderir. Foram criados também diferentes programas com o objetivo de estimular exportações e apoiar empreendimentos, inclusive informais e rurais.



Caso do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) coordenado pelo Ministério do Trabalho, que repassou, de janeiro de 1995 a julho deste ano, R\$ 1,3 bilhão para o setor urbano e R\$ 2 bilhões para o rural. Outras linhas de crédito para investimento e capital de giro também surgiram com recursos estatais.

Já quanto às exportações, uma pesquisa feita pelo Sebrae nacional com quase 800 empresas mostrou que mais da metade exporta e dessas, 40% começou as vendas para o mercado externo há cerca de cinco anos. Alguns passos foram dados também para agilizar a abertura de empresas, como por exemplo o Nasce — Núcleo de Apoio e Serviços à Criação de Empresas de São Paulo — implantado pelo Sebrae em São Paulo.

Não há registros exatos sobre o número de micro e pequenas empresas existente no País, mas dados coletados pelo Sebrae nacional mostram que em 1997 foram constituídos 533 mil empreendimentos. Somando os números, a partir de 94, são



Sylvio Goulart Rosa Júnior

mais de dois milhões de empresas de pequeno porte.

Um estudo do professor e consultor do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpi), Sildo Otto Koprowski, cruzando dados da junta comercial com os pontos de instalação de eletricidade, mostra que em 94 existiam em São Paulo 920

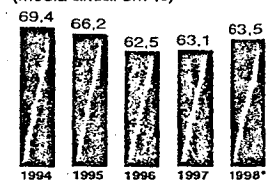
mil empresas. Em 98, esse número subiu para mais de um bilhão. O problema é que não se sabe quantas fecharam.

Pesquisa do Sebrae em Minas Gerais detectou que o dado que se convencionou a usar, o de que 80% das micro e pequenas empresas fecham no primeiro ano de vida, não está correto. Os números são altos, mas muito inferiores a esses. No primeiro ano, 46% das empresas fecham, e no segundo, 53%. O Sebrae está agora estendendo o levantamento para outros estados.

Para Koprowski e para o presidente do conselho do Sebrae em São Paulo, Sylvio Goulart Rosa Júnior, o processo de expansão das pequenas empresas no País está no início e, boa parte dos passos mais importantes que ainda precisam ser dados dependem do governo. Melhorar o crédito e reduzir a burocracia são, na avaliação de Rosa Júnior, as principais necessidades

Nível de atividade

Utilização da capacidade (média anual em %)



*relativa às regiões metropolitanas de São Paulo, Rio, BH, Porto Alegre, Recife, Salvador e Curitiba. Fonte: Sebrae

para alavancar o segmento.

“É tanta lei e muda tanto que é difícil a um pequeno empresário atender todas as exigências”, lamenta Rosa Júnior, considerando que a simplificação em geral — da constituição da empresa até a tomada de crédito — é peça chave para o crescimento das micro e pequenas. Ele acredita que, embora já existam mais recursos e produtos de crédito para o segmento, é preciso dinheiro para estimular a produção, com taxas compatíveis. Rosa Júnior alerta que os empresários também precisam fazer sua parte, se organizando e aprendendo a fazer um plano de negócios. “É difícil, chato e demorado” mas ajuda na administração e na obtenção de crédito. ■

Serviços são ampliados e atendem novas áreas

Fabiana Biscaro
São Paulo

O Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa mantém 27 agências e 520 pontos de atendimento em todo o País. Entre os serviços oferecidos estão o Programa de Emprego e Renda (Proder), Fundo de Aval e Bolsa de Negócios.

Criado há quatro anos, o Proder levanta as vocações econômicas regionais e promove treinamentos dirigidos. Cerca de 1,5 mil cidades já foram atendidas e 21 mil novos empregos foram abertos por 7,5 mil empresas capacitadas pelo programa. O Sebrae participa com até 75% do valor total de cada programa — que custa cerca de R\$ 45 mil.

Para apoiar as exportações, o Sebrae começou a desenvolver, há três anos, o Fundo de Aval.

Sua função é facilitar o crédito garantindo até 50% do valor dos empréstimos (com limite de aval de R\$ 72 mil). Até hoje, o Fundo avalizou R\$ 126 milhões de um total de R\$ 266 milhões utilizados em 7.809 operações de crédito. Em novembro de 1997, o Sebrae Nacional passou a responder pela Agência de Promoção de Exportações (Apex). Em parceria com os Sebraes estaduais e entidades de classe, a Apex também visa incentivar as exportações.

O Sebrae também criou a Bolsa de Negócios, um serviço informatizado de troca de informações entre empresas. Lançou o PMEplus com profissionais especializados em desenvolver potenciais mercados para exportação. Há cinco anos, a entidade lançou o Programa Sebrae de Turismo que, só no ano passado atendeu 44 mil empresas. ■

INDÚSTRIA

Nos trilhos da recuperação

Frateschi se equilibrou entre abertura e mudanças no câmbio

Primeiro foi a abertura comercial, que pegou de calças curtas a fábrica de trenzinhos elétricos Frateschi, de Ribeirão Preto (SP). Depois, a queda do câmbio sacrificou parte do faturamento vindo das exportações. Isso foi há quatro anos, quando a empresa era uma das primeiras a ter sua história contada pelo semanário Por Conta Própria. De lá para cá, a recuperação veio lentamente, com a ajuda de um programa de qualidade total.

As vendas da Indústria Reunidas Frateschi, que chegaram a R\$ 1,5 milhão em 1989, foram parar na casa dos R\$ 560 mil em 1994. No ano seguinte, a empresa iniciou o programa de qualidade total. “Tivemos de acordar em 1995. Introduzimos uma no-



Frateschi: ajuda da qualidade total

va filosofia de gestão”, diz o empresário Celso Frateschi.

A redução de perdas e refugos, a economia de energia elétrica e a redução do quadro de funcionários de 56 para 28 pessoas, foram algumas das ações realizadas. Graças a elas, o faturamento saltou

para R\$ 690 mil, em 1995, e se manteve nesse patamar durante os anos seguintes.

Ao longo desse período, as exportações não foram abandonadas. Elas se mantiveram entre 25% e 30% das vendas da empresa e retomaram seu fôlego com a alta do dólar. Os países que compram os trenzinhos da Frateschi são Argentina, Nova Zelândia e Estados Unidos.

Agora, Celso Frateschi lança mão de uma estratégia para engordar a receita. Nesse ano, o empresário criou um novo segmento, o de injeção de peças técnicas para terceiros. Hoje, a atividade responde por cerca de 8% dos negócios da Frateschi e a projeção é de que alcance os 25%, até 2005. ■

(FB)

Crédito Popular Solidário

Estatísticas das diversas instituições que pesquisam os níveis de emprego na Grande São Paulo têm trazido dados alarmantes. Estima-se que haja mais de 1 milhão e 700 mil desempregados na região. Além disso, segundo a Fundação Seade/Diecse, um trabalhador leva nove meses, em média, até encontrar uma nova ocupação. Há um consenso que parte desse desemprego é estrutural, fruto das transformações decorrentes da globalização e das mudanças do processo de trabalho.

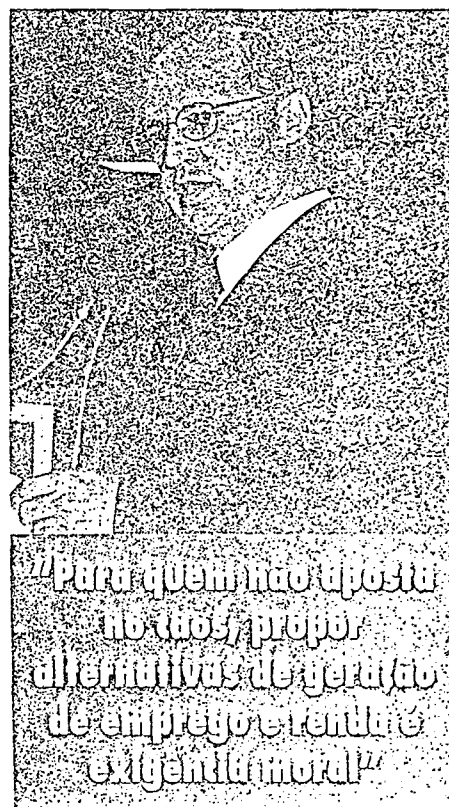
Em recente seminário sobre emprego e renda realizado na Câmara Municipal de São Paulo, o economista e pesquisador da Universidade de Campinas (Unicamp), Márcio Poelunann, garantiu que o desemprego veio para ficar. Pior que isso só a constatação de que o Governo Federal não tem um projeto efetivo para contornar essa crise, que se acentua cada vez mais. Tal situação se torna bastante crítica ao se considerar os dados apresentados pelo economista. Hoje em dia, existem 23 milhões de pessoas trabalhando com carteira assinada, número idêntico ao registrado em 1980. Ou seja, passados 18 anos, verifica-se um acirramento dessa questão. Muito embora tenha aumentado a quantidade de pessoas que ingressam no mercado de trabalho, as vagas disponíveis não seguem essa mesma proporção. Assim, o que acontece (e continua acontecendo) é uma retração na oferta de trabalho.

Para quem não aposta no caos, propor alternativas de geração de emprego e renda é exigência moral. E essas alternativas existem e vêm demonstrando sua viabilidade em todo o País. Uma delas é a criação de instituições comunitárias de crédito, que se convencionou denominar de banco do povo.

Há uma parcela enorme de brasileiros que não consegue acesso ao crédito bancário. As instituições bancárias exigem garantias que a maior parte dos

microempreendedores não consegue viabilizar. A opção acaba sendo a obtenção de crédito junto aos agiotas, que cobram juros extorsivos. O direito de acesso ao crédito para viabilizar seu próprio negócio deve ser entendido como um direito de cidadania.

Iniciativas desse tipo vêm sendo desenvolvidas em cidades de grande e médio porte, como Porto Alegre/RS, Juiz de Fora/MG e Lajes/SC, e também em pequenas cidades nordestinas. Em



todas as iniciativas, identifica-se a manutenção e a geração de novos empregos, a migração dos microempreendedores da economia informal para a formal e a geração de renda em outros setores da cadeia produtiva, decorrentes da ampliação dos pequenos negócios. Os valores médios dos créditos fornecidos pelos diversos programas variam de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00.

Ao praticar taxas de juros fixas, perto de 3,5% ao mês, e assegurar o empréstimo baseado no aval solidário, com grupos de quatro a sete pessoas se responsabilizando pelo pagamento do crédito coletivo, os programas vêm mantendo níveis de inadimplência bem inferiores aos do sistema bancário.

O projeto Vivacred, desenvolvido na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, apresenta uma inadimplência de menos de 1% do total de recursos emprestados. Significativa também tem sido a adesão de setores empresariais privados no apoio a esses programas. As experiências do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores (Ceape) no Espírito Santo e da Associação Comercial e Industrial de Lajes demonstram que grandes grupos empresariais podem assumir práticas cidadãs, ao apoiar os pequenos empreendedores.

É chegada a hora da cidade de São Paulo implantar o seu programa de crédito produtivo popular. Projeto de Lei que autoriza o Executivo a aportar recursos para a criação de uma associação civil ideal, denominada Crédito Popular Solidário, apresentado por nossa iniciativa parlamentar, foi aprovado em primeira votação na Câmara Municipal em junho de 1997 e, desde então, aguarda a segunda votação. Nesse período, várias cidades e Estados já estruturaram os seus programas, beneficiando milhares de cidadãos e gerando em média dois empregos por crédito fornecido.

O Legislativo e o Executivo paulistanos não podem se omitir em relação à criação de programas de crédito para pequenos empreendedores. Se os programas de crédito produtivo popular se viabilizaram em todo o Brasil, por que não implantá-los onde a crise do emprego é mais aguda? □

*Carlos Neder é vereador pelo PT/SP, médico sanitário e membro da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho na Câmara Municipal de São Paulo.

Banco do Povo ganha novas unidades

O Banco do Povo ganha este mês mais três unidades no Estado: em Porto Ferreira, Jacareí e Caieiras. Desde setembro, o Banco do Povo já liberou mais de R\$ 235 mil de crédito em Santo André, Presidente Prudente e Registro para empreendedores formais e informais. Um exemplo é a empresária Mônica Siniceyn, que procurou os agentes do Banco do Povo em Santo André. Ela montou, há oito anos, a Cem Idéias, que produz a cada mês cerca de 50 conjuntos de café, chá e porcelana com pinturas personalizadas. A crescente demanda fez com que passasse a vender também para lojistas. Para viabilizar esse "passo" solicitou empréstimo no Banco do Povo. "Lá foi tudo rápido e facilitado, com tratamento diferenciado das outras instituições", lembra a empresária. Com os R\$ 500,00 obtidos em outubro, ampliou o estoque de sua matéria-prima e já aumentou sua produtividade em 80%.

"Com essas condições de financiamento e menos burocracia, fica muito mais fácil para o empresário investir em seu negócio e gerar empregos", ressalta o presidente do Sebrae-SP, prof. Sylvio Goulart Rosa Júnior.

Agentes do BNDES apoiam a população de baixa renda na criação de meios de elevar os ganhos

SUZANA SANTOS

RIO — O microcrédito ganha, a cada dia, mais força no desenvolvimento de municípios e regiões. Vários projetos de estímulo a atividades econômicas de subsistência da população de baixa renda, sem acesso ao sistema bancário, proliferam por todo o País com a atuação de agentes treinados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Pessoas sem renda conseguem hoje pedir de R\$ 100 a R\$ 5 mil para iniciar um serviço de autônomo, como camelô, pintor e costureira, por exemplo.

Os agentes de crédito foram preparados para avaliar pedidos de empréstimo de pessoas que não têm como comprovar capacidade de pagamento do dinheiro solicitado. Ou seja, analisam pedidos de pessoas que precisam, por exemplo, de R\$ 100 para comprar cerveja para revender na praia, com o objetivo de ganhar dinheiro para o sustento.

Esses agentes atuam ligados a Organizações Não-Governamentais (Ongs), aos governos de municípios ou Estados que têm convênio com o Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDES. Eles buscam entender as necessidades da população e atuam até como orientadores para as pessoas de baixa renda que pedem empréstimo, esclarecendo dúvidas também sobre as atividades econômicas.

O balanço de um ano do programa mostra que foram concedidos 155,5 mil empréstimos de julho do ano passado a julho deste ano em todo o País. Esse número de microcréditos é considerado um bom resultado pela diretora da Área de Desenvolvimento Regional e Social do BNDES, Beatriz Azeredo.

A técnica do BNDES informou que a instituição já aprovou R\$ 36,5 milhões para as linhas alternativas de investimentos destinados à criação de empregos e renda. Esse montante condicionou contra-partida de aporte de recursos dos Estados, municípios, setor privado e entidades internacionais de financiamento no valor de R\$ 28,6 milhões. O total de R\$ 65,1 milhões garantiu a concessão dos 155,5 mil créditos. O valor médio dos empréstimos é de R\$ 1,2 mil.

O programa do BNDES, que surgiu a partir de uma iniciativa do Programa Comunidade Solidária, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso, dá apoio a 23 Ongs em todo o Brasil, entre elas a Porto Sol (Porto Alegre), Viva Cred (Rio), Banco da Mulher (Paraná), Casa do Empreendedor (Londrina) e a Blu Sol (Blumenau) e a um fundo estadual na Bahia, que atende 18 municípios. Todas as instituições têm agen-



Maria Madalena Pires (à dir.), em frente à agência do Viva Cred: "Cansada de trabalhar para os outros"

tes para analisar a situação de quem precisa de dinheiro.

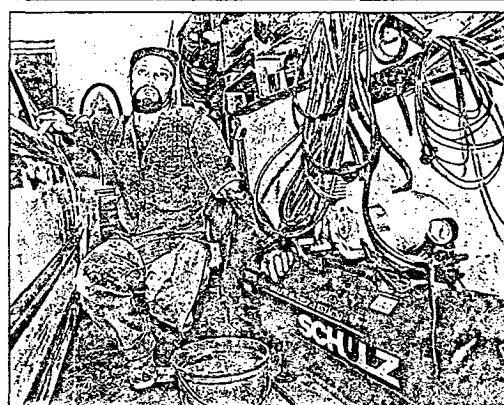
Além dos R\$ 36,5 milhões já liberados pelo BNDES para as entidades repassadoras, outros recursos já estão praticamente disponíveis, segundo Beatriz.

A perspectiva da técnica é que no curto prazo sejam liberados mais R\$ 12,2 milhões para o Programa de Crédito Produtivo Popular, montante que deve exigir uma contra-partida no mesmo valor. O recurso do BNDES é originado do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As Ongs estão enquadradas na linha BNDES Solidário, que prevê a participação do banco com até 75% do valor que as Ongs ou instituições multilaterais, como Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), têm em caixa para empréstimos. O teto de financiamento do BNDES é de R\$ 3 milhões por entidade.

A linha do BNDES para os empréstimos para a população de baixa renda é específica e tem taxa de retorno muito baixa. O custo do dinheiro repassado para as Ongs, que, com a autorização do Banco Central, podem fazer empréstimos, é de cerca de 11% ao ano, que é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O prazo de pagamento é de oito anos, além dos seis meses de carência. O repasse para a população sai com taxa de juros de cerca de 3,9% ao mês, como no Viva Cred, por exemplo.

O BNDES Trabalhador, que está vinculado à participação governamental, no âmbito municipal ou estadual, define que a instituição entrará com até 60% do valor do fundo constituído para empréstimos destinados a microempreendedores. O fundo deve ter 30% de recursos do Estado e mais 10% de dinheiro do município que aderir ao programa. O custo do dinheiro do BNDES é a TJLP. O prazo de carência é de nove meses e de pagamento, de sete anos.



Silva: R\$ 400 reais para comprar um compressor para sua oficina

Moradores da Rocinha, no Rio, recorrem ao Viva Cred

RIO — Morador da Rocinha, desde que nasceu há 36 anos, Luiz Cláudio Silva, pintor de carros, estava eufórico com dois serviços já garantidos no início do mês. Assegurava, assim, uma renda de R\$ 800 para o sustento e também para uma reserva. Mas o compressor de pintura quebrou, tirando seu sono. No desespero e sem poder correr o risco de perder o trabalho contratado, comprou um novo equipamento, financiado com juros de 10%. Aconselhado por amigos, foi ao Viva Cred pegar dinheiro emprestado, com taxa de 3,9% ao mês, para poder antecipar as prestações do compressor e fugir dos altos juros.

Silva não foi feliz na antecipação do pagamento dos R\$ 572 do compressor porque a financeira não abateu os juros incluídos nas parcelas. O pintor não esmoreceu. O crédito do Viva Cred o estimulou a investir mais no trabalho para ganhar agilidade e ampliar a clientela. Ele usou R\$ 120 dos R\$ 400, obtidos na entidade da Rocinha, para comprar duas pistolas de pintura, que servem de assessorio para o compressor.

O pintor, que já tem duas outras pistolas, poderá usar uma pa-

ra cada tipo de tinta, tornando o serviço mais ágil. Com o restante, quitou uma parcela da dívida com a financeira e comprou um uniforme de trabalho. "Quero melhorar a minha aparência e poder atender melhor a clientela." Silva teve de pagar ainda 5% de taxa de fiança sobre o valor emprestado pelo Viva Cred. Ele pagará o crédito em seis meses.

Outra microempresária da Rocinha beneficiada pelo Viva Cred foi Maria Madalena Pires, a Mada. Aos 53 anos, "cansada de trabalhar para os outros", ela montou, há dois anos, um mercadinho. Satisfeita com os resultados e já experiente no ramo, sabe que esta é a hora de investir para aproveitar a chegada do verão, quando o movimento aumenta. Mada já vende doces, refrigerantes, cerveja, macarrão. Agora quer oferecer também sorvetes. "A procura no verão aumenta muito." Mada solicitou R\$ 2 mil ao Viva Cred para comprar mercadorias. Em três dias, o crédito é liberado no Viva Cred, associação civil sem fins lucrativos, que desde abril de 1997 empresta de R\$ 100 a R\$ 5 mil mesmo para pessoas que não tenham acesso ao sistema bancário. (S.S.)

PROGRAMA
CONTA
COM A
PARTICIPAÇÃO
DE ONGS NA
ANÁLISE DOS
EMPRÉSTIMOS

Microcréditos ajudam atividades de subsistência

Data: 23.10.98 06:55
Folha: 108
Pág: 10
Vila Rica
GUIA DA MICROEMPRESA

Prefeitura de Porto Alegre é pioneira, com a Portosol

Folha n.º = 177 = do prelo
n.º PL-176 do 19 97
ANA PAULA K. RIZ
Oficial Legislativo

Entidade gaúcha sai às ruas para divulgar suas atividades e oferecer crédito à população

WÁLMARO PAZ

Especial para o Estado

PORTO ALEGRE - A prefeitura da capital gaúcha foi pioneira na criação de uma instituição comunitária de crédito, a ICC Portosol. Por isso, a cidade foi escolhida como sede do seminário Crédito Popular e a Metodologia Portosol, que lotou o auditório do Banco Central, em Porto Alegre.

"Em um ano e meio de existência, já pudemos verificar um desempenho altamente positivo", afirmou o prefeito Raul Pont, na abertura do evento. A representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ana Lúcia Paiva Dezolt, anunciou uma parceria para o ano de 1998 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). A nova diretoria das atividades da instituição dará, segundo ela, mais agilidade aos projetos que têm o caráter de fortalecer o papel privado e da sociedade civil, especialmente na criação de emprego e renda.

Aval solidário - O representante do Banco Mundial (Bird), John Garrison, lembrou que o recente surgimento de diversas iniciativas no âmbito do microcrédito no Brasil despertou o interesse da entidade pela atividade. Ele assegurou que existem, no mundo, 6 mil usuários, entre agências de microcrédito, que já se beneficiaram dos recursos do Bird - cerca de US\$ 16 milhões.

O coordenador do Projeto Novas Fronteiras do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Luiz

Antônio Gonçalves dos Reis, disse que o programa, criado há seis anos, e voltado ao Centro-Oeste, chega agora ao Sul com propostas dirigidas ao meio ambiente e à área rural. Ele revelou, no entanto, que o PNUD pretende oferecer sua tecnologia e pessoal técnico para o desenvolvimento de bancos virtuais, que possam ajudar na especialização de metodologias como a da Portosol.

A instituição fornece crédito por meio do sistema de aval solidário para pequenos e microempresários, além de manter um serviço de orientação financeira para promover o desenvolvimento dessas empresas. O limite máximo de crédito é de R\$ 10 mil e pode ser de financiamento para equipamentos ou, até mesmo, de capital de giro.

A Instituição Comunitária de Crédito Portosol tem 23 funcionários, 17 deles agentes de crédito que visitam os bairros para

captar clientes. Segundo a diretora-executiva, Jane Barcellos, semanalmente, boa parte da equipe sai a campo com os dois veículos, um Gol e uma Kombi, percorrendo os diversos bairros

da cidade. Nesses locais, as pessoas são convidadas pelo altofalantes a se aproximar para obter informações sobre o microcrédito, enquanto outros agentes percorrem as ruas, divulgando a ICC, de porta em porta.

Os candidatos ao crédito da Portosol devem preencher os seguintes requisitos: exercer a atividade por mais de seis meses no mesmo ramo, no mercado formal ou informal; empregar menos de dez funcionários; e o patrimônio deve ser inferior a R\$ 50 mil. As prestações são fixas e a taxa de juros é de 3,5% ao mês, aplicada sobre o saldo devedor. O limite de crédito é de R\$ 5 mil para capital de giro e de R\$ 10 mil no financiamento de capital fixo.

PROGRAMA
BRASILEIRO
ATRAIU
O BIRD

OGSTSP.

Banco do Nordeste obteve bons resultados

Instituição já fez 20.205 operações de crédito para microempresários, com baixíssima inadimplência

RODOLFO SPINOLA
Especial para o Estado

FORTALEZA – O Nordeste está fazendo uma experiência com um tipo de crédito que tem apresentado resultados bastante positivos. É o Credamigo, uma linha criada em janeiro pelo Banco do Nordeste para quem não tem acesso aos bancos, como borracheiros, ambulantes, pipoqueiros, marceneiros, pequenos lojistas e fabricantes de uma infinidade de produtos de consumo.

De acordo com o presidente do Banco do Nordeste, Byron Queiroz, uma pesquisa realizada no ano passado em cinco Estados da região constatou que esses microempreendedores tinham como principal fonte de financiamento os agi-

tuos mais elevados que as do mercado de crédito formal.

A partir dessa constatação, o banco resolveu apoiar os microempresários nordestinos. “Ao criarmos o Credamigo, instalamos 50 agências na região exclusivamente para esse segmento”, disse Queiroz. Segundo ele, em sete meses de operação, essas agências realizaram 20.205 operações de microcrédito, num total de R\$ 12,5 milhões. “Até o fim do ano, pretendemos estar com 130 mil operações fechadas, com aplicação de R\$ 55 milhões.”

A meta do banco para os próximos quatro anos, contou Queiroz, é aplicar R\$ 300 milhões, num universo de 500 mil operações. O presidente do Banco do Nordeste revelou que o programa é inspirado em experiências semelhantes na Bolívia, Colômbia, no Chile e na Indonésia. Ele assinalou que o Credamigo não tem caráter assistencialista, porque independe de fontes oficiais. Os recursos são captados no mercado e repassados a juros de mercado, de 5% ao mês, e prazo de

no máximo 90 dias, com reembolso em prestações quinzenais, de modo a garantir a continuidade e a expansão dos financiamentos.

Para ingressar no Credamigo, o microempreendedor preenche um formulário de solicitação de empréstimo para, depois de alguns dias, receber a visita de um assessor de crédito. Ele verificará as condições do empreendimento, as necessidades e a capacidade de pagamento do cliente.

Depois do primeiro empréstimo, o cliente, desde que seja bom pagador, se habilita a receber novos créditos, em quantias sempre mais elevadas, até chegar a um ponto em que ele, automaticamente, passe a utilizar de outros programas do sistema formal, como empresa.

Segundo Queiroz, não é exigido que o tomador do empréstimo te-

nha firma constituída ou apresente bens em garantia. “Adotamos um sistema de garantia solidária, quando o interessado forma um grupo de três a sete pessoas de sua confiança que tenham um pequeno negócio próximo do seu e necessitem de crédito. “Nestes primeiros sete meses, nossa taxa de inadimplência é baixíssima.”

No Mucuripe, bairro portuário de Fortaleza, a experiência do Credamigo é sucesso. O vendedor de peixes Antônio Carlos Soares, por exemplo, juntou

se a três amigos, donos de uma marmitaria, de um bar e um armário. Em menos de uma semana eles receberam o dinheiro, aumentaram seus estoques e até diversificaram os seus produtos. Antônio já renovou duas vezes o empréstimo. Com ele, dobrou a venda de peixes e já trabalha com outros produtos.

GARANTIAS
SÃO
OFERECIDAS
POR GRUPOS

OGSTSP.
23-08-98
B-10

FINANCAS

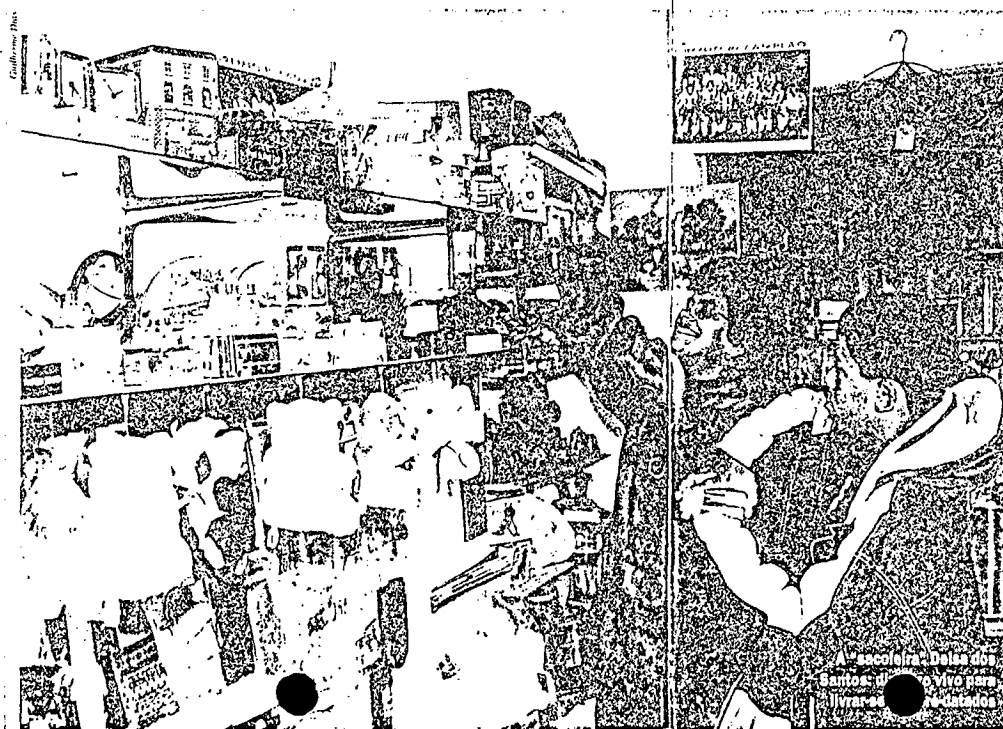
Rápido e sem complicação

Instituições livres de burocracia, os "Bancos do Povo" espalham-se pelo País e prometem levar crédito fácil e barato ao micro e pequeno empresário

► Mauricio Bittencourt

Dona Delsa Terezinha dos Santos vende roupas porta-a-porta há mais de 15 anos na Vila Restinga, zona sul de Porto Alegre. "Sufoco grande para cobrir os prédios", diz, sobre a necessidade de dinheiro vivo para comprar seus produtos à vista. Bateu às portas da Caixa Econômica Federal e do Banrisul, e deles saiu chocada com os altos juros e a lista de exigências para uma microempresária. Dona Delsa foi conseguir dinheiro no Portosol, da prefeitura de Porto Alegre. Esse tipo de instituição financeira, mais conhecida como "Banco do Povo", espalha-se pelo País. Dona Delsa recebeu a visita de um agente de crédito e duas semanas depois foi abastecer seu estoque com R\$ 1.600,00 na mão — a juros e prazos razoáveis. Obteve depois mais R\$ 2.200,00 e prepara-se para o terceiro empréstimo. "O dinheiro foi de muita ajuda para o crescimento de meu negócio", diz. Com recursos de R\$ 5,5 milhões, o Portosol concedeu mais de 3 mil empréstimos em seu ano e meio de existência.

Segundo o presidente do banco, José Eduardo Utzig, "o desenvolvimento do município depende da geração de emprego e renda, do crescimento das mi-



cro e pequenas empresas. O Portosol está cumprindo esse papel", afirma.

Agentes - O Banco do Povo surgiu em Bangladesh (sudeste asiático) na década passada, como alternativa a empreendedores informais que não conseguiriam empréstimo em instituições tradicionais. A ideia se baseia na estreita proximidade entre o representante do "banco" e seu cliente, o que diminui a burocracia. Os empréstimos são de pequeno valor, geralmente destinados a capital de giro ou investimento; a juros baixos. Hoje, o Banco do Povo é visto como um dos caminhos para combater o desemprego. Na América Latina, há bancos assim na Bolívia, Colômbia e Chile. No Brasil, os pioneiros — Portosol, de Porto Alegre e BRB-Trabalho, do

Distrito Federal — abriram as portas há cerca de ano e meio.

"O BRB-Trabalho tem hoje 1.649 empréstimos em andamento, com média de R\$ 1.432,00 por empréstimo", conta Sueli Touguinha, representante do BRB no Comitê de Crédito do Fun-sol, fundo do governo do DF criado em 95. Formado por representantes das Secretarias do Trabalho, da Fazenda, da sociedade, além do próprio banco, o Comitê é responsável pela liberação dos empréstimos após estudo das propostas por agentes e analistas de crédito. Os empréstimos mínimos iniciais são de R\$ 700,00 (juros de 3,05% ao mês) para capital de giro e R\$ 2.500,00 (juros de 1,6% ao mês) para investimento. Segundo Sueli, na apreciação da proposta são considerados critérios como desempenho no empréstimo anterior. O bom pagador ganha mais tempo para pagar, acima dos três meses, sem carência, para capital de giro e dez meses, com três de carência, para investimento. Além de cinco anos de residência no Distrito Federal e avalista, como última exigência para a concessão do crédito é obrigatória a participação do novo empreendedor no curso de 8 horas em gestão empresarial oferecido pela Secretaria do Trabalho (DT).

Em Juiz de Fora (MG), houve a primeira oficina para formação de agentes de microcrédito, organizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Tão importante quanto conceder crédito é saber a hora de negá-lo", afirma a especialista em microcrédito e consultora do BNDES Evan-da Kwitko, uma das organizadoras do curso mineiro. Ela se refere ao preparo necessário do agente de microcrédito para avaliar corretamente um negócio que, na maioria das vezes, é informal. "A administração dessas empresas é empírica", diz. "O agente deve saber avaliar se o compromisso de pagamento vai ajudá-la ou afundá-la".

Uma das novidades dos "Bancos do Povo" é o aval solidário — empréstimos para pequenos grupos onde os participantes são avalistas entre si. No Ceará, a Fundação Caixa do Povo concede este tipo de empréstimo há um

ano. Os valores variam de R\$ 300,00 a R\$ 3 mil, com prazo de 90 dias para pagamento e prestações quinzenais. "Para o pessoal de baixa renda, a palavra vale mais do que hipoteca", garante o presidente da Caixa do Povo e do Banco do Estado do Ceará (BEC), José Monteiro Alencar. O sistema é simples: o tomador de empréstimo procura o representante da Caixa do Povo, que pode ser o gerente do Banco do Brasil (BB) ou do BEC em sua cidade. Encaminhadas as propostas de pelo menos 50 potenciais clientes de uma localidade, o agente de crédito se desloca de Fortaleza e visita a comunidade, casa a casa. Segundo Alencar, "isso garante a baixa inadimplência, que hoje está na faixa de 12%".

Paroquial - Em Apuíarés, cidade de 11 mil habitantes a 112 km de Fortaleza, 103 grupos (515 pessoas), já se beneficiaram dos empréstimos da Caixa do Povo. Segundo a vice-prefeita Maria de Mel Alves Lopes (PSD), são pelo menos mil pessoas envolvidas direta ou indiretamente com os empréstimos (10% dos moradores). A cidade possui quatro núcleos da Caixa do Povo, onde são feitas as propostas de empréstimo, pagamentos e recebimentos. Os locais são próximos: dois em escolas, outro num salão paroquial e o mais recente na casa da vice-prefeita. "O comércio melhorou muito, as pequenas lojas hoje têm mais mercado, várias hortas comunitárias foram criadas depois da chegada da Caixa do Povo", comemora Maria de Mel.

O BNDES tem seu Programa de Crédito Produtivo Popular, para autônomos, empreendedores do setor informal e microempresários. O programa tem duas vertentes: o Solidário, com verbas de R\$ 50 milhões, operada por Organizações Não-Governamentais — ONGs, e o BNDES Trabalhador, com R\$ 150 milhões disponíveis. O gerente do Departamento de Trabalho do banco, Pedro Duncan, explica que o Solidário pode ser criado diretamente nos municípios médios e grandes. "A cidade precisa ter pelo menos 300 mil habitantes, criar a sua ONG, ou unir-se a alguma, de comprovada atuação na área do crédito popular". Aprovadas as condições da

parceria, o BNDES entra com a mesma quantidade investida pela ONG, duplicando o capital inicial do programa. Já o Trabalhador foi concebido para chegar, via governo estadual, às pequenas cidades sob condições de criar uma ONG para administrar um fundo municipal de crédito.

O Fap (Fundo de Apoio ao Empreendedorismo Popular), de Juiz de Fora, prevê que o primeiro empréstimo seja concedido em agosto. Segundo o prefeito, Marcílio Delgado (PSDB), o fundo conta com R\$ 2 milhões, divididos entre recursos de empresas da cidade e mais R\$ 1 milhão do programa Solidário, do BNDES.

Estamos vivendo um momento de muito desemprego, principalmente em função da queda da atividade das malharias, que enfrentam a concorrência desigual dos importados", diz o prefeito. O Fap funcionará no novo prédio da Caixa Econômica Federal (CEF), que cedeu o espaço, mobiliário e telefone em troca do depósito dos R\$ 2 milhões em suas contas. Os empréstimos vão de R\$ 200 a R\$ 5 mil para capital de giro e até R\$ 10 mil para investimento.

Em Londrina (480 km de Curitiba), o Fundo do Desenvolvimento Econômico e Social será formado com R\$ 1 milhão originários do lucro da Sercontel, empresa municipal de telecomunicações. Segundo o vice-prefeito Alex Canziani (PTB), "o estatuto da ONG que vai administrar o fundo está em andamento, e esperamos a aprovação para conseguirmos o apoio do Programa BNDES Solidário", diz Canziani. O nome já foi escolhido: "Casa do Empreendedor".

Outro papel que pode ser representado

por estas instituições é o de dinamizar a economia da cidade e incentivar os trabalhadores a voltar para o mercado formal. Em Belém, o prefeito Edmilson Rodrigues (PT) quer revitalizar a abalada economia municipal com o Fundo de Solidariedade, em fase de criação. "Temos mais da metade da população economicamente ativa no setor informal", conta. "São aproximadamente 400 mil pessoas, incluídas as 200 mil donas-de-casa".

Populares - Rodrigues explica que a capital ressentiu-se da perda de 27 mil vagas na construção civil desde 1989. Mas o golpe mais sentido foi a queda de 25% na arrecadação do ICMS em 1996, devido ao fim da taxa sobre produtos primários exportados. Não é à toa que o prefeito preocupa-se tanto em trazer o mercado informal para as luzes da lei. "O processo de desinformalização da

economia é fundamental para nós". A prefeitura já está em contato com o BNDES e quer recursos do banco para o "Ver o Sol", nome do futuro Banco do Povo municipal.

No Estado de São Paulo, o embrião de uma instituição nos moldes do BNDES Trabalhador está sendo formado. O Estado criou o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular, um dos requisitos para o programa. Com a regulamentação do Conselho que orienta o Fundo, é prevista para breve a abertura de créditos. O BNDES garante 60% dos recursos e uma fatia de 20% sai dos cofres do Tesouro Estadual. "Os outros 20% serão investidos pelos municípios", explica o secretário estadual do Emprego e das Relações do Trabalho, Walter Barelli. O BNDES Trabalhador, que dá apoio às iniciativas estaduais de Banco do Povo, exige a criação da Comissão Estadual de Emprego e das Comissões Municipais de Emprego (CME) em pelo menos 10% dos municípios do Estado. Em São Paulo, 67 CME foram criadas até agora, o que supera o percentual exigido pelo BNDES.

As prioridades de cada município serão definidas pelas comissões municipais, em conjunto com o agente regional do "banco". Barelli revela que esses bancos serão bem acessíveis. "Alguns dos critérios para a concessão de crédito serão semelhantes aos das lojas populares, desburocratizados". O próximo passo é a escolha de cidadãos-piloto, "possivelmente uma em cada região do Estado", adianta Barelli. **db**

Colaborou: Neusa Ribeiro (Porto Alegre)



Marcílio Delgado, prefeito de Juiz de Fora



Walter Barelli, secretário de Trabalho e Relações do Trabalho em São Paulo



Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém



Alex Canziani, vice-prefeito de Londrina



Eduardo Caldas

Programas de Créditos Produtivos Populares são armas eficientes contra o desemprego e podem trazer desenvolvimento para o País

Banco dos pequenos

Vivemos atualmente uma crise mundial de desemprego. Recentemente, a ensaísta francesa Viviane Forrester escreveu um livro, "O Horror Econômico", que trata desse assunto. Segundo a autora, os postos de trabalho destruídos não serão recriados em outros setores na mesma proporção. Ao mesmo tempo, o impacto psicológico desse desemprego anestesia os indivíduos, tornando-os apáticos.

No entanto, remando contra este quadro funesto, os *policy makers* criam e redescobrem mecanismos de aumentar os postos de trabalho (política ativa de emprego), como criação de postos diretos de trabalho, incentivo ao trabalho autônomo, incentivos à micro e pequenas empresas e facilitação de crédito.

Dentre essas políticas, uma das que mais se destacam são os Programas de Crédito Produtivos Populares, que se tornaram conhecidos em 1978, quando o professor Muhammad Yunus passou a emprestar dinheiro aos vizinhos pobres da Universidade que lecionava em Bangladesh.

No Brasil, colônias de imigrantes praticaram experiências de crédito rotativo ou poupança conjunta, espécie de avô dos créditos populares. Na década de 80, foi instituído em Jaraguá (GO), um programa de Desenvolvimento Econômico que financiava pequenos e micro empreendedores. Mais recentemente, outras experiências de crédito isoladas tomaram-se modelos nacionais: Portosol

(Porto Alegre Solidário), BRB - Trabalhador (Brasília) e Fundação Caixa do Povo (Ceará), além dos programas do BNDES, Trabalhador e Solidário. No Estado de São Paulo foi publicada a lei que cria o Fundo de Investimentos de Crédito Popular de São Paulo, tendo o município como "locus" de ação.

Podemos identificar alguns pontos em comum nessas experiências. O primeiro é cultural. Esses programas devem encurar o tomador de crédito como "cliente", e não como "pedido de dinheiro a fundo perdido". Deste modo, surge um círculo virtuoso no qual o cidadão consegue dar um salto qualitativo na busca de melhores condições de vida.

Do ponto de vista econômico, as experiências na América Latina mostram que é muito alta a produtividade do capital quando ele é aplicado, mesmo em pequenas doses, em microempresas que estavam privadas de recursos. Isso ocorre porque a adição de capital em setores com mão de obra intensiva faz com que a produção aumente proporcionalmente acima do investimento.

Eduardo Caldas é economista da Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Copam)

Alguns cuidados, no entanto, devem ser tomados. O programa deve ser profissional, sem assistencialismo. Além disso, deve ser acompanhado de cursos de capacitação que garantam a viabilidade dos projetos. Os *policy makers* locais devem estabelecer prioridades no sentido de formar correntes produtivas. Não podem financiar 20 costureiras e ao mesmo tempo duas vendedoras de roupas chinesas, pois são concorrentes diretos e se excluem. Se o favorecimento for das costureiras, a corrente será formada com o financiamento de vendedores do mesmo ramo, feiras para escoamento da mercadoria e outros. O mesmo exemplo vale para produtores caseiros de salgadinhos, que geralmente consomem trigo, farinha e demais matérias-primas dos produtores locais.

Outra medida que não pode ser negligenciada é com relação à comercialização da produção, por meio de convênios e contratos. Além disso, as licitações devem ter quotas de fornecimento que favoreçam a produção local.

A criação de cooperativas na qual a preferência de consumo seja de produtos dos próprios produtores também é uma boa iniciativa, principalmente no início, quando o ganho de eficiência ainda não é grande.

Essas medidas são fundamentais para garantir baixo nível de inadimplência, sustentando o programa. O resultado é a recuperação da confiança dos empreendedores, tornando esse indivíduo inicialmente "não-bancável" em "bancável". **db**

Publicação: CIDADES
Data: 108/97
Pag: 16-17-18-19

CAMARA MUNI IPAL DE SÃO PAULO
SFGI, juntado nesta ata para a informação rubricado sob
fôlha n. 181-23/12/98. c)

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 181 de proc.
n.º PL-176 de 1997
A. H. M. V. R. R. Z.
Oficial Legislativo

RECEBIDO

22 DEZ 1998

Murilo
PRESIDENTE

REQUERIMENTO

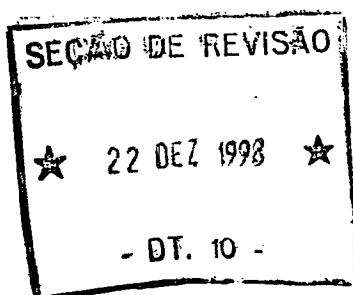
13 - RDS
13-3182/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1998

Carlos Neder
CARLOS NEDER

Vereador - PT



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEÇÃO, juntado nesta ^{para a informação} rubricado sob
fôlha n.º 182-23/12/98 (c)

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo.

Publicação: Gazeta Mercantil
Data: 17 / 12 / 98
Pág.: A-8

Falência é maior no comércio

Pesquisa mostra que só 42% sobrevivem ao primeiro ano de vida

Andréa Háfez
de São Paulo

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) do setor de comércio são as mais vulneráveis. De acordo com pesquisa realizada pelo Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a taxa de mortalidade das empresas comerciais é superior à média. Enquanto no comércio somente 42% das empresas chegam a completar o primeiro ano, a média verificada pelo levantamento feito junto a todos os setores é um percentual de sobrevivência de 64% nos 12 primeiros meses de atividades. No segundo ano, o índice de sobrevivência das

MPEs do comércio fica em 50%. Entre os setores que registraram melhor fôlego para sobrevivência, está o de serviços, onde no primeiro ano 74% das MPEs conseguem dar continuidade a suas atividades.

Os resultados apresentados ainda estão restritos às 1.362 empresas localizadas na Região Metropolitana de São Paulo. Mas o projeto prevê a conclusão da pesquisa em 1999 envolvendo 3 mil empresas dos setores comercial, industrial e de serviços. Do total, 45% estariam localizadas na Região Metropolitana do Estado e 55% no interior.

“Os resultados apresentados demonstram que o índice de 80% de mortalidade das pequenas empresas no primeiro ano de vida, normal-

mente divulgado, não é verdadeiro”, afirma o presidente do Sebrae/SP, Sylvio Goulart Rosa Júnior. “Apesar de 36% ainda ser uma taxa elevada, já mostra a capacidade desses empreendimentos de superar as dificuldades iniciais e seguir em frente.”

Dos 36% das empresas não sobreviventes ao primeiro ano de vida, na verdade, apenas 19% foram encontradas efetivamente desativadas. O restante, de 17%, não foram localizadas. “A falta da localização dessas empresas não quer dizer necessariamente que elas estão fechadas”, diz Goulart. Com isso, os pesquisadores identificaram uma taxa de mortalidade das MPEs compreendida entre uma taxa mínima, de 19%, e máxima de 36%.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

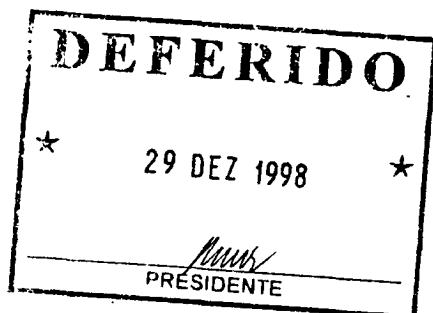
SEGUE(M) juntado(s) o(s) documento(s) rubricado(s) sob n.º 183 a 185, e a informação sob n.º 130.112.198.

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	= 183 =	de proa.
n.º	PL-176	de 19 97
A. KARRUZ		
Oficial Legislativo		



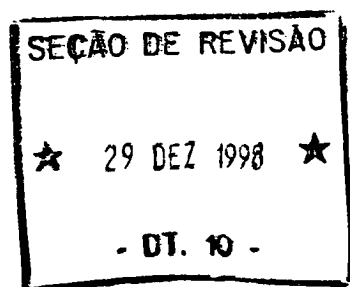
REQUERIMENTO 13 - RDS
13-3289/1998

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do *Projeto de Lei nº176/97*, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 29 de dezembro de 1998


CARLOS NEDER

Vereador - PT



Inadimplência afeta mais as pequenas

Pesquisa mostra que 47% delas apresentam mais de 9% de perda nos financiamentos.

Christiane Bueno Malta
de São Paulo

A inadimplência para a maioria das pequenas e médias empresas é elevada. Conforme pesquisa feita pelo Grupo Unidos — maior empresa de crédito e cobrança do País e sexta a nível mundial —, 47% dessas empresas possuem percentuais de perda acima de 9%. O diretor de informações da empresa, Júlio Shinohara, explicou que numa escala de zero a 10%, 9% é considerado um nível crítico. O mais aceitável seria uma perda em torno dos 3%.

A pesquisa, feita em outubro último, ouviu 263 empresas de pequeno e médio portes de vários estados. A participação de empresas da região-Sudeste foi maior, com 35% e, por ramo de atividade, o grupo de maior participação foi o de varejo de bens semi e não duráveis (49%).

Para Shinohara, o percentual elevado da inadimplência se deve à falta de estrutura adequada para uma análise de concessão de crédito, que identifique o mau pagador.

Outro motivo a contribuir para perdas tão elevadas é que a maioria

Credliário			
Recuperação*		Inadimplência*	
Parcela recuperada	Empresas	Credliário em atraso	Empresas
Até 25	25	Até 3	21
De 25 a 50	18	De 3 a 6	24
De 50 a 75	25	De 6 a 9	7
Mais de 75	32	Mais de 9	47

Fonte: Grupo Unidos *Em % do crédito e das empresas entrevistadas.

dessas empresas, ou 83% delas, concede crédito próprio, e assim absorvem o risco da inadimplência. Essa prática verifica-se em todos os setores, exceto no de material de construção e no varejo de bens de maior valor, como veículos, eletroeletrônicos e móveis, onde mais de 40% das lojas permitem o parcelamento das compras por meio de financeiras.

O fato de a empresa ter crédito próprio também faz com que a cobrança seja feita internamente — o terceiro motivo para um alto nível de inadimplência. Para a maioria das empresas pesquisadas, a análise é verdadeira: 78% delas fazem a cobrança sem ajuda de terceiros. Mais

uma vez nesse caso, os setores de materiais de construção e no varejo de bens de maior valor são os que mais terceirizam a cobrança.

A recuperação do crédito entre as empresas que não terceirizam esse serviço é pequena. Apenas 32% das empresas conseguem recuperar mais de 75% das prestações atrasadas. O diretor do Grupo Unidos acredita que o insucesso da recuperação do crédito se deve, além da falta de vocação, à falta de estrutura interna adequada para tal.

“Se cada segmento perseguisse apenas sua atividade fim, deixando outras atividades para quem se especializou nelas, o grau de sucesso em

cada setor seria muito maior. Quem vende, tem que saber estocar e vender; quem concede crédito é financeira e, quem cobra atrasos é empresa de cobrança”, disse Shinohara.

Um terço das empresas também não informou a taxa de juros cobrada dos clientes. O restante delas, ou 56%, cobra entre 5 e 10% ao mês, como a grande maioria dos lojistas.

A pesquisa identificou ainda o parcelamento mais comum. O plano de três parcelas é usado por 34% das empresas, seguido pelo de cinco ou mais parcelas (27%); até duas vezes (19%), até quatro vezes (15%). “A regra clássica de venda foi confirmada: quanto mais alto o valor maior o número de parcelas.”

Para a maioria das empresas, maioria esta com predominância na área de serviços (60%), o valor médio da prestação é até R\$ 100,00. Nos setores de material de construção e autopeças, a maior parte das prestações fica entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00. E, no setor de alimentação, 31% das prestações são menores de R\$ 100,00. E, outros 31%, entre R\$ 100,00 e R\$ 500,00.

ABC cria banco somente para as micro e pequenas empresas

da Reportagem Local

As prefeituras da região do ABC, diante das demissões nas grandes indústrias, estão priorizando o desenvolvimento das pequenas e microempresas como potenciais geradoras de emprego.

Desde maio deste ano vem funcionando no ABC o Banco do Povo, uma organização não-governamental que, com capital inicial de R\$ 600 mil, financia pequenos e microempreendedores.

Os empréstimos vão de R\$ 300 a R\$ 5.000 para capital de giro e de R\$ 300 a R\$ 10 mil para investimentos, principalmente para o setor informal da economia.

Até meados de dezembro, o banco havia realizado 165 operações de empréstimos, com média de R\$ 2.100 por empréstimo — 77% para capital de giro.

Segundo Aletto José de Souza, diretor do Departamento de Geração de Emprego e Renda da Prefeitura de Santo André e membro do conselho de administração do banco, até o momento a inadimplência nos empréstimos é zero.

O banco negocia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social um empréstimo de R\$ 2 milhões e com a União Européia, um de R\$ 1 milhão.

No final de outubro, a Câmara Setorial do ABC, uma entidade que

reúne as prefeituras, empresas e sindicatos, criou uma agência de desenvolvimento econômico. A intenção é receber financiamentos para projetos na região.

Segundo Nadia Somekh, assessora de ação regional da Prefeitura de Santo André, o primeiro convênio assinado foi com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), de R\$ 145 mil, para a contratação de consultores para definir uma estratégia de atuação.

Além de desenvolver as cadeias produtivas industriais, a agência vai traçar planos para a expansão de outros setores, como o de turismo, que deverá ficar pronto em quatro meses. (ME)

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) o(s) rubri-
cado(s) sob n.º 186 a 189 informação sob
n.º 119.102.99

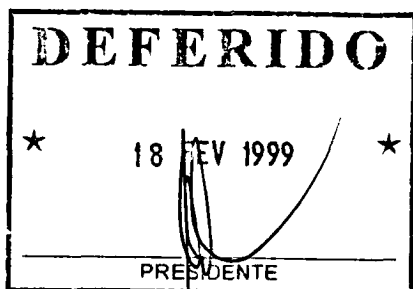
ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 186 = de proa.
n.º PL-176 do 1º 97
ANA PAULA KAMUZE
Al. Legislativo

13 - RDS
13-0153/1999

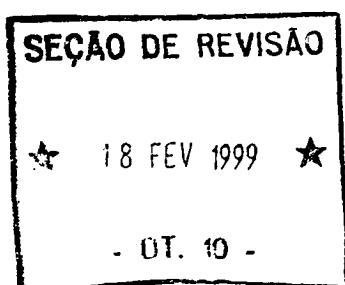


REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1999.


CARLOS NEDER

Vereador -PT



Opinião

A força das pequenas empresas

Antonio Lanzana *

A estabilidade de preços e a maior inserção internacional do País trouxeram mudanças significativas na economia brasileira, determinando uma nova estrutura de produção de bens e serviços, mudando a propriedade do capital e aumentando o grau de concentração de mercados. Esse quadro alterou o "espaço" de atuação das micro e pequenas empresas (MPEs) e um dos caminhos identificados como promissores para elas é exatamente a expansão das exportações.

A análise da experiência internacional mostra que nos países mais abertos e mais desenvolvidos as MPEs ocupam posição relevante no volume das exportações. Em Taiwan, 53% das exportações são realizadas por pequenas e médias empresas, numa divisão em que as grandes estão voltadas principalmente para o mercado doméstico. Na Europa, as MPEs contribuem com 40% do total das exportações; e nos Estados Unidos e no Japão a parti-

pação das pequenas e médias é também significativa, ultrapassando a faixa dos 50%.

No caso brasileiro, sabe-se que a atuação das MPEs na exportação é muito reduzida. Dados da Secex (MCT) revelam que em 1997 as exportações das MPEs corresponderam a apenas 0,4% do total exportado pelo país. Mas, apesar dessa ínfima participação, vale destacar que as exportações das MPEs vêm evoluindo favoravelmente nos últimos anos. No período 1990/97 as exportações das MPEs cresceram 123%, contra 69% do total, e o número de MPEs que exportam aumentou 75%, contra 62% do total de empresas.

Esses números mostram que há ainda muito o que fazer para que as MPEs aumentem a atividade exportadora, aproveitando a fase de expansão do comércio

mundial. Para isso é indispensável o apoio das entidades de classe e/ou instituições públicas, assim como associações entre empresas de pequeno porte. Os problemas mais comuns enfrentados pelas MPEs dizem respeito ao reduzido volume de produção, altos custos unitários de frete, falta de estrutura de comercialização

no exterior, desconhecimento das possibilidades de produtos no exterior e problemas de qualidade e tecnologia. E mais: experiências internacionais mostram que a atuação das instituições de apoio pode dar bons resultados.

No Chile existem duas instituições estatais, o Prochile e o Sercotec, e uma instituição privada, a Asexma, que apoiam as pequenas empresas nas exportações, promovendo os produtos chilenos no exterior, contribuindo

na edição de catálogos, participação em feiras e missões comerciais, anúncios em revistas no exterior, etc.

Uma estratégia utilizada pelas três instituições é estimular o associativismo através da criação de Comitês de Exportação, onde empresários de um mesmo segmento e/ou de segmentos complementares se unem para enfrentar a difícil tarefa de exportar.

Um exemplo do sucesso do programa de apoio chileno às exportações das médias e pequenas empresas é observado no setor de calçados, cujas vendas ao mercado exterior saltaram de US\$ 400 mil em 1984 para US\$ 52,4 milhões em 1991.

O governo brasileiro também tem procurado incentivar as exportações das MPEs através de algumas medidas como a permissão de contratação de ACC por parte dos produtos de insumos para exportadores finais; criação do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade com a finalidade de prover garantias para operações de fi-

nanciamento para empresas de pequeno porte direcionadas à expansão, modernização e relocalização de produção destinada a exportação; e criação, juntamente com o Sebrae, da Agência de Promoção das Exportações (Apex).

Há motivos para acreditar que se os esforços forem ampliados, principalmente em termos de associativismo, há reais possibilidades de incremento das vendas externas das MPEs. Nesse sentido, vale inclusive destacar pesquisa realizada pelo Sebrae junto a 769 estabelecimentos em 14 estados, que revela que 74% das médias e pequenas empresas já possuíam alguma experiência em comércio exterior, mas que apenas 35% exportavam com regularidade. Certamente com ações mais agressivas, é possível transformar exportações eventuais em permanentes. ■

* Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (Feausp).



Reciclagem atinge só 5,5% dos trabalhadores

População economicamente ativa, de 74 milhões de trabalhadores, tem média de quatro anos de estudo

GEY BELMONTE

BRASÍLIA — O Brasil tem uma População Economicamente Ativa (PEA) de 74 milhões de trabalhadores com menos de quatro anos de estudos em média e cerca de 20% de analfabetos. Desse total, 80% se encontram na faixa de 15 a 30 anos de idade, ou seja, em plena idade produtiva e com elevado potencial de empregabilidade. Para manter essa força de trabalho plenamente capacitada a exercer sua atividade profissional, o País deveria treinar anualmente 20% dessa população ou quase 15 milhões de trabalhadores. A reciclagem desses trabalhadores, no entanto, beneficia hoje apenas 5,5% da PEA, segundo o Ministério do Trabalho.

**OBJETIVO É
TREINAR
20% DA
MÃO-DE-OBRA**

Embora esses números evidenciem uma realidade assustadora, são plenamente compreensíveis, pois refletem a economia fechada e protecionista que norteou a atividade empresarial no Brasil nas últimas décadas, respaldada pelos baixos investimentos na área educacional.

“Estamos pagando o preço do atraso”, afirma o professor Nassim Mehdi, responsável pelo Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor), implementado desde o ano passado pelo Ministério do Trabalho e que tem como objetivo reverter o quadro. Segundo ele, há cinco anos, qualificação era um assunto que não interessava ao empresário, tampouco ele queria saber quantos operários analfabetos existiam.

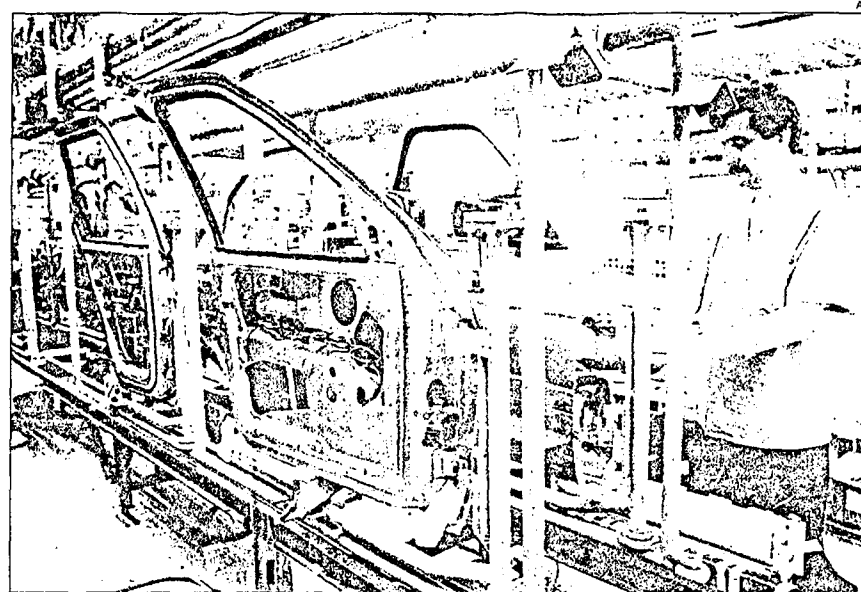
Como secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, Mehdi tem planos ambiciosos para uma área inovadora, uma vez que é a

primeira vez que o governo cria um programa específico de educação profissional. Ele espera, até o ano 2000, ampliar de 5,5% para 20% da PEA o número de trabalhadores com acesso à reciclagem. Esse padrão é aceitável pela Organização Mundial do Trabalho (OIT) e inclui a oferta global de educação profissional.

Para atingir a meta aceitável pelos padrões internacionais, Mehdi traçou um cronograma que, gradativamente, amplia o número de trabalhadores qualificados e requalificados a cada ano. Os objetivos programados para esse processo de treinamento partem da realidade de que a média de quatro anos de estudos dos trabalhadores em atividade no País equivale à metade do primeiro grau. Em 1996, a meta era treinar 740 mil trabalhadores pelo Planfor, mas foi possível beneficiar 1,2 milhão de trabalhadores.

Para este ano, a reciclagem deve atingir 1,8 milhão de trabalhadores e 2,5 milhões, no próximo ano. A exemplo do ocorrido em 1996, o secretário acredita ser possível ultrapassar os limites previstos. “Quem não treina 20% da sua força economicamente ativa de trabalho não acompanha o desenvolvimento tecnológico e a transformação do setor produtivo.”

Recursos — Todos os recursos do Planfor são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a fundo perdido, e são repassados, via convênios para as secretarias estaduais de trabalho de quase todo o País. Para cada repasse feito pelo Ministério do Trabalho, o Estado conveniado tem de contribuir com uma contrapartida de 20%, calculada sobre o valor do repasse. As escolas técnicas e Organizações Não Governamentais dão o treinamento. Mehdi diz que em 1996 foram envolvidas aproximadamente 500 instituições na qualificação de mão-de-obra.



Governo corre contra o tempo para requalificar trabalhadores e reduzir o impacto do desemprego

País precisa de 2 milhões de novas vagas

Atualmente são oferecidas apenas 600 mil novos postos de trabalho ao ano

Os programas de qualificação e requalificação com recursos do FAT são abertos a um amplo universo de pessoas, segundo o responsável pelo Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor), Nassim Mehdi: desempregados, trabalhadores do mercado formal e informal, micro e pequenos empresários e produtores rurais e urbanos. Jovens à procura de trabalho, considerados em risco social, mulheres que são chefes de família e portadores de deficiência física também podem frequentar os cursos.

Apesar do treinamento e dos

esforços para requalificar os trabalhadores, para que a oferta de trabalho atingisse níveis satisfatórios o Brasil precisaria, segundo Nassim Mehdi, gerar cerca de 2 milhões de novos postos de trabalho a cada ano.

Atualmente, essa oferta é de apenas 600 mil vagas, o que corresponde a diferença entre as 7,3 milhões de demissões registradas em 1996 e as 7,9 milhões de admissões no ano passado. “Essa situação só será resolvida com a consolidação do Plano Real e a retomada do crescimento econômico”, alerta Nassim Mehdi.

A retomada do crescimento

econômico torna ainda mais emergencial a qualificação do trabalhador brasileiro, especialmente se for levado em conta que, da população economicamente ativa, 50 milhões não têm o primeiro grau completo.

**SAÍDA É
INVESTIR EM
EDUCAÇÃO
BÁSICA**

A saída, segundo ele, é o investimento maciço em educação básica, que o Ministério da Educação já está fazendo, e o estímulo à proliferação dos cursos supletivos, via empresas privadas, sindicatos, ONGs. Muitas empresas, segundo ele, premidas pela concorrência externa, estão sendo obrigadas a oferecer supletivo e formação específica ao mesmo tempo. (G.B.)

Petroleiros querem que Petrobrás passe a distribuir os lucros

FUP avisa que vai tentar impedir aprovação do projeto que regulamenta fim do monopólio

CLÁUDIA SCHÜFFNER

Rio — A Federação Única dos Petroleiros (FUP) encerrou ontem o seu 3º Congresso Nacional disposta a ser dura com a Petrobrás nas negociações para o dissídio da categoria, que começará em meados de julho, um mês antes da data-base.

Além da reposição da inflação anual, estimada em 7% pelo Dieese, a FUP pretende incluir na pauta de negociações com a Petrobrás a readmissão dos demitidos na greve de 95, o pagamento de um percentual sobre a produtividade e a distribuição de lucros (PLR) sobre o resultado relativo a 95/96.

Pelos cálculos do coordenador da FUP, Antônio Carlos Spis, o PLR devido aos 80 mil petroleiros do País (dos quais 36 mil estão aposentados), nos dois últimos anos é de cerca de R\$ 2 mil para cada um.

Spis avisa que os trabalhadores começarão a “trabalhar contra” o projeto de regulamentação do setor de petróleo, que está em tramitação no Senado. “Esse projeto do governo praticamente privatiza a Petrobrás sem que a empresa tenha sido incluída no Programa Nacional de Privatizações”, critica.

A FUP também decidiu, junto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), propor uma campanha unificada entre todas as categorias com data-base no segundo semestre. Ficou acertada, ainda, uma manifestação nacional no dia 25 de julho, dia do Trabalhador, em protesto contra o arrocho dos salários. A idéia é organizar uma greve geral comandada pela CUT, FUP e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Folha No. 188 = do preç.
a: PL-176, do 1997
ANA PAULA NUNES
Oficial Legislativo

Igreja começa a discutir desemprego

O **desemprego**, flagelo que atinge pelo menos 1,5 milhão de moradores da região metropolitana, será o tema desse ano da Campanha da Fraternidade, promovida pela Igreja Católica. Com o lema Sem Trabalho...Por Que?. A campanha, em nível nacional, será veiculada durante a Quaresma - de hoje a 4 de abril - e terá como principais pontos a pressão da sociedade sobre os governos e empresários, além de propostas concretas para enfrentar o problema, que deve se acentuar durante esse ano.

Segundo o padre Fernando Altemeyer, responsável pela comunicação da Igreja, a idéia de lançar o desemprego como tema da campanha surgiu depois de consultas aos fiéis durante os

dois últimos anos.

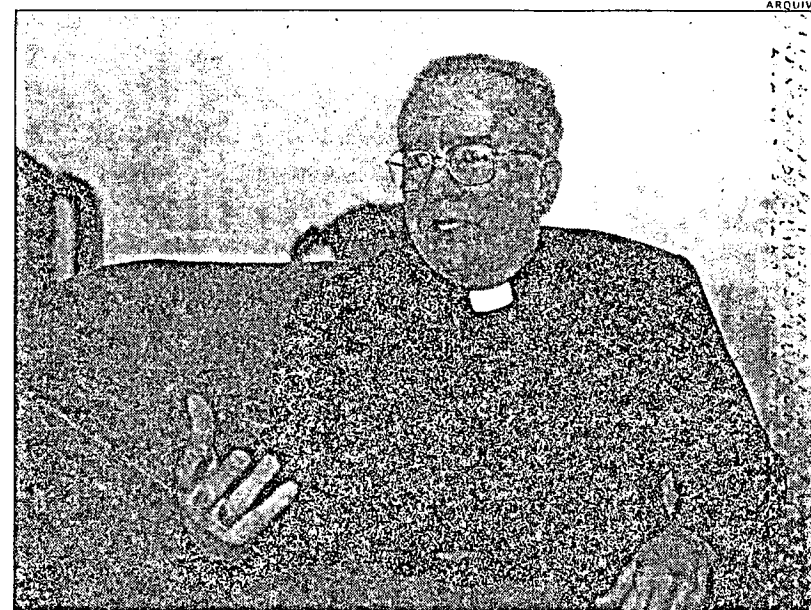
Um documento que será apresentado hoje pelo arcebispo metropolitano dom Cláudio Hummes, trará várias sugestões da Igreja e de seus organismos para combater o desemprego e oferecer apoio às suas vítimas.

"Vamos propor medidas como o apoio à bolsa-emprego e criação de um grande fundo de solidariedade em prol dos desempregados. Projetos de renda mínima, frentes de trabalho, banco do povo para emprestar recursos destinados a pequenos negócios e diminuição do horário de trabalho, como já acontece na França e Alemanha, também serão sugeridos", explicou.

De acordo com o sacerdote, a reforma agrária, para possibilitar a criação de empregos no campo,

será uma das principais bandeiras da campanha. "Com certeza, o problema do desemprego se tornará muito mais agudo nesse ano, por conta da política suicida do Governo Federal", disse o padre, segundo quem a campanha incentivará os cidadãos a pressionarem as autoridades para que o desemprego seja combatido.

Uma missa celebrada pelo arcebispo metropolitano na Catedral da Sé, Centro, às 15h da Quarta-feira de Cinzas, abrirá oficialmente a campanha. A campanha da fraternidade do próximo ano, de acordo com o sacerdote, terá como tema os direitos humanos e será organizada em conjunto com outras sete igrejas, entre elas estarão os luteranos, metodistas e anglicanos.



DOM Cláudio faz documento com sugestões para combater problema

190-200

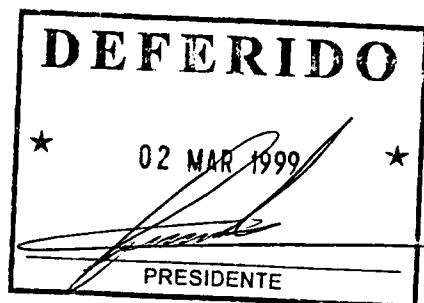
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
SEGUE(M) juntado(s)	rubri-
cado(s) sob n.º 190-200	cado(s) sob
n.º 103/03/99	n.º

ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo



Câmara Municipal de São Paulo

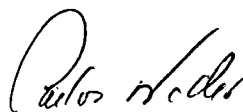
Folha n.º 190 da pte. 8
n.º PL-176 de 19 97
JANA PAULA KARRIJZ
Legislativo



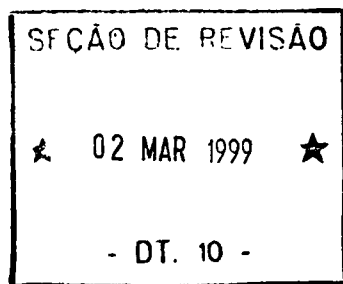
13 - RDS
13-0273/1999

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1999.


CARLOS NEDER

Vereador -PT



CNBB defende taxaço de grandes fortunas no ajuste

da Sucursal de Brasília

O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Raymundo Damasceno, defendeu ontem a inclusão da taxaço sobre grandes fortunas no ajuste fiscal proposto pelo governo para acertar suas contas.

A proposta foi defendida durante o lançamento da Campanha da Fraternidade 1999, que tem como tema "Fraternidade e Desemprego" e como lema "Sem trabalho... Por quê?". A campanha propõe a redução da jornada de trabalho e de horas extras para combater o desemprego e critica o "neoliberalismo sem freios éticos".

Segundo d. Raymundo, "tem de haver equilíbrio fiscal entre receitas e despesas. Mas há muita gente ganhando muito, as grandes fortu-

nas, e devem pagar mais impostos na proporção de seus lucros".

Em sua mensagem especial aos brasileiros, que seria lida ontem à noite no rádio e na TV, o papa João Paulo 2º fala do desemprego. O texto-base da campanha será entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

D. Raymundo criticou o que considerou sacrifício dos assalariados imposto pelo ajuste fiscal: "O que acontece é que essa taxaço cai sobre o assalariado e talvez o caminho fosse uma maior fiscalização (no pagamento dos impostos) e exigência maior dos que também podem pagar mais impostos".

Projeto sobre a taxaço de grandes fortunas foi elaborado por FHC durante seu último mandato no Senado (1987-94).

No final de 98, o deputado Ubira-

tan Aguiar (PSDB-CE) pediu que o projeto de FHC fosse incluído nas medidas do ajuste fiscal. Mas a proposta foi excluída por setores do governo que a consideraram pouco eficaz — a arrecadação seria baixa e a taxaço estimularia a evasão de divisas.

O padre Luiz Bassegio, assessor da Pastoral Social da CNBB, disse que são "inaceitáveis" as medidas do ajuste fiscal, pois não geram educação, moradia e saúde nem estão comprometidas com o resgate das dívidas sociais.

As propostas da CNBB para combater o desemprego incluem o aumento da cota de importação de US\$ 150 a US\$ 500 para ajudar os sacoleiros. Outra proposta pede que cada grupo de cinco famílias adote uma família desempregada.

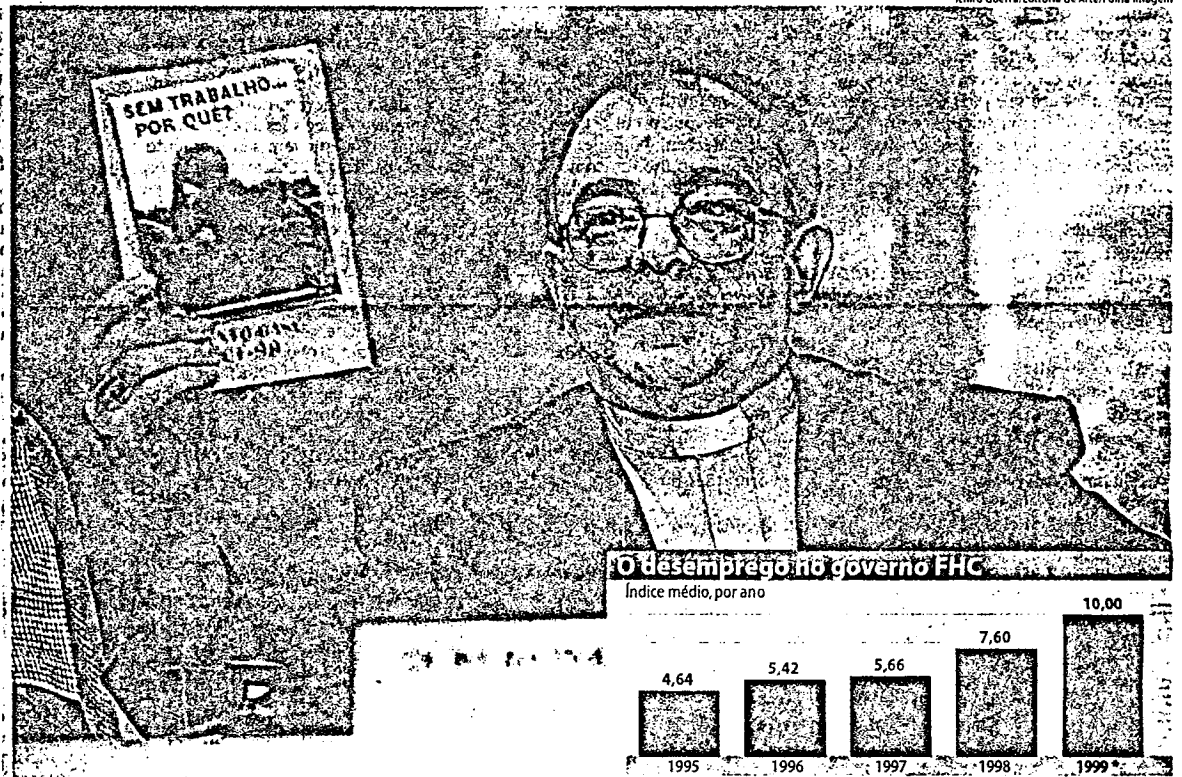
D. Raymundo disse que desco-

nhece a situação financeira dos Estados que estão deixando de pagar suas dívidas com a União, mas afirmou que os governos têm "compromissos inadiáveis" com a educação e a saúde, que não podem deixar de ser cumpridos por causa do pagamento de dívidas.

"Se você tem de comer, tem de se vestir, tem de cuidar de sua saúde e tem uma dívida, eu não sei se você vai pagar primeiro a dívida e morrer de fome", afirmou, sem, porém, fazer defesa de moratória.

O texto-base da campanha defende a criação de um fundo gerador do emprego com a taxaço de 0,25% sobre o capital especulativo que migra de um país para outro e com o perdão da dívida dos países em desenvolvimento — proposta esta já defendida pelo papa.

(ABNOR GONDIM)



O secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno, mostra cartilha durante lançamento da Campanha da Fraternidade 99, ontem, em Brasília

ONG pede para cancelar dívidas Desemprego dobra, diz texto

de Londres

Uma campanha global pela suspensão da dívida dos 52 países mais pobres do mundo — o Brasil não está incluído — foi lançada anteontem à noite, durante a entrega do British Awards 99, para os melhores da música, em Londres.

Com apoio da Indústria Fonográfica britânica, do ex-campeão mundial de boxe Muhammad Ali e astros do mundo do rock, como David Bowie, Bono Vox (U2) e Peter Gabriel, a campanha "Suspendam a Dívida" convoca as nações ricas a perdoarem a dívida dos países pobres até o fim de 2000.

As dívidas somam US\$ 371 bilhões e são "impagáveis", segundo a ONG Jubilee 2000, responsável pela campanha. Segundo a ONG, que tem apoio de 90 organizações

no Reino Unido, para cada US\$ 1 emprestado, US\$ 9 voltam em pagamento de dívidas.

A ONG calcula que o custo anual da suspensão da dívida para o contribuinte britânico seria de US\$ 3,3. A média seria similar para outros países ricos, diz a Jubilee 2000.

A campanha ganhou apoio do principal jornal econômico do Reino Unido, o "Financial Times". Em editorial, o "FT" diz que um apelo como esse, capaz de reunir o papa e o mundo da música pop, merece a atenção dos credores.

Citando estatísticas das Nações Unidas, a campanha alega que, se os recursos destinados à dívida fossem redirecionados para as áreas de educação e saúde, sete milhões de crianças seriam poupadas da morte prematura por inanição até o ano 2000. (ISABEL CLEMENTE)

da Sucursal de Brasília

Levantamento apresentado ontem pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) durante o lançamento da Campanha da Fraternidade 1999 indica que a taxa de desemprego no país mais que dobrou desde 1994, quando o governo lançou o Plano Real. Passou de 3,42% para 7%, em 98.

Os dados, extraídos do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), se referem ao emprego formal e informal nas principais regiões metropolitanas.

Segundo o texto-base da campanha, 755.379 empregos formais (com carteira assinada) foram eliminados nos dois primeiros anos do plano, desde a implantação em 1º de julho de 94 até o fim de 96.

O padre Luiz Bassegio, assessor

da Pastoral Social da CNBB, disse que é falsa a idéia de que o desemprego pode ser combatido com a flexibilização da legislação trabalhista. "Os países que mais cortaram direitos dos trabalhadores, como a Espanha e a Argentina, apresentam hoje as maiores taxas de desemprego do mundo", disse.

De acordo com a CNBB, o setor financeiro foi o mais afetado, com a eliminação de 147.233 postos de trabalho. O setor industrial perdeu 16% dos trabalhadores. A indústria automobilística poderá reduzir seus empregos em 30% até 2000. No campo, só em 97, cerca de 200 mil trabalhadores rurais perderam seus empregos.

Em contrapartida, o texto-base diz que "a produtividade aumentou em média 10,2% nos três primeiros anos do Plano Real".

Publicação: FSP
Data: 18/02/99
Pag: 4 - 1º Cad

11 de Fev de 1999
19:27
ANA PAULA KARRUZ

Publicação: OESP
Data: 14/02/99
Pág.: A-7
GERAL

Folha n.º 192 do proc.
n.º PL-176 de 1997
ANA PAULA KARRUJZ
Oficial Legislativo

IGREJA

Campanha da Fraternidade

trata do desemprego

Lançamento será feito na quarta-feira; texto base conclama a sociedade à "misericórdia ativa"

ROLDÃO ARRUDA

Na Quarta-Feira de Cinzas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançará oficialmente a Campanha da Fraternidade de 1999. O tema deste ano será o desemprego, com o lema "Sem trabalho... Por quê?"

O texto base da campanha conclama os católicos e toda a sociedade brasileira à "indignação ética" e à "misericórdia ativa" diante do aumento do desemprego: "Como Jesus, que sejamos capazes de ir ao encontro dos caídos à beira do caminho, dos famintos, dos que estão na praça à espera de uma chance de trabalho; e que apontemos e denunciemos, profeticamente e com firmeza, as causas que geram as principais chagas de hoje, como a situação dos desempregados."

O documento apresenta três modos básicos de ação que podem ser adotados pelos católicos. O primeiro é o socorro imediato às famílias de desempregados, estimulando a solidariedade. O segundo é a discussão e a denúncia do modelo econômico que cria o desemprego. E o terceiro é o envio ao governo de sugestões para minorar o problema.

A CNBB acredita que existem medidas alternativas que podem favorecer o emprego. Uma delas seria o estímulo à pequena e média empresas. Outra seria o incentivo à bioenergia, como o álcool de cana. Uma ampla reforma agrária no País também está apontada entre as

saídas. "É uma medida indispensável para enfrentar os problemas sociais imediatos e para promover um desenvolvimento econômico, político, social e cultural centrado na qualidade de vida das pessoas."

Problema mundial – O documento da CNBB, cuja apresentação é assinada pelo secretário-geral da instituição, d. Raymundo Damasceno, tem o cuidado de não responsabilizar apenas o governo brasileiro pelo desemprego: "Trata-se de um problema estrutural que atinge todo o mundo." Também condena o "capitalismo sem freios", que "exalta ao máximo o lucro financeiro, passando por cima da ética e da moral".

Ao mesmo tempo, porém, não deixa de fazer referência à situação nacional. "Não basta estabilizar a moeda", diz o texto, discutido e redi-

DOCUMENTO
PEDE ESTÍMULO
À
SOLIDARIEDADE

gido no fim do ano passado, antes da recente desvalorização cambial. "É preciso que a estabilidade da economia sirva à prioridade das prioridades, que é a pessoa humana, garantindo-lhe a satisfação de suas necessida-

des básicas."

A Campanha da Fraternidade vem sendo realizada pela Igreja Católica desde 1964. A cada ano é escolhido um tema – o de 1998 foi a educação –, discutido especialmente na Quaresma, período de 40 dias, contados a partir da Quarta-Feira de Cinzas, que precede a Páscoa. Segundo informações do Vicariato da Comunicação da Arquidiocese de São Paulo, o que se espera é que o problema do desemprego seja discutido pelas 7.700 paróquias do País. No fim da Quaresma, deverá ser feita uma coleta financeira para apoiar projetos contra o desemprego.

IGREJA

CNBB vai coletar recursos contra desemprego

Durante a missa no Domingo de Ramos será arrecadado dinheiro para ser utilizado em projetos para criar empregos, tema da Campanha da Fraternidade lançada ontem

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA — O dinheiro coletado durante a missa no Domingo de Ramos — o último antes da Páscoa — em todo o País será destinado exclusivamente ao apoio de projetos contra o desemprego. A iniciativa, inédita, foi anunciada ontem pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Raymundo Damasceno, durante o lançamento da Campanha da Fraternidade, que tem como tema a questão do desemprego.

De acordo com a campanha lançada ontem, para promover o emprego é preciso reduzir a jornada de trabalho, com a manutenção do salário, diminuir as horas extras nas empresas e aprofundar a reforma agrária.

Na mensagem de abertura da campanha intitulada 'A Fraternidade e os Desempregados', o papa João Paulo II lembrou o Jubileu do ano 2000 em um mundo ainda marcado por conflitos e por "intoleráveis" desigualdades sociais e

econômicas. O papa falou sobre a necessidade de compreender o direito ao trabalho e de os cristãos pensarem sobre o "fenômeno mundial do desemprego e do subemprego".

Para enfrentar o "angustiante problema do desemprego", a Igreja quer partir para ações práticas e sensibilizar o governo brasileiro e a sociedade. Considerando o Plano Real e o desemprego, a CNBB

informou que, de 1.º de julho de 1994 ao fim de 1996, se perderam, no Brasil, 755.379 empregos formais. A maior perda ocorreu entre os bancários, mas também há expectativas de que o setor automobilístico

venha a reduzir os postos de trabalho em 30% até o próximo ano. Os grupos mais atingidos são os jovens — em São Paulo, entre 1989 e 1996, a taxa de desemprego entre pessoas de 15 a 19 anos de idade subiu de 18,8% para 39,8% — os negros e as mulheres.

Para a criação de novos postos de trabalho, além da redução da jornada de trabalho e das horas ex-



D. Damasceno: campanha anual será acompanhada por coletas para ajudar ações na área social

tras, o incentivo à microempresas e a requalificação profissional foram sugeridos pela CNBB. De acordo com o padre Luiz Bassegio, assessor da Pastoral Social, só a redução das 267 milhões de horas extras efetuadas em 1995 seriam suficientes para criar mais de 300 mil empregos. Para amenizar os efeitos da crise da falta de trabalho, a Igreja também defende a delimitação de áreas para pequenos

vendedores, os ambulantes, e o aumento da cota de importação de US\$ 150 para US\$ 500. A Igreja também espera a punição de iniciativas desempregadoras e um maior auxílio ao desempregado.

O papa inaugurou ontem, durante a celebração da tradicional missa na Colina Aventina, o período da Quaresma. "A Quaresma é o momento de seguir o caminho da conversão", declarou.

Questão estadual — Sobre a crise entre Estados e o governo federal, a Igreja recruta mais diálogo para resolver a questão. Durante o lançamento da campanha, d. Damasceno voltou a defender o cancelamento parcial ou total da dívida externa dos países em desenvolvimento para permitir a criação de empregos e indicou que essa pode ser uma saída para a questão dos Estados.

"Certos compromissos devem ser, evidentemente cumpridos, e o governo, seja federal ou estadual, tem uma série de compromissos inadiáveis, prioritários, com a saúde, com a educação", afirmou. "Você não pode parar um País, um Estado, naqueles serviços essenciais", disse Damasceno. "Esse é um apelo do papa", comentou o secretário-geral. "Se tomarmos isso para nós, em nível pessoal, se você tem de comer, se vestir, cuidar de sua saúde, não sei se vai pagar a dívida e passar fome."

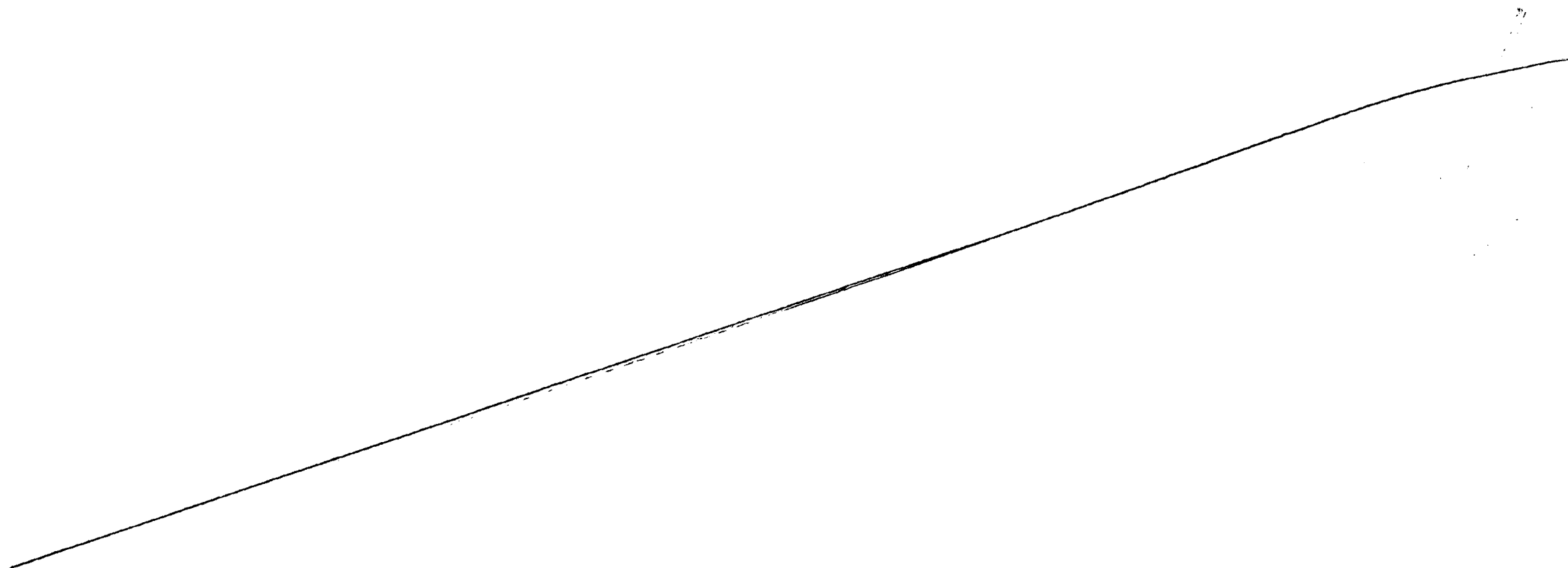
A CNBB defende o equilíbrio fiscal no Brasil, mas citou alternativas não adotadas pelo governo, como a taxa maior das grandes fortunas. "Muitas vezes a taxa recai sobre assalariados e vamos multiplicando impostos sobre impostos", condenou d. Damasceno.

Para d. Damasceno, as medidas de ajuste têm de ser tomadas tendo sempre em vista o bem-estar de todo o povo e, especialmente, os mais pobres. "Não se pode tomar medidas com o objetivo único de ajustar a economia", afirmou.

O texto base da campanha informa que a origem do desemprego está no modelo socioeconômico adotado no Brasil, especialmente "no neoliberalismo sem freios éticos, que causa o desemprego estrutural". O texto também condena a forma "subordinada" pela qual o País se insere na economia mundial.

ANA PAULA KRAEPUZ

Folha 193
PL-176
10/07/99



Publicação: OESP
 Data: 18/02/93
 Pág.: A-12

D. Cláudio Hummes pedirá ajuda a empresas

Objetivo é conseguir de executivos a adoção de políticas de recursos humanos solidárias

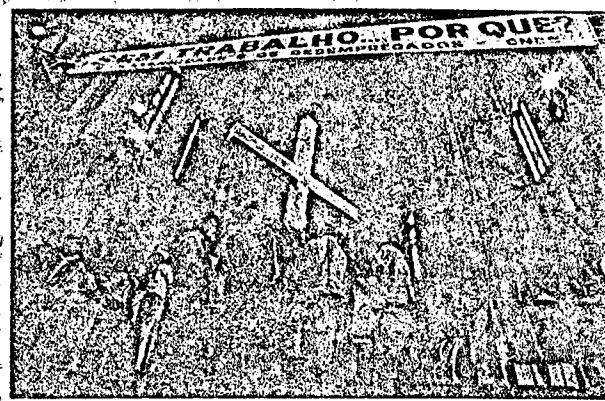
GABRIELA ATHIAS

O arcebispo de São Paulo, d. Cláudio Hummes, e outros membros da Cúria Metropolitana vão pedir a empresários, executivos de grandes corporações brasileiras e de multinacionais com sede no Estado a adoção de políticas de recursos humanos criativas e solidárias, capazes de evitar o desemprego. Ontem, antes de celebrar a missa de lançamento da Campanha da Fraternidade, d. Cláudio reconheceu que a crise econômica brasileira está sendo mais intensa do que o previsto. Por isso, segundo ele, o texto base da campanha acabou ficando "ultrapassado

em alguns pontos".

O texto A Fraternidade e os Desempregados foi escrito há cerca de oito meses. Nesse período, um dos fatores de mudança, percebido pela Igreja, foi a perda de credibilidade da sociedade no governo. D. Cláudio disse que os brasileiros terão de ser ao mesmo tempo criativos e solidários para evitar a intensificação da exclusão social. A receita será sugerida aos empresários que se reunirão em julho, no 4.º Encontro de Bispos e Empresários. Algumas das medidas propostas pela Igreja são: redução da jornada de trabalho e o fim das horas extras. "A economia sozinha não faz a história; faz implodir a história", disse o arcebispo.

Para dar ressonância à luta contra o desemprego, a Igreja usará seu poder de mobilização, agindo em duas frentes: nas cerimônias religiosas e nas comunidades de base. A Pastoral Operária organi-



Manifestação de católicos durante a missa celebrada na Sé

zará manifestações de desempregados para exigir do poder público, especialmente do governo federal, investimentos para reforma agrária, moradia popular, educação, saúde, bem-estar social e es-

trutura sanitária.

Ao longo do ano, nas 3 mil missas celebradas aos domingos na cidade de São Paulo os fiéis entoarão o refrão da campanha - *sem trabalho, não fique ninguém*. Para

ter idéia do que isso representa, há seis meses quando a arquidiocese fez uma pesquisa de frequência, encontrou 500 mil pessoas nas igrejas paulistanas em um único domingo.

Ampliando esse universo para todo o País, esse refrão será repetido em 7,7 mil paróquias e em 100 mil igrejas. "O povo brasileiro saberá reivindicar seus direitos pacificamente como vem fazendo até hoje", disse d. Cláudio.

Caberá à Pastoral Operária reunir os desempregados dos diversos bairros para criar uma rede solidária de apoio. "Não me recordo de nenhuma outra campanha que tenha tido esse nível de aceitação", disse Walde-

mar Rossi, o metalúrgico que saudou o papa João Paulo II, em 1980, em nome dos trabalhadores, quando ele esteve em São Paulo e hoje coordena a pastoral.

Ontem, durante missa de lançamento da campanha, que reuniu 2 mil pessoas, 91 padres e três bispos na Catedral da Sé, no centro da capital paulista, membros da pastoral conduziram, ao altar uma cruz de madeira, que se abria mostrando uma faixa sobre o desemprego, extraída do Evangelho de São Mateus.

Na Catedral de Aparecida, em Aparecida, cerca de 4 mil pessoas acompanharam a missa, celebrada por d. Aloísio Lorscheider. A cerimônia foi transmitida em cadeia nacional pela Rede Vida.

MISSA DE APARECIDA CONTOU COM 4 MIL FIÉIS

ANA PAULA SANTOS
 Oficial Legislativo
 Folha nº 144 de 1993
 PL-1276 de 1993

DOM CLÁUDIO HUMMES

O primado da pessoa humana

O desemprego e seus altíssimos índices em nosso país são um fenômeno devastador. Ele atinge profundamente a própria dignidade do trabalhador demitido, bem como debilita perigosamente o tecido social.

A CNBB, ao dedicar a Campanha da Fraternidade a esse grave problema social, quer prestar um serviço ao povo e contri-

buir para a busca urgente de saídas. Ela não presume, nem pode presumir, ser perita em economia, mas perita em humanidade e em ética, embora também nessas duas questões queira estar aberta ao diálogo. Se recorre a comentários de caráter econômico, talvez nem sempre corretos em suas sutilezas, o faz para situar o problema social, mas está aberta às correções objetivas e científicas dos economistas, de cuja colaboração tem necessidade.

Contudo, o bem-estar de um povo não depende só da economia, mas inclui importantes aspectos sociais, humanos, políticos e até mesmo religiosos e culturais. A História se tece com todos esses ingredientes. Por mais importante que seja a economia, ela só é positiva se se puser a serviço do homem e, portanto, se tiver como critério maior o primado do homem sobre as coisas, o lucro, o capital, o mercado. Dizendo que o critério maior deve ser o homem, estamos no horizonte ético, ao mesmo tempo em que estamos falando de todos os membros da sociedade humana, e não apenas de uma parcela mais privilegiada ou mais forte.

É importante que o povo, mesmo não tendo a capacidade de apresentar um modelo econômico acabado e melhor do que o atual, seja ouvido, pois ele sente na pele o resultado das políticas econômicas e pode trazer elementos muito



**Desemprego
leva ao álcool
e à droga,
que levam à
miséria,
à violência e
à morte**

válidos para melhorar os rumos do País.

O desempregado, de modo particular, deveria ser ouvido. É nele que o desemprego causa os estragos mais profundos, deteriorando sua situação pessoal, familiar e social. De fato, o desemprego humilha a pessoa, deprecia-a diante de si mesma, diante de sua família e diante do seu meio social. O desempre-

go é deprimente, causa desânimo e revolta. Um pai de família que é despedido do emprego como vai encarar a si mesmo, sua esposa, seus filhos, seus amigos, parentes e conhecidos? Como vai enfrentar o choro de suas crianças e a angústia de sua mulher, se tudo dependia de seu salário? São milhões nessa situação. Muitas famílias acabam-se desintegrando irremediavelmente.

Há poucos dias, uma emissora de televisão apresentava os resultados de um estudo sobre

a violência crescente numa região periférica da cidade de São Paulo e concluía com este trinômio: desemprego, álcool e droga, que levam à miséria, à violência e à morte. O estudo mostrava como o desemprego leva muitos ao álcool e à droga e como esse trinômio leva à miséria, que leva à violência, que leva à morte. É o tecido social que enfraquece.

O trabalho é um direito de cada ser humano, além de ser um dever. Por ele, o homem expressa e desenvolve suas potencialidades, ganha seu sustento e o de seus dependentes, providencia para seu futuro e colabora para o bem comum da sociedade. Perdendo a possibilidade de trabalhar, o homem se sente excluído de todo esse processo e atingido duramente em sua dignidade. Daí para a revolta o passo é curto.

Sabemos que o desemprego hoje cresce no mundo, tendo como duas de suas causas maiores a globalização da economia e a nova ordem econômica mundial de corte neoliberal, que deu características estruturais ao desemprego e expôs, por demais, a economia dos países à fome irresponsável de

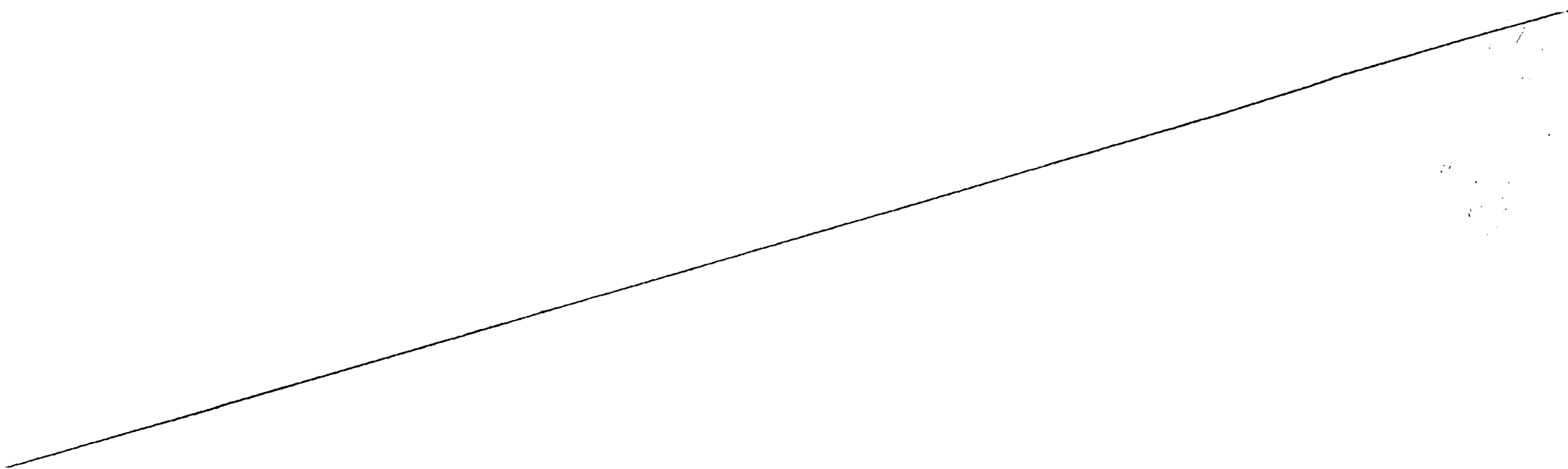
lucro do capital financeiro e especulativo internacional.

A Igreja, com sua Campanha da Fraternidade, pretende contribuir para a reflexão sobre toda essa problemática. Assume sua doutrina social como orientação segura. Reúne suas comunidades e as anima a uma solidariedade eficaz para com os desempregados, assistindo-os organizadamente em suas necessidades imediatas e ajudando a articulá-los. Apela aos governantes para que ouçam os desempregados e todos os envolvidos no problema, como são os trabalhadores e os empresários, com seus respectivos sindicatos e associações. Apela aos políticos para que apressem as reformas sociais, econômicas e políticas na direção de uma sociedade justa, fraterna e solidária. Insiste na reforma agrária, já iniciada, mas com longo caminho ainda pela frente, que precisa ser acompanhada de uma adequada política agrícola. Ao lado das grandes e médias empresas agrícolas, aponta para a importância, também, da agricultura familiar, bem como das pequenas empresas de comércio, indústria e serviços, como produtoras e geradoras de muitos empregos. Sugere aos governantes locais abrirem frentes de trabalho, quem sabe, na área da construção de habitações e obras públicas, na área do turismo, na educação, na requalificação dos trabalhadores, na defesa do meio ambiente. Apóia os trabalhadores e os empresários que unem seus esforços e negociam para proteger o emprego e abrir novas oportunidades de trabalho.

A Igreja, nesta campanha, gostaria de ver crescer um verdadeiro movimento de solidariedade para com os desempregados. Guiada pela palavra de Jesus Cristo, dá prioridade às pessoas sobre as coisas e defende uma distribuição mais justa das riquezas, para que todos possam ter vida digna, pois nós somos todos irmãos.

Dom Cláudio Hummes é arcebispo de São Paulo





Folha 196
de 196
de 1997

LEGISLAÇÃO
JULIA KATZ
Regina Scharf
de São Paulo

Lista de financiadoras mostra caminho do dinheiro

Prefeituras e organizações não-governamentais ganharam um aliado importante na caça aos recursos financeiros. A Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam), ligada à Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, acaba de lançar o segundo volume da série "Fontes de Recursos aos Municípios", que esmiuça os canais de acesso a financiamentos e doações.

Ele arrola agências internacionais — como o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) ou a embaixada holandesa — e nacionais — como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Também lista entidades ligadas a empresas, como a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.

"Se o prefeito não buscar recursos que completem seu orçamento, dificilmente viabilizará seu programas de governo", diz Hélivio Moisés. Ele coordena a Unidade de Políticas Públicas da Cepam, responsável pelo lançamento da publicação, editada por Juçara Terra Rodrigues.

Moisés alerta que a disputa pelos recursos é das mais árduas. "A maioria dos financiadores tem muito critério na seleção", diz. Para conseguir financiamento, um projeto tem que ser claro, consistente e ter impacto na vida da comunidade. Além disso, os interessados têm que preencher os formulários da instituição, geralmente detalhados, às vezes em inglês, sempre complexos.

Algumas características costumam contar pontos. Se o projeto tiver sido discutido com a comunidade envolvida, suas chances de sucesso são maiores. "Ninguém melhor do que a população local para saber que trecho da estrada enche dágua e impede as pessoas de irem

ao médico na cidade", exemplifica Moisés. Pode ser útil conhecer as financiadoras e checar se o projeto proposto bate com seus interesses.

Municípios endividados ou inadimplentes junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) podem ter crédito vetado. Ao contrário, se o candidato a empréstimo tiver credi-

bilidade e puder comprovar sucesso em projetos anteriores, ganha pontos. "Afim, o financiador não está disposto a perder dinheiro", afirma.

Uma vez preenchidos todos os requisitos, o processo pode levar mais de um ano até sua aprovação final, sobretudo se envolver uma instituição estrangeira. Isso porque, muitas

vezes, consultores das agências financiadoras vão visitar o projeto e checar as informações. "As liberações do Fundo Nacional do Meio Ambiente podem levar um ano, contra poucos meses para o programa Unibanco Ecologia", afirma.

Tantos detalhes e dificuldades podem justificar a contratação de um

"fund raiser", profissional especializado em captação de recursos. "Esse é um salário que se paga facilmente", diz Moisés. O "fund raiser" também acompanha a flutuação da disponibilidade dos recursos. Segundo a Cepam, o Instituto Ayrton Senna e a Fundação C&A ampliaram suas dotações nos últimos anos. Na área ambiental, porém, o dinheiro era muito mais abundante nos anos anteriores à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92.

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que não distribuiu recursos no ano passado, ainda não começou a receber as inscrições deste ano, que eram previstas para janeiro. Segundo Moisés, o FNMA já garantiu um acordo de repasse de US\$ 75 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deverão ser distribuídos a fundo perdido.

As 48 instituições listadas no segundo volume editado pela Cepam se somam às 85 citadas no primeiro volume, publicado há dois anos. As informações contidas nos dois livros podem ser obtidas, também, através da homepage www.cepam.com.br. A Fundação Faria Lima, que dá apoio a administrações municipais de todo o País, também promove cursos e seminários para divulgar o modo de funcionamento das agências financiadoras.

Onde está o dinheiro

Área	Instituição	Público-alvo	Finalidade	Teto por projeto
● Agricultura	Secretaria Estadual da Agricultura de São Paulo	Pequenos tradutores paulistas	Comprar tratores e equipamentos	R\$ 30.000
● Ciência e Tecnologia	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia	Universidades e instituições de pesquisa	Geração e disseminação de conhecimentos	Não tem
● Cultura	Ministério da Cultura	População em geral	Ampliar acesso à cultura e proteger o patrimônio cultural ou histórico	variável (em 1998, R\$ 50.000)
● Educação	Fundação Abrinq	Crianças e adolescentes	Melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes	Não tem
● Emprego e renda	BNDES	ONGs de municípios com mais de 500 mil habitantes	Estimular o crédito produtivo popular	Até R\$ 3.000.000
● Energia	Fundo Mundial para o Meio Ambiente	ONGs e associações comunitárias do cerrado	Conservar a diversidade biológica e reduzir o aquecimento global	US\$ 30.000
● Infra-estrutura	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo	Usuários de transportes coletivos	Assessorar as prefeituras no gerenciamento e fiscalização de transportes coletivos	Variável
● Meio ambiente	Instituto Conservation International do Brasil	Comunidades em geral	Apoiar projetos de conservação e manejo da vida silvestre e pesquisas biológicas	Não tem
● Recursos hídricos	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	Indústrias paulistas	Orientar e racionalizar o uso industrial da água	variável
● Saúde	Superintendência de Controle de Endemias	Comunidade em geral	Controle de artrópodes peçonhentos	Não tem

GAZETA MERCANTIL
18-02-99

RF. A-05

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Folha n.º 197 de pro.
n.º PL-176 de 10 97

ANA PAULA
Oficial Legislativo

O direito ao trabalho

CLÁUDIO HUMMES

O altíssimo índice de desemprego em nosso país deixa a sociedade apreensiva em relação ao futuro. O problema é grave e se agrava a cada dia. Mais e mais pessoas são demitidas de seus empregos, sem perspectiva de voltar ao trabalho tão cedo. Sua situação pessoal, familiar e social se deteriora.

Pois, na verdade, o desemprego humilha a pessoa, deprecia-a diante de si mesma, de sua família e de seu meio social. Impede-a de ganhar sua vida e a de seus dependentes com o fruto do seu próprio suor, torna-a dependente da ajuda dos outros, dá-lhe a impressão de ser inútil. Ameaça-a de rápido empobrecimento. Por isso, a situação a desanima e a revolta interiormente.

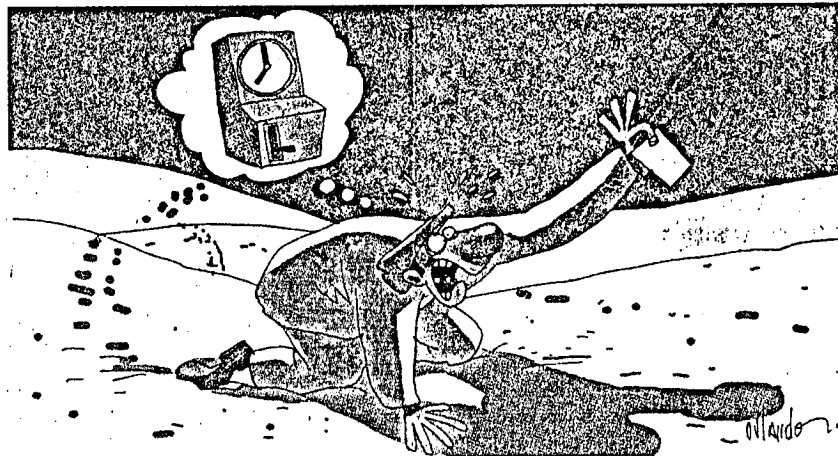
Assim, à medida que o número dos sem-trabalho sobe assustadoramente, o tecido social sofre e se debilita.

Por outro lado, o trabalho é um direito de cada ser humano, além de ser um dever. Reconhece-o a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 23): "Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego".

O trabalho, na verdade, caracteriza o homem diante dos demais seres deste mundo. Só o homem tem capacidade para trabalhar, no seu pleno sentido. Só o homem realiza trabalho e com ele preenche o melhor tempo de sua existência. Pode-se dizer que o homem é, por natureza, chamado ao trabalho.

Por isso, o trabalho é essencialmente uma bênção para o ser humano. Por ele, o homem desenvolve progressivamente todas as suas potencialidades, ganha o sustento para si e para seus dependentes, toma providências para seu futuro e economiza para emergências, como doenças ou novos empreendimentos. Colabora para o progresso da ciência, da tecnologia e da cultura.

O atual papa, em sua encíclica sobre o trabalho humano (1981), lembra com razão que o capital, entendido como o conjunto dos meios de produção, é produto do trabalho manual e intelectual de muitas gerações. Isso significa que cada máquina, com todas as sofisticadas da tecnologia de ponta, representa a soma do trabalho de gerações



anteriores e da geração atual. De modo que ninguém pode simplesmente declarar-se proprietário absoluto dessa máquina, pretendendo usufruí-la sem obrigações sociais —ela pertence, em sua raiz, à comunidade humana.

Aquele que é desempregado sente-se excluído de todo esse processo produtivo, histórico e comunitário, altamente dignificante da pessoa humana. O desemprego torna-se desumanizante.

Diante do agravamento do problema, a CNBB decidiu dedicar a Campanha da Fraternidade de 99 ao desemprego. Seu lema ("Sem trabalho... Por quê?") é o grito de cada brasileiro demitido de seu emprego. A Igreja Católica ouve esse grito, que ecoa fundo —são pessoas humanas que se sentem jogadas fora, à margem—, e entra nesse problema.

Como já declarava o Concílio Vaticano 2º (GS, 1): "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias

e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo". Mais: "A comunidade cristã sente-se verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história".

João Paulo 2º, na sua primeira encíclica, "O Redentor do Homem", retoma esse tema, quando afirma: "O homem é a primeira e fundamental via da igreja". Isso significa que a igreja não pode deixar de ser solidária com a pessoa humana. Essa atitude dos cristãos se baseia no fato de o Filho de Deus ter-se feito homem em Jesus Cristo,

dando à natureza humana uma dignidade que inclui e mesmo supera o que a razão percebe da inviolável e incomparável dignidade da pessoa humana.

Por essas razões, a igreja sempre proclama o primado da pessoa humana sobre as coisas. Nisso está a base de sua compreensão ética no que tange ao homem e ao convívio humano na história. É nessa chave que se entende a defesa pela igreja do "princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital", tese que se encontra na encíclica de João Paulo 2º sobre o trabalho humano. Aqui trabalho significa, concretamente, o homem trabalhador. Portanto, o trabalhador deve sempre ter prioridade sobre o capital, o lucro, a acumulação de riquezas. A economia deve estar a serviço do homem.

Tornar isso realidade é, hoje, sempre mais complexo e difícil. Empurrar a responsabilidade pelo desemprego sobre este ou aquele setor não é justo nem traz soluções sábias. Toda a sociedade é responsável por essa situação. Obviamente, aqueles que têm maior poder político, social e econômico são os principais responsáveis, mas a sociedade inteira precisa assumir sua parte.

Além do mais, sabemos que o desemprego hoje cresce em todo o mundo, tendo como uma de suas causas maiores a nova ordem econômica mundial, globalizada e de corte neoliberal —que, por acréscimo, expõe em demasia a economia dos países à fome irresponsável de lucro do capital financeiro e especulativo internacional.

A igreja, com sua Campanha da Fraternidade, quer contribuir para a reflexão sobre esse complexo assunto e para a busca de soluções viáveis, tanto emergenciais como estruturais, seja em nível local, seja nacionalmente.

D. Cláudio Hummes, 64, é arcebispo de São Paulo. Foi arcebispo de Fortaleza (CE) e bispo de Santo André (SP).

**O trabalhador deve
sempre ter prioridade
sobre o capital e o lucro.
A economia deve estar
a serviço do homem**

FOLHA TARDE
Data: 18 / 02 / 99
Pág.: 15

Folha n.º 198 de p.ºca.
n.º PL-176 de 19 97
ANA PAULA KURRIZ
Oficial Legislativo

Campanha da CNBB defende imposto de grandes fortunas

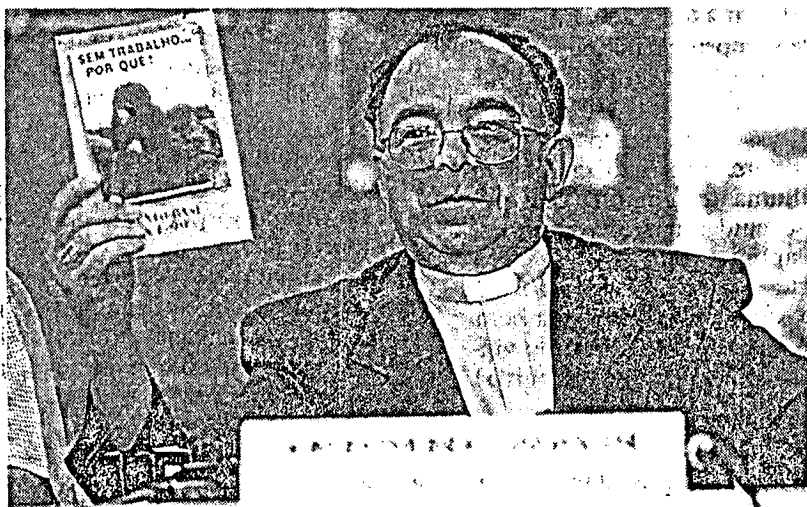
O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Raymundo Damasceno, defendeu ontem a inclusão da taxação sobre grandes fortunas no ajuste fiscal proposto pelo governo para acertar suas contas.

A proposta foi defendida durante o lançamento da Campanha da Fraternidade 1999, que tem como tema "Fraternidade e Desemprego" e como lema "Sem trabalho... Por quê?". A campanha propõe a redução da jornada de trabalho e de horas extras para combater o desemprego.

Segundo d. Raymundo, "tem de haver equilíbrio fiscal entre receitas e despesas. Mas há muita gente ganhando muito, as grandes fortunas, e devem pagar mais impostos na proporção de seus lucros".

Projeto sobre a taxação de grandes fortunas foi elaborado por FHC durante seu último mandato no Senado (87-94). No final de 98, o deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) pediu que o projeto de FHC fosse incluído nas medidas de ajuste, mas a proposta foi excluída.

O padre Luiz Bassegio, assessor da Pastoral Social da CNBB, disse que são "inaceitáveis" as



SEM TRABALHO... POR QUÊ?

Ichiro Guerra/Folha Imagem

D. Raymundo Damasceno, da CNBB, mostra cartilha da campanha

medidas do ajuste fiscal, pois não geram educação, moradia e saúde nem estão comprometidas com o resgate das dívidas sociais.

As propostas da CNBB para combater o desemprego incluem o aumento da cota de importação de US\$ 150 a US\$ 500 para ajudar os sacoleiros. Outra proposta pede que cada

grupo de cinco famílias adote uma família desempregada.

O texto-base da campanha defende a criação de um fundo gerador do emprego com a taxação de 0,25% sobre o capital especulativo que migrar de um país para outro e com o perdão da dívida dos países em desenvolvimento.

(Sucursal de Brasília)

Arcebispo lança campanha e evita fazer crítica ao governo

O arcebispo metropolitano de São Paulo, dom Cláudio Hummes, evitou críticas diretas aos diferentes níveis de governo durante o lançamento da Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema o desemprego. Dom Cláudio, que rezou a missa da Quarta-Feira de Cinzas para aproximadamente 2.500 pessoas na Catedral da Sé, Centro, preferiu alvos mais abstratos, como o neoliberalismo e a globalização da economia, para discutir a questão que, somente na região metropolitana, atinge mais de 1,5 milhão de paulistanos.

Embora o documento, que será divulgado em todas as dioceses do País, defenda o perdão, ao menos parcial, da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, dom Cláudio deixou claro que a Igreja Católica não aprova iniciativas como a moratória decretada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB).

"O governo não é omissor diante dos problemas, apenas não está agindo como deveria" disse. A

Papa defende mais justiça

"A Quaresma mostra a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento da nossa sociedade, para fazê-la mais justa". A afirmação foi feita ontem pelo Papa João Paulo II ao celebrar, na basílica de Santa Sabina, a missa da Quarta-feira de Cinzas, que marca o início do período da Quaresma.

O papa enfatizou que é necessário uma distribuição mais justa dos bens, para que todos possam viver com dignidade. "É preciso uma mudança de mentalidade e também do coração", afirmou João Paulo II. O pontífice e seus assistentes receberam cinzas na cabeça, colocadas pelo cardeal Jozef Tomko.



MISSA na Catedral da Sé, no Centro, reuniu por volta de 2.500 fiéis

campanha desenvolverá o tema Sem Trabalho... Por Quê? durante a quaresma, que comelou ontem e até 4 de abril.

Segundo o arcebispo, a campanha pretende fazer com que a sociedade não se omita diante do problema, considerando que o de-

semprego só atinge os outros, e que centre seus esforços na valorização do homem em detrimento da economia. "Precisamos nos sentar para conversar e ver como alguém que disponha de maior poder econômico e social, tem condições de abrir mão de algo para be-

neficiar a todos", defendeu.

A aceleração da reforma agrária é um dos principais pontos das propostas sugeridas pela Igreja. De acordo com dom Cláudio, a Igreja tem conversado com importantes empresários, inclusive representantes de multinacionais, para discutir formas de evitar ou, ao menos, diminuir os efeitos do desemprego. "A falta de trabalho humilha e deprecia as pessoas diante de si próprias", afirmou.

Segundo um dos coordenadores da campanha, Waldemar Rossi, representante da Pastoral Operária, os leigos da Igreja pretendem fazer um grande debate de conscientização dos trabalhadores sobre o problema e, ao mesmo tempo, exigir mudanças na política econômica do Governo Federal.

"Pretendemos pedir que sejam feitos investimentos nas áreas sociais, o que beneficiará um grande número de trabalhadores", disse. No Domingo de Ramos, em 28 de março, a Pastoral já estará fazendo alguma manifestação em favor do emprego.

CNBB apresenta propostas



DOM CLÁUDIO: cinza nos fiéis

Entre as propostas da CNBB que estão sendo divulgadas na Campanha da Fraternidade, a terceira desde a criação da atividade em 1964 que trata do tema trabalho, figuram algumas defendidas por entidades da sociedade civil, como sindicatos e centrais sindicais e outras desenvolvidas a partir de estudos da Pastoral Operária.

As principais sugestões da Igreja Católica são: redução da jornada de trabalho para 40 ou 30 horas semanais, propostas respectivamente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical, criação de agências para desempregados, redução ou fim das horas-extras, reforma agrária, estímulo a programas oficiais de

geração de emprego e renda, incentivo à agricultura familiar, requalificação profissional e proteção às microempresas.

Além disso, segundo dom Cláudio, é de importância fundamental garantir solidariedade ao desempregado no sentido de lhe oferecer gratuidade no transporte público e nas tarifas de serviços (água e luz, por exemplo).

Na missa, os integrantes da Pastoral Operária exibiram uma grande cruz de madeira dentro da qual havia uma faixa com a frase Porque Ninguém me Contratou, de São Mateus, uma resposta à pergunta da campanha. Dom Cláudio jogou cinzas nas cabeças dos fiéis para sugerir vida nova.

18
4
LÍDIA
02
09
P

Diário Popular

24.02.99

pp. 02

Banco do Povo atende a 463 em dois meses

JACAREÍ — O Banco do Povo atendeu 463 pessoas em dois meses de funcionamento, sendo que 62 já receberam o crédito em dinheiro. O Banco financiou um total de R\$ 38.502,00. Implantado no mês de dezembro é alternativa para a geração de renda e emprego no município.

O objetivo é viabilizar novos mecanismos de funcionamento, levando crédito ao pequeno empreendedor, que não tem acesso a empréstimos nos bancos comerciais. Os interessados em obter o crédito do Banco do Povo devem procurar a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

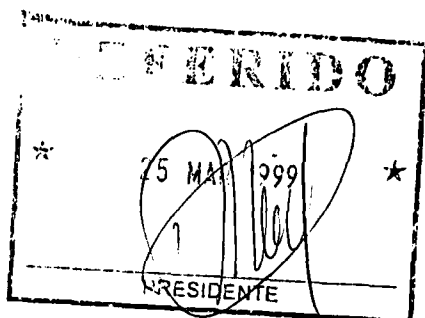
SEGUE(M) juntado(s) o(s) projeto(s) rubri-
cado(s) sob n.º 201-205 a informação sob
n.º 126103/99 a

ANA CAULA KARRUZ
Oficial Legislativa



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º = 204 = do proc.
n.º PL-176 de 1997
1.ª
JANA PAULA KARRUZ
Municipal Legislativo



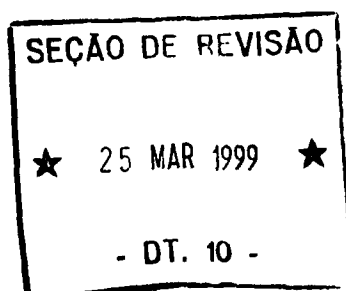
13 - RDS
13-0594/1999

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1999.


CARLOS NEDER

Vereador -PT



Publicação: JT
Data: 07/03/99
Pág.: 7-A

Elano Reis

Menor banco do País quer crescer

Com 600 correntistas ativos, a Cocremir funciona há 45 anos em Mirassol e serviu de modelo para a criação do Banco do Povo no Ceará

O menor banco do País – a Cooperativa de Crédito de Mirassol (Cocremir) –, localizado no interior de São Paulo, iniciou trabalho para dobrar o número de correntistas e o volume de depósitos no prazo de um ano. Há estudos para baixar os juros dos empréstimos de 10% para 8% ou menos. A intenção da nova diretoria do “banquinho” é também ampliar a oferta de crédito a micro e pequenos comerciantes e industriais. A Cocremir serviu de modelo para o governo do Ceará criar o seu “Banco do Povo” e foi registrado no Guinness Book como o menor banco do País.

Funcionando desde janeiro de 1955, a Cooperativa de Crédito Mirassolense foi um dos raros bancos de pequeno porte que resistiu a onda de incorporações e fusões. Dos 4,4 mil correntistas registrados, 600 são ativos. Os depósitos no dia 2 de março somavam R\$ 107 mil e as aplicações financeiras, R\$ 57 mil, com um total de R\$ 164 mil. Os empréstimos totalizavam R\$ 152 mil. “A Cocremir, por ser uma cooperativa de crédito, está desobrigada do depósito compulsório”, explicou o presidente do banco, Ozias Bueno.

Os correntistas são, na maioria, operários, domésticas, funcionários públicos, ambulantes, costureiras, aposentados, professores,

comerciários e industriários. Cerca de 90% deles ganham de dois a quatro salários mínimos por mês. O banco faz empréstimos a partir de R\$ 100,00 e até R\$ 2.000,00, que são usados na compra de eletrodomésticos, bicicletas (usadas como meio de transporte), tratamento dentário, pagamento de impostos e taxas, conserto de veículos, medicamentos. etc. “Funciona há 45 anos como um banco do povo”, diz Ozias.

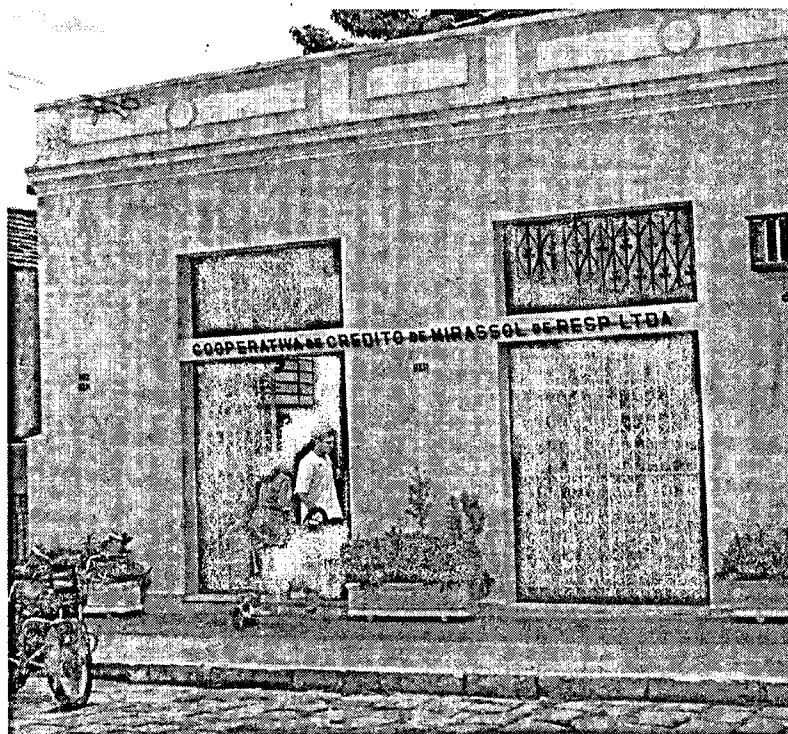
A nova diretoria do “banquinho” foi empossada em fins de fevereiro. Ozias Bueno é também o presidente da Associação Comercial e

Industrial e do Sindicato do Comércio Varejista de Mirassol.

Pessoalmente, ou com a participação dos demais diretores, realiza visitas para conquistar clientes para Cocremir. Torna-se cooperado quem adquire, no mínimo, 100 cotas (valor de R\$ 1,00 cada cota). Podem ser cooperados moradores de Mirassol, Vila Bálamo, Neves Paulista, Jaci, Mirassolândia. “Com o aumento no volume de depósitos, vamos atender um maior número de micro e pequenos empresários, pessoas físicas e outros clientes”, afirma o presidente do banco.

O Cocremir está informatizado, possui um terminal de consulta (fornecimento de saldos e extratos), circuito interno de tevê, alarme direto com a delegacia de polícia e guarda armada. “A segurança é a de um grande banco”, afirma o gerente Walter dos Santos Silva.

Antônio Higa, especial para o JT



COCREMIR: intenção de ampliar créditos e reduzir juros de 10% para 8%

Publicação: OESP
Data: 14/03/99
Pág.: 3-14

Crediamigo já concedeu R\$ 35,5 milhões

Programa de crédito para micros, do Banco do Nordeste, já contratou mais de 67 mil operações

FORTALEZA – O programa de microcrédito do Banco do Nordeste, o Crediamigo – lançado em janeiro do ano passado –, já contratou mais de 67 mil operações, num total de R\$ 35,5 milhões em créditos, de acordo com a instituição.

O coordenador do Ambiente de Políticas do Banco do Nordeste, Ildemar Vieira, afirma que “há perspectivas

de incremento das operações do programa”, com a adoção de novos produtos para o microempreendedor.

Além do crédito, serão oferecidos serviços de capacitação, com o objetivo de promover o crescimento dos negócios e a obtenção de melhores resultados. A melhoria da capacidade de gestão do empreendedor permitirá sua integração aos mercados, com o aumento de sua competitividade, diz a coordenadora-executiva do programa, Conceição Faheina.

Sector informal – A iniciativa

já é considerada a maior experiência de microfinanças do País. Os beneficiários do programa são microempreendedores do setor informal, antes marginalizados pelo sistema financeiro tradicional.

O interessados tomam emprestado pequenas quantias (média de R\$ 530,00 por operação) para o desenvolvimento de seus negócios. Para isso, o Banco do Nordeste preparou 51 agências com especialização em microcrédito. Entre os tomadores de crédito, 55,4% são homens e 44,6% mulheres.

Publicação: Serviço Pop.
Data: 27/02/89
Pág.: 02
Estadual

Folha n.º = 204 = do proc.
n.º PL-176 de 19 97
ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

Franca anuncia a instalação do Banco do Povo

FRANCA — O município de Franca, com pouco mais de 250 mil habitantes na região de Ribeirão Preto, deverá ter a partir de março o seu Banco do Povo. O projeto está sendo viabilizado numa parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura, e o principal objetivo é que ele sirva para o incentivo aos pequenos e micro empresários, incentivando as atividades a que se dedicam e, conseqüentemente, a retomada do desenvolvimento.

Segundo o prefeito da cidade, Gilmar Dominici (PT), o banco tem o objetivo de conceder empréstimos, com a cobrança de juros bem baixos, 1% ao mês, para pessoas que queiram começar algum negócio. Dependendo do sistema a ser implantado na instituição, os empréstimos também poderão ser estendidos para outras finalidades. Cálculos iniciais apontam que o Banco do Povo deve começar a funcionar com investimentos na ordem de R\$ 500 mil. Com esse dinheiro será possível a concessão de empréstimos para pessoas físicas, podendo variar de R\$ 200 a R\$ 5 mil.

Um imóvel já foi alugado pela Prefeitura para a instalação do Banco do Povo. Trata-se de uma casa na rua Capitão Anselmo, no Centro da cidade.

Publicação: OESP
 Data: 07/03/99
 Pág.: B-14

Folha nº 205 = do prelo
 N.º 12-176 do 1997



Diretoria e funcionários da Cocremer querem atender mais micros



A cooperativa funciona desde janeiro de 1955 e foi registrada no Guinness Book como o menor banco do mundo

Menor banco do País programa expansão

Cooperativa de Crédito quer dobrar número de correntistas, sem perder a característica de Banco do Povo

ANTÔNIO HIGA
 Especial para o Estado

MIRASSOL - O menor banco do País - a Cooperativa de Crédito de Mirassol (Cocremer) - iniciou trabalho para dobrar o número de correntistas e o volume de depósitos no prazo de um ano. Há estudos para baixar os juros dos empréstimos de 10% para 8% ou menos. A intenção da nova diretoria do "Banquinho" é também ampliar a oferta de crédito a micro e pequenos comerciantes e industriais. A Cocremer serviu de modelo para o governo do Ceará criar o "Banco do Povo" naquele estado nordestino.

Funcionando desde janeiro de 1955, a Cooperativa de Crédito Mirassolense foi um dos raros

banco de pequeno porte que resistiu a onda de incorporações e fusões. Dos 4.400 correntistas registrados, 600 são ativos. Os depósitos no dia 2 de março somavam R\$ 107 mil e as aplicações financeiras, R\$ 57 mil, com um total de R\$ 164 mil. Os empréstimos totalizavam R\$ 152 mil. "A Cocremer, por ser uma cooperativa de crédito, está desobrigada do depósito compulsório", explicou o presidente do banco, Ozias Bueno.

Os correntistas são, na maioria, operários, domésticas, funcionários públicos, ambulantes, costureiras, aposentados, professores, comerciantes, industriais. Cerca de 90% deles ganham de dois a quatro salários mínimos por mês. O "Banquinho" faz empréstimos a partir de R\$ 100,00 e até R\$ 2.000,00, que são usados na compra de eletrodomésticos, bicicleta, como meio de transporte, tratamento dentário, pagamento de impostos e taxas, conserto de veículos, medicamentos. "Funciona há 45 anos como um banco do povo", diz Ozias.

A nova diretoria do "Banquinho" foi empossada em fins de fevereiro. Ozias Bueno é também o presidente da Associação Comercial e Industrial e do Sindicato do Comércio Varejista de Mirassol.

Pessoalmente, ou com a participação dos demais diretores, realiza visitas para conquistar clientes para Cocremer. Tornase cooperado quem adquire, no mínimo, 100 cotas (valor de R\$ 1,00 cada cota). "Com o aumento no volume de depósitos vamos atender maior número de micro e pequenos empresários, como pessoa física, e outros clientes", afirma o presidente do banco.

A receptividade, segundo Ozias, tem sido boa. "A expectativa é atingir a meta (dobrar os depósitos) em menos de um ano", diz. Não há registro de prejuízos na história do banco. É feita a renegociação da dívida nos casos

de inadimplência. "Recorro ao 'Banquinho' quando estou no aperto ou para estocar bebidas", diz o dono de um bar que funciona no aeroporto de Mirassol, Varlei Roberto Pereira. O último empréstimo que ele fez foi de R\$ 1 mil. "Não há burocracia, basta apresentar o avalista e o dinheiro é liberado na hora", afirma. O financiamento pode ser pago em até quatro prestações mensais.

O metalúrgico Francisco Gonçalves dos Santos, cliente há 10 anos, afirma que fez empréstimos de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 para pagar prestações da casa própria, o supermercado, compra de medicamentos ou de móveis. O gerente atende os correntistas no balcão e, em cinco minutos, o dinheiro solicitado está depositado na conta", diz Francisco. "Nenhum outro banco oferece atendimento tão bom a clientes que são pessoas comuns, como nós", declara o metalúrgico.

O "Banquinho" está informatizado, possui um terminal de consulta (fornecimento de saldos e extratos), circuito

interno de TV, alarme direto com a delegacia de polícia e guarda armada. "A segurança é a de um grande banco", afirma o gerente Walter dos Santos Silva. "A cooperativa de crédito moderniza-se, cresce e continuará sendo o banco do povo", declara Ozias Bueno.

O cofre e a maioria dos móveis são da época da fundação da Cocremer. O banco funciona no mesmo endereço, no centro da cidade, desde a sua instalação. São oito os funcionários - o gerente, cinco escriturários, um vigilante e uma faxineira. Foi registrado no Guinness Book como o menor banco do País. Podem ser cooperados moradores de Mirassol, Vila Bálamo, Neves Paulista, Jaci, Mirassolândia.

BANQUINHO
 LIBERA
 EMPRÉSTIMOS EM
 CINCO MINUTOS

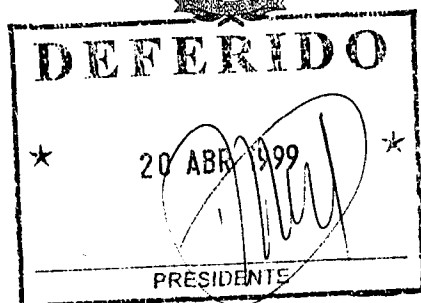
CÂMARA MUNICIPAL **SÃO PAULO**
SEGUE(M) junta(M) _____ (s) rubri-
cado(s) sob n.º 20.220 _____ informação sob
n.º _____ 1.22/4 99 a 1. _____ *folha*



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	206	de pros.
n.º	PL 176	de 19 97
<i>Paula Karruz</i>		

PAULA KARRUZ
Legislativo



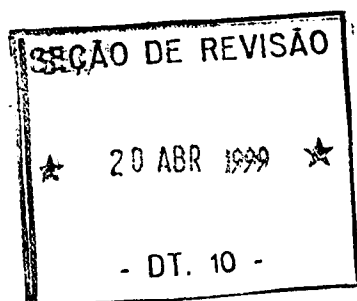
13 - RDS
13-0809/1999

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1999.

Carlos Neder
CARLOS NEDER

Vereador -PT

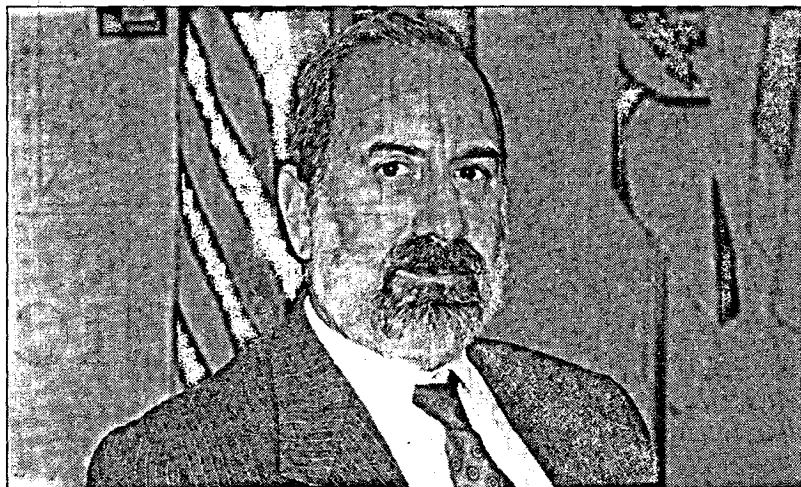


Microempresa ganha linha de crédito de longo prazo

SANDRA MOTTA

As micro, pequenas e médias indústrias paulistas têm a partir de hoje acesso a uma nova linha de crédito de longo prazo, com recursos de R\$ 70 milhões. O dinheiro vem do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e será repassado por convênio assinado ontem entre o Simpi, que representa o setor, e o Banco Industrial do Brasil (BIB). "É um convênio inédito, que vai beneficiar empresas exportadoras, importadoras e permitir operações para investimento, com prazos que variam de 12 meses a 8 anos", afirma o presidente do Simpi, Joseph Couri.

São três linhas de financiamento. As duas primeiras para as exportadoras e importadoras, voltadas para operações de câmbio, como as chamadas ACCs (Adiantamentos



COURI disse que principal vantagem são os prazos de até oito anos

de Contrato de Câmbio) e as ACEs (Antecipação de Contratos de Exportação). A terceira modalidade é voltada para todo tipo de empreendimento de micro, pequeno e mé-

dio portes e poderá ser utilizada para qualquer forma de investimento, desde que o interessado elabore um projeto, junto com os técnicos do Simpi. Cada empresa poderá pedir

até R\$ 2 milhões, mas a expectativa da entidade é que a média fique em R\$ 200 mil por operação.

Couri explica que o principal atrativo são os prazos. Nas duas primeiras linhas o prazo para pagamento é de até 12 meses, com taxas variando entre 8% e 19% ao ano, mais a variação cambial. Para investimento, as taxas são as mesmas e os prazos de pagamento variam de três anos até 8 anos. As garantias serão estudadas caso a caso e a perspectiva é que se leve 45 dias entre avaliação e liberação do crédito.

"Não temos dúvida de que esse dinheiro vai chegar às mãos do empresário. E de que mais recursos virão para atender a demanda. É uma lição para o governo brasileiro, pois estamos conseguindo linhas de longo prazo concedidas por instituições de fora do País", avalia. Mais informações no telefone 887-8899.

Publicação: Diário Comércio
Data: 16 / 04 / 99
Pág.: 08

Folha n.º	008	de	proe.
n.º	PLA 176	de	1997
<i>plange</i>			

Pequenos têm uma nova opção

As micro e pequenas empresas de todo o País terão R\$ 1 bilhão da Caixa Econômica Federal (CEF) para o financiamento de capital de giro este ano. Ontem, em Brasília, os presidentes da CEF, Emílio Carazzai, e do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpi), Joseph Couri, assinaram convênio com o objetivo de facilitar o acesso das empresas aos programas Micro-Giro e Caixa-Giro.

Podem obter o financiamento com os recursos do Micro-Giro as empresas com o prazo mínimo de um ano de funcionamento e faturamento bruto anual até R\$ 250 mil. Para obter o financiamento do Caixa-Giro, o faturamento deve ser de até R\$ 750 mil no ano. Nos dois casos, o valor máximo do empréstimo individual será de R\$ 30 mil. O prazo para o pagamento pode ser de quatro a 12 meses ao custo correspondente à TR mais 1% ao mês.

Bens dos próprios sócios, segundo Couri, podem ser oferecidos em garantia à operação. O trabalho do Simpi será formular os projetos a serem apresentados à CEF junto com os micro e pequenos empresários.

Publicação: GAB. MERCANTIL
Data: 31/03/99
Pág.: 07

Por Conta Própria

Quarta-feira, 31 de março de 1999

CRÉDITO

Reforço no caixa do Banco do Povo

Sofia Graciano
Recife

O governo de Pernambuco quer liberar até o final do ano 20 mil operações de financiamento a pequenos negócios em valores que variam entre R\$ 500 a R\$ 5 mil, via Programa Banco do Povo. A idéia é desburocratizar os empréstimos para as empresas que não têm acesso à rede de bancos privados.

Os financiamentos estão abertos a cooperativas e associações, e empresas formais e informais. As últimas não precisam dar garantias reais.

CAPTAÇÃO - Os recursos serão captados no caixa do governo, nos bancos estatais e em Organizações Não Governamentais (ONGs). A expectativa da Secretaria estadual de Planejamento e Desenvolvimento Social, gestora do programa, é começar a oferecer os empréstimos a partir da segunda quinzena de abril. O crédito vai para capital de giro — até R\$ 3 mil — e compra de equipamentos — até R\$ 5 mil.

Nesta etapa, os financiamentos

sairão do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), do Banco do Nordeste.

Em junho, o governo quer injetar R\$ 3 milhões em recursos próprios numa segunda linha de crédito que oferecerá empréstimos de R\$ 100 a R\$ 500. Também vai reunir dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

RESULTADOS - O BNDES também oferece linhas de crédito produtivo popular para empréstimo a microempresas. O crédito é concedido diretamente pelo banco, via linha BNDES Trabalhador ou repassado por ONGs conveniadas. "Queríamos criar outros canais que não os do banco, pois percebemos que os empréstimos indiretos, coordenados por outras organizações, são mais bem sucedidos", diz o chefe da representação do BNDES no Nordeste, Ajalmar Leite. Os interessados devem procurar uma organização associada e apresentar um programa de aplicação da verba. A experiência vem sendo desenvolvida há um ano no Brasil e há seis meses em Pernambuco. ■

■ LEGISLATIVO

Assembleia vai votar Banco do Povo

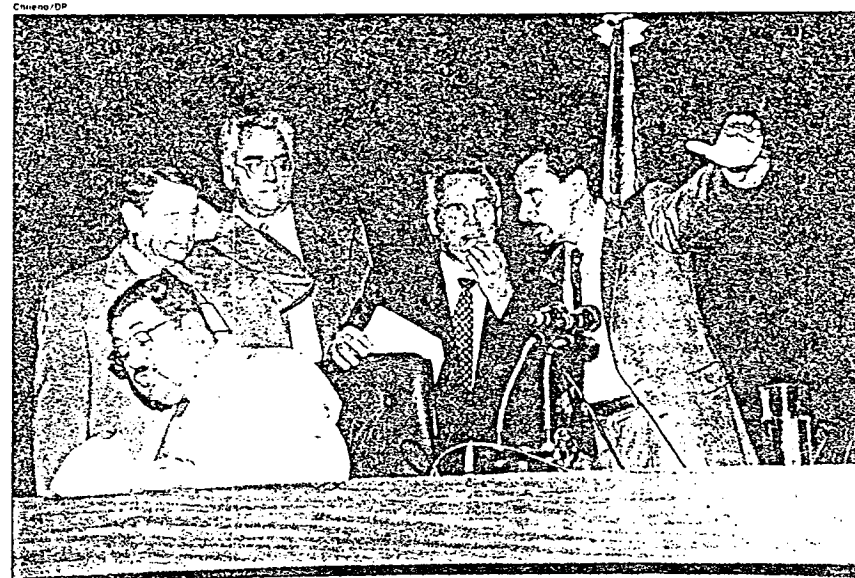
Deputados retornam às atividades depois de mini-recesso para detetização e pequenas reformas no Palácio Guaicurus

Da Sucursal de Campo Grande

A Assembleia Legislativa do Estado reabre hoje para o público, depois de cinco dias fechada para pequenas reformas e detetização de suas instalações. A Mesa diretora da AL decidiu fechar o Palácio Guaicurus desde a última quarta-feira para executar algumas reformas no prédio e realizar detetização nos gabinetes e seus departamentos. A partir de amanhã os deputados retomam a pauta de votações, devendo votar nas próximas semanas a mensagem do governo com o projeto de lei que cria o Banco do Povo.

Além da detetização e pequenas reformas, especialmente na fiação elétrica, a Mesa diretora determinou a criação de um espaço destinado à imprensa. O espaço foi reivindicado pelos jornalistas que cobrem os trabalhos dos deputados, em reunião com o presidente da Casa, deputado Londres Machado. Após o pedido, Londres pediu ao 1º secretário, deputado Ary Rigo, que determinasse uma pequena modificação na galeria principal, para acomodação dos jornalistas, que devem ter acesso direto aos parlamentares.

A mensagem com o projeto dispondo sobre a criação do Banco do Povo chegou à Assembleia na semana passada. A



Os deputados voltam ao trabalho hoje com o projeto do Banco do Povo em pauta para votação

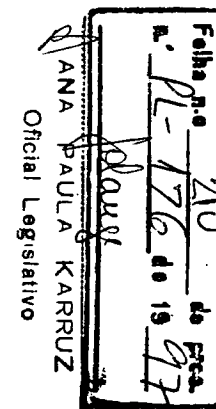
partir de amanhã a matéria será distribuída a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, presidida pelo deputado Jerson Domingos (PSDB), que tem 30 dias para designar relator. Caberá ao relator oferecer parecer sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto. Para votação em segundo turno de discussão, a matéria terá que passar por mais uma comissão técnica, a de Finanças e Orçamento, já que prevê despesas.

A proposta, na verdade, não trata especificamente da funda-

ção de uma instituição de crédito, mas sim a associação do Estado a uma empresa civil, que será encarregada de captar recursos e financiar pequenas atividades, nas áreas industrial, comercial e de prestação de serviços. A base de sustentação do governo na Assembleia pretende acelerar ao máximo a votação do Banco do Povo, que foi uma das principais bandeiras de campanha.

Ainda no primeiro semestre, o governo que aprovar o programa Bolsa-Escola. O projeto, segundo o secretário de

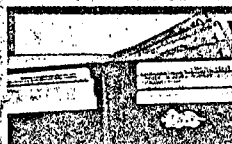
Governo, Vander Loubet, deve ser anunciado pelo governador Zeca do PT no dia 1º de maio. Cerca de mil famílias devem ser beneficiadas inicialmente. Tanto o Banco do Povo quanto a Bolsa-Escola são programas que vão ampliar os postos de trabalho e aumentar a renda, numa associação das necessidades econômicas e resgate da dívida social, conforme destaca o chefe da Casa Civil, lembrando que os investimentos do governo serão feitos de forma criativa e com o respaldo da Assembleia Legislativa.



MICROCRÉDITO

Bancos vão financiar sonho do trabalhador

COMO FUNCIONA O SISTEMA



O que é o microcrédito?

Sistema de empréstimos criado para quem tem dificuldades para conseguir dinheiro no banco

Quem pode pedir?

O dinheiro é destinado à população de baixa renda, a pequenos empresários e a profissionais autônomos. Cada entidade tem seus próprios critérios de escolha

Quanto dinheiro é possível conseguir?

Os valores também variam de banco para banco. Ficam entre R\$ 100 e R\$ 10 mil

O empréstimo pode ser usado para pagar dívidas ou fazer compras?

Não. O dinheiro só é liberado para investir em empresas ou no, caso de autônomos, na compra de mercadorias ou equipamentos

Qual é a diferença do microcrédito para um empréstimo bancário?

Os juros são um pouco menores, as instituições exigem menos garantias, não é necessário abrir conta corrente para receber o dinheiro e o microcrédito atende também profissionais que têm negócios informais, como, por exemplo, uma dona-de-casa que vende doces nas horas vagas

Que garantias são exigidas?

Há instituições que pedem somente a pessoa tenha sido indicada por alguém que já fez empréstimo. Outras pedem fiadores e fazem um levantamento das condições econômicas do cliente para avaliar sua capacidade de pagamento

Quando estará disponível em São Paulo?

O governo do Estado já desenvolve um programa de microcrédito em cidades do interior, em parceria com as prefeituras locais. Para que o projeto seja implantado, é preciso que governo do Estado e Prefeitura de São Paulo assinem o acordo

Fonte: Empresas e Agora

As regras de algumas entidades

Banco do Povo (Santo André): funciona desde maio de 1998 e atende moradores da cidade. Empréstimo de R\$ 300 a R\$ 10 mil, com juros de 4% ao mês

Banco do Povo (Estado de São Paulo): começou a funcionar em setembro na Grande São Paulo, Pontal do Paranapanema e Vale do Ribeira. Empréstimo de R\$ 200 a R\$ 5.000, com juros de mercado. O prazo de pagamento é de até um ano e meio

Microbank: começa a funcionar este semestre no Rio de Janeiro. Vai emprestar de R\$ 200 a R\$ 2.000, com juros de 4,5% a 5% ao mês. O prazo de pagamento será de até quatro anos

As taxas de juros*

	Mensais
Microcrédito	1% a 5%
Empréstimo pessoal	5,3% a 8,4%
Cheque especial	8,9% a 13,4%

Os novos cartões

Quem opera	Financieiras em geral
Taxa de juros*	De 10% a 15% ao mês
Renda mínima	R\$ 200
Prazo de pagamento	Até 6 meses

(*) como a Fininvest e o Banco Cacique Arte Agora

Financieiras e bancos privados iniciam nos próximos meses o ataque aos "sem-banco", parcela dos trabalhadores que não tem acesso à rede bancária.

Empresários do setor já formalizaram um projeto para regulamentar o microcrédito no país.

O microcrédito é um empréstimo de baixo valor, destinado a pequenos empresários ou autônomos que não conseguem obter dinheiro nos bancos por não poder comprovar renda ou dar as garantias exigidas em um financiamento.

O sistema foi criado por Mohammed Yunus, economista de Bangladesh (Ásia), com o objetivo de dar condições aos trabalhadores para melhorar suas condições de vida (veja texto abaixo).

José Antônio Dominguez Alonso, presidente do Microbank e um dos articuladores do projeto de regulamentação do microcrédito, afirma que dois em cada três trabalhadores do Brasil não têm acesso a crédito. É um grande mercado para esses bancos.

Alonso estava pronto para começar a operar no Rio no início deste ano, mas a alta do dólar provocou o adiamento do início dos financiamentos, que devem começar ainda neste semestre.

Para Alonso, o assistencialismo não ataca a causa da pobreza ou do desemprego, e acaba gerando acomodação.

A garantia que os bancos de microcrédito exigem é a indicação de alguém que já tomou dinheiro emprestado. "A pessoa tem que ter crédito na comunidade onde vive. É essa a garantia que queremos." (NS e EM)

ORIGEM

Crédito para pequenos começou nos anos 70

Ensinar a pescar em vez de dar o peixe na boca. Essa frase traz o objetivo do economista Muhammad Yunus, quando fundou o primeiro banco de microcrédito, o Grameen Bank, de Bangladesh (Ásia).

A ideia do Grameen (rural) surgiu em 1974. Yunus acompanhava o trabalho de um grupo de artesãos pobres, que vivia próximo à universidade onde ele trabalhava.

Para tocar o negócio, os artesãos faziam empréstimos a

juros de até 10% ao dia. O economista resistiu ao impulso de dar esmola e emprestou o equivalente a US\$ 30 para o grupo aplicar na produção.

Em vez de criar mais uma entidade assistencial ou sugerir um projeto governamental de ajuda à população carente, Yunus se interessou por, a partir do empréstimo, oferecer condições para que as pessoas produzissem e, pelo próprio esforço, melhorassem suas condições de vida.

Gostou do resultado, passou a estudar o sistema tradicional de empréstimos e acabou virando banqueiro.

Mais de 20 anos depois, o Grameen Bank tem 1.100 agências e 12 mil funcionários, a maioria estudantes. Em média, o valor dos empréstimos é de US\$ 160, e os juros, 20% ao ano. Segundo Yunus, 75% dos que fizeram empréstimos em seu banco melhoraram suas condições de vida. O calote é de 3%. (NS)

Publicação: AGORA
Data: 04 / 04 / 99
Pág.: A-5

J. ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

BANCO DO POVO

Estado mantém parceria com prefeituras

O governo do Estado de São Paulo mantém, desde setembro do ano passado, o seu Banco do Povo em parcerias com prefeituras.

O projeto começou em algumas cidades da Grande São Paulo, do Vale do Ribeira, na região sudeste do Estado e do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste.

As taxas de juros são baixas, em torno de 1,5% ao mês e os empréstimos ficam entre R\$ 200 e R\$ 2.000.

A maioria das entidades que operam o microcrédito é ligada a fundações, organizações não-governamentais ou governos, e tem apoio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do Banco Mundial, que financiam projetos em países emergentes.

No Brasil, além das iniciativas do governo, operam o microcrédito entidades como o Sebrae, o Movimento Viva Rio, o Banco do Nordeste e o Banco Regional de Brasília.

A idéia agora é tratar o microcrédito como um produto do mercado financeiro. As entidades se tornariam bancos especializados.

"É uma grande receita para o combate ao desemprego e à pobreza", diz José Antônio Domingues Alonso, do Microbank, que contrapõe o microcrédito ao que ele chama de "políticas assistencialistas" dos governos.

O Banco do Povo de Santo André (Grande São Paulo),

uma iniciativa do próprio município, empresta no mínimo R\$ 300 e no máximo R\$ 5.000 aos trabalhadores e microempresários. Se for para a compra de equipamentos, o teto atinge R\$ 10.000, mas não pode superar 70% do preço da máquina.

Segundo a direção do banco, desde maio de 98, quando começaram as operações, foram feitos cerca de 60 empréstimos, com valor médio em torno de R\$ 1.950.

(NS e EM)

EMPRÉSTIMO

Financeiras criam os cartões populares

Um grupo de 22 financeiras se prepara para fisgar o trabalhador que ganha a partir de R\$ 200. Vão lançar cartões de financiamento a juros mais baixos que os do cartão de crédito.

Enquanto a taxa de juros no cartão de crédito está na faixa dos 10% aos 15% ao mês, os novos financiamentos pelos cartões terão taxas mensais entre 6% e 9,5%.

Segundo Walter Moraes, diretor da Acrefi (associação das financeiras), as empresas devem lançar os cartões em maio. O produto já deveria ter chegado ao mercado, mas os planos do grupo foram atrapalhados pela alta do dólar.

De acordo com ele, haverá dois tipos de grupos de clientes, conforme a renda: o primeiro grupo engloba os con-

sumidores com renda mensal entre R\$ 200 e R\$ 500. O outro, com as pessoas com renda de R\$ 500 a R\$ 1.000.

Os prazos de financiamento poderão chegar a 12 meses, mas, segundo Moraes, em um primeiro momento, as financeiras deverão parcelar o débito em até 6 vezes.

Moraes afirma que cerca de 1 milhão de cartões deverão

ser lançados pelo grupo nos primeiros 12 meses de operação. "Vamos oferecer os cartões inicialmente para quem nunca atrasou prestações."

A Acrefi vem negociando com a Visa e a Mastercard o uso dos terminais de pagamento eletrônico, que existem nas lojas. Só da Visa, existem mais de 90 mil terminais.

(Edson Montelero)

Publicação: AGORA
Data: 04/04/99
Pág.: A-9

Folha n.º 213 de p.ºs.
n.º PL-176 de 19 97
Paula
ANA PAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

PERSONAGEM

Comerciante quer juro menor

César Rodrigues/Folha Imagem



O comerciante Moisés Messias da Rocha pegou R\$ 5.000

A burocracia e os juros altos dos bancos tradicionais levaram o comerciante Moisés Messias da Rocha, 34 anos, ao Banco do Povo de Santo André (Grande SP) em maio do ano passado.

Rocha pediu R\$ 5.000 para capital de giro de sua loja de tintas. Em dez dias, recebeu R\$ 2.000 e está pagando quatro parcelas de "mais ou menos R\$ 520".

Precisamente, o comerciante paga 4% ao mês de juros.

A taxa é alta se comparada à inflação, que pode ficar na casa de 2% este ano, segundo a Fipe. Mas é menor que a do empréstimo pessoal. É uma vantagem do Banco do

Povo, segundo seus dirigentes, que apontam ainda a rapidez na liberação do dinheiro e o menor nível de exigência em relação aos bancos comerciais.

Apesar de exigir menos, o Banco do Povo não empresta sem garantias, fiador e também levanta a situação da empresa e do cliente para avaliar a capacidade de pagamento.

Rocha disse que não esperava que o banco exigisse um fiador. Apesar disso e de não ter recebido o valor que esperava, ele afirmou que deve pedir mais dinheiro quando terminar de pagar o primeiro. (NS e VS)

Folha n.º 214 de proc.
n.º PL-176 de 19 97
plais
ANA LAULA KARRUZ
Oficial Legislativo

Publicação: Diário Popular
Data: 26 / 03 / 99
Pág.: 02

Piedade abre hoje no Centro o Banco do Povo

PIEDADE — A Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho em parceria com a Prefeitura inaugura hoje o Banco do Povo, que tem por finalidade conceder microfinanciamentos a pequenos empreendedores do mercado formal e informal, para capital de giro ou aquisição de máquinas e equipamentos destinados a atividades produtivas.

Segundo a assessoria de imprensa da Prefeitura, a inauguração da instituição de crédito, que vai funcionar na rua Lupércio da Silveira Baldy, 187/191, no Centro, está prevista para as 10h.

A solenidade contará com a presença de vários prefeitos da região, do secretário estadual da Fazenda, Yoshiaki Nikan, do secretário estadual do Emprego e Relações do Trabalho, Walter Barelli, além de deputados federais e estaduais.

DICAS

POLIS-ILDESSES

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

DS Nº 112

1998

PORTOSOL

Instituição de crédito voltada para empreendimentos excluídos do mercado financeiro convencional ajuda a gerar emprego e renda no município e a promover o desenvolvimento local.

As microempresas e atividades informais quase sempre têm dificuldade de acesso aos operadores de crédito convencionais por dois motivos: pela impossibilidade de atenderem às exigências de garantias reais e pela burocracia excessivamente complexa diante de empreendimentos que em geral são individuais ou, quando muito, familiares. Numa época em que o desemprego é cada vez maior, são os governos municipais que primeiro se deparam com o crescimento do mercado informal e com a necessidade de criar alternativas de emprego e renda. Enquanto o poder público prioriza financiamentos de projetos que exigem grandes volumes de investimentos para a criação de relativamente poucos empregos diretos, ou políticas que privilegiam os micro e pequenos empresários mas sem se preocupar com sua abrangência ou continuidade, o problema não se resolve.

Para financiamentos voltados especialmente para os pequenos negócios, buscando promover a geração de emprego e a distribuição de renda, a prefeitura de Porto Alegre-RS (1.288 mil hab.) criou, em 1996, a Instituição Comunitária de Crédito – Portosol, em parceria com o governo estadual e a sociedade civil representada pela Federação das Associações Comerciais do Estado e pela Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre.

■ IMPLANTAÇÃO

Esta agência de desenvolvimento com forma de agência de crédito nasceu em

Porto Alegre, baseado em estudos que visavam a criação de um Banco Municipal, quando a cidade tinha 12% da população economicamente ativa desempregada.

A idéia de um banco do município e para o município existia desde 1993, quando foi aprovada lei que autorizava sua criação pela prefeitura. No entanto, as consultas feitas ao Banco Central e ao Tribunal de Contas do Estado do RS mostraram que a viabilidade de um projeto desta natureza, oferecendo créditos aos micro e pequenos empresários, formais ou informais, estaria comprometida no caso de um banco que atendesse as exigências legais para captação e empréstimo de recursos de terceiros, ou seja, recursos da prefeitura.

A possibilidade de uma agência de economia mista ou um fundo de recursos públicos também foi deixada de lado pelas implicações legais apontadas pelo TCE-RS. A saída estava na participação do poder municipal na criação de uma associação civil, e na doação de recursos não como capital, mas como contribuição social. Segundo o Banco Central, não havendo captação de recursos do público (ou públicos), a associação civil não seria considerada financeira e, portanto, não ficaria sob a sua fiscalização.

A configuração da Instituição Comunitária de Crédito – Portosol se completou com a ajuda de consultoria externa, através da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ. Até então, em todo o mundo havia poucas experiências similares (veja DICAS nº 57).

■ ESTRUTURA

Para alcançar seu objetivo de facilitar a criação, o crescimento e a consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais e informais, associados ou não, dirigidos por pessoas de baixa renda e prioritariamente por mulheres, a fim de fomentar o desenvolvimento socio-econômico equilibrado do município, a Portosol assumiu alguns pressupostos operacionais:

- Ter caráter não-assistencialista;
- Ser auto-suficiente, isto é, manter-se com o giro dos recursos próprios;

c) Ter máxima simplicidade de operação, tanto no que respeita à burocracia envolvida como ao local físico das operações;

d) Adotar uma forma de operação ativa, não esperando o cliente mas, pelo contrário, procurando-o através de agentes volantes de crédito. A responsabilidade pela direção do novo organismo foi dada a um Conselho de Administração de oito membros: duas cadeiras para a Prefeitura, uma para o Estado, uma para a Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre e quatro cadeiras para a participação da sociedade civil (três delas ocupadas por pessoas de representatividade relevante no setor econômico local – dois acadêmicos e um empresário – e uma ocupada por um representante do Orçamento Participativo – processo de discussão comunitária da destinação dos recursos para investimentos públicos).

O caráter auto-suficiente da instituição obrigou a uma composição criteriosa e “enxuta” do corpo de funcionários, optando-se por pessoas que tivessem afinidade com a idéia. São 23 funcionários e os serviços de consultoria, auditoria externa, elaboração de sistemas, cobrança após 30 dias e contabilidade são terceirizados.

A necessidade de se chegar à auto-suficiência também obrigou a Portosol a ter um sistema de cobrança de máxima eficiência, reduzindo a inadimplência a um mínimo, sem comprometer os objetivos de simplicidade. Estudou-se a viabilidade de cada cliente, caso a caso, e, na falta de garantias reais, aceita-se uma garantia solidária (as pessoas se organizam em grupos de três a cinco indivíduos e assumem coletivamente o empréstimo).

Cuidou-se de manter o aspecto visual da sede da Portosol próximo da clientela potencial (sem mármore, granitos ou grandes vãos de vidro temperado) de maneira que a agência fosse vista como um prolongamento natural do cotidiano vivido, com conforto e sem luxo. Os recursos iniciais, cerca de R\$ 1,5 milhão, para as operações de crédito vieram do município, do Governo do Estado, da GTZ e da IAI – Interamerican Foundation.

Estes recursos formaram o fundo rotativo que foi gerido de forma a alimentar as operações iniciais de crédito e manter a administração da Instituição em seus primeiros passos.

A PRÁTICA DA OPERAÇÃO

O modo de operação é simples, objetivo e sem paternalismos, caracterizando-se pelo empréstimo seguido de cobrança. Pode-se obter crédito para matéria-prima, mercadorias, ferramentas, equipamentos, máquinas, melhoria e ampliação das instalações e ainda conserto de máquinas, equipamentos e veículos utilitários. Para capital de giro os créditos não podem ultrapassar 5 mil reais e para capital fixo, 10 mil reais. As prestações são fixas e não há descontos antecipados ou taxas de abertura de crédito. O valor e a data das parcelas são negociadas com o cliente, obedecendo à sazonalidade e às peculiaridades do seu negócio, começando com pequenos valores e prazos curtos mas que, pela pontualidade nos pagamentos e crescimento da sua atividade, o tomador pode ir conquistando renovações de créditos com maiores valores e prazos. A burocracia é mínima. Os tomadores de crédito precisam comprovar pelo menos seis meses de atuação na atividade em Porto Alegre (podendo ter empresa registrada ou não), possuir

um ativo inferior ou igual a 50 mil reais, sem ultrapassar dez empregados. Os documentos exigidos são: CPF, RG, comprovante de residência e, no caso de empresas, contrato social e CGC. Para os ambulantes, pede-se o cadastro na Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio e, para quem faz artesanato, o número de inscrição na Casa do Artesão.

Para chegar à concretização do empréstimo ao cliente, a ICC tem as seguintes etapas:

- Divulgação** - Propaganda convencional e direta através dos agentes volantes.
- Informação** - O processo de informação sobre a Instituição já se reveste de um caráter de pré-seleção do cliente potencial, que fica sabendo dos critérios para concessão do crédito e se preenche, ou não, os requisitos para se habilitar.
- Solicitação** - O candidato ao crédito dá as informações básicas através de um cadastro e, se não preenche os requisitos, é informado imediatamente de seu não enquadramento nos critérios da Instituição.
- Levantamento socioeconômico** - É realizada uma visita ao local de trabalho do cliente, na qual é feita uma avaliação técnica minuciosa e elaborado um relatório da situação encontrada e dos bens alienáveis existentes.

e) **Análise** - O relatório do agente é julgado por um comitê formado pelo diretor, pelos coordenadores financeiro, administrativo e operacional, que liberará, ou não, o total ou apenas uma parte do crédito solicitado.

f) **Liberação** - O ato liberatório consta de um rito burocrático sumário: procede-se à leitura do contrato de crédito (frisando as datas de reembolso), assinaturas, oficialização das garantias apresentadas e, finalmente, a entrega do cheque.

A partir deste ato, inicia-se um ciclo, repetido com frequência, que consta de cobrança, amortização e renovação de créditos para mais investimentos, criando-se um movimento direcionado para o crescimento da atividade econômica do cliente.

Esta simplicidade da operação permitiu à Portosol, em um ano e meio de funcionamento, oferecer 2.961 créditos a pequenos e microempresários dos mais diversos setores, com predominância do setor comercial sobre os serviços e produção. Foram investidos R\$ 4,7 milhões, resultando numa média de R\$ 1.600,00 por empréstimo, com prazos médios de devolução de 5,8 meses. E o índice de inadimplência (atrasos maiores que 30 dias) é de apenas 3% da carteira ativa.

RESULTADOS

A criação de uma instituição de popularização do crédito, nos moldes da Portosol, permite consolidar empregos informais precários já existentes e multiplicar os investimentos em atividades absorvedoras de mão-de-obra. E, ao financiar parcelas da população ativa que estavam aliadas das relações econômicas, permite redistribuir a renda, melhorando as condições gerais de existência da população. O programa, ao valorizar todas as atividades econômicas desenvolvidas pelos tomadores de empréstimo, ajuda a resgatar a dignidade do trabalhador informal, além de contribuir para a diminuição dos níveis de desemprego, financiando atividades que já existiam mas que sempre se ressentiram da falta de apoio, adaptando o crédito ao porte e característi-

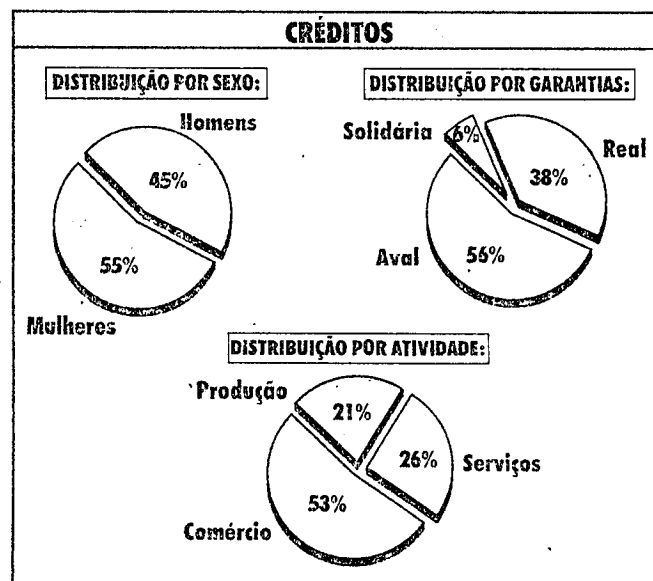
ca da economia informal. Envolver o cliente na negociação das prestações do empréstimo permite a ele executar seus projetos sem os constrangimentos de pagamentos elevados ou prazos que sufocam o empreendimento e impedem o crescimento.

As políticas de geração de renda, como esta, têm efetividade muito maior que aquelas de complementação por atingirem a raiz da questão estabelecendo um vínculo, geralmente estável, entre o ingresso de renda e a atividade desenvolvida pela população.

Além disso, o acesso ao crédito proporcionado pela Portosol estabelece uma relação educativa mútua: o poder público reorienta suas políticas de aplicação dos recursos - que são públicos - em áreas de alto retorno social, e a população exerce sua cidadania.

A Portosol é hoje indicada como referência nacional, tendo sido a primeira instituição a receber verbas do Programa de Crédito Produtivo Popular, do BNDES, cujo objetivo é dar maior poder aos fundos rotativos das ONGs voltadas para esta modalidade de crédito.

A ICC Portosol foi classificada entre as 20 experiências finalistas do ciclo de premiação de 1997 do Programa Gestão Pública e Cidadania, iniciativa conjunta da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford.



Fonte: ICC Portosol.

Autor: Guilherme Henrique de Paula e Silva, a partir de documentos oficiais do programa.
 Instituto Pólis- Rua Cônego Eugênio Leite, 433 - São Paulo - SP - Brasil
 CEP 05414-010 - Telefone: (011) 853-6877 - Fax: (011) 852-5050
 e-mail: polis@ax.apc.org

Oficial Legislativo
AMPAULA KARLUS
Folha 219 de 219
N.º 1176 de 1997

Publicação: Diário do Povo
Data: 05 / 04 / 97
Pág.: Capa

LEGISLATIVO *

AL votará Banco do Povo

Projeto do governador Zeca do PT está na pauta de votação; banco vai fomentar pequenos negócios e geração de empregos

O Banco do Povo, uma das bandeiras de campanha do governador José Orcirio Miranda dos Santos, deve ser votado nos próximos dias pela Assembleia Legislativa do Estado. A AL está retomando as atividades hoje depois de cinco dias fechada para pequenas reformas e detetização de suas instalações. A Mesa diretora decidiu fechar o Palácio Guaicurus desde a última quarta-feira para executar algumas reformas no prédio. A mensagem com o projeto dispondo sobre a criação do Banco do Povo chegou à Assembleia na semana passada. A partir de amanhã a matéria será distribuída a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, presidida pelo deputado Jerson Domingos (PSDB), que tem 30 dias para designar relator. Caberá ao relator oferecer parecer sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto. Para votação em segundo turno de discussão, a matéria terá que passar por mais uma comissão técnica, a de Finanças e Orçamento, já que prevê despesas.

Política - Página 3

Bancos facilitam acesso a crédito

Cartão de crédito e cheque especial estão mais acessíveis ao consumidor. Bancos, financeiras e empresas de cartão estão de olho nos clientes com renda de até R\$500.

Segundo a Mastercard, empresa que administra os cartões Credicard, o mercado de cartões de crédito, que hoje atinge 18 milhões de brasileiros, pode dobrar com a adesão destes consumidores.

Em uma pesquisa da empresa sobre o perfil do cliente, ficou revelado que o consumidor que ganha menos, com crédito na praça, faz de tudo para manter o nome limpo, longe do calote.

Por isso mesmo, em parceria com a Caixa Econômica Federal, a Mastercard mantém o cartão Claro! para clientes com renda informal de R\$ 200 ou que recebam salário entre R\$ 200 a R\$ 499.

O limite de crédito é definido de acordo com a função da renda do cliente, sendo limitado a 70% da capacidade financeira apresentada, nunca ultrapassando R\$ 1.000.

O MERCADO MAIS BARATO

Cartões	Bancos	Financiamentos
Claro! Cartão com a marca da Caixa Econômica Federal, associado à bandeira MasterCard. Para clientes com renda entre R\$ 200 a R\$ 499. Banespa Cartão de crédito popular, em parceria com a Visa - para clientes do banco. Deve entrar no mercado no segundo semestre. Cartão de Débito Eletron Sem previsão de lançamento. Lojas recebem à vista e o cliente financia a compra pelo banco. Special Card Redeshop Parceria com as redes Pão de Açúcar, Barateiro e Extra para quem tem renda mínima de R\$ 300.	Banco do Brasil Cheque especial Classic tem limite de R\$ 200 a R\$ 600 e uma taxa de juros de 8,10% a 9,10%. HSBC Bamerindus Conta 3 em 1, para quem tem renda mensal de até R\$ 500. Limite de crédito no valor de um salário líquido a no máximo R\$ 500. Nossa Caixa Nosso Banco Com tarifa mensal de R\$ 3,50, o cliente que recebe o salário na Nossa Caixa pode utilizar o Nossa Caixa On Line. *Os serviços não permitem o uso cheques. Movimentação é feita pelo cartão magnético.	Banco do Povo (Santo André) Atende moradores da cidade com empresas de R\$ 300 a R\$ 5 mil aos trabalhadores e empresários, com juros de 4% ao mês. Para compra de equipamentos o teto do empréstimo pode atingir R\$ 10.000, mas não pode superar 70% do preço da máquina. Banco do Povo (Estado de São Paulo) Empréstimo de R\$ 200 a R\$ 2.000, com taxa de juros baixas, em torno de 1,5% ao mês. O prazo de pagamento é de até um ano e meio.

O Banespa também está apostando neste filão. Segundo o gerente Benigno Bernardes Corrêa, do departamento de produtos do banco, 50% dos clientes do Banespa ganham de R\$ 200 a R\$ 700.

"Isso equivale a aproximadamente 600 mil pessoas",

disse Corrêa, que está preparando o lançamento do cartão de débito Eletron.

Pelo Eletron, o cliente compra no comércio, que recebe à vista e o consumidor fica financiando o pagamento pelo banco. A novidade está prevista para o segundo semestre

deste ano.

O Banespa ainda vai lançar o cartão de crédito popular, em parceria com a Visa.

"Estamos investindo muito em tecnologia para baratear os custos", disse Corrêa.

O banco detectou uma resistência do consumidor que

ganha menos contra os serviços mais sofisticados e, por isso mesmo, já contratou 500 estagiários para orientar os clientes nas salas de entrada das agências.

O HSBC Bamerindus também tem um novo produto para o mercado. É a conta "3 em 1", para cliente com renda mensal de até R\$ 500, e que recebe salário pelo banco.

No Banco do Brasil, o cheque especial Classic é um contrato de abertura de crédito para cobrir a de clientes com renda líquida de três a dez salários mínimos.

Quanto ao financiamento, o consumidor também tem novidades. O Banco do Povo, do Governo do Estado de São Paulo, oferece empréstimo até para pequenos comerciantes, com interesse na empreitada dos carrinhos de cachorro-quente. O Banco empresta de R\$ 200 a R\$ 2.000, com juros de 1,5% ao mês. O prazo de pagamento é de até um ano e meio.

(Giovana Botti)

MOÇÃO SOBRE O CRÉDITO POPULAR
APROVADA NA XXII REUNIÃO DO
CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

O Conselho da Comunidade Solidária reconhece na atividade de microcrédito um importante instrumento de geração de mais e melhores oportunidades de trabalho e renda e, logo, de combate à pobreza em nosso país. É notório o crescimento da economia informal no Brasil, o que exclui parcela relevante da população do acesso ao crédito bancário tradicional. A título ilustrativo, enquanto em 1988, 44% da população ocupada era constituída de trabalhadores sem carteira assinada ou autônomos, esse número encontra-se hoje em 56%.

Portanto, o Conselho da Comunidade Solidária considera importante apoiar o desenvolvimento de um sistema voltado para a concessão de crédito a trabalhadores e microempresas que não se enquadram no perfil exigido por bancos comerciais e demais estabelecimentos de crédito. São milhões de indivíduos e milhares de microempresas que não dispõem de comprovação formal de renda e de bens como garantia.

O sistema de microcrédito poderá ser desenvolvido no Brasil mediante a combinação de esforços e recursos das entidades ou organismos supridores de recursos, das organizações da sociedade civil e das instituições financeiras, segundo normas que vierem a ser estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Algumas alternativas já foram debatidas no âmbito do Conselho da Comunidade Solidária:

- Regulamentação de Instituição Financeira especializada em microcrédito, com condições de operacionalidade e organização simplificadas, e com tratamento tributário diferenciado;
- Regulamentação de Fundo contábil de natureza financeira junto a estabelecimento oficial de crédito. Os recursos, sejam eles provenientes de doações, dotações ou financiamentos, seriam exclusivamente destinados a operação de microcrédito. O Fundo poderia ser administrado por organizações da sociedade civil;
- Facultar às instituições financeiras a possibilidade de manter carteira especializada em aplicações dessa natureza, sob a denominação de Carteira de Crédito Popular. A operacionalização da CCP seria feita por entidade de caráter privado e sem fins lucrativos, através de convênio de prestação de serviços celebrado com a instituição financeira detentora da carteira, de acordo com regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos vinculados à CCP seriam objeto de regime diferenciado no tocante a, entre outros, exigibilidade de recolhimento compulsórios, constituição de provisões para perdas, IOF, CPMF e níveis de capitalização (regras da Basileia).

São estas propostas que o Conselho da Comunidade Solidária encaminha, nesta oportunidade, ao Governo, para apreciação e providências.

Granja do Torto, Brasília, 14 de dezembro de 1998.

Diário Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano XL Nº 10-E Brasília - DF, sexta-feira, 15 de janeiro de 1999 R\$ 0,27

NAO PODE SER VENDIDO
SEPARADAMENTE

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3, DE 14 DE JANEIRO DE 1999

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Voto no 232/98, do Conselho Monetário Nacional - CMN, resolve:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho de que trata o citado Voto CMN 232/98, com o objetivo de regulamentar operações de crédito popular.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será integrado pelos seguintes membros:

I - da Secretaria de Política Econômica deste Ministério:

- Jandir de Moraes Feitosa Júnior;

II - do Banco Central do Brasil:

- Marden Marques Soares, que será o coordenador do Grupo;

po;

- Waldir Quintiliano da Silva;

III - do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social:

- Antônio Sérgio Barreto.

Art. 3º O Grupo de Trabalho deverá concluir seus trabalhos até 15 de fevereiro de 1999.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

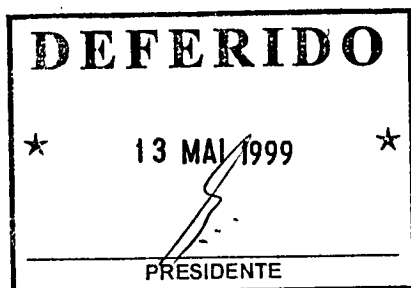
PEDRO SAMPAIO MALAN

(Of. El. nº 4/99)



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	231	de	1999
n.º PL	176	do	1º 97
Jotaugé			



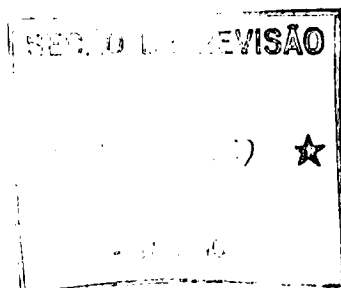
13 - RDS
13-1090/1999

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1999.


CARLOS NEDER

Vereador -PT



Banco do Povo começa a funcionar em Franca

FRANCA — Foi inaugurado em Franca, cidade com pouco mais de 250 mil habitantes na região de Ribeirão Preto, o programa de crédito produtivo popular, conhecido popularmente como Banco do Povo. A iniciativa é do governo do Estado de São Paulo através da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, em parceria com a Prefeitura Municipal, e tem o objetivo de incentivar o crescimento das micro e pequenas empresas e de cooperativas, visando a geração de emprego e renda.

O banco prevê a disponibilização de linhas de crédito sem burocracia destinadas à faixa de população que normalmente não tem conta em banco. Os financiamentos vão de R\$ 200,00 a R\$ 5 mil para pessoas físicas e até R\$ 25 mil para cooperativas de produção ou de trabalho. Os empréstimos têm juros de 1% ao mês e prazo de pagamento de até 18 meses. O capital inicial do Banco do Povo de Franca será de R\$ 500 mil, sendo que o governo do Estado será responsável pela alocação de R\$ 450 mil e o restante será financiado pela prefeitura.

A grande novidade do pro-

grama, além dos juros baixos, é que o Banco do Povo não é um banco de agências, mas de agentes. Dessa forma, ele é que vai até a população por meio de técnicos treinados pela Secretaria do Emprego. Estes agentes de crédito explicam como funciona a liberação do empréstimo e prestam total assessoria sobre o funcionamento do programa, desde a tomada do dinheiro até a amortização da dívida.

Para o secretário do Emprego e Relações do Trabalho, Walter Barelli, o objetivo do Banco do Povo é "atender a uma camada da população com grande capacidade empreendedora, mas que não tem condições de pedir empréstimo em bancos tradicionais". Franca é a oitava cidade do Estado a ser beneficiada pelo projeto. Para o prefeito da cidade, Gilmar Dominici (PT), a iniciativa vai permitir a transformação de pequenos empreendimentos em empresas de pequeno porte, com retaguarda para seu crescimento. Ele acredita ainda que será uma forma de combater o desemprego e permitir o incentivo ao desenvolvimento dos mais diversos setores produtivos.

Argentina estuda a criação de um banco para emprestar dinheiro aos pobres

Projeto é inspirado no Grameen Bank, de Bangladesh, que emprestou US\$ 500 milhões em 98

ARIEL PALACIOS
Especial para o Estado

BUENOS AIRES – Deixar de ser pobre é possível? Talvez, especialmente se alguém emprestar dinheiro para poder sair da pobreza. Mas quem concederia um crédito para alguém que poderia ser catalogado como indigente? Um banco para indigentes. Essas perguntas e respostas foram feitas por uma equipe da Universidade de Buenos Aires (UBA), que está estudando a criação de um banco que empreste dinheiro a pessoas em situação de extrema pobreza.

O projeto inspira-se no Grameen Bank, de Bangladesh, que empresta para os pobres desse país, e, no último ano, recuperou 95% dos US\$ 500 milhões emprestados. Os microcréditos são a base desse ban-

co, criado há 22 anos pelo economista Muhammad Yunus. O Grameen Bank, que nasceu em um vilarejo de 42 habitantes, hoje trabalha em 39 mil aldeias de Bangladesh, e até o momento beneficiou 2,5 milhões de pessoas com seus microcréditos. O banco possui 1.082 sucursais e 13 mil funcionários.

O Grameen Bank não tem o lucro como objetivo, mas em 1998 teve um superávit de US\$ 1 milhão.

O banco não exige avalistas, só pede juros de mercado, e não precisa recorrer à Justiça para obter de volta o dinheiro emprestado. Os planos de pagamento são de 50 semanas. O segredo do sucesso dessa inusitada entidade bancária é que o sistema de empréstimos é coletivo: para ter o crédito, uma pessoa precisa formar um grupo com outras quatro que também queiram emprésti-

mos. A pessoa será o "presidente" desse grupo que solicitou o crédito, e também a última que o receberá. A condição será que seus amigos paguem por seus respectivos empréstimos. Segundo Yunus, o sistema não somente se baseia na confiança, mas também na solidariedade. Atualmente, a média do valor dos créditos é de US\$ 180. Na década passada, a média era de US\$ 27.

Mas o que funcionou em Bangladesh poderia funcionar na Argentina, Brasil, ou qualquer outra parte do mundo? "Sim", de acordo com Yunus.

Em uma recente visita à Argentina, ele afirmou que "as semelhanças entre os pobres de todo o mundo são maiores que suas diferenças".

A UBA já criou o Departamento de Banco Social para o microcrédito, que dará empréstimos com juros baixos e sem pedir garantias às pessoas pobres.

**INSTITUIÇÃO
RECUPEROU 95%
DOS EMPRÉSTIMOS
EM 98**

Pablo Broder, professor de Economia da UBA é o coordenador do projeto, que em uma primeira fase pretende trabalhar em um bairro de Buenos Aires, um subúrbio da Grande Buenos Aires, um município da Grande Rosario e um município da Patagônia.

Apesar do entusiasmo com o projeto, Broder tem um temor, e não é concernente aos possíveis clientes do banco: são a burocracia e a rigidez das leis bancárias argentinas, que poderiam criar obstáculos para ajudar aos mais pobres do país, que segundo os recentes dados do Banco Mundial, chegariam a 10 milhões de pessoas, além de outros 3 milhões que podem ser considerados indigentes.

Broder admite que será difícil fazer que 1 milhão de argentinos deixe de ser pobres, mas sustenta que se puder melhorar a vida de 10 mil pessoas, ficará "bem contente".

Publicação: OESP
Data: 10 / 05 / 99
Pág.: B-10

176/97

O seu, o meu e o nosso dinheiro

FERNANDO HADDAD

Já é amplamente aceito o adágio que diz que quem quer que recuse a atualidade da distinção entre direita e esquerda é um sujeito de direita. Menos óbvio é traçar no solo político o risco de giz que redefine, hoje, essas categorias fundamentais. As coisas parecem tão confusas que novas direitas se apresentam como a esquerda moderna, enquanto a velha esquerda não encontra o eixo para desmascarar-lhes a pretensão, em parte porque não encontra o eixo das suas próprias pretensões.

Num breve histórico da pauta do movimento social no último século e meio, observa-se uma e só uma grande inflexão. Muito grosseiramente, pode-se dizer que o movimento autônomo das camadas não-proprietárias começa no século 19, tendo por principais reivindicações econômicas melhores condições de trabalho e salários, com redução da jornada. O enfrentamento, de caráter eminentemente sindical, dava-se principalmente contra o capital industrial, e as conquistas dos não-proprietários foram realmente expressivas.

No século 20, a pauta é alargada. Com a conquista do sufrágio universal, o Orçamento público é progressivamente moldado pela luta social, que se instala na órbita do próprio Estado. A democracia de massas passa a exigir que um relativamente mais ambicioso Orçamento de Estado satisfizesse reivindicações de toda a cidadania não-proprietária: saúde e educação universais, previdência social. Criava-se o "Welfare State", e o movimento social vivia sua inflexão social-democrata.

Em tempos de internacionalização da economia, tudo se complicou para o movimento social. As reformas institucionais do capitalismo, que respondem, do ponto de vista da acumulação, também a imperativos de ordem técnica (não só ideológica), põem em risco essas conquistas sociais de uma maneira cruel. O capital industrial, constrangido pelo acirramento da concorrência e em busca de uma escala ótima aumentada pelas novas tecnologias de produção e de gestão, procura parcerias, funde-se, concentra-se.

Num outro movimento, só aparentemente em contradição com o anterior, o capital industrial fragmenta-se em várias unidades e se flexibiliza, num processo de terceirização internacional também tributário das novas tecnologias (que baixam custos de comunicação e transporte), em busca de vantagens comparativas dinâmicas, inclusive baixos salários diretos e indiretos.

Os Estados nacionais procuram agrupar-se em unidades regionais de diversas modalidades, dos mercados co-

muns aos acordos de liberalização comercial, e adaptam sua legislação aos imperativos da acumulação. Num movimento paralelo e complementar, esses Estados se viram obrigados a liberalizar seus mercados financeiros visando obter recursos para rolar seus insustentáveis déficits internos, a começar pelos EUA, que financiaram a segunda Guerra Fria, de Reagan, vendendo títulos públicos no mercado internacional.

Aí está a raiz das bolhas especulativas e cirandas financeiras dos últimos 15 anos, que beneficiam o capital especulativo. Este transita livremente pelo planeta de olho em só duas variáveis: juros (preço dos deslocamentos temporais de capitais) e câmbio (preço dos deslocamentos espaciais de capitais).

Por isso o Orçamento equilibrado, de uma hora para outra, tornou-se princípio incontornável da gestão do Estado: uma salvaguarda contra a inflação garante que o capital especulativo será recompensado pela sua estadia, por mais curta que seja. Se o real objetivo do combate à inflação fosse proteger os salários, os governos não desregulamentariam os mercados de trabalho até o limite da indignidade do trabalhador.

Esses movimentos, portanto, atacam diretamente os pilares da pauta clássica de reivindicações do movimento social: o sindicato e o Estado-previdência. Desemprego e desregulamentação minam as bases do sindicalismo; os cortes nos gastos sociais do Estado financiam o pagamento de juros sobre sua dívida. O pior é que tudo parece inexorável; comprova-se, finalmente, a afirmação de que o Estado é um comitê para cuidar dos negócios comuns da burguesia.

Mas um terceiro enfrentamento talvez se desenhe diante de um agente que, no Ocidente, passou relativamente incólume: o sistema financeiro. Não me refiro só a bancos, mas também a fundos de pensão e sociais, bancos de fomento etc. A esquerda, infelizmente, comprou implicitamente a tese de que a questão do crédito é privada e não pública. A experiência do pós-guerra, porém, revela coisas surpreendentes.

Primeiro, todo projeto de desenvolvimento bem-sucedido passou pela articulação do sistema financeiro em prol de estratégias e planos de investimento nacionais, não necessariamente estatais, previamente formulados. Segundo, o sistema de crédito gerido por mão visível (infelizmente, nem sempre de-

mocrática) tem sido, como vacina e antídoto, extraordinário para as fases depressivas dos ciclos econômicos; guiado só pela mão invisível do mercado, tem provocado crashes e bolhas especulativas. A história da Ásia do pós-guerra é testemunho de ambas as possibilidades; e a boa teoria econômica, socialista e liberal, de Marx a Stiglitz, passando por Schumpeter, sempre buscou sublinhar a especificidade do mercado de crédito, tomando-o como principal alavanca do sistema capitalista e, eventualmente, da sua superação.

Além disso, a democratização do acesso ao crédito e de sua gestão demonstra que ele pode ser instrumento de socialização da propriedade (caminho para uma melhor distribuição de renda) e desmistifica a idéia de que os proprietários são pagadores melhores que os despossuídos. Os níveis de inadimplência dos chamados bancos populares são os mais baixos do mundo.

O movimento social, aos poucos, vai intuindo que está aí a saída para a profunda crise que o acomete. Isso vale pa-

*Comprova-se a
afirmação de que o
Estado é um comitê
para cuidar dos
negócios da burguesia*

ra o MST, quando reivindica crédito para organizar suas cooperativas agrícolas, e para a Attac, ONG de origem francesa criada para defender um imposto internacional sobre a especulação, a taxa Tobin.

Sem prejuízo da pauta clássica de reivindicações sociais, logo todas as atenções se voltarão para o sistema financeiro no seu todo.

No Brasil, para não perder o costume, poder-se-ia começar por uma CPI sobre os bancos, que teria de apurar por que "o seu, o meu e o nosso dinheiro", na expressão da raposa ética do BC, serve sempre a fins espúrios: financia a compra de estatais por multinacionais incompetentes; socorre bancos falidos para proteger grandes depositantes anônimos; subsidia a compra de dólares para os que especulam com o câmbio etc. Mas não basta dar transparência ao que ocorre com o dinheiro da sociedade, que muda de mão e se concentra por meio do mercado financeiro. É preciso redirecionar-lhe o destino. Quem sabe possamos assistir a uma segunda grande inflexão do movimento social, que, depois da social-democracia, bem poderia ganhar o nome de —por que não dizê-lo?— socialista.

Fernando Haddad, 36, mestre em economia e doutor em filosofia, é professor de ciência política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (Universidade de São Paulo).

Feita n.º 005 de 1997
n.º 12 do 12
folange

Publicação: 0 Dia SP
Data: 23 / 04 / 99
Pág.: 02

45/971
4

Banco do Povo já realizou 217 contratos

Completando sete meses em atividade, o Banco do Povo, uma iniciativa da Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho, já efetuou 217 contratos nas cinco cidades em que foi implantado. Mais de R\$ 400 mil em empréstimos foram realizados, beneficiando 778 pessoas. A expectativa é que sejam criados 169 novos empregos. Até o final deste ano, a Secretaria espera inaugurar mais 40 agências em municípios de pequeno e médio porte. As cinco cidades que já têm o seu Banco do Povo em atividade são: Presidente Prudente, Registro, Porto Ferreira, Jacareí, e Piedade. Este mês foram inauguradas as unidades de Tupã, no dia 9.

e de Andradina, no dia 16.6 e em Itararé, dia 23.

O Banco do Povo foi regulamentado em 3 de julho de 1998 pelo governador Mário Covas. Também conhecido como Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular, a instituição financia empréstimos a juros baixos, com agilidade e sem burocracia a micro e pequenos empreendedores e cooperativas de produção. Os financiamentos vão de R\$ 200,00 a R\$ 5 mil para pessoas físicas e até R\$ 25 mil para cooperativas de produção ou de trabalho. Os empréstimos têm juros de 1% ao mês e prazo de pagamento de até 18 meses.

A administração Mário Covas destinou R\$ 17 milhões para o

Banco do Povo. Os recursos para seu desenvolvimento são provenientes do Governo do Estado, do BNDES e das prefeituras locais.

O Banco do Povo atinge desde a pessoa que pretender comprar um carrinho de hot dog, para vender lanches na rua, como um grupo de uma comunidade que precisa adquirir equipamentos para montar uma cozinha industrial e comercializar suas "quentinhas". Para fazer o empréstimo os interessados precisam ter experiência no ramo desejado.

Os empréstimos atendem aos setores de comércio, indústria e serviço, sendo que as atividades que mais tiveram contratos assinados foram as áreas de alimen-

tação, comércio de roupas e artesanatos, comércio e serviços de artes musicais, construção civil, consertos e eletroeletrônicos, salão de cabeleireiro e borracharia.

Uma das características que diferencia o Banco do Povo dos outros bancos comuns é um agente de crédito que vai até a casa ou estabelecimento da pessoa interessada para verificar seu método de trabalho e sua real necessidade de empréstimo.

Além do Banco do Povo, a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho já dispunha de uma linha de financiamento para o micro e pequeno empresário por meio do Programa de Geração de Renda - PROGER - com juros de 1% ano ano.

Publicação: 05/05/99
Data: 05/05/99
Pág.: C-3

Frentes de trabalho terão 10 mil vagas

*Prefeitura inicia hoje
inscrição de
desempregados para
varrição e jardinagem*

A Prefeitura inicia hoje o cadastramento de desempregados que serão atendidos pelo Programa de Frentes de Trabalho, que tem orçamento estimado em R\$ 15 milhões e deve atender 10 mil pessoas só na primeira fase. Ao pô-lo em prática, o prefeito Celso Pitta (sem partido) inicia a estratégia de adotar projetos defendidos por partidos de esquerda. O objetivo é reverter a imagem de sua administração, ampliar a base política e, se tudo der certo, reunir condições para disputar a reeleição.

Pitta e seus principais colaboradores negam estarem pensando em reeleição, mas a popularidade do programa mostrou-se incontestável antes mesmo de o cadastramento começar. A seleção começa às 7 horas de hoje, no Centro de Solidariedade ao Trabalho - mantido pela Força Sindical -, mas às 17 horas de ontem mais de 200 pessoas já haviam comparecido ao número 782 da Rua Galvão Bueno em busca de informações e mais de 20 desempregados já aguardavam numa fila improvisada com cobertores e outros apetrechos, o que indicava a disposição para passar a madrugada no local.

Os 10 mil desempregados que a Prefeitura promete contratar farão serviços gerais - como varrição de ruas e jardinagem - por até seis meses. Receberão um salário mínimo mensal, cesta básica, vale-transporte, vale-refeição e seguro contra acidentes de trabalho. A jornada foi fixada em seis horas, das quais cinco em atividade prática e uma dedicada ao curso de requalificação profissional - cozinheira, pedreiro, pintura de paredes, jardinagem e marcenaria, entre outros.

Requisitos - Os desempregados devem preencher alguns requisitos. O grau de escolaridade não pode ser superior ao 1.º grau, é preciso estar desempregado há pelo menos um ano, residir no Município há pelo menos dois - comprova-

dos por conta de telefone, energia, água, carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), contrato de aluguel ou o título de eleitor com o comprovante de votação.

A guinada à esquerda do governo municipal, entretanto, não deve parar nessas frentes. O secretário do Trabalho, Fernando Salgado, prometeu pôr em prática o Programa de Renda Mínima em agosto. O projeto prevê a complementação salarial para famílias de baixa renda.

A idéia foi apresentada há vários anos pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Em 1995, ainda na gestão do ex-prefeito Paulo Maluf (PPB), o vereador Arselino Tatto (PT) apresentou um projeto que obrigava o Executivo a adotá-lo.

Maluf vetou-o, alegando que a Câmara não pode legislar sobre matérias que representam despesas para a Prefeitura. A desculpa foi defendida pelo então secretário das Finanças, Celso Pitta.

Depois, o Legislativo derrubou o veto e Pitta - já prefeito - recorreu à Justiça, alegando a inconstitucionalidade da lei. Após romper

com Maluf e deixar o PPB, Pitta decidiu adotar o projeto.

Salgado entrou em acordo com Tatto e Suplicy. Em reunião recente, ficou decidido que o projeto abrangerá famílias com renda de

até três salários mínimos (R\$ 408,00), com filhos de até 14 anos matriculados em escolas da rede pública com 90% de frequência e residência mínima de quatro anos no Município.

As famílias que estão empregadas receberão 33% da diferença entre a renda mensal e o teto de três salários mínimos. No caso das desempregadas, o complemento será de 45% do salário mínimo - para não incentivar contratação ou ocupação em empregos informais.

O secretário trabalha, também, na criação do Banco do Povo. Trata-se de um programa de crédito com juros abaixo da taxa de mercado para empréstimos de até R\$ 5 mil, para pessoas que pretendam iniciar uma atividade autônoma.

A intenção é aproveitar o projeto de Crédito Solidário do vereador Carlos Néder (PT), já aprovado em primeiro turno. (F.M.)

MAIS DE 20
PESSOAS JÁ
AGUARDAM EM
FILA

176/94

237
R 176
97
rolauje

Contra o desemprego

FERNANDO SALGADO

São Paulo é a cidade mais rica do Brasil. Mais: é a locomotiva do país, Capital mundial da gastronomia, centro nacional das artes e da cultura, império industrial, financeiro, comercial etc.



Falar em ajudar essa cidade soa como a intenção de presentear George Soros com uma cesta básica no Natal.

Esse preconceito ao contrário tem prejudicado o paulistano que precisa de ajuda e tem o "azar" de viver em uma cidade considerada rica e poderosa. Essa discriminação se reflete na gigantesca desproporção entre a soma dos impostos federais arrecadados entre os paulistas e a quantia que a União devolve em transferências ao Estado.

Pelos dados disponíveis, de 1996, os paulistas mandaram para Brasília R\$ 43,8 bilhões em impostos. Receberam de volta R\$ 4,1 bilhões, ou seja, apenas 9,4% do que foi, voltou.

São Paulo precisa e exige a atenção que merece. Caminhamos acelerados para a trágica casa dos 2 milhões de chefes de família desempregados. A mendicância (infantil, principalmente) invade as nossas ruas e almas. No desespero, muitos partem para a delinquência. A criminalidade explodiu e trouxe com ela a banalização das estatísticas de homicídios. Não há mais vagas nas cadeias. Estamos todos presos dentro ou fora de casa. A miséria que aqui se testemunha, não deixa nada a dever aos bolsões mais pobres do país.

Mas é preciso que se diga: nem todos os males da cidade têm origem externa e nem todas as soluções dependem de Brasília. Ou do FMI.

O prefeito Celso Pitta criou a Secretaria Adjunta do Desenvolvimento Econômico, Emprego e Requalificação Profissional para coordenar os esforços municipal, estadual e federal, da iniciativa privada e das representações sindicais, para enfrentar o desafio do desemprego.

A Câmara Municipal acaba de aprovar o projeto e a Prefeitura estará abrindo inscrições, nos próximos dias, para as frentes de trabalho que vão incorporar, no primeiro momento, 6 mil trabalhadores.

Ao mesmo tempo, estamos trabalhando em propostas para facilitar e estimular a capacidade empreendedora do trabalhador com a criação do Fundo de Aval do Município para possibilitar o financiamento máximo de pequenos negócios.

Essa iniciativa servirá para corrigir a distorção que se verifica nos objetivos do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) em

São Paulo. Criado para financiar projetos de desenvolvimento de pequenos e micros empresários a juros de 4% ao ano mais a TJLP, esse programa funciona em outras regiões do País, mas não aqui.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, na condição de agentes financeiros do Programa, impõem exigências inatingíveis para os pequenos empreendedores que querem viabilizar seus negócios. No Nordeste, ao longo de 1996, foram emprestados cerca de R\$ 400 milhões, o que gerou 153 mil empregos, graças à atuação expressiva do agente financeiro na região, o Banco do Nordeste. Enquanto isso, em São Paulo, o mesmo programa gerou apenas 2.912 empregos no mesmo ano.

O prefeito Celso Pitta examina a possibilidade de redução do ISS no município. Fator de evasão de renda e empregos, a taxa paulistana tem provocado a emigração de empresas para cidades vizinhas, onde o ISS chega a ser de 0,5% enquanto na cidade

de São Paulo a alíquota permanece de 5%. As iniciativas relacionadas serão, acompanhadas de mecanismos facilitadores para orientar o empreendedor a escolher, instalar ou legalizar sua nova atividade.

Em parceria com as centrais sindicais,

com o Sebrae, Fiesp, Sesi, Senai, FCESP, Senac e com as demais secretarias do município, ajustaremos as engrenagens que impulsionarão essa urgente tarefa.

A idéia é trabalhar com idéias criativas, mas realizáveis; de efeito imediato, sem tender para o assistencialismo; que ampare o chefe de família, mas sem subtrair dele a auto-estima.

Vamos organizar e regularizar a ação do trabalhador avulso; aproximando a mão-de-obra de quem dela necessita. Há muito o que fazer dentro de nossa esfera de ação.

Os demais programas se desenvolverão de acordo com o avanço da política econômica nacional, com a sintonia que se propõe com as demais esferas do poder público e com os investimentos programados no setor de infra-estrutura da cidade.

O cruzamento das estatísticas, pesquisas, diagnóstico e prognósticos dos organismos públicos demonstram as falhas estruturais que geram o desequilíbrio social em vigor. Esse é o diagnóstico: a distribuição da riqueza nacional vem sendo limitada pelo perfil do emprego e do trabalho contemporâneo.

Cabe a nós a tarefa de desmontar essa bomba-relógio. E nós iremos desarmá-la.

FERNANDO SALGADO é secretário municipal do Desenvolvimento Econômico, Emprego e Requalificação Profissional

*A miséria
daqui não
deixa nada
a dever aos
bolsões mais
pobres do País*

176/94
6

Estado investe R\$ 500 mil em Banco do Povo

FRANCA — A Secretaria Estadual da Fazenda deverá destinar R\$ 500 mil para o início das operações do Banco do Povo em Franca, cidade com pouco mais de 250 mil habitantes na região de Ribeirão Preto. Esses recursos iniciais servirão para financiar pequenos empreendedores que precisam de empréstimos de até R\$ 5 mil. Os juros a serem cobrados para esses financiamentos serão de 1% ao mês sobre o saldo devedor, de acordo com decisão da Comissão de Orientação, formada pelo secretário da Fazenda, Yoshiaki Nakano, e pelo secretário do Trabalho, Walter Barelli.

Para decidir sobre os últimos detalhes, o gerente da instituição para todo o Estado, Antônio Carlos Guimarães Leite, esteve ontem na cidade. Ele inspecionou as instalações e deverá fazer um relatório minucioso. Explicou ainda que o pessoal que vai trabalhar diretamente com a população já participou de treinamento em São Paulo.

O Banco do Povo será instalado em Franca numa parceria com a Prefeitura. O governo do Estado entrará com os recursos e as orientações técnicas, enquanto a Prefeitura se responsabilizará pela infraestrutura (instalações e contratações). A concessão dos empréstimos deverá passar pela análise de um Comitê de Crédito, formado por um representante da Nossa Caixa, Nosso Banco, um da Secretaria Estadual do Trabalho e um da Comissão Municipal de Emprego.

Segundo o gerente Antônio Carlos Guimarães Leite, o prazo máximo da decisão para a concessão ou não dos empréstimos através do Banco do Povo será de 10 dias. "Talvez, no início, esse prazo possa ser maior em decorrência do fluxo natural das propostas de financiamento", explica o gerente. O dia da inauguração do Banco do Povo de Franca dependerá dos acordos que estão sendo feitos entre os secretários da Fazenda, do Trabalho e outras profissionais envolvidos. A viabilização do empréstimo será feita da forma mais simples: ao tomador não caberá nenhum tipo de custos, como taxa de abertura de crédito, taxa de cadastro e outras.

Publicação: Diário Popular
Data: 02/05/99
Pág.: 02

Folha nº	228	de	pgs.
E.	PLT 76	de	12 97
<i>[Assinatura]</i>			

176/97
7

Publicação: FSP
Data: 05/05/95
Pág.: 1-11

Iniciativa regional eleva condição de vida

DANIELA FALCÃO
de Sucursal de Brasília

Apesar do recrudescimento da crise financeira e da falta de políticas de abrangência nacional de combate à pobreza, o Brasil está conseguindo melhorar as condições de vida da população mais pobre graças a iniciativas locais desenvolvidas pelas prefeituras e pela sociedade civil.

A avaliação é do Bird (Banco Mundial), que divulgou ontem dez experiências bem sucedidas de combate à pobreza desenvolvidas em 11 Estados brasileiros.

A seleção foi feita em conjunto com a FGV (Fundação Getúlio Vargas) a partir de 42 programas pré-selecionados por um comitê reunindo representantes de entidades públicas e privadas.

“Precisamos valorizar o que está acontecendo no Brasil localmente. Só se fala em crise macroeconômica, dos efeitos da crise no aumento da pobreza, mas muita coisa está sendo feita regionalmente para resolver o problema sem que as pessoas saibam”, declara John Garrison, do Banco Mundial.

Das dez experiências selecionadas pelas duas instituições, sete contam com alguma participação do governo local.

Segundo Peter Spink, diretor-técnico da Fundação Getúlio Vargas, a avaliação dos programas mostrou que houve fortalecimento da capacidade de intervenção local no combate à pobreza.

“As prefeituras têm um papel muito importante, porque conhecem a realidade. Seu poder de ação é limitado porque dispõem de

poucos recursos, daí a importância das parcerias com a sociedade civil”, afirma Garrison.

Embora atendendo a públicos distintos, metade dos programas selecionados pelo Banco Mundial e pela FGV adotou a mesma estratégia para reduzir a pobreza.

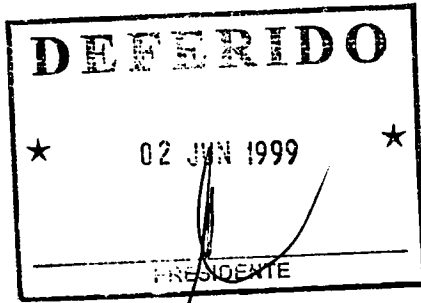
Ela consistiu em organizar e capacitar pequenos empresários ou produtores rurais, reunindo-os em cooperativas para facilitar a obtenção de crédito.

As experiências selecionadas são: Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (BA), Projeto de Couro Vegetal da Amazônia (AC e AM), Projeto Pescar e Instituição Comunitária de Crédito Portosol (ambos no RS), Casa de Apoio à Mulher Adolescente (PI), Bolsa Escola (DF), Programa de Saúde da Família (PB), introdução do Catador de Papel no Mercado de Reciclagem de Lixo (MG), Sistema Integrado de Saneamento Rural (CE), Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (CE e PE)



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	230	do proc.
n.º	PL 146	de 19. 92
<i>89</i>		

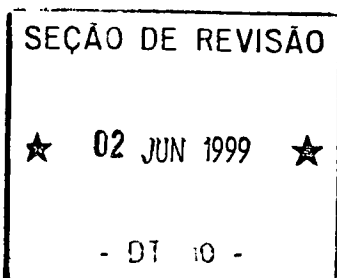


13 - RDS
13-1242/1999

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1999.


CARLOS NEDER
Vereador -PT



Folha n.º	231	do proc.
n.º	PL 146	de 19. 97
87		

Publicação: JT
Data: 15 / 05 / 99
Pág.: 7 - A

Banco do Povo empresta R\$ 539 mil para micros

Coordenado pela Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho, o Banco do Povo já emprestou para R\$ 539 mil a microempreendedores rurais e urbanos. O BP incentiva o crescimento dos empreendimentos e de cooperativas para estimular o emprego e a renda. Os financiamentos vão de R\$ 200 a R\$ 5 mil para pessoas físicas e até R\$ 25 mil para cooperativas, com juros de 1% ao mês e prazo de pagamento de 18 meses. O BP opera em 8 cidades do interior.

MICROS

GUIA DA MICROEMPRESA

Sebrae concentrará recursos na criação de emprego

Com orçamento de R\$ 1,4 bilhão este ano, entidade deve reduzir o número de projetos que apóia, para incentivar aqueles que oferecem mais trabalho e renda

GECY BELMONTE

BRASÍLIA – O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Sérgio Moreira, informou que a instituição está passando por um processo completo de reestruturação, cujo resultado será a canalização de suas ações para projetos que criem mais emprego e renda no País. A base da reestruturação é um programa de mudança estratégica que será submetido ao conselho deliberativo nacional no dia 24 de junho.

Segundo Moreira, em consequência desse trabalho o número de projetos que o sistema apóia atualmente, cerca de 700, será reduzido. “O Sebrae irá centrar suas ações em poucos projetos estratégicos, mas suficientes para causar impacto nos pequenos negócios”, observou.

Um dos objetivos do “novo Sebrae”, segundo Moreira, que assu-

miu o cargo em janeiro, é o de aumentar a participação dos pequenos negócios nas exportações. Segundo ele, a intenção é que, até 2001, as pequenas e médias empresas respondam por mais de 10% das exportações. Esse, reconhece, será um grande esforço, uma vez que as exportações do segmento hoje são menos de 2% nos US\$ 53 bilhões exportados pelo País.

Segundo ele, o Sebrae vai apoiar a substituição de importações, principalmente nas cadeias

produtivas, assim como apostar na capitalização das empresas com potencial exportador. Entre os projetos considerados estratégicos pelo Sebrae no comércio exterior estão os consórcios de exportação, cujos

programas serão parcialmente financiados pela Agência de Promoção às Exportações (Apex) a partir do segundo semestre.

Moreira disse que o comércio eletrônico receberá atenção espe-



Moreira: comércio eletrônico receberá atenção especial, via Apex

cial, uma vez que é um dos mais democráticos instrumentos de acesso a mercados. O Sebrae apoiará, também pela Apex, projetos de venda direta ao consumidor pela Internet. A instituição também

pretende participar da construção e manutenção de infra-estrutura externa para showrooms no exterior, para facilitar a venda de produtos de pequenas empresas no mercado internacional.

O orçamento do Sebrae para este ano é de R\$ 1,4 bilhão (R\$ 100 milhões a menos que o ano passado), provenientes de 0,3% sobre a folha de pagamento das empresas, e 82% desses recursos são canalizados para os 27 Sebraes regionais.

A idéia é passar um “pente fino” nos cerca de 700 projetos que vêm sendo conduzidos pelo sistema, para identificar quais os mais adequados à nova filosofia que será adotada.

O presidente do Sebrae ressaltou que a falta de crédito é um dos principais pontos de estrangulamento para a ampliação dos pequenos negócios. Dessa forma, o Sebrae irá criar alternativas que facilitem o acesso ao crédito para os pequenos e microempresários.

Entre estas, citou o microcrédito, sistema pelo qual o Sebrae aportará recursos para fundos a serem dirigidos por entidades não-governamentais (ONGs) e instituições financeiras especializadas em financiamentos para pequenos negócios. Como exemplo, citou o Banco do Povo, que financia a compra de máquinas de costura e freezers, para que donas de casa possam tra-

balhar por conta própria.

O fortalecimento do Fundo de Aval do Sebrae, que hoje garante 50% de empréstimos tomados de bancos oficiais e de desenvolvimento, foi outro ponto citado por Moreira. Segundo ele, o fundo também irá avaliar empréstimos do BNDES voltados à exportação, em até 80% do valor do financiamento que terá como limite R\$ 300 mil. A idéia também é estimular as cooperativas de crédito, seguindo o modelo

italiano. “É uma espécie de garantia solidária, que pode ser utilizada para pequenos negócios de comunidades carentes.”

A inovação tecnológica, uma das principais deficiências do País, será

incentivada. A intenção é a de intensificar o apoio às empresas de base tecnológica por meio de aporte de capital de risco. O Sebrae também irá estimular a criação de pequenos negócios em tecnologia de ponta. Como apoio nesse sentido, disse que o Sebrae poderá dar condições especiais em suas compras de serviços na área de tecnologia de informação às pequenas, médias e microempresas do setor. (Agência Estado)

ACESSO AO
CRÉDITO
TAMBÉM DEVE
MUDAR

META É
MULTIPLICAR
POR CINCO
EXPORTAÇÕES

Entidade garante crédito para pequenos lojistas

Ceape, de São Luís, foi a única instituição a ganhar o Prêmio Bem Eficiente na área de produção

FÉLIX ALBERTO LIMA
Especial para o Estado

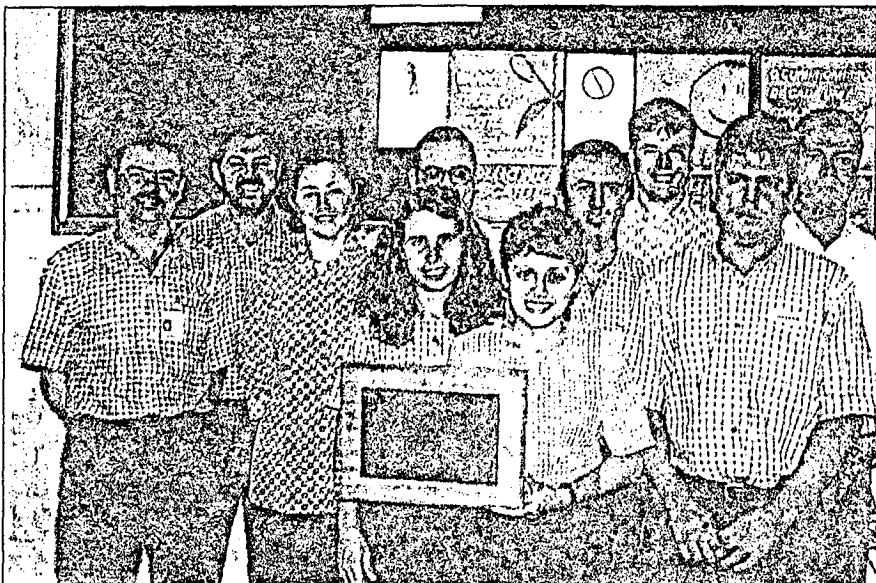
SÃO LUÍS - Há três anos, após tentar obter empréstimo em vários bancos, negado por entraves da burocracia, como exigência de avalistas e bens como garantia, a comerciante Jocely Castelo Branco soube da existência do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Ceape), na capital maranhense. Precisava de um financiamento para ampliar o estoque de seu pequeno armazinho. Conseguiu mais. Foi orientada por técnicos especializados sobre como investir o dinheiro com segurança.

Jocely não só pagou em dia as parcelas do financiamento como até hoje utiliza a linha de crédito da entidade. Tirou o último empréstimo em janeiro, no valor de R\$ 2 mil. A loja ganhou estoque novo e, nos últimos meses, foi transformada em malharia. "Hoje, pago uma parcela mensal de R\$ 530,00 e tenho um faturamento de quase R\$ 3 mil", revela. "A grande vantagem é que o crédito é direcionado exatamente para aquilo que a gente quer."

Pequenas - O Ceape é uma entidade privada, que apóia o desenvolvimento de pequenos empreendimentos. Em São Luís, a instituição existe há dez anos e, atualmente, integra uma rede de 13 Ceapes, espalhados por vários Estados brasileiros, sob a coordenação da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Fenape).

As linhas de crédito, em geral, são destinadas a pessoas que atuam com mercearia, padaria, confecções, malhas, calçados, artesanato, prestadores de serviços, comércio de roupas, alimentos, bijuterias e utensílios domésticos.

No ano passado, o Ceape de



Equipe de técnicos que trabalham no Ceape de São Luís: liberação de crédito movimentou R\$ 25 milhões

São Luís recebeu o prêmio Bem Eficiente, concedido pela Kanitz & Associados a 50 entidades assistenciais. "Fomos a única entidade premiada na área de produção", ressalta a presidente do Conselho Superior do Ceape, Sandra Albuquerque Costa.

Formado por oito representantes voluntários, o conselho presta consultoria a pequenos empreendedores. "Não basta simplesmente emprestar dinheiro e esperar o pagamento da dívida, não é esse o nosso papel", afirma Sandra. "O pequeno empreendedor precisa saber qual é o valor do dinheiro que ele pediu emprestado."

Ela explica que o acompanhamento técnico é sistemático e tem o objetivo de ajudar o pequeno empresário a ter controle sobre despesas e receitas do seu negócio.

O empréstimo obtido por Jocely

encaixa-se na categoria individual. Mas pequenos comerciantes também se podem unir para conseguir a aprovação do cadastro. No caso, podem obter o crédito solidário, concedido a até três pessoas. Cada uma delas, porém, responsabiliza-se pelo valor financiado. A lição maior desse tipo de crédito está no exercício da cidadania. A inadimplência no Ceape não chega a 4% dos financiamentos.

As vizinhas Maria Amaral, Albenira Aguiar e Maria José Freitas estão solicitando o financiamento solidário. No bafê do Ceape, Maria Amaral pede um empréstimo de R\$ 300,00. "Quero comprar gêneros alimentícios diferentes e fornecer comida para um número maior de pessoas."

Albenira vende frangos e, pela primeira vez, está entrando num financiamento. "Estamos pedindo

uma quantia pequena, mas, para nós, que somos humildes, é um valor significativo", argumenta Maria José.

Atenção - Pequena fabricante de redes, Maria Pereira Castro Sousa fez o primeiro empréstimo no ano de fundação do Ceape, em 1989, e ainda hoje utiliza a linha de crédito da entidade.

Sem possibilidade de obter crédito em instituições financeiras formais, parte da população de baixa renda recorre regularmente ao Ceape. "Muitas vezes somos maltratados nos bancos; aqui somos valorizados e recebemos respeito", afirma Maria José.

"Pobre paga a conta em dia, pois, se perder isso, como é que fica?", questiona Albenira.

Para a presidente do conselho da entidade, a saída para o Brasil está na produção. "Se pudermos utilizar ferramentas como o Ceape para estimular a produção, certamente o País terá outro rumo", diz Sandra.

Ceape já liberou verba para 9 mil empreendedores no MA

SÃO LUÍS - O Ceape maranhense foi o terceiro criado no Brasil. Começou em São Luís em 1989, com recursos financiados pelo Unicef. Depois, vieram as auditorias e o acompanhamento de técnicos de organismos internacionais. Por intermédio da Fenape e da Accion International, surgiram doações importantes para a criação do fundo de crédito rotativo.

O programa inicialmente era voltado para o desenvolvimento da produção feminina, mas o crédito foi ampliado para os pequenos empreendimentos. Hoje, está presente também em mais oito municípios do Maranhão.

Até março, o Ceape havia concedido crédito para 9.060 pessoas e movimentado cerca de R\$ 25 milhões. Somente no ano passado

foram concedidos 5.983 créditos, no valor de aproximadamente R\$ 5 milhões. O valor máximo de financiamento é de R\$ 8 mil e a média de crédito por pessoa é de R\$ 950,00. O Ceape cobra 4,3% de taxa administrativa e mais correção de 1,45% ao mês. A taxa administrativa é para pagar salários dos 20 funcionários e as despesas correntes da entidade. Os salários variam de R\$ 600,00 a R\$ 3 mil.

O crédito orientado faz a diferença para os pequenos empreendedores. "Os nossos clientes são aqueles ligados ao comércio informal", explica Vartou Barroso, gerente técnico do Ceape. Para obter crédito, o interessado deve ter acima de 21 anos, o nome limpo no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito e seis meses de funcionamento. (F.A.L.)

NÚMEROS			
9.060	5.983	R\$ 8	R\$ 25
é o total de pessoas atendidas pelo centro até março	é o número de créditos concedidos no ano passado	mil é o valor máximo do empréstimo; o média é de R\$ 950	milhões é o montante movimentado em dez anos
Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Ceape)			
Endereço: Rua Cândido Ribeiro, 819, São Luís - MA, CEP 65011-5-090			
Telefone: (098)232-6851, (098)232-1418 e (098)221-3511 (Fax)			
e-mail: ceapema@hcg.com.br			

Reportagem encerra série

O Estado encerra hoje a série de reportagens sobre as 50 entidades que ganharam o Prêmio Bem Eficiente 98, concedido pela Kanitz & Associados, após um levantamento sobre as organizações não-governamentais que se desta-

caram entre 500 pesquisadas pela consultoria. Em dois anos, os leitores puderam conhecer o trabalho assistencial em cem reportagens que mostram como essas instituições contribuem para reduzir os problemas sociais do País.

Banco do Povo paulista terá 40 novas agências

Programa de microcrédito deve ser ampliado até o final do ano

Adriana Souza Silva
São Paulo

A Secretária de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo deve inaugurar até o final do ano 40 agências do Banco do Povo — programa desenvolvido em parceria com as prefeituras para financiar empreendedores do mercado formal ou informal.

Hoje, o Banco do Povo tem oito agências, todas no interior do Estado. O crédito é voltado a empreendedores que tenham faturamento mensal de até R\$ 87,3 mil e necessitem de recursos para capital de giro ou aquisição de máquinas e equipamentos.

INADIMPLÊNCIA - Com uma taxa de juro de 1% ao mês, o valor do financiamento varia de R\$ 200 a R\$ 5 mil, para pessoas físicas e jurídicas, e chega a R\$ 25 mil para as cooperativas. O balanço dos seis primeiros meses de operação mostra que, das quase 5 mil pes-

soas que foram ao banco, cerca de 700 cumpriam os requisitos básicos, mas apenas 231 obtiveram o dinheiro. "Na maioria das solicitações recebidas ou os projetos eram inviáveis economicamente ou o nome do empreende-

Exigências para o crédito Banco do Povo

- ❶ Residir na cidade, com endereço fixo
- ❷ Não ter restrições no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou no Serasa
- ❸ Ter um avalista idôneo
- ❹ Comprovar a viabilidade econômica do negócio

Fonte: Bancos

dor constava na lista de inadimplentes do SPC", explica o diretor-executivo do Banco do Povo, José Roberto Generoso.

No Brasil, as instituições que trabalham com microcrédito possuem duas fontes de recursos: entidades privadas e entidades go-

vernamentais. No caso das agências do Banco do Povo paulista 90% das verbas são do governo e 10% da prefeitura local. O Banco do Povo de Santo André, no entanto, é uma exceção. Funciona como uma Organização Não Governamental (ONG). Com ele colaboram entidades de classe e o Sebrae. "Não dependemos unicamente da prefeitura", conta o gerente-executivo, José Caetano Lavorato. "A vantagem é não sofrer com as mudanças da administração pública", acrescenta. Em compensação, os juros das ONGs são maiores: 4% ao mês.

RAPIDEZ - Em um ano o banco de Santo André fez 358 operações e a recusa é inferior a 10% dos pedidos. O empresário, Paulo Dadico, sócio do Instituto de Ensino Cecília Meireles, por exemplo, depois de seis meses tentando nos bancos privados, conseguiu em Santo André R\$ 7,2 mil para reformar a escola. "A verba saiu em dez dias", compara Dadico. ■

Microempresários descobrem crédito no BNDES

Programa tem o objetivo de emprestar recursos para projetos sociais

ELIANE AZEVEDO

RIO - Nome: Ilda dos Santos Guterres. Qualificação: quituteira. Patrimônio: panelas, colher de pau e as mãos. Pedido de crédito: R\$ 300. Observação: a pretendente ao financiamento é cega. Que gerente de banco aprovaria um empréstimo para um cliente com essa ficha? Apesar de ter tido glaucoma e perdido a visão, Ilda sabia se mexer na cozinha sem ajuda - mas, sem recursos para comprar um equipamento mínimo, não tinha como aumentar sua produção de salgadinhos e evitar o fantasma do despejo.

Dois anos depois, munida de um liquidificador, uma batedeira e uma máquina de moer carne, Ilda, aos 57 anos, representa uma parte substancial do orçamento da família composta por dois filhos e três netos. Moradora da periferia de Porto Alegre, ela conseguiu o sonhado empréstimo na Associação Comunitária de Crédito de Porto Alegre (Portosol), uma das 23 organizações não-governamentais (ONGs) que, numa parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), oferecem crédito de valores baixos a

microempresas, formais ou informais. "Deus quando tira os dentes, alarga a goela", filosofa Ilda. "Eu não posso assinar nenhum documento, não tenho nem conta em banco e ninguém ia emprestar dinheiro para uma pessoa cega."

Ilda já está em seu sexto financiamento. Usa o dinheiro para fazer estoque de farinha de trigo e outros ingredientes e, quando acabar de pagar, pretende ampliar seu patrimônio, com a aquisição de um utilíssimo forno de microondas.

Social - O programa de microcrédito faz parte de uma área pouco conhecida e, até pouco tempo atrás, praticamente inexistente no banco: o esse de Social. Criado em 1996, esse ano, esse setor vai chegar a uma carteira de R\$ 2 bilhões em financiamentos para projetos sociais - 94% dela composta por empréstimos reembolsáveis e 6%, o equivalente a até 5% do lucro do banco, reservados para

doações. "Nossa postura não é assistencial", garante a diretora da área, Beatriz Azeredo. "Trata-se de uma inovação em termos de política social pública, porque criamos com a população uma noção de profissionalismo e responsabilidade."

Os projetos de emprego e renda são o carro-chefe do setor e contam com duas linhas de crédito. Uma é a do microcrédito, oferecido pelo BNDES sempre por intermédio de uma ONG que funciona como agen-



Sergio de Almeida, dono da Pizza Lit, dentro da Favela da Rocinha

te financeiro. O pessoal que vai avaliar os projetos - com a obrigação de visitar os pequenos empreendedores e verificar a viabilidade de seus sonhos - é treinado pelo banco, com recursos do Fundo de Aniparo ao Trabalhador e a ONG tem de se manter com qualquer agência de financiamento: com as taxas de empréstimos cobradas da clientela.

Microcrédito - Ao contrário, porém, das linhas de crédito existentes no mercado, para se habilitar ao microcrédito não é preciso oferecer ga-

rantias, nem sequer ter a empresa registrada e o cliente pode voltar continuamente a contrair empréstimo. No entanto, o índice de inadimplência varia entre ínfimos 3% a 5%. "É verdade que o pobre paga, porque seu único patrimônio é o nome limpo na praça, mas também funcionou a nossa metodologia, que é de dizer não quando o negócio não é viável", explica Beatriz. "Nosso interesse, na verdade, é que a empresa cresça a ponto de não precisar mais do microcrédito."

Foi o que ocorreu com um dos pri-

meiros clientes dessa modalidade no Rio, o técnico em informática Sérgio Soares Almeida, de 33 anos. Ele montou uma pizzaria, a Pizza Lit, dentro da Favela da Rocinha, na zona sul, e logo percebeu a necessidade de entregar a domicílio, mesmo nos pontos mais íngremes e escondidos do morro. Com o financiamento de R\$ 2 mil, comprou uma moto. Com outro, de R\$ 4,5 mil, um carro, para entregar quantinhas. Agora, com duas motos, três empregados e uma clientela fiel formada por moradores da favela, tem planos de mudar para uma loja maior, mas não vai precisar do dinheiro do BNDES. "Já tenho capital acumulado", comemora.

O financiamento do banco permitiu ao gaúcho Sergio Artur Antunes, de 41 anos, concretizar o projeto de produzir violões e guitarras de forma artesanal em sua loja em Porto Alegre. "O Plano Collor congelou meu dinheiro, depois eu quase quebrei e passei anos tentando financiamento em todos os bancos", enumera.

"Com meu primeiro empréstimo, pude comprar material e cheguei a produzir 120 guitarras por mês". Com a empresa saudável, Antunes pôde driblar a concorrência com os instrumentos musicais importados e abriu também um pronto-socorro para violão e guitarra e uma loja de acessórios.

A outra linha de crédito do pro-

grama de emprego e renda é a que contempla projetos de auto-gestão. Ao contrário do microcrédito, esse programa beneficia trabalhadores com experiência e qualificação que, por conta de privatizações ou terceirizações, ficaram desempregados.

O programa financia cooperativas e associações de trabalhadores, como, por exemplo, a bem-sucedida experiência da Tecscl, formada em 1996 por 26 profissionais da Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj), que optaram entrar no Plano de Demissão Incentivada da empresa quando foi privatizada. "A gente sabia que o mercado estava se movendo e a opção pela cooperativa surgiu pela isenção de alguns impostos", conta o diretor-presidente da

Tecscl, Luiz Carlos da Silva Alves, de 49 anos.

Em 1997, a cooperativa ganhou uma licitação para a própria Cerj - nada menos que a manutenção de 102 subestações e 2.300 quilômetros de li-

nhas de alta tensão - mas precisava de dinheiro para comprar ferramentas, viaturas e treinamento das equipes. Conseguiram R\$ 500 mil com o BNDES.

"O contrato com a Cerj abriu portas e hoje temos contratos com outras concessionárias, como a Light, e empresas como Michelin, Petrobrás e Petroflex", diz Alves. A cooperativa cresceu para 300 sócios e um faturamento de R\$ 3,5 milhões no ano passado.

**CARTEIRA
DEVE CHEGAR
A
R\$ 2 BILHÕES**

Publicação: JT
Data: 23/05/99
Pág.: 6-A

Política

Covas vai retomar o diálogo com PT

De volta à cena política com disposição redobrada, o governador de São Paulo, Mário Covas, fez a festa da convenção tucana em Brasília, agitou a semana em polêmicas com o PFL e vai reunir-se no dia 31 com o presidente estadual do PT, deputado federal Antônio Palocci, no Palácio dos Bandeirantes. No último encontro que Palocci teve com Covas, estava presente o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele já havia dito que o caminho natural do PSDB é a aproximação com os partidos de esquerda. A intriga constante entre PSDB e PFL é um indicativo de que a reabertura do diálogo com PT pode ser o próximo passo do governador.

Covas retomou ontem as viagens pelo interior do Estado, com visita a cinco cidades. Ele não confirmou nem desmentiu a possibilidade de disputar a sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso em 2002: "Agora não é o momento de discutir eleições." Covas esteve em Piracicaba para inaugurar o Banco do Povo, instituição que empresta entre R\$ 200 e R\$ 5.000 para pessoas físicas que vão iniciar negócio próprio, com juros de 1% ao mês.



Covas vai receber dirigente petista no Palácio dos Bandeirantes

Wilson Pedrosa/AE-19/05/99



Câmara Municipal de São Paulo

Viaduto Jacareí, 100 - 5º andar - Sala 508 - Bela Vista - CEP 01380-900
Telefones: 3111.2236 - 3115.1651 - Fax 3111.3023
e-mail: neder@ax.apc.org - home page: www.ibase.org.br/~neder

Folha nº	238	do proc.
nº	176	de 97
Ass. Téc. Direção I		

São Paulo, 30 de março de 1999

OFÍCIO Nº 166/47 SSP/99

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para enviar a Vossa Excelência abaixo-assinado de entidades e personalidades em apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 - que institui a associação do Município à Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário - CPS, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências.

Solicito que Vossa Excelência adote providências para agilizar a 2ª votação do referido projeto em plenário.

No aguardo de vossas dignas providências reitero, na oportunidade, protestos de estima e consideração.


Carlos Neder
Vereador - PT

Exmo. Sr.

Vereador Armando Melão

DD Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo

Nesta

À
ATM
Sr. Assessor Chefe

De ordem do Sr. Presidente, segue
para as providências cabíveis.

S.P. 16.09.99


Marcos B. de Oliveira
Chefe de Gabinete
Presidência

Gabinete do Vereador Carlos Neder

Informações: Viaduto Jacaré, 100 - 5º andar - sala 509 - CEP 01380-900 - Fone 3115-1355 r: 2236



Apresentado em março de 1997

Folha n.º	239	de 239
n.º	176	de 1997
<i>Moema</i>		

Projeto de Lei 176/97 - Dispõe sobre associação do Município à Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário - CPS, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Poderá o Município associar-se a Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com a finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, fomentar a constituição e consolidação de pequenos e microempreendedores instalados no âmbito do território municipal.

Parágrafo Único - Para o fim do disposto no "caput" será constituída uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, e que se regerá por estatuto próprio e pela legislação em vigor.

Art. 2º - O Município só poderá associar-se à Associação Civil Ideal - Crédito Popular Solidário, que contenha, no seu Estatuto, um Conselho de Administração de cuja composição o Município participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes, em maior número, entidades da sociedade civil.

Art. 3º - O Estatuto da entidade tratada no artigo anterior deverá prever obrigatoriamente:

I - sua auto-sustentação financeira;

II - a devolução, na exata proporção da aplicação, dos recursos destinados pelo Poder Público Municipal, em caso de dissolução da Associação;

III - o direito, ao Município, de veto na hipótese de alteração estatutária relativa à sua finalidade precípua;

IV - a autorização para que o Município desligue-se da Associação, bem como promova, concomitantemente, o levantamento de recursos proporcionais ao valor investido por ocasião da criação da mesma, no caso de desvirtuamento de suas finalidades.

Art. 4º - O Estatuto da Associação Civil Ideal, Crédito Popular Solidário, deverá observar, ainda, obrigatoriamente, os seguintes princípios:

I - a contratação de auditorias externas independentes que, anualmente, analisarão a regularidade e o funcionamento das operações;

II - a disposição de que os recursos que compõem o fundo financeiro, através do qual serão concedidos os créditos, virão:

a) da contribuição da Prefeitura, mediante abertura de crédito especial, à título de auxílio financeiro, obedecida a legislação pertinente;

b) da contribuição dos demais sócios da associação;

c) de doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

d) de empréstimos de agências de financiamento nacionais, estrangeiras ou internacionais;

e) de juros e outros rendimentos eventuais;

f) de amortizações de empréstimos concedidos

e de aplicações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, no âmbito do Programa BNDES Trabalhador;

III - a disposição de que seus serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada;

IV - a disposição de que deverá operar em condições compatíveis a uma remuneração justa do capital em relação às atividades produtivas inerentes a pequenos e microempreendedores;

V - a disposição de que deverá operar exclusivamente no Município de São Paulo;

VI - a disposição de que não poderá, em nenhuma hipótese, distribuir lucros ou bonificações a dirigentes e associados;

VII - a disposição de financiar, de maneira desburocratizada, as iniciativas de mulheres chefes de família;

VIII - a disposição de que serão desenvolvidos programas de treinamento para os pequenos e microempreendedores.

Art. 5º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A concessão de créditos a micros e pequenos empreendedores é medida fundamental para a constituição e/ou consolidação desses ramos produtivos.

Programas de crédito popular já funcionam com sucesso na Bolívia, Peru, Equador, Bangladesh, Costa do Marfim, Honduras e Guatemala, entre outros países.

A conclusão da 1ª Conferência Mundial de Microcrédito, realizada em Washington entre 2 e 4 de fevereiro deste ano, é a de que a iniciativa representa uma alternativa a programas assistencialistas de resultados questionáveis.

Com mais de 2.500 participantes representantes de 150 países, das Fundações Mastercard, American Express, Citibank e dos Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento, a 1ª Conferência Mundial de Microcrédito recomendou, também, que os empréstimos deveriam ser concedidos preferencialmente a mulheres chefes de família e que os programas de financiamento deveriam ser acompanhados de políticas de treinamento.

A inadimplência dos financiamentos populares tem oscilado entre 2,5% e 3%, enquanto no sistema financeiro tradicional fica entre 5% e 10%.

No Brasil, o primeiro "Banco do Povo" foi criado no Distrito Federal em 1995. Iniciativas similares foram desenvolvidas em Porto Alegre e no Ceará. O Governador Mário Covas enviou Projeto de Lei à Assembleia Legislativa, visando a instituição do Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo, em dezembro de 1996.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - criou uma linha especial de 69 milhões de reais para estados e municípios, com a finalidade de investimento ou capital de giro para geração de renda, para projetos de crédito popular.

O presente Projeto de Lei autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a associar o Município à Associação Civil Ideal, denominado de Crédito Popular Solidário - CPS, com a finalidade de fomentar a consti-

tução e/ou consolidação de pequenos e micro-empresendedores, baseando-se na experiência de Porto Alegre. Nesta cidade, após a aprovação da Lei 7679/95, houve a auto-rição para que a Prefeitura Municipal associasse o Município à Associação Civil Ideal, denominada de Porto-Sol.

Na atualidade, há uma lacuna existente no sistema financeiro tradicional que marginaliza uma enorme parcela de micro e pequenos empresenedores que, caso tivessem acesso ao crédito, poderiam potencializar seus negócios, aumentar sua renda e gerar novos empregos.

A criação de uma instituição de crédito vocacionada para atender este público, de caráter comunitário, possibilitaria a formação de um crédito baseado na garantia solidária, onde o tomador de financiamento se agrupa com outros empresenedores conhecidos e todos se tornam fiadores recíprocos da operação. Essa relação é avessa a qualquer forma de assistencialismo ou paternalismo.

A Porto-Sol, instituição comunitária de crédito de Porto Alegre, cujos estatutos seguem em anexo, trabalha com um corpo técnico rigorosamente profissional, capacitado e remunerado de acordo com o mercado, com uma estrutura administrativa e funcional simplificada e de baixo custo.

O Grupo Solidário, base nuclear da Porto-Sol, é uma organização de indivíduos com interesses compartilhados que, através da auto-seleção potencializam o grau de participação, organização, responsabilidade e integração, sendo composto por um mínimo de 04 (quatro) e máximo de 07 (sete) pessoas, que assumem o aval solidário e apoiam-se para melhoria e desenvolvimento das atividades econômicas de cada um. Ao obter o crédito em grupo, o indivíduo torna-se tomador e também avalista.

A Porto-Sol emprestou R\$2.621.353,79 até 17 de janeiro último. Foram concedidos 1803 créditos, com um valor médio de R\$1.453,88, em um prazo médio de 4,8 meses de crédito. Foram quitados 936 créditos e renovados 608. O índice de carteira ativa com atraso superior a 30 dias (inadimplência) é de apenas 2,5%.

Aspecto inovador é a criação da "Associação Civil Ideal". Trata-se de pessoa jurídica autônoma que nasce da declaração de vontade de mais de um sujeito, instituída para um determinado fim não lucrativo e constituída sob as exigências legais, em especial, ao disposto na Lei dos Registros Públicos - Lei 6015/73.

É óbvio que, sendo um dos declarantes um ente público, há outras exigências, de ordem pública, que se fazem necessárias, como, por exemplo, a necessidade de autorização legislativa.

A criação dessa espécie jurídica obedece duas fases bem distintas, mas ambas fundamentais para que se constitua de forma regular, e então, capaz de contrair direitos e obrigações. A primeira fase é aquela que diz respeito à declaração de vontade dos sujeitos que a pretendem criar. Esse é o elemento genético de sua constituição, o qual, para ter validade, exige os requisitos de eficácia dos negócios jurídicos, ou seja, agente capaz, objeto lícito e possível e forma prevista ou não vedada em lei.

A segunda fase configura-se no Registro, o qual, para as pessoas jurídicas, como é o caso, não só tem força probatória, como também, força atributiva de personalidade, significando elemento complementar, mas essencial, para a aquisição de capacidade jurídica. Nesse particular, a Constituição Federal, em seu art. 5º, XVII, dá como plena a liberdade de associação para fins lícitos. Há, porém, certas atividades que dependem de prévia autorização estatal para que possam ser registrados regularmente, como deixa bem claro o art. 119 da já citada Lei dos Registros Públicos. Isso se deve ao fato de que certas atividades estão ligadas ao interesse público e por isso demandam maior cuidado de parte do Estado. Nessa situação, encontra-se, entre outros casos, a atividade financeira.

Feitas essas observações de ordem doutrinária, cabe então analisar a relação dessas figuras com a Administração Pública Municipal, bem como a possibilidade delas servirem para a realização de determinados objetivos.

O art. 30 da Constituição Federal, em seu inciso I, diz que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, o que então, devido a não existir uma regra complementar que defina o que seja esse "interesse local", remete para uma discussão política no sentido de ser ou não - para o Município de São Paulo e na atual conjuntura sócio-econômica, uma iniciativa nesse sentido, de interesse local. Assim se estará remetendo à Câmara Municipal a atribuição de autorizar ou não o Município a, junto de outros parceiros, vir a criar uma pessoa jurídica de direito privado para oferecer aos

empresenedores aqui existentes um fácil acesso ao crédito financeiro.

Quanto à possibilidade do Município vir a participar de uma pessoa jurídica dessa natureza e ainda em conformidade com a Constituição Federal, e no mesmo art. 30, só que no seu inciso III, chama-se a atenção de que é de competência dos Municípios a aplicação de suas próprias rendas, o que faz com que, desde que obedecida a exigência de autorização legislativa, seja possível e legal a destinação de verbas para a criação de nova pessoa jurídica, que terá o Poder Público Municipal apenas como um sócio-fundador.

Entidade

CLUBS OR TROOPS

Clube de Trocas

ONG "Olhos da Mata"

PROGRAMA DE AUTO EMPREGO

Programa de Auto Gerenciamento

Partite

Assoc. de Cidades ^{Comitê Vila Jânia}

—

CLUBE DE TRUQUES

Olhos da Mata

Olhos do gato

Olhos da Mota

OLhosdAMATA

Coop. Popular - Univ. Fed. Paraná

Comandante Im. Sta Maria

Cidantia - Rute as Cidantia

~~GA~~ GENPEL

CEB - Châcaia Inglesa

241 do m...
 176 de 19 97
 Projeto de Lei
 M. S. Marques
 Ass. Tec. Direção d

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Entidade

Cecília da Rosa Winkelschmann

Associação 18 de Maio

SANDRA R. DE LUCAS

ASSOCIAÇÃO 18 DE MAIO

Sheik B. do Carvalho

Associação 18 de maio

João Paulo Santos Lima

JSP

Luiz Carlos Barbosa Borges

CEAPE/SP

Fabio Antonio Santiago

SERT-SP / Banco do Povo

Olga dos Santos

Pastoral Operária

Adelaide B. Fonseca

CVSP

João Camillo Salim

Comunidade Sta. Maria

M^a Lúcia S. Rizardi

USP

FÁBIA DA S. LOBO

ASSOC. BIBLIOTECÁRIOS DO MUNICÍPIO SP - Presidente
FORUM MUNICIPAL EM DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / S.P.

NILSON TORRES

AÇÃO DA UDAZANIA

Edna Quaresma

NÚCLEO DE AÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA DE SOLIDARIEDADE

Andre Ricardo de Souza

Capela SP duo - Sr. Sta. Teresinha

Mania Luis E. Pelizzari

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Folha n.º	242	do proc.
n.º	176	de 19 97
Ass. Téc. Direção I		

Nome

Antonio Luis Rodrigues de Azevedo
Rita Aparecida da Costa Silveira
Rogério S. da Silva
João Justino de Lima
José Amador do Carmo
Eduardo Expertino Figueira
Lereza Rajole
Zini O Quinto
José Antônio C. Lopes
Saldomiro F. Moura
Helôisa Horácio
Valter Hylsonio
Leticia Ricardo de Souza

Entidade

Carb. Dep. Roberto Bouveia
IAL - Liga de Assistência Comunitária
Associação Ambulatório de Saúde Mental
CRS - MOCOTÁ
Mov. Saúde Zona Sul
OPT ITAPETININGA
PT-10
Espaço - Formação e Assessoria
FE USP.
União Mov. Pop. de Saúde
Núcleo de Est. e Pesq. sobre
Pré-pissos e Tratamento - PPS - PUC-S.S.
GALA NEQUÃO COM SAÚDE
Nupes

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Folha nº 243 de 243
nº 176 de 1997
Projeto de Lei
Nome M. S. Marques
Ass. Téc. Direção 4

Nome

Entidade

maris fp. Pousin B. Oliveira

Ent. públ. "Olhos da mata"

MARCELO BORDE

ARCA DO BRASIL

Elvira de Fátima J. Martins

Artecom

Elisete Pereira da Mata

comércio calçados

Francisco Fontanuzzi

livrarias

MARIA DE FÁTIMA PINHO

MARTA ZYNGER

Parte Zynger

Ivanildo Pires de Azevedo

Associação 18 de maio

Maria da Silva

Associação 18 de maio

Wilson Sales do Espírito Santo

ass. 18 de maio

Clau D.M. Gomes

Comunidade São Francisco de Assis

Wilson Candido Rodrigo

Associação 18 de maio

Michell de O. Soares

Comunidade São Francisco

Joaneide F. Pereira

comunidade São Francisco

Edson Silva

comunidade São Francisco

Celso F. Soares

ONG OLHOS DA MATA

Cleto Esteves Soares

ONG OLHOS DA MATA

Luciene Xavier Batista

ONG OLHOS DA MATA

bandra simões Vieira

ONG OLHOS DA MATA

Michell Ribeiro Reis

ONG OLHOS da mata

MARIA EICERA de SALES

FORUM da cidadania NOROESTE

64

F.º 244	do proc.
n.º 176	de 19 87
Ass. T'éc. Direção I	

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Associação de Crédito S. Marques Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome	Entidade
ELISA M. GROSSI MANFREDINI	PMSP.
HUGUETTI NERO DAVINI	PMSP.
MARIA RITA DE SOUZA SANTO	
Antônio Roberto de Sousa	Pol. Amigos do Povo de Marília
Antônio Milton A. Barnêto	PASTORAL OPERARIA - Santana
Lucia Sp. Amunpiad	Gob. Dep. Paulo Teixeira
Abelmar A. de Almeida	Gob. Dep. Paulo Teixeira
Ricardo Toledo Neder	INET. ECO. UNICAMP
Roberto Goulart Mendes	NAPES - Pg. 20.382.648
Irclino M. Santos	Núcleo Pedagógico SCL Tadugó
Franus de Souza	NEC.
HEITOR SANDALO	NEC.
Marina Farkas Bitelman	ITCP - USP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - USP)
ROSENY DE ALMEIDA	PUC-SP (Estudante)
Carlos G. Viêze	CRITABALTA
Edmarco J.S. Barbosa	ITCP - USP
Antônio D. Negrão	Gabinete Carlos Neder

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Entidade

MARIA MAGDALENA ALVES
Lucimar Meira Gonçalves
Ilane m^a da Silva
Eliete Dias dos Santos
Daniela de Oliveira
Flávia Ap. L. de Oliveira
MARIA TERESA AUGUSTI
Luz Fernandes de Almeida.
Aguinaldo Luz de Lima

Fórum Político de ONGs

u u u u

11 11 11 11

1 1 1 1

POSME e CEDESP

11 11

IPÊ - Inst. Promoção da Equidade

VICARIATO CONSTITUÍDORES DA SOCIEDADE

NAPES - CLASP

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Ass. Tec. Direção

Nome

Entidade

Siméon de Souza Bilema

Com. São Francisco de Assis

José Joaquín Rodríguez

com! São Francisco de Assis

Luis Carlos

com ~~de~~ Francisco de Assis

Adilson Rodrigues

ENTIDADE AMBIENTALISTA OLHO D'AMATA

JOSE RIBARDO ORDONHEZ

PVC-S

Edmundo Guerrero de Peña

Содержание

CARLOS ROBERTO DA COSTA

CLUBE DE TROCAS

Antoine J^e Bettemont

Coop. Pop. Univer. Paraná

Jaquim Pereira dos Santos 1820

CPT - Reg. San Paulo

Maria Mendes de Castro

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Entidade

Sandra Regina Degani Duarte

Cons. Tubelan Coe Address. Pinheiros

Kiminoshim Yoshida

Formas de Círculo e Adot. de Projeções

Reano Kelli A. de Jesus

Ana Cláudia dos Santos

Sorvia sp. like *P. l.*

Srs. D. de Coudade A. V. Paulo

[Handwritten signature]

~~Scud~~ A. Silvero

Sof. Weiro-PMSP/PUC-
SP.

Concúcio de Souza

Partite

Vare de Chaveira

club 3rd dose quorrelha

Maria do Carmo Silva.

Mr. Louis Zuck

Alexandra Rossetto

Parthol de Thengalio

40 Cls D. Sta.

NUCLEO DE REFLEXÃO POLITICA SIPOREMBRA

Alto Francisco Soares

Entidade e ONG OLHOS DA MATA

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Moeda Crédito Marquês Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Entidade

Miz Freire dos S. Iblis
Paulo de Touris W. Fronghe
Eduardo Ferreira de Paula
Maurício Brachara
CIRO S. YOSHIYASSE
MARLOS ESTEVÃO CALVO
Beto Colho

COOPERMINE
Incubadora - USP
Cocoparrure
FUNDACE - USP
Núcleo de Estudos d'Ocupação
Câmara São Paulo
Câmara Shanti

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Projeto Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Entidade

Yueora Terezinha Lottis
Josefa Ladislau Jilo
Sidnei Costa dos Santos
Carminda de Souza Eglyda
Maxia Mendes de Castro
Maria Paula Patrone Reguler
JAIR SOUZA LEAL
Marcos Moreira Vaz
Lucia Helena Lodi
Newton Lima Neto

Assoe. Cantoneira
p. saúde de Salvador
Associação Cantoneira
Movimento Saúde
confeccão
Inchador T. de Cooperativa USP
PROJETO
RECICLÁZARO
Fundação Santo André
Fundação Untrabalho

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Entidade

Jaime Baranuel

PUC - SP

Pauline de Faria Sebol

USP - SP

Sabrina Almeida Lima

PUC - SP

CARLOS ROBERTO DA COSTA

G.O.T.I. - SP

Ma. Renha B. Oliveira

Associação D. C. & V. Paulo

Zenilda Carne da Cunha

ASSOC. D. C. S. VICENTE DE PAULO

Mireny H. O. V. Costa

ASSOC. D. E. S. VICENTE DE PAULO

Antonio J. Lopes

Cooperativa Const. Civil

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Associação Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Entidade

Laura da Costa

ACZALA

Antonio Jose Bittencourt

UNIV. FEDERAL PARANÁ

Jose Luis Munkes

IGREJA-CATOLICA

Adelaide Fatima Consoni

ASSOCIA - DES. SOLIDÁRIO

Estel Fatima Vargem

Comunidade Id. D'Abail.

MARTA AOKI

CURSO TERAPIA OCUPACIONAL - USP

Folha n.º 253 proc. n.º 176 de 19 97
Associação Civil Ideal
Popular Solidário
Ass. Téc. Direção I

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei n.º 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Associação Civil Ideal Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Entidade

Rosehi Florenção da Silva
Geane Cristina G. Cordeiro
Juiz Carlos Pires
Elisabete D.

Associação Fórum DA Cidadania
A Fórum
Instituto Técnico de Planejamento
ITP.

Folha n.º 136 de 137
 n.º 136 de 137
 13/03/97
 Direção I

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Entidade

Patrícia dos Santos Luz

Olhos da mata

Ana claudio S. Ribeiro

Olhos da mata

Wegill Oliveira

Olhos da mata

Carb Carusi Dizzi

PUC-SP

MARINA P. SANT' ANNA

PUC-SP

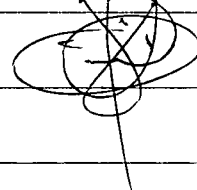
ALLAN RODRIGUES NAS

USP/SA

KENITI ANIYA

BANCO AGRICOLA

Janir Gonçalves Leite



Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Entidade

Marcelo Ap. da Silva
Vanessa Ferreira Gomes de Lima
Iran Ponce Inácio
CARLOS ROBERTO FERREIRA DE ASSIS

Ilhas da Mata
Ochos da Mata
IDESP
IDESP

Folha n.º	256	proc.	
n.º	176	de 19	97

Moema M. S. Marques
Ass. Tec. Direção I

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação
nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada
Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome

Roberto M. Santos
Helina Saraiva
Gláucia Maria Afonso de Castro

Entidade

Coop. Com. Chác. Chapim
CEC São Paulo Apostolo
M.S.F. So.

Folha n.º 257 do proc.
n.º 176 de 1997
Ass. Téc. Direção I

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada, crédito Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome	Entidade
Antonio Pires Junior	CPDA
Ano Lucia Xavier	
Edna M. S. Machado	SBMNI
Marié Marludo Nascimento	IN. Instituto de Reg. de Batiste
Maria Balbina da Silva	fe e Política (arqui diocese)
Jandira B. Paula da Silva	PES
Joana Pereira de Souza	Caritas Brazilândia
ARMELINDO PASSONI	ACREDITA
Rafael M. F. Lourenço	
Nele Fernandes de Almeida	
Henrique Zogri M. Parra	
Carlos Meirelles	FGV. S.P.
Cibele Cunha	
Maria Alice Gomes	
Carlos Alves Garcia	Fetivest
João Pereira	PUC-SP (NEMOS)
Alaíde de Lima Martins	PUC-SP (HEMOS)
Maria Meirice Pereira de Sousa	PUC-SP

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Oratório, denominada Oratório, Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Folha n.º 258 do proc. n.º 176 de 19 97
Oratório
 Ass. Téc. Direção I

Nome

Entidade

Brian Wampler

University of Texas / FGL

KATYA CONTRI

COOPERDATA

Rosa Maria de Lima

CRDST/AIDS Liden II - PMSP

Julia Ricardo de Souza

MARCEL MEDICINA

Ataulfo Santana

M. e M. Dep
 Projeto Arco

VERA LUCIA MASSUMI TAKEUCHI

Centro de Voluntariado de SP
 Associação de ex-alunos USP
 de terapia ocupacional

CAROLINE AP. DE ROSA

Debera Galvani

Olga Carnilo

Suli Espin Torres

SAL - Soc. Ambientalista 2L

Comunidade de base (igreja católica)

Leonice de M. L. Silva

CEB. fd. Laranjeiras

Mônica Odorizzi

Assistente Social

FERNANDO RIZMAN

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

GERALDO ROSA DE SOUZA

Amb. saúde mental

HEITOR SANDALO

SIND. DOS APOSENTADOS

Sandra Helena Amorim

Inc. Sec. de Coop. Penit.

Rogério Antônio Maria Gonçalves

// // //

Celia Aparecida Ruimel

Pastoral (Igreja)

Leon S.A.

Instituto Interacional Integ. de Histórias

Nós abaixo-assinados apoiamos e solicitamos a aprovação do Projeto de Lei nº 176/97 de 15-03-97 que cria a Associação Civil Ideal, denominada Projeto de Lei Popular Solidário, de autoria do Vereador Carlos Neder.

Nome	Entidade
Andrea Sepúlveda YÉVENES	Ação da Cidadania
ARLEK V. DE ASSIS	ACAD DA CIDADANIA
Priscila de Souza T. Lucio	ação de cidadania
Gaudia Luca Dias	ACAD da Cidadania
Maria Isabel Silva	formal O São Paulo
Mariaal Brabin Dumps	Secretaria do Supr. Relações Trabalho
Luizano L. de Lima	centro coração civil
NILTON C. dos Santos	Centro Coração Civil
Messias A. Barbosa	fraternidade. Crista de
MARIANA DE A.B. FIK	dores e deficientes - F.C.D
LURAC GOMES SILVA	USP
Yare de Oliveira	FRG Tito
Maria Cristina Tissi	SFB de guarema
Artur P. Feldmann	Centro de Documentação e Pesq. em T.O.
ENIA MUNIZ DE SOUZA	Krs Bas. Jusce Dep. Ciana
FATIMA DE A. GIORLANO	Edno Luiz de Souza
Jaquim Pereira dos Santos	CÁRITAS BRASILÂNDIA
Mauro Nulm F. Silveira	CPT-São Paulo
	Plen. mun. - Saúde



PROPOSTA DE APRECIÇÃO DOS VETOS PELA LIDERANÇA DO PT

Pauta de Vetos

Constam 119 projetos com vetos na Ordem do Dia sendo:

- 30 de 09 Vereadores do PT, isto é, 25%.
- 9 de 1 Vereadora do Pcdob, isto é, 7,5%.
- 13 de 7 Vereadores do PPB, isto é, 10%.
- 20 de 7 Vereadores do PSDB, isto é, 17%.
- 2 de 1 de Vereadores do PFL isto é, 2,0%
- 2 de 2 Vereadores do PMDB, isto é, 2,0%
- 1 de 1 Vereador do PDT, isto é, 1%.
- 7 de 3 Vereadores do PL, isto é, 6,0%.
- 3 do Executivo, isto é, 2,5%.
- 30 de Ex-Vereadores ou Vereadores afastados, isto é, 24%.

PROPOSTA

- Inicialmente se deduza dos 119 vetos os 30 dos Vereadores afastados ou sem exercício atual, o que nos permite uma pauta de 89 projetos de vereadores em exercício.
- Dividir esta pauta em 3 blocos: de 34, 29 e 26 projetos e por ultimo com os 30 projetos de ex-vereadores.
- A cada bloco aplicar a proporcionalidade na composição conforme tabela anexa:



BANCADA DE VEREADORES

— documento elaborado em 07.04.99

Folha n.º 261 do proc.
n.º 176 de 19 97
Wenderson

TOTAL		BLOCOS DE VOTAÇÃO			
		1	2	3	4
PT	30	10	10	10	-
PSDB	20	8	6	6	
PPB	13	5	4	4	
PcdoB	9	3	3	3	
PL	7	3	2	2	
PMDB	2	1	1	-	
PFL	2	1	1	-	
PDT	1	1	-	-	
S/PARTIDO	2	1	1	-	
EXECUTIVO	3	1	1	1	
EX-VEREADORES	30	-	-	-	30
TOTAL	119	34	29	26	30

Noemia M.a S. Marques
Ass. Téc. Direção I



BANCADA DE VEREADORES

ASSESSORIA COLETIVA DA BANCADA DO PT

Folha n.º 262 do proc. 39
Ass. Tec. Direção I
— documento elaborado em 06.04.99

RELAÇÃO DE VETOS NA ORDEM DO DIA

Nº.	Item do Projeto na Pauta	Projeto	Autor	Ementa
BANCADA DO PT				
1.	5	PL181/93	Adriano Diogo	Altera Lei 10954/91 que dispõe sobre Coleta Seletiva de Lixo Industrial, comercial e Residencial
2.	20	PL1367/95	Adriano Diogo	Dispõe sobre piso salarial e jornada de trabalho dos psicólogos do município.
3.	36	PL437/96	Adriano Diogo	Estabelece obrigatoriedade do plantão do farmacêutico responsável por no mínimo 4 horas nas farmácias do município de São Paulo
	62	PL299/97	Adriano Diogo	Denomina EMEI Jesuina Nunes Barbosa a Escola EMEI Jardim Laranjeiras situada no Jardim Laranjeiras
5.	90	PL 407/97	Aldaíza Sposati	Regulamenta o parágrafo 8º do artigo 201 da LOM, dispondo sobre censo Escolar
6.	6	PL248/94	Aldaíza Sposati	Dispõe sobre Política Pública de Atenções de Assistência Social sem fins lucrativos, operada por convênio
7.	59	PL 857/95	Aldaíza Sposati	Dispõe sobre o local, dia e horário de funcionamento dos Conselhos Tutelares da Criança e Adolescente
8.	71	PL 639/96	Arselino Tatto	Obriga a existência de máquina de filmar ou fotografar em caixas eletrônicos de estabelecimentos bancários
9.	77	PL 868/96	Arselino Tatto	Denomina Trav, Carlos Facchine a atual travessa denominada em Americanópolis
10.	78	PL 889/96	Arselino Tatto	Denomina Rua Maria dos Santos Ferreira a atual Rua 1, Jd. Mirna, Capela do Socorro
11.	96	PL 887/96	Arselino Tatto	Denomina Moura Lima a atual Rua 3, no Jd. Mirna
12.	3	PL 385/93	Arselino Tatto	Dispõe sobre obrigatoriedade de porta giratória com detector de metal nos estabelecimentos bancários.
	4	PL 28/95	Arselino Tatto	Dispõe sobre concessão de meia entrada a maiores de 65 anos e deficientes nos espetáculos culturais, artísticos e esportivos promovidos pelo município ou órgão da Adm. Indireta
14.	43	PL 164/96	Arselino Tatto	Sobre espaços publicitários nos ônibus e abrigos para campanhas educativas contra a violência a mulher
15.	51	PL 824/96	Arselino Tatto	Cria Escolas profissionalizantes no município
16.	58	PL 726/91	Arselino Tatto	Denomina Santo Dias da Silva aponte conhecida como Socorro
17.	97	PL 302/97	Carlos Neder	Institui o Projeto Férias a ser desenvolvido no período de recesso escolar e férias nas escolas municipais
18.	99	PL 909/97	Carlos Neder	Denomina de Valdemar Sunhiga o ambulatório de especializadas de Sapopemba
19.	83	PL 612/97	Devanir Ribeiro	Inclui disciplina da Língua Inglesa no Currículo da 1ª a 4ª séries
20.	11	PL224/95	Devanir Ribeiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de seguro de vida aos motoristas cobradores de onibus e funcionárias da área de manutenção.



BANCADA DE VEREADORES

ASSESSORIA COLETIVA DA BANCADA DO PT

— documento elaborado em 06/01/99

Nº.	Item do Projeto na Pauta	Projeto	Autor	Ementa
21.	42	PL 554/96	Devanir Ribeiro	Inclui a disciplina Educação Artísticas no currículo da 1ª à 4ª série das Escolas Municipais de 1º. Grau
22.	44	PL 72/97	Devanir Ribeiro	Inclusão da disciplina de Educação Física nas 1as. e 2as. séries das Escolas de 1º. Grau
23.	21	PL813/95	Italo Cardoso	Obriga a devolução de tarifa nos casos que especifica.
24.	52	PL 372/97	Italo Cardoso	Institui penalidades às empresas que pratiquem atos de discriminação
25.	106	PL 964/97	José Eduardo	Institui a "Semana Municipal de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata
	46	PL 203/96	José Eduardo	Acrescenta parágrafo ao artigo 1 da Lei 11083/91
27.	70	PL 163/96	José Eduardo	Altera a denominação da Rua Joaquim Oliveira Freitas para Av. Pirituba
28.	16	PL1289/95	José Mentor	Dispõe sobre condição para preenchimento e exercício do cargo de Secretário Municipal e de cargos de direção na Administração Indireta Municipal
29.	26	PL1329/95	José Mentor	Dispõe sobre veiculação de publicidade das obras, serviços e fornecimentos contratados pelo município e custeadas pela iniciativa privada
30.	47	PL 258/97	Vicente Cândido	Dispõe sobre inclusão de artistas e modelos negros nos filmes e peças publicitárias encomendadas pelo Município.
			BANCADA DO Pcdob	
31.	93	PL 903/97	Ana Martins	Cria no âmbito municipal zonas de máxima disciplina para circulação de caminhões – ZMDC
32.	7	PL441/94	Ana Martins	Dispõe sobre instalação de câmaras frigoríficas de refrigeração de frutas legumes e verduras nos sacolões.
	18	PL268/96	Ana Martins	Dispõe sobre a criação de praça pública em área municipal (Confluência das Ruas Lactânico e Alexandre Dias Nogueira).
34.	23	PL111/93	Ana Martins	Dispõe sobre concessão de uso de bens imóveis municipais às Soc. Amigos de Birros, Ass. de Moradores e outras entidades representativas de moradores.
35.	32	PL90/96	Ana Martins	Dispõe sobre cobertura de seguro contra acidentes nos parques de diversão instalados no município
36.	34	PL267/96	Ana Martins	Denomina Praça Adelço de Almeida a área municipal denominada localizada na Vila Nova Curuçá
37.	41	PL 292/96	Ana Martins	Dispõe sobre o direito das crianças usuárias de onibus urbano
38.	50	PL 594/96	Ana Martins	Cria no município registro da demanda populacional não atendida
39.	60	PL1316/95	Ana Martins	Estabelece normas para realização de concursos públicos de admissão de servidores da Adm Direta, Indireta, Autarquias e Empresas de Economia Mista



BANCADA DE VEREADORES

ASSESSORIA COLETIVA DA BANCADA DO PT

Folha n.º 264 do proc. 13.645-99
Ass. Téc. Direção I
— documento elaborado em 06.04.99

BANCADA DO PPB

40.	98	PL 890/97	Archibaldo Zancra	Denomina Praça Maria de Nazaré, o logradouro público inominado localizado no Jd. Grimaldi.
41.	105	PL 755/96	Brasil Vita	Dispõe sobre a colocação de Floreiras de concreto armado nas calçadas fronteiriças de templos e instituições que se considerem ameaçados pelo Terrorismo internacional por violência contra os direitos individuais e coletivos
42.	65	PL 85/97	Cosme Lopes	Cria teto máximo de valores pagos às empresas de taxi a título de diária
43.	73	PL 293/93	Mário Dias	Cria a Campanha de Esclarecimento ao Usuário do Sistema Mun. de Saúde
44.	103	PL 291/96	Miguel Colasuonno	Altera a denominação da Rua Sonho Gaúcho – Jd. São Miguel Distrito da Ponte Rasa
45.	66	PL 782/97	Miguel Colasuonno	Altera a denominação da R. Sumidoro para R. Victor Civita
	113	PL 191/98	Salim Curiati	Dispõe sobre a afixação de Tabela demonstrativa dos tamanhos mínimos dos peixes destinados ao Comércio nos Estabelecimentos e bancas e de feiras que comercializem o produto
47.	116	PL 83/98	Salim Curiati	Dispõe sobre a utilização ou exploração de publicidade em veículos do tipo "peruas", que prestam serviço de transporte de passageiro, na modalidade denominada lotação
48.	67	PL 661/97	Salim Curiati	Obriga os empregados de restaurantes a usarem máscara durante o preparo de alimentos.
49.	27	PL 258/95	Wadih Mutran	Disciplina a venda de medicamentos no município
50.	54	PL 597/96	Wadih Mutran	Estabelece normas para participação de empresas em eventos realizados no município
51.	72	PL 874/96	Wadih Mutran	Dispõe sobre instalação de quiosques de sucos de laranja
52.	88	PL 506/97	Wadih Mutran	Denomina R. Herminio Rodrigues da Costa o logradouro de V. Maria

BANCADA DO PSDB

53.	109	PL1037/97	Aurélio Nomura	Dispõe sobre denominação de logradouro público, Trab. José benedito de Oliveira conhecida como Passagem A, Distrito do Cursino.
54.	35	PL705/95	Aurélio Nomura	Disciplina a emissão de reunidos provenientes de obras públicas de construção civil não emergenciais
55.	79	PL 268/97	Dalton Silvano	Institui a Taça São Paulo de Futebol Varzeano no calendário oficial da Secret. Municipal de Esportes
56.	81	PL 293/97	Dalton Silvano	Institui a Taça São Paulo de Futebol Society no calendário oficial
57.	119	PL 656/98	Dalton Silvano	Dispõe sobre autorização concedida à COHAB para cobrança de prestação diferenciadas e emissão de respectivos boletos/recibos
58.	33	PL272/96	Eder Jofre	Dispõe sobre a criação da Casa do Aposentado
59.	24	PL587/95	Gilson Barreto	Dispõe sobre a criação da Casa Municipal de Apoio à Mulher
60.	40	PL1208/95	Gilson Barreto	Autoriza as Ass. de Pais e Mestres a explorarem cantinas nas escolas municipais
61.	49	PL 564/95	Gilson Barreto	Cria o Fundo Especial para captação e gerenciamento de recursos da utilização de próprios municipais da Secretaria de Esportes



BANCADA DE VEREADORES

ASSESSORIA COLETIVA DA BANCADA DO PT

— documento elaborado em 06.04.99

Nº.	Item do Projeto na Pauta	Projeto	Autor	Ementa
62.	53	PL 426/95	Gilson Barreto	Obriga recolhimento de pilhas, baterias quando descarregadas
63.	95	PL 78/97	Nelson Proença	Proíbe produção, armazenamento e comercialização do cerol
64.	111	PL 18/98	Nelson Proença	Disciplina o uso de aparelhos sonoros ou musicais no interior de veículos de transporte coletivo, inclusive peruas e autolotações
65.	8	PL 213/95	Nelson Proença	Dispõe sobre a publicação do balancete mensal da receita e despesa do município
66.	68	PL 483/97	Nelson Proença	Proíbe aparelhos de telefonia celular em automóveis
67.	75	PL 821/97	Pierre de Freitas	Obriga instalação de itinerários eletrônicos frontal e lateral nos ônibus
68.	91	PL 127/97	Pierre de Freitas	Destina cota de 10% dos ingressos do teatro Municipal a alunos da rede municipal de ensino
69.	107	PL 493/97	Pierre de Freitas	Dispõe sobre a construção de floreiras nos passes públicos do Município de São Paulo
70.	30	PL 1249/95	PSDB	Dispõe sobre a criação do Conselho Popular de Abastecimento do Município de São Paulo
71.	45	PL 282/97	Roberto Tripoli	Denomina Praça Pública situada na Lapa
72.	9	PL 669/95	Roberto Tripoli	Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem mantidos segurança nos estacionamento sem manobristas
SEM PARTIDO				
73.	112	PL 478/98	Armando Mellão	Denomina Praça Luiz José Costa o logradouro público denominado localizado no Distrito de Vila Curuça
74.	115	PL 742/97	Faria Lima	Proíbe a realização de luta de "ultimate fight", também conhecida como Vale Tudo
BANCADA DO PFL				
75.	118	PL 156/98	Ivo Morganti	Denomina logradouro público denominado situado no Pq. Souza Aranha, Distrito do Bairro do Limão
	117	PL 398/97	Ivo Morganti	Estabelece a obrigatoriedade da inscrição do número de telefone da empresa prestadora do serviço de transporte coletivo na carroceria do veículo
BANCADA DO PMDB				
77.	94	PL 393/95	Jooji Hato	Altera nome da R. Passagem, 1 para Rua Alice Lei de Carvalho.
78.	1	PL 569/91	Lidia Correa	Institui o "Programa de Suplementação Alimentar à Criança"
BANCADA DO PDT				
79.	92	PL 450/97	Jorge Taba	Proíbe uso de telefone celular nos estabelecimentos
BANCADA DO PL				
80.	86	PL 1023/97	Mohamad Mourad	Institui a Festa do Milênio-São Paulo 2000, na Av. Paulista, em comemoração à passagem do Milênio em 31 de dezembro de 1999 para 1º de janeiro 2000
81.	104	PL 749/97	Mohamad Mourad	Cria o Programa Muro Livre no âmbito do Município.



Folha n.º 266
n.º 176-97

BANCADA DE VEREADORES
Ass. Téc. Direção I

ASSESSORIA COLETIVA DA BANCADA DO PT

— documento elaborado em 06.04.99

Nº.	Item do Projeto na Pauta	Projeto	Autor	Ementa
82.	100	PL1066/97	Toninho Paiva	Institui O "Dia do profissional de Informática", a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de agosto
83.	37	PL162/96	Toninho Paiva	Institui os jogos inter-bairros da Cidade de São Paulo
84.	89	PL 499/97	Viviane Ferraz	Denomina R. Jorge Pilli Netto o logradouro da Freguesiada O.
85.	76	PL 530/97	Viviane Ferraz	Obriga os ônibus a terem autocolante com os dizeres: Não atire qualquer tipo de Lixo pela janela deste veículo
86.	84	PL 63/97	Viviane Ferraz	Proíbe a fabricação e comercialização de Cerol no Município
EXECUTIVO				
87.	63	PL21/96	Executivo	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social COMMAS
	69	PL 602/97	Executivo	Cria Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
89.	74	PL1194/97	Executivo	Concede abono aos servidores municipais que especifica
			Ex-Vereadores e Vereadores Afastados	
90.	82	PL 386/97	Alberto Hiar	Dispõe sobre denominação da Casa de Cultura.
91.	10	PL437/94	Alberto Hiar	Institui programa de estímulo para instalação de Academia Municipal
92.	15	PL1303/95	Alberto Hiar	Institui no Município a Semana da Moda Verão.
93.	17	PL 423/94	Alberto Hiar	Acrescenta § ao art. 24 da Lei 10315/87 (Limpeza Pública)
94.	38	PL 822/95	Alberto Hiar	Dispõe sobre obrigatoriedade de conjunto ou banda nacional abrir espetáculos musicais de caráter internacional
95.	57	PL 505/96	Alberto Hiar	Altera redação da tabela anexa à Lei 10315/87 com a redação dada pela Lei 10746/89.
96.	85	PL 312/97	Domingos Dissei	Dispõe sobre instalação de salas destinadas às pessoas da 3ª Idade, em todas as repartições do Município
97.	80	PL 278/97	Hanna Gharib	Proíbe estacionamento, com motor em funcionamento, de ônibus nos pontos iniciais/finais e de caminhões durante a carga e descarga
98.	39	PL 987/95	Hanna Gharib	Altera a denominação de via pública na Lapa
99.	101	PL1142/97	Henrique Pacheco	Declara "Cidades Irmãs" as cidades de Mendoza e São Paulo
100.	102	PL1143/97	Henrique Pacheco	Declara "Cidades Irmãs" as cidades de Santiago e São Paulo
101.	110	PL1141/97	Henrique Pacheco	Declara Cidades irmãs as Cidades de Asuncion e São Paulo
102.	2	PL 461/93	Henrique Pacheco	Dispõe sobre o disciplinamento para ingresso nos ônibus da CMTc e permissionárias, quando estacionados nos pontos finais ou iniciais, em atividade.
103.	13	PL823/95	Henrique Pacheco	Dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas quando da renovação de famílias moradoras em habitações de caráter subnormal.
104.	56	PL 425/97	Henrique Pacheco	Permite uso de espaço público para o comércio de flores
105.	64	PL 393/97	Henrique Pacheco	Autoriza a comercialização de flores em bancas de jornal
106.	48	PL586/96	José Índio	Revoga a Lei 11820/95 Obriga constar zona urbana dos imóveis em publicidade de locações e vendas
107.	55	PL47/97	José Índio	Dispõe sobre a construção de memorial consagrado à Bíblia



Folha n.º 267 do proc.
n.º 126 de 1997

BANCADA DE VEREADORES

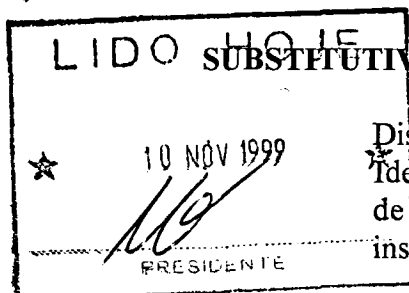
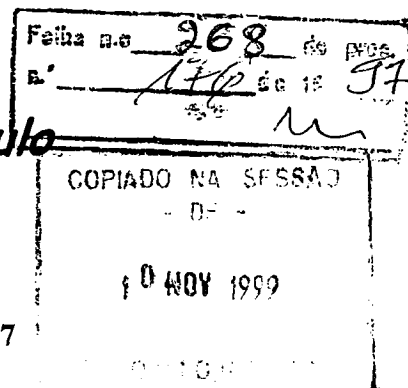
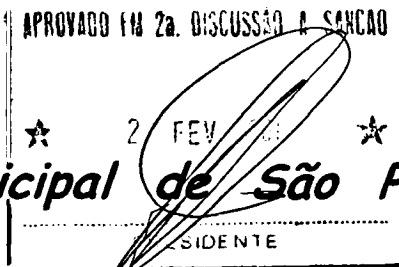
ASSESSORIA COLETIVA DA BANCADA DO PT

— documento elaborado em 06.04.99

Nº.	Item do Projeto na Pauta	Projeto	Autor	Ementa
108.	61	PL 451/97	José Índio	Institui o Projeto Todos Somos Responsáveis
109.	114	PL 566/96	José Índio	Revoga o parágrafo único do artigo 1º da Lei 8.721 - 16/05.78
110.	14	PL1160/95	Maurício Faria	Dispõe sobre demonstrativos dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e receitas provenientes de impostos
111.	22	PL215/93	Maurício Faria	Dispõe sobre publicação das receitas correntes e despesas com pessoal e respectivos encargos.
112.	29	PL 539/96	Maurício Faria	Dispõe sobre criação da subcategoria de uso residencial R2-04 habitações agrupadas verticalmente
113.	12	PL451/94	Odilon Guedes	Dispõe sobre necessidade de filtros nos ralos dos postos de serviço, lavagem e lubrificação de veículos.
114.	19	PL351/95	Odilon Guedes	Dispõe sobre coleta, transporte e armazenamento de pneus inservíveis até a reciclagem.
115.	25	PL 400/95	Odilon Guedes	Dispõe sobre a obrigatoriedade do Executivo enviar relatório trimestral sobre a execução da coleta, tratamento e destinação final do lixo
116.	28	PL1278/95	Odilon Guedes	Dispõe sobre necessidade de informação do montante destinado a contração de ICMs, ISS, IPI no preço final da mercadoria comercializada
117.	31	PL613/96	Odilon Guedes	Dispõe sobre limite percentual máximo de pagamento por dia de atraso dos tributos de competência.
118.	87	PL 608/97	Vicente Viscome	Estende a denominação de R. Osvaldo Sobreira ao seu prolongamento entre a Av. Cangaíba e R. Amorim Diniz
119.	108	PL 893/97	Vicente Viscome	Denomina Praça João Pereira da Silva logradouro público situado no Jd. Maringa, V. Matilde.



Câmara Municipal de São Paulo



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 176/97

Dispõe sobre associação do Município em Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a associar-se em Associação Civil Ideal e a celebrar convênios com entidades civis de crédito produtivo popular, sem fins lucrativos, com a finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, propiciar às pessoas físicas de baixa renda e aos pequenos e microempresários a geração de renda e a criação de empregos e a fomentar a constituição e consolidação de pequenos e microempreendedores instalados no Município, integrando o exercício das atividades informais ao processo produtivo regular.

Parágrafo Único - A Associação Civil Ideal de que trata o "caput" deste artigo será denominada de Crédito Popular Solidário, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, e se regerá por estatuto próprio e pela legislação em vigor.

Art. 2º - O Município só poderá associar-se em Associação Civil Ideal que contenha, no seu Estatuto, um Conselho de Administração de cuja composição o Município participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes, em maior número, entidades da sociedade civil.

Art. 3º - O Estatuto da entidade tratada no artigo anterior deverá prever obrigatoriamente, além do disposto nos artigos 3º e 4º da Lei n.º 9.790/99:

I - sua auto-sustentação financeira;

II - a devolução, na exata proporção da aplicação, dos recursos destinados pelo Município, em caso de dissolução da Associação;

III - o direito, ao Município, de veto na hipótese de alteração estatutária relativa à sua finalidade precípua;

IV - a autorização para que o Município desligue-se da Associação, bem como promova, concomitantemente, o levantamento de recursos proporcionais aos valores por ele investidos, no caso de desvirtuamento de suas finalidades.

Art. 4º - O Estatuto da Associação Civil Ideal, Crédito Popular Solidário, deverá observar, ainda, obrigatoriamente, os seguintes princípios:

I - a contratação de auditorias externas independentes que, anualmente, analisarão a regularidade e o funcionamento das operações;

II - a disposição de que os recursos que compõem o fundo financeiro, através do qual serão concedidos os créditos virão:

a) das contribuições do Município, mediante abertura de créditos especiais, à título de auxílio financeiro, obedecida a legislação pertinente;

b) das operações de assistência financeira e/ou empréstimos de outros entes da Federação, obedecida a legislação pertinente;

c) da contribuição dos demais sócios da associação;



Câmara Municipal de São Paulo

259 de 1997
176 de 1997

d) de doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

e) de empréstimos de agências de financiamento nacionais, estrangeiras ou internacionais;

f) de juros e outros rendimentos eventuais;

g) de amortizações de empréstimos concedidos e de aplicações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES;

III - a disposição de que seus serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada;

IV - a disposição de que deverá operar em condições compatíveis a uma remuneração justa do capital em relação às atividades produtivas inerentes a pequenos e microempreendedores;

V - a disposição de que deverá operar exclusivamente no Município de São Paulo;

VI - a disposição de que não poderá, em nenhuma hipótese, distribuir lucros ou bonificações a dirigentes e associados;

VII - a disposição de financiar iniciativas voltadas à inserção no mercado de trabalho de jovens, mulheres e portadores de deficiências;

VIII - a disposição de que serão desenvolvidos programas de treinamento para os pequenos e microempreendedores.

Parágrafo Único - Os recursos que comporão o fundo financeiro, previstos no inciso II deste artigo, em nenhuma hipótese virão da captação de recursos do público.

Art. 5º - Fica o Município autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, visando à realização de operações de assistência financeira e/ou empréstimos previstos nos incisos I a III do artigo 3º da Lei n.º 9.533/97.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar, semestralmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, à Comissão de Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo, relatório descritivo e analítico referente ao montante por ele destinado à Associação Civil Ideal, bem como das aplicações, investimentos realizados, assistência financeira e créditos concedidos.

Art. 7º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Handwritten signatures and notes are present throughout the document, including:

- At the top left: "Garcia" (circled 20)
- Below Art. 5º: "BRUNO" (circled 20)
- Below Art. 6º: "Para encaminhar" (circled 18), "Certo" (circled 19)
- Below Art. 7º: "Para encaminhar" (circled 18), "Certo" (circled 19)
- Below Art. 8º: "Para encaminhar" (circled 18), "Certo" (circled 19)
- Below Art. 9º: "Para encaminhar" (circled 18), "Certo" (circled 19)
- Below Art. 10: "Para encaminhar" (circled 18), "Certo" (circled 19)
- On the right side: "NATÁLIA" (circled 14), "TATIANA" (circled 19), "TATIANA" (circled 19), "TATIANA" (circled 19)
- At the bottom: "LIDIA" (circled 22), "TATIANA" (circled 19), "TATIANA" (circled 19)

Solange Ramone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação, rubricado como folha nº 270

do processo n.º 176 de 1997 11/11/99 (a) Rita

Rita de Cássia André
Assistente Parlamentar
Registro 100.519

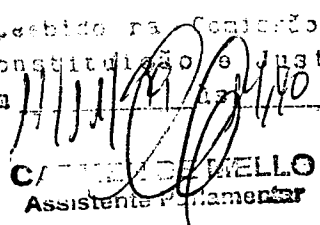
Às Comissões de

Constituição e Justiça; Administração Pública; Trânsito, Transporte e
Atividade Econômica; Saúde, Promoção Social e Trabalho e Finanças
e Orçamento:

Para emissão de parecer conjunto sobre o
Substitutivo lido na 109ª Sessão Extraordinária, realizada em 10/11/99,
observando-se o prazo regimental.

11/11/99


BRENO GANDELMAN
Assessor Téc. Legislativo Chefe
ATM

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 11/11/99 hs.

C. F. DE WELLO
Assistente Parlamentar

Ass. 10/11/99
p. 10/11/99
em 10/11/99
10/11/99

Presidente

SEGUE _____ juntado _____ nesta data, _____ documento _____ e papel para informação, rubricado _____
sob folha _____ n.º _____

Em _____ / _____ / _____

(a) _____

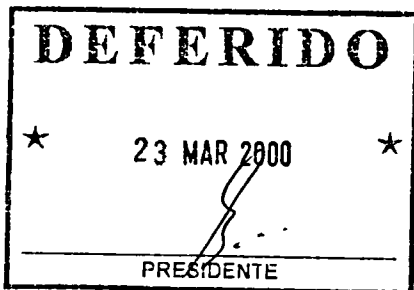


Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	271	de	pro.
n.º	176	de	18 97

Adriana

Joelma Harmon dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801



13 -

13 - RDS

13 -

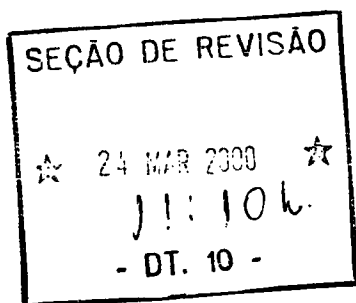
13-0382/2000

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do Projeto de Lei nº 176/97, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2000

Carlos Neder
CARLOS NEDER

Vereador - PT



Você e sua grana

Vai um empréstimo aí?

Veja como conseguir dinheiro a juros baixos para montar ou melhorar seu negócio

Você tem uma ótima idéia para abrir um negócio, mas não arrumou o dinheiro para começar? Você quer investir mais para crescer? Os bancos do povo podem ser a solução. Eles oferecem o que se chama de microcrédito para pequenos empreendedores. O microcrédito é um empréstimo sem burocracia, a juros menores do que os cobrados pelos grandes bancos. Para você conseguir o empréstimo, basta comprovar que o dinheiro vai ser usado

para iniciar ou fazer crescer um negócio. Você também tem que demonstrar que não tem registros no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito). Depois disso, um agente de crédito vai até sua casa ou negócio para uma visita, verifica suas necessidades e determina qual o valor que será emprestado. A quantia varia de banco para banco e as taxas de juros são de 1% a 5% ao mês. Os grandes bancos, além de pedir avalistas e de fazer outras exigências, cobram juros que passam de 7%.

Ilustração Joaquim Tomas

ONDE ACHAR O MICROCRÉDITO

Fenape

A Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos atende 250 cidades em 13 estados (DF, SP, RS, MA, SE, PE, RN, GO, PB, BA, PI, ES e PA). Os empréstimos variam de R\$ 300 a R\$ 2 mil, com juros mensais de 5%. O prazo de pagamento é de 2 a 6 meses, com renovação permitida. Tel.: (0/XX/61) 248-7132.

Banco do Povo, SP

Mantido pelo governo estadual em 33 cidades. Empréstimo de R\$ 200 a R\$ 5 mil, com juros de 1%. O prazo de pagamento é de até 18 meses. Tel.: (0/XX/11) 3311-1202.

Crediamigo

O serviço do Banco do Nordeste do Brasil existe em 150 cidades nordestinas. O valor dos empréstimos vai de R\$ 300 a R\$ 700, com juros de 5% ao mês. O prazo de pagamento é de 3 meses e pode ser renovado. Tel.: 0800-780202.

Banco Palmas, CE

Atende os moradores do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza. Os empréstimos vão de R\$ 300 a R\$ 1 mil, com prazo renovável de seis meses para pagar. A taxa de juros varia de 2,5% a 3%. Tel.: (0/XX/85) 269-3800.

Portosol

Atende as cidades gaúchas de Porto Alegre, Cachoeirinha, Viamão, Alvorada, Eldorado, Eldorado do Sul, Canoas e Gravataí. Os empréstimos vão de R\$ 200 a R\$ 15 mil, com juros de 3,99% ao mês. O prazo de pagamento vai de nove a 15 meses. Tels.: (0/XX/51) 224-2244 ou 224-4456.

Para saber se existe algum banco que faça esse tipo de empréstimos em sua cidade, consulte a Prefeitura ou o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) no Tel.: 0800- 780202.

SEÇÃO DE REVISÃO

☆ 24 MAR 2000 ☆

11.106.

- DT. 10 -

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
SEGUIE, juntado nesta autuação	publicado sob
folha nº 22a 2K 10 8 / 2000 a)	Solange

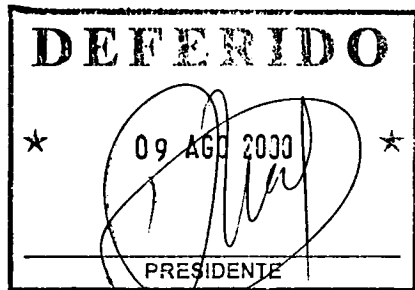
Solange Racional dos Santos
Assistente Técnica de Direção IV
Registro 10.800



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	243	de rec.
n.º	176	do
J. da Silva		

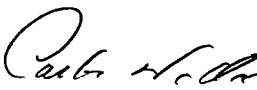
Edson Raimundo dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801



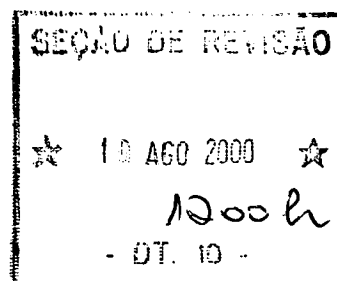
13 - RDS
13-1272/2000

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 2000


CARLOS NEDER

Vereador - PT



'Banco dos pobres' se alia a mulheres para reduzir fome na Ásia

MARCELO DIEGO
EDITOR-ASSISTENTE DE DINHEIRO

Muhammad Yunus, 60, é o fundador de um banco com 12.628 funcionários e 1.105 agências, que já concedeu mais de US\$ 3 bilhões em empréstimos desde 1976 e conta hoje com 2,4 milhões de clientes.

Dois fatos, porém, diferenciam o Grameen Bank de outras instituições e Muhammad Yunus de outros banqueiros. O primeiro: o banco fica em Bangladesh (Ásia), um dos países mais pobres do mundo. O segundo: são justamente os pobres os principais clientes do Grameen Bank ("banco da aldeia", no idioma local).

Yunus teve a idéia de fundar o banco em 1974, quando uma onda de fome particularmente violenta assolou o país. Ele lecionava economia na Universidade de Chitagong e ficou impressionado com as cenas de desespero vividas pela população mais pobre.

"Era muito difícil ensinar todas aquelas belas teorias econômicas enquanto as pessoas morriam de fome", diz Yunus.

Ele começou a pesquisar a origem da fome e descobriu que ela poderia ser evitada se as pessoas tivessem acesso a pequenas quantias de dinheiro — para comprar sementes, por exemplo. Mas justamente para os mais pobres o acesso ao dinheiro era quase impossível, já que não existiam garantias colaterais de que os empréstimos seriam pagos.

"As pessoas viviam em um nível tão baixo que não podiam poupar nem um centavo. Seus filhos estavam condenados a viver na penúria, sem nunca poder ter a menor reserva de dinheiro", diz Yunus.

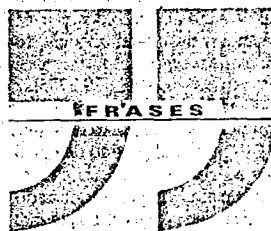
Ele resolveu então fundar uma instituição que oferecesse microcrédito — pequenas quantias de dinheiro, suficientes para impulsionar a sobrevivência dos tomadores de empréstimos e tentar garantir uma melhoria de vida.

O banco começou com a concessão de US\$ 27 para um grupo de 42 bengaleses. Em 1999, o total de dinheiro emprestado já ultrapassava a casa dos US\$ 3 bilhões. A média de empréstimos é de US\$ 25 por pessoa, com diferentes prazos de retorno. A taxa de inadimplência é de apenas 2%.

O professor-banqueiro diz não visar o lucro, embora sua instituição opere sempre no positivo (veja quadro abaixo). Para garantir o pagamento dos empréstimos, Yunus toma algumas providências.

Primeiro, ele busca conceder empréstimos às mulheres, não aos homens. "Elas são mais cuidadosas", justifica. Do total emprestado até 1997, 94,6% foram parar em mãos femininas.

Outro trunfo foi dividir o banco em ações, cotadas a US\$ 2 e oferecidas aos próprios tomadores de capital. "Ao pegar um empréstimo, o cliente vira sócio do Grameen", diz.



Somos uma das nações mais pobres do mundo. São mais de 120 milhões de pobres vivendo sem nenhum tipo de ajuda. E o mundo parece não se importar muito com isso

Aprendi que a pobreza não é criada pelos pobres, mas pela impossibilidade de ascensão na sociedade

Os bancos não emprestam dinheiro aos pobres, mas os pobres precisam de muito pouco. Qualquer um que ofereça crédito colocará uma grande quantidade de pessoas no sistema financeiro. É um passo muito pequeno, de resultados muito amplos

Quisemos valorizar o papel da mulher na sociedade. Elas são mais cuidadosas, pensam mais na família, prestam mais atenção no futuro e nas crianças. Os homens são muito nervosos e impacientes
MUHAMMAD YUNUS

mo, o cliente vira sócio do Grameen", diz.

Segundo pesquisas independentes realizadas em Bangladesh, a maior parte do dinheiro é utilizada na melhoria de pequenas propriedades rurais produtivas e na compra de comida.

Muhammad Yunus esteve no Brasil, na semana passada, para lançar o livro "O Banqueiro dos Pobres" (Ática, 362 páginas, R\$

29,90), em que conta sua experiência à frente do banco. Leia a seguir os principais trechos da entrevista concedida à Folha:

★
Folha - Como o sr. teve a idéia de fundar o Grameen Bank?

Muhammad Yunus - Nunca tive a idéia definida de fundar um banco. O fato é que, em 1974, eu lecionava economia em Bangladesh e me peguei em uma situação muito peculiar. Ensinava aos estudantes todas aquelas belas teorias econômicas, tudo aquilo que eu gostaria de ver colocado em prática. Mas à minha volta havia muita miséria, sem nenhum tipo de socorro. Achei que deveria ajudar mais e percebi que uma grande contribuição seria proporcionar às pessoas o acesso a uma pequena quantidade de dinheiro. Mas não havia ninguém, nenhum banco que oferecesse isso.

Para ter acesso a crédito, as pessoas eram obrigadas a recorrer aos agiotas, que cobravam juros inacreditáveis. Então resolvi ajudar. Emprestei do meu bolso US\$ 27 para um grupo de 42 pessoas. E percebi que poderia dar mais, fazer mais pelas pessoas. Comecei a buscar empreendedores para a instituição, fui às grandes instituições, viajei para as grandes cidades de Bangladesh.

Folha - Encontrou parceiros?

Yunus - No início, eu pegava dinheiro emprestado como se fosse para mim e o cedia a terceiros. Quem garantia o capital era eu, por isso era extremamente importante evitar a inadimplência — ela quebraria a cadeia e haveria um colapso. A permissão para o banco entrar em funcionamento demorou, no total, dois anos.

Folha - Ser banqueiro está associado à idéia de ganhar dinheiro. O sr. ficou rico ou pensa em ficar com o Grameen Bank?

Yunus - Fazer dinheiro nunca foi meu objetivo. Tanto que eu não possuo o banco. Ele pertence aos clientes. Eu não tenho nem uma ação do Grameen Bank, todas estão nas mãos dos clientes. Fixei em US\$ 2 o valor de cada papel para que eles pudessem comprá-los. Eles se tornam sócios e não querem prejudicar algo de que fazem parte. É como um clube: quem se torna sócio não quer sair. E os pobres mostram que são muito bons pagadores. Bem melhores do que os ricos.

Folha - Pensando no futuro, se Bangladesh atingir um grau mais avançado de desenvolvimento, o banco mudará sua forma de atuar?

Yunus - Eu espero sinceramente que esse dia chegue, mas é muito difícil. Somos uma das nações mais pobres do mundo. São mais de 120 milhões de pobres vivendo sem nenhum tipo de ajuda. E o mundo parece não se importar muito com isso. Grandes organismos gostam de fazer belos discurs-

Folha n.º 289
n.º 176 de 1998
Solange Ramone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

ENTREVISTA DA SEGUNDA

Fundador do Grameen, de Bangladesh, defende expansão do microcrédito

sos a respeito de nossa situação, mas não agem com tanta ênfase.

Folha - Então o destino das pessoas é continuar a ser pobres?

Yunus - Eu aprendi que a pobreza não é criada pelos pobres, mas pela impossibilidade de ascensão na sociedade. As pessoas viviam em um nível tão baixo que não podiam poupar nem um centavo. Seus filhos estavam condenados a viver na penúria, sem nunca poder ter a menor reserva de dinheiro. É o que tentamos mudar.

Folha - Em 98, o Prêmio Nobel de Economia foi concedido ao indiano Amartya Sen por suas teorias sobre a pobreza. Na época, ele disse que o prêmio seria importante para colocar os pobres nas discussões acadêmicas. O sr. acredita que isso esteja realmente acontecendo?

Yunus - Ele teve um papel muito importante, pois não havia muitas discussões a respeito da pobreza, principalmente nos meios acadêmicos. Acho que isso está melhorando e mostrando que, quanto mais saudável é a economia de uma nação, menos pobres existem. É algo de que toda a sociedade se beneficia, embora as pessoas cresçam com a idéia de que a pobreza sempre existirá e nada pode ser feito a respeito.

Folha - Por que o sr. prefere emprestar dinheiro para as mulheres, e não para os homens? Não há um

pouco de estereótipo nisso?

Yunus - Nós não quisemos usar técnicas convencionais de outros bancos. Isso nos tornaria iguais a eles. E nós percebemos que era muito difícil para as mulheres conseguir empréstimos, principalmente em Bangladesh. Quando elas conseguiam, repassavam aos maridos. Nós quisemos valorizar o papel da mulher na sociedade. Levou seis anos, mas conseguimos inverter a tendência: passamos a ter as mulheres como principais clientes. Elas são também mais cuidadosas, pensam mais na família, prestam mais atenção no futuro e nas crianças. Os homens são muito nervosos e impacientes, parecem não se preocupar com o amanhã.

Folha - Em seu livro, o sr. diz que o dinheiro emprestado é usado em pequenas propriedades rurais ou na compra de alimentos. Como o sr. sabe ao certo qual é a destinação final do dinheiro?

Yunus - Nosso banco tem cinco grupos, formados por 14 pessoas, escolhidas independentemente. Elas são responsáveis por fiscalizar as atividades em que o dinheiro está sendo empregado. Se você não transformar aquele dinheiro em um bem ou em lucro, não terá como pagá-lo de volta, não vai conseguir mais empréstimos. É um programa monetário muito

simples, contudo bem supervisionado. Mas, em Bangladesh, o dinheiro se transforma, de alguma forma, em comida. Você tem de comer o capital. Não resta mais nada a fazer com o dinheiro.

Folha - A economia mundial presta muita atenção a fatos como a elevação ou não da taxa de juros nos EUA e o comportamento das Bolsas de Valores. São conceitos importantes para o sr. também?

Yunus - Com a globalização das economias, são. Mas têm uma importância relativa, um pouco diferente. Eu não vou ganhar nem perder dinheiro se os juros subirem nos EUA. Só que, se as Bolsas caírem, provavelmente circulará menos dinheiro americano pelo mundo, e as pessoas de Bangladesh podem perder seus empregos. Essa influência é que me preocupa.

Folha - O Brasil também é um país com um grande contingente de pobres. O conceito de seu banco poderia ser utilizado aqui?

Yunus - Obviamente. A idéia essencial é a seguinte: os bancos convencionais não emprestam dinheiro aos pobres, mas os pobres precisam de muito pouco. Qualquer um que ofereça crédito colocará uma grande quantidade de pessoas no sistema financeiro. É um passo muito pequeno, de resultados muito amplos.



Em palestra no Rio, o economista bengalês Muhammad Yunus explica o conceito de microcrédito

NÚMEROS DO "BANCO DOS POBRES"

Atua em
37.937
aldeias

Tem
1.105
agências

Emprega
12.628
funcionários

Tem
2,4
milhões
de clientes

Concedeu mais de
US\$ 3 bi
em pequenos
empréstimos
desde 1976

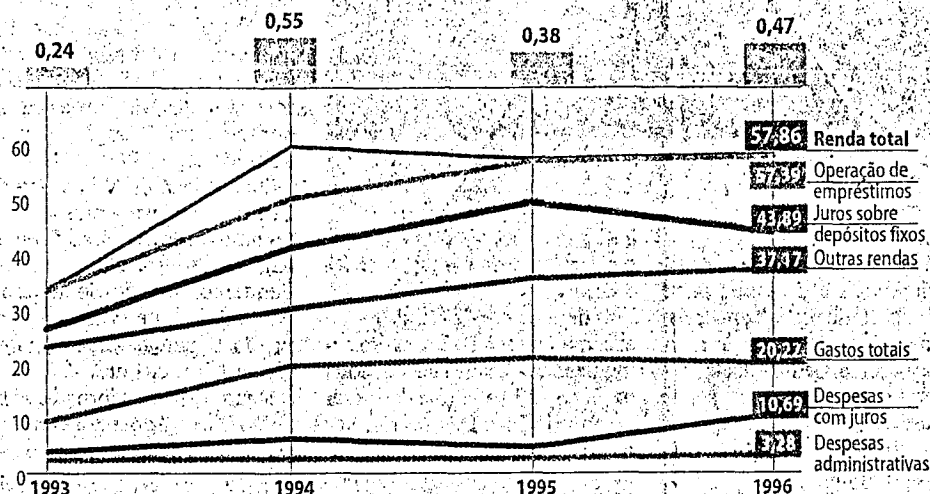
Mulheres são
94,6%
dos tomadores
de empréstimos*

Já financiou
a compra
de mais de
360 mil
casas próprias

Lucros

Em milhões de US\$

Com taxa de inadimplência de apenas 2%,
o Grameen Bank tem lucro pequeno,
mas opera sempre no positivo

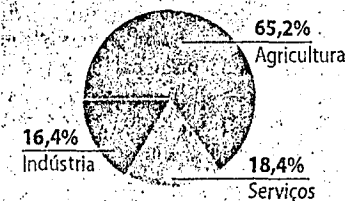


Fontes: "O Banheiro dos Pobres", "Enciclopédia do Mundo Contemporâneo" e Relatório 2000 sobre o Desenvolvimento Humano da ONU

Bangladesh em números

População	120.073.000
Moeda	Taka (40,8 takas = US\$ 1)
Idioma	Bengali
Renda per capita	US\$ 280
Dívida externa	US\$ 16,083 bilhões
Dívida externa per capita	US\$ 134
Analfabetismo	62%
Inflação anual	4,9%

Sectores de atividade



** O cálculo do IDH considera expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos, matrícula combinada nos três níveis de ensino (primário, secundário e universitário) e renda per capita



Posição no Índice de Desenvolvimento Humano**

Entre as 174 nações avaliadas pela ONU

1º	Canadá
74º	Brasil
150º	Bangladesh

Solange Raimone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

Folha n.º 246 de 246
A.º 186 de 186
Assinatura: [Assinatura]

N.º 03.203

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SFSUF, Unidade para a Gestão de Informações
folha 246 a 249 18/9/00

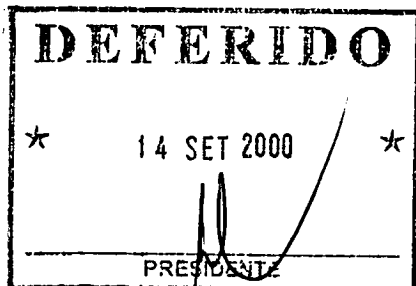
Solange Raimone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	247	de proc.
n.º	176	de 1997
<i>dauge</i>		

Soraya Ralbone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801



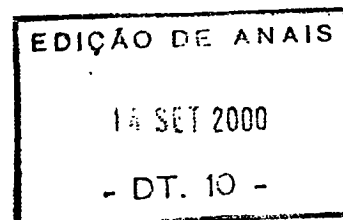
13 - 13 - RDS
13 - 13-1500/2000

REQUEIRO à Douta Mesa da Câmara, com base no artigo 223, VII da Resolução nº 02 de 26 de abril de 1991, seja juntado o incluso documento à justificativa do **Projeto de Lei nº 176/97**, de minha autoria, como forma de melhor elucidar o assunto tratado na mencionada proposição.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2000

Carlos Neder
CARLOS NEDER

Vereador - PT



Capital ganhará Banco do Povo até o fim do ano

SANDRA MOTTA

Até outubro vão começar na Capital paulista, nas zonas Sul e Leste, duas experiências-piloto do Banco do Povo — sistema em que se faz pequenos créditos, a juros baixos, para empreendedores formais ou informais, na perspectiva de manter ou gerar novos empregos. Hoje, a Capital conta apenas com operações de poucas ONGs, como o Ceape, com créditos mais concentrados na Zona Norte, enquanto a experiência maior do Estado é no Interior.

Segundo o secretário-adjunto da Secretaria de Emprego do governo do Estado, José Luiz Ricca, os dois pilotos, que vão contar com apoio técnico do Sebrae-SP, não vão abertos a qualquer demanda, mas vinculados aos negócios já formados pelo programa de auto-emprego da secretaria. Mesmo assim, serão importantes para dar pistas de como deve funcionar um programa mais amplo na Capital, em parceria com a prefeitura, previsto para operar a partir de 2001.

Em cidades da Grande São Paulo, como São Bernardo do Campo e Santo André — a primeira com Banco do Povo do governo do Estado, e a segunda com um banco que é fruto de parceria entre prefeitura local, BNDES e várias entidades — as experiências têm dado certo. E ajudado muita gente que nunca teve



GINO, com a ajuda dos filhos, conseguiu empréstimo para ampliar o seu açougue

coragem de pedir empréstimo em banco ou que já não tinha esperanças de sair do vermelho nas famigeradas linhas de cheque especial.

Foi assim com o açougueiro Gino Vieira dos Santos. Aos 50 anos, pai de cinco filhos, ele está realizando o sonho de reformar o pequeno açougue da família, na favela de Tamarutaca, em Santo André. Para isso, precisou apenas de dois empréstimos, cada um de R\$ 1 mil, que estão sendo pagos com juros de 3,9% ao mês — menos da metade do cheque

especial de Gino, que supera os 10% ao mês. Os avalistas foram seus dois filhos, um deles caixa de posto de gasolina e outro, caminhoneiro. “Deu para trocar o piso, o forro, colocar mais duas portas de inox, ampliar o espaço do açougue. Tudo isso vai ajudar a gente a atender melhor e vender mais”, diz ele.

O empréstimo a Gino Vieira foi o de número mil em Santo André. Maria Madalena Siqueira Nunes, coordenadora operacional do banco, diz que o setor de atividade

que mais tem procurado o microcrédito na região é o do comércio. O banco do povo de Santo André já emprestou até agora R\$ 2,37 milhões, com créditos médios de R\$ 2,4 mil por operação. Desse total, 44% foram para atividades tocadas por mulheres e uma fatia de 49% eram negócios informais. A inadimplência é baixa e os chamados agentes de crédito vão atrás do cliente que precisa dos recursos, contando até com um ônibus para divulgar o trabalho na periferia.

12/03 pag.

Publicado em 03/09/00
DIP
09/09/00

Folha n.º 273
n.º 176
10/09/00

Solange Raimone dos Santos
Assistente Técnico de Direção IV
Registro 10.801

Juro é menor que o do cheque especial

Há oito anos à frente de uma pequena loja de embalagens para presentes em Santo André, no ABC paulista, Simone Nunes está aprendendo a deixar de usar o seu cheque especial particular para pagar as contas da empresa. No ano passado, pendurada em R\$ 2 mil com o banco, ela recorreu ao Banco do Povo para zerar a dívida e reorganizar seu negócio.

Ela conta que a única garantia exigida foi a apresentação de avalista, favor que pediu a um irmão, e que a liberação dos recursos levou sete dias. "Zerei minha dívida. Mas não consegui me liberar do uso do limite do cheque especial. Acabei tendo novas dificuldades este ano". Simone voltou a tomar recursos

do banco do povo de Santo André em abril, mais R\$ 2 mil.

A diferença do primeiro para o segundo empréstimo é que a empresária começa a se dar conta do custo do dinheiro. Para sair da "bola de neve" que enrola muitos brasileiros, ela tomou crédito no Banco do Povo a 3,9% ao mês. O custo no seu cheque especial é de 11% ao mês, ou seja, 182% maior. "Já estou saindo da dívida. E tenho me esforçado para não misturar mais meu dinheiro com o caixa da loja".

Mineiro, 58 anos, dois filhos, Luiz Francisco da Silva, conhecido no seu bairro em São Bernardo do Campo como 'Chicão Pescador', precisava de R\$ 400 para melhorar a renda mensal, que garante trabalhando como electricista e encanador autônomo. Queria comprar um geofone — aparelho que concebeu num curso da prefeitura, que serve para facilitar a detecção de vazamentos.

"Nunca tinha pedido dinheiro em banco na minha vida, por medo dos juros, que esfolam quem toma empréstimo", conta. Acabou aceitando crédito do Banco do Povo de São Bernardo, para pagar em 10 vezes, com juros de 1% ao mês. Segundo Silva, está sendo fácil pagar a dívida com o retorno trazido pelo próprio uso do novo equipamento. Para o futuro, ele pensa em pedir um novo crédito e comprar uma máquina de sorvete. "Vou trabalhar com meu filho, num negócio que acho simples e que, se for bem trabalhado, pode gerar renda melhor".



SILVA sempre teve medo de pegar dinheiro emprestado no banco



SIMONE tem uma loja de embalagens e pegou empréstimos duas vezes no Banco do Povo

24/03/00

Publicação: DI PO
Data: 03/09/97
Pág.: 00

Folha n.º	80
n.º	106
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

Experiência tem baixo índice de inadimplência

Ao contrário do que muita gente imagina, as experiências com os bancos do povo têm mostrado inadimplência (calote) baixa e maior oferta de recursos do que procura. Lívio Giosa, presidente do Ceape — organização não-governamental que tem entre seus parceiros a Accion, BID e Sebrae, conta que até agora emprestou apenas R\$ 128 mil para empreendimentos na Capital, de um volume superior a US\$ 500 mil (R\$ 910 mil) que a entidade tem para repassar.

A atuação do Ceape, que era mais forte na Zona Norte, começou a ser ampliada a partir de junho para todas as áreas da cidade. O Ceape oferece crédito para negócios formais e informais, entre

R\$ 300 e R\$ 5 mil, com taxa de 4% ao mês. O escritório foi transferido da zona Norte para o centro, e agora funciona na rua Sete de Abril, 277, conjunto 9B.

Mais forte no Interior, o Banco do Povo do Estado deslanchou em abril do ano passado. Com 90% dos recursos vindos do próprio orçamento estadual e o restante das prefeituras parceiras, já fez mais de quatro mil contratos em 68 cidades. O valor médio por empréstimo é de R\$ 2 mil e até agora foram liberados R\$ 8,7 milhões, beneficiando perto de 15 mil pessoas. Para capital de giro ou investimento fixo (reforma, compra de pequenos equipamentos), os valores de crédito variam de R\$ 200

a R\$ 5 mil e se exige avalista como garantia. Os juros são de 1% ao mês; os prazos de até seis meses e até 18 meses, respectivamente.

O Banco do Povo de Santo André também é uma ONG, com recursos do BNDES, prefeitura, associação comercial local, Sebrae, sindicato dos bancários, entre outros. Começou a operar em maio de 98 e já emprestou R\$ 2,3 milhões em pouco mais de mil transações. Para capital de giro, o valor mínimo de crédito é de R\$ 300 e o máximo de R\$ 5 mil, variando de R\$ 300 a R\$ 10 mil para investimento fixo. Os juros são de 3,9% ao mês e os prazos de até seis ou até 12 meses, respectivamente.

[assinatura]
20/03/99

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO		
SEGUE, juntado nesta data	copias de informação	rubricado sob
folha 28 21/02/01	acompanha	

Creusa Leonilda Zacarias Alves
Chefe de Seção CS.10-Substituta
Registro 10.686

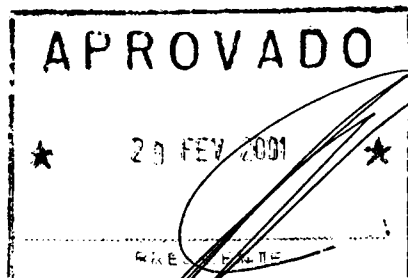


Câmara Municipal de São Paulo

Viaduto Jacareí, 100 - 5º andar - Sala 508 - Bela Vista - CEP 01380-900
Telefones: 3111.2236 - 3115.1651 Fax: 3111.3023
e-mail: neder@ax.apc.org - home page: www.ibase.org.br/~neder

Creusa Leonilda Zacarias Alves
Seção CS.10-Substituta
Registro 10.686

EMENDA Nº AO PL 176/97



Altera redação do *caput* do artigo 5º do PL 176/97 e acrescenta parágrafos ao mesmo.

seguinte redação:

"Art. 5º - Fica o Município autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, visando à realização de operações de assistência financeira e/ou empréstimos previstos na Lei Estadual nº 9.533/97."

Art. 2º - Ficam acrescentados os parágrafos 1º, 2º e 3º ao artigo 5º do PL 176/97 com a seguinte redação:

"§ 1º - Fica o Município autorizado a criar os Fundos de Investimentos destinados a propiciar recursos para aplicação em microempreendimentos, cooperativas e micro e pequenas empresas, visando criar alternativa de crédito popular para geração de emprego e renda.

§ 2º - Fica o Município autorizado a integrar o Comitê de Crédito previsto no § 2º, do artigo 5º, da Lei Estadual nº 9.533/97.

§ 3º - Fica o Município autorizado a viabilizar as contrapartidas exigidas por outros entes governamentais para o estabelecimento de vínculos e/ou parcerias."

Sala das Sessões,

CARLOS NEDER
Líder da Bancada do PT

Handwritten signatures and initials are present throughout the document, including: 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 282

do processo nº PL 176 de 19 97, 21, 02, 2001

(a) Creusa Leonilda Zacarias Alves
Chefe de Seção CS.10-Substituta
Registro 10.686

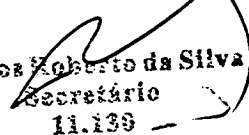
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

O presente projeto foi aprovado em 2ª discussão e votação, na 4ª Sessão extraordinária de 20 de Fevereiro do corrente, assim como a Emenda do autor. Para redação final no prazo regimental.

21.02.2001


BRENO GANDELMAN
Assessor Técnico Legislativo - Chefe
ATM

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 25/2/01 às 15:45 hs.


Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.139

Redistribuído ao Netro
para relatar

Laurindo

Sala da Comissão de C. e J. e Justiça
Em 13 de 3 de 2001

[Assinatura]
Presidente

SEGUIE juntado nesta data documento e papel para informação, rubricado

sob folha 1 nº 1 de 283 a 286

Em 22 de 02 de 2001

(a)

[Assinatura]
CARMEN DE MELLO
Assistente Parlamentar

PL 176/97
21/02/01

Trata-se do projeto de lei nº 176/97, de iniciativa do nobre Vereador Carlos Neder, que dispõe sobre a associação do Município à Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário - CPS, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal.

O projeto foi aprovado em segunda discussão e votação na Sessão realizada em 20 de fevereiro p.passado, na forma do Substitutivo apresentado e lido na 109ª Sessão Extraordinária, realizada em 10/11/99. Na mesma data de aprovação do Substitutivo foi igualmente aprovada 01 (uma) emenda de autoria dos nobres Edis, modificando o "caput" do artigo 5º e acrescentando três parágrafos ao mesmo artigo.

Assim sendo, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para a elaboração do parecer propondo a redação final ao texto original, com a incorporação das alterações decorrentes da emenda aprovada na 4ª Sessão Extraordinária realizada em 20 de fevereiro p.passado.

A emenda foi devidamente incorporada ao Substitutivo aprovado sem nenhuma correção ou modificação, eis que desnecessário. Segue abaixo o texto do projeto aprovado, em sua redação final:

PROJETO DE LEI N.º 176/97

Dispõe sobre associação do Município em Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º. Fica o Município autorizado a associar-se em Associação Civil Ideal e a celebrar convênios com entidades civis de crédito produtivo popular, sem fins lucrativos, com a finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, propiciar às pessoas físicas de baixa renda e aos pequenos e microempresários a geração de renda e a criação de empregos, e a fomentar a constituição e consolidação de pequenos e microempreendedores instalados no Município, integrando o exercício das atividades informais ao processo produtivo regular.

Parágrafo único. A Associação Civil Ideal de que trata o "caput" deste artigo será denominada de Crédito Popular Solidário, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, e se regerá por estatuto próprio e pela legislação em vigor.

Art. 2º. O Município só poderá associar-se em Associação Civil Ideal que contenha, no seu Estatuto, um Conselho de Administração de cuja composição o Município participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes, em maior número, entidades da sociedade civil.

Art. 3º. O Estatuto da entidade tratada no artigo anterior deverá prever obrigatoriamente, além do disposto nos artigos 3º e 4º da Lei n.º 9.790/99:

- I - sua auto-sustentação financeira;
- II - a devolução, na exata proporção da aplicação, dos recursos destinados pelo Município, em caso de dissolução da Associação;
- III - o direito, ao Município, de veto na hipótese de alteração estatutária relativa à sua finalidade precípua;
- IV - a autorização para que o Município desligue-se da Associação, bem como promova, concomitantemente, o levantamento de recursos proporcionais aos valores por ele investidos, no caso de desvirtuamento de suas finalidades.

Art. 4º. O Estatuto da Associação Civil Ideal, Crédito Popular Solidário, deverá observar, ainda, obrigatoriamente, os seguintes princípios:

- I - a contratação de auditorias externas independentes que, anualmente, analisarão a regularidade e o funcionamento das operações;
- II - a disposição de que os recursos que comporão o fundo financeiro, através do qual serão concedidos os créditos virão:
 - a) das contribuições do Município, mediante abertura de créditos especiais, à título de auxílio financeiro, obedecida a legislação pertinente;
 - b) das operações de assistência financeira e/ou empréstimos de outros entes da Federação, obedecida a legislação pertinente;
 - c) da contribuição dos demais sócios da associação;
 - d) de doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

✕

- e) de empréstimos de agências de financiamento nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- f) de juros e outros rendimentos eventuais;
- g) de amortizações de empréstimos concedidos e de aplicações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

III - a disposição de que seus serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada;

IV - a disposição de que deverá operar em condições compatíveis a uma remuneração justa do capital em relação às atividades produtivas inerentes a pequenos e microempreendedores;

V - a disposição de que deverá operar exclusivamente no Município de São Paulo;

VI - a disposição de que não poderá, em nenhuma hipótese, distribuir lucros ou bonificações a dirigentes e associados;

VII - a disposição de financiar iniciativas voltadas à inserção no mercado de trabalho de jovens, mulheres e portadores de deficiências;

VIII - a disposição de que serão desenvolvidos programas de treinamento para os pequenos e microempreendedores.

Parágrafo único. Os recursos que comporão o fundo financeiro, previstos no inciso II deste artigo, em nenhuma hipótese virão da captação de recursos do público.

Art. 5º. Fica o Município autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, visando à realização de operações de assistência financeira e/ou empréstimos previstos na Lei Estadual n.º 9.533/97.

§ 1º. Fica o Município autorizado a criar os Fundos de Investimentos destinados a propiciar recursos para aplicação em microempreendimentos, cooperativas e micro e pequenas empresas, visando criar alternativa de crédito popular para geração de emprego e renda.

§ 2º. Fica o Município autorizado a integrar o Comitê de Crédito previsto no § 2º, do artigo 5º, da Lei Estadual n.º 9.533/97.

§ 3º. Fica o Município autorizado a viabilizar as contrapartidas exigidas por outros entes governamentais para o estabelecimento de vínculos e/ou parcerias.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar, semestralmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, à Comissão de Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo, relatório descritivo e analítico referente ao montante por ele destinado à Associação Civil Ideal, bem como das aplicações, investimentos realizados, assistência financeira e créditos concedidos.

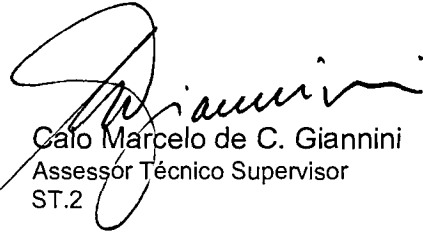
Art. 7º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

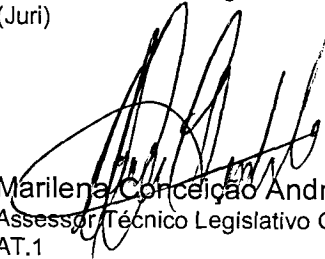
Art. 8º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

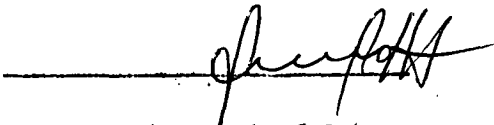
Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.


Luiz Eduardo de S. Thiago
Assessor Técnico Legislativo
(Juri)


Calo Marcelo de C. Giannini
Assessor Técnico Supervisor
ST.2


Marilena Conceição Andreoli
Assessor Técnico Legislativo Chefe
AT.1

Encaminhe-se, em 13 de 3 de 2001


Presidente da CCJ

DE ACORDO COM A REDAÇÃO FINAL.

20/03/01.

RELATOR CAURINDO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUEM, juntados nesta data papel para informação rubricados sob
Documento

Folhas de nº

207 cas 2φ, φ1, φ)

al

Carlos Roberto da Silva
Req. 11130



PUBLIQUE-SE EM

12/ 13/ 2001

Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-0005/2001

Folha nº 282 de

Processo nº 16/92

Carlos Roberto Silva

Reg. 1113

PARECER Nº /2001 DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 176/97.

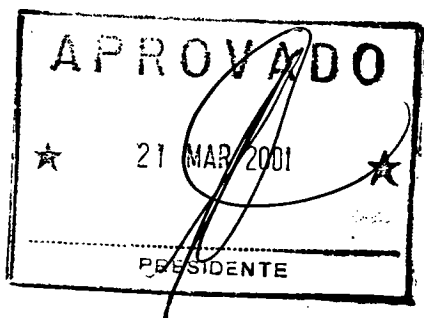
Trata-se do projeto de lei nº 176/97, de iniciativa do nobre Vereador Carlos Neder, que dispõe sobre a associação do Município à Associação Civil Ideal, denominada Crédito Popular Solidário - CPS, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal.

O projeto foi aprovado em segunda discussão e votação na Sessão realizada em 20 de fevereiro p.passado, na forma do Substitutivo apresentado e lido na 109ª Sessão Extraordinária, realizada em 10/11/99. Na mesma data de aprovação do Substitutivo foi igualmente aprovada 01 (uma) emenda de autoria dos nobres Edis, modificando o "caput" do artigo 5º e acrescentando três parágrafos ao mesmo artigo.

Assim sendo, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para a elaboração do parecer propondo a redação final ao texto original, com a incorporação das alterações decorrentes da emenda aprovada na 4ª Sessão Extraordinária realizada em 20 de fevereiro p.passado.

A emenda foi devidamente incorporada ao Substitutivo aprovado sem nenhuma correção ou modificação, eis que desnecessário. Segue abaixo o texto do projeto aprovado, em sua redação final:

PROJETO DE LEI Nº 176/97



Dispõe sobre associação do Município em Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º. Fica o Município autorizado a associar-se em Associação Civil Ideal e a celebrar convênios com entidades civis de crédito produtivo popular, sem fins lucrativos, com a finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, propiciar às pessoas físicas de baixa renda e aos pequenos e microempresários a geração de renda e a criação de empregos, e a fomentar a constituição e consolidação de pequenos e microempreendedores instalados no



Câmara Municipal de São Paulo

Município, integrando o exercício das atividades informais ao processo produtivo regular.

Parágrafo único. A Associação Civil Ideal de que trata o "caput" deste artigo será denominada de Crédito Popular Solidário, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, e se regerá por estatuto próprio e pela legislação em vigor.

Art. 2º. O Município só poderá associar-se em Associação Civil Ideal que contenha, no seu Estatuto, um Conselho de Administração de cuja composição o Município participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes, em maior número, entidades da sociedade civil.

Art. 3º. O Estatuto da entidade tratada no artigo anterior deverá prever obrigatoriamente, além do disposto nos artigos 3º e 4º da Lei n.º 9.790/99:

I - sua auto-sustentação financeira;

II - a devolução, na exata proporção da aplicação, dos recursos destinados pelo Município, em caso de dissolução da Associação;

III - o direito, ao Município, de veto na hipótese de alteração estatutária relativa à sua finalidade precípua;

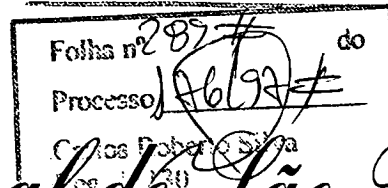
IV - a autorização para que o Município desligue-se da Associação, bem como promova, concomitantemente, o levantamento de recursos proporcionais aos valores por ele investidos, no caso de desvirtuamento de suas finalidades.

Art. 4º. O Estatuto da Associação Civil Ideal, Crédito Popular Solidário, deverá observar, ainda, obrigatoriamente, os seguintes princípios:

I - a contratação de auditorias externas independentes que, anualmente, analisarão a regularidade e o funcionamento das operações;

II - a disposição de que os recursos que comporão o fundo financeiro, através do qual serão concedidos os créditos virão:

- a) das contribuições do Município, mediante abertura de créditos especiais, à título de auxílio financeiro, obedecida a legislação pertinente;
- b) das operações de assistência financeira e/ou empréstimos de outros entes da Federação, obedecida a legislação pertinente;
- c) da contribuição dos demais sócios da associação;



Câmara Municipal de São Paulo

- d) de doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- e) de empréstimos de agências de financiamento nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- f) de juros e outros rendimentos eventuais;
- g) de amortizações de empréstimos concedidos e de aplicações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

III - a disposição de que seus serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada;

IV - a disposição de que deverá operar em condições compatíveis a uma remuneração justa do capital em relação às atividades produtivas inerentes a pequenos e microempreendedores;

V - a disposição de que deverá operar exclusivamente no Município de São Paulo;

VI - a disposição de que não poderá, em nenhuma hipótese, distribuir lucros ou bonificações a dirigentes e associados;

VII - a disposição de financiar iniciativas voltadas à inserção no mercado de trabalho de jovens, mulheres e portadores de deficiências;

VIII - a disposição de que serão desenvolvidos programas de treinamento para os pequenos e microempreendedores.

Parágrafo único. Os recursos que comporão o fundo financeiro, previstos no inciso II deste artigo, em nenhuma hipótese virão da captação de recursos do público.

Art. 5º. Fica o Município autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, visando à realização de operações de assistência financeira e/ou empréstimos previstos na Lei Estadual n.º 9.533/97.

§ 1º. Fica o Município autorizado a criar os Fundos de Investimentos destinados a propiciar recursos para aplicação em microempreendimentos, cooperativas e micro e pequenas empresas, visando criar alternativa de crédito popular para geração de emprego e renda.

§ 2º. Fica o Município autorizado a integrar o Comitê de Crédito previsto no § 2º, do artigo 5º, da Lei Estadual n.º 9.533/97.

§ 3º. Fica o Município autorizado a viabilizar as contrapartidas exigidas por outros entes governamentais para o estabelecimento de vínculos e/ou parcerias.



Folha nº 2907 do

Processo 126/92

Carlos Roberto Silva

Par. 126/92

Câmara Municipal de São Paulo

Art. 6º. Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar, semestralmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, à Comissão de Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo, relatório descritivo e analítico referente ao montante por ele destinado à Associação Civil Ideal, bem como das aplicações, investimentos realizados, assistência financeira e créditos concedidos.

Art. 7º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 20/3/2001.

São Paulo, 20/03/01
Rel. 
Cm - 1-2



Publicado no DIARIO OFICIAL
de 21, 03, 01
página 71# coluna 3, 4#
conferido: _____

Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

A. A. T. M.
Em 21, 03, 01

Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

291/1

do processo nº PL 176 de 19 97 18, 03, 1997 (a)

Marcia Gazoti
Marcia Gazoti
Auxiliar Técnico Administrativo
Registro 1584/1

À Leg.3

Senhora Chefe:

O Projeto permaneceu sobre a Mesa na 17ª Sessão Ordinária, realizada hoje, e não houve apresentação de Emendas de redação ao Parecer propondo redação final.

Aprovada a redação final, a matéria está em condições de ser enviada à Sanção.

21.03.01

Breno Gandelman
BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe
A. T. M.

RECEBIDO EM LEG. 3
22 03 101
15:50

Orlando Kocimendes
ORLANDO KOCIMENDES
Assistente de Chefia Técnica

Sra. KaThya,

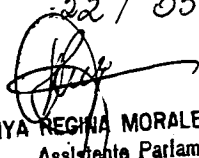
Oficiar ao Executivo encaminhando cópia autêntica.

22 / 03 / 01


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica IV

Sra. Chefe,

Oficiado conforme despacho de V.Sa..

22 / 03 / 01

KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA
Assistente Parlamentar

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº 292 / 301.

Em 11 / 04 / 01

(a)
ROSMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Assistente de Chefia Técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha n.º 292 do proc.
N.º 176 de 1997
O funcionário *R*
ROSAMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Assistente de Chefe Técnico

São Paulo, 22 de março de 2001.

18 - OF-LEG3
OFÍCIO N.º 0139/2001

Senhora Prefeita,

Encaminho a Vossa Excelência cópia autêntica da lei decretada pela Câmara em sessão de 21 de março do corrente relativa ao Projeto de Lei nº 176/97, de autoria do Vereador Carlos Neder, que dispõe sobre associação do Município em Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Doutora Marta Suplicy
Digníssima Prefeita do Município de São Paulo.

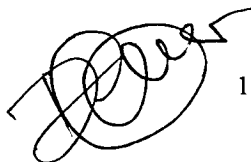
ABA/krms



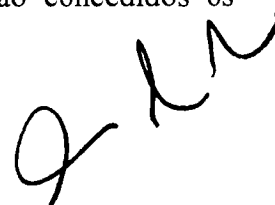
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ROSAMARIA ALVES DOS SANTOS
Assistente de Serviço

-----Cópia autêntica. LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 21 DE MARÇO DE 2001. Cópia extraída de fls. nº 287/290 do Processo. (PROJETO DE LEI Nº 176/97). (Ver. Carlos Neder). Dispõe sobre associação do Município em Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta: Art. 1º - Fica o Município autorizado a associar-se em Associação Civil Ideal e a celebrar convênios com entidades civis de crédito produtivo popular, sem fins lucrativos, com a finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, propiciar às pessoas físicas de baixa renda e aos pequenos e microempresários a geração de renda e a criação de empregos, e a fomentar a constituição e consolidação de pequenos e microempreendedores instalados no Município, integrando o exercício das atividades informais ao processo produtivo regular. Parágrafo único - A Associação Civil Ideal de que trata o "caput" deste artigo será denominada de Crédito Popular Solidário, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, e se regerá por estatuto próprio e pela legislação em vigor. Art. 2º - O Município só poderá associar-se em Associação Civil Ideal que contenha, no seu Estatuto, um Conselho de Administração de cuja composição o Município participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes, em maior número, entidades da sociedade civil. Art. 3º - O Estatuto da entidade tratada no artigo anterior deverá prever obrigatoriamente, além do disposto nos artigos 3º e 4º da Lei n.º 9.790/99: I - sua auto-sustentação financeira; II - a devolução, na exata proporção da aplicação, dos recursos destinados pelo Município, em caso de dissolução da Associação; III - o direito, ao Município, de veto na hipótese de alteração estatutária relativa à sua finalidade precípua; IV - a autorização para que o Município desligue-se da Associação, bem como promova, concomitantemente, o levantamento de recursos proporcionais aos valores por ele investidos, no caso de desvirtuamento de suas finalidades. Art. 4º - O Estatuto da Associação Civil Ideal, Crédito Popular Solidário, deverá observar, ainda, obrigatoriamente, os seguintes princípios: I - a contratação de auditorias externas independentes que, anualmente, analisarão a regularidade e o funcionamento das operações; II - a disposição de que os recursos que comporão o fundo financeiro, através do qual serão concedidos os

 1





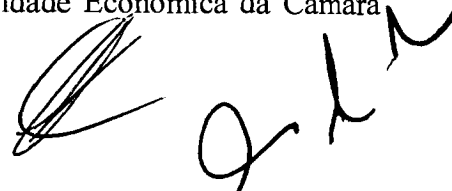


Folha n.º	294	do proc.
N.º	176	de 1977
O funcionário	R. Z. R. M. L. V. S. J. S.	
Assistente de Chefe Técnica		

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

créditos virão: a) das contribuições do Município, mediante abertura de créditos especiais, à título de auxílio financeiro, obedecida a legislação pertinente; b) das operações de assistência financeira e/ou empréstimos de outros entes da Federação, obedecida a legislação pertinente; c) da contribuição dos demais sócios da associação; d) de doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; e) de empréstimos de agências de financiamento nacionais, estrangeiras ou internacionais; f) de juros e outros rendimentos eventuais; g) de amortizações de empréstimos concedidos e de aplicações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES; III - a disposição de que seus serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada; IV - a disposição de que deverá operar em condições compatíveis a uma remuneração justa do capital em relação às atividades produtivas inerentes a pequenos e microempreendedores; V - a disposição de que deverá operar exclusivamente no Município de São Paulo; VI - a disposição de que não poderá, em nenhuma hipótese, distribuir lucros ou bonificações a dirigentes e associados; VII - a disposição de financiar iniciativas voltadas à inserção no mercado de trabalho de jovens, mulheres e portadores de deficiências; VIII - a disposição de que serão desenvolvidos programas de treinamento para os pequenos e microempreendedores. Parágrafo único - Os recursos que comporão o fundo financeiro, previstos no inciso II deste artigo, em nenhuma hipótese virão da captação de recursos do público. Art. 5º - Fica o Município autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, visando à realização de operações de assistência financeira e/ou empréstimos previstos na Lei Estadual n.º 9.533/97. § 1º - Fica o Município autorizado a criar os Fundos de Investimentos destinados a propiciar recursos para aplicação em microempreendimentos, cooperativas e micro e pequenas empresas, visando criar alternativa de crédito popular para geração de emprego e renda. § 2º - Fica o Município autorizado a integrar o Comitê de Crédito previsto no § 2º, do artigo 5º, da Lei Estadual n.º 9.533/97. § 3º - Fica o Município autorizado a viabilizar as contrapartidas exigidas por outros entes governamentais para o estabelecimento de vínculos e/ou parcerias. Art. 6º - Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar, semestralmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, à Comissão de Atividade Econômica da Câmara

 2





Folha n.º 295 do proc.
N.º 176 de 1997
O funcionário 12
ROSAMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Assistente de Chefe Técnica

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Municipal de São Paulo, relatório descritivo e analítico referente ao montante por ele destinado à Associação Civil Ideal, bem como das aplicações, investimentos realizados, assistência financeira e créditos concedidos. Art. 7º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário. Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação. Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário. Eu, KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA, Assistente Parlamentar, padrão "QPA-05-A" extraí a presente cópia fielmente de fls. do livro competente nº 53 e digitei. Eu, ANA MARIA FERNANDES, Assistente Parlamentar, padrão "QPA-05-A" a conferi. São Paulo, 21 de março de 2001. Chefe da Seção Técnica de Preparo e Registro de Documentos, Legistativos, ÂNGELA BORDIN ANDREONI, Visto, MARIA LEONOR SILVA TAVARELLI, Diretora do Departamento dos Serviços Legislativos da Câmara Municipal de São Paulo.-

aa) José Eduardo Cardozo; Paulo Frange; Myryam Athie; Rubens Calvo; Antônio Carlos Rodrigues; Roger Lin; Cláudio Gomes Fonseca.

ABA/krms



Folha n.º 296 do proc.
N.º 176 de 1997
O funcionário *P*
ROSELI DA SILVA ALVES DOS SANTOS
Assistente de Chefe Técnica

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LEI Nº 13118 DE 10 DE abril DE 2001.

Dispõe sobre associação do Município em Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 21 de março de 2001, decretou a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a associar-se em Associação Civil Ideal e a celebrar convênios com entidades civis de crédito produtivo popular, sem fins lucrativos, com a finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, propiciar às pessoas físicas de baixa renda e aos pequenos e microempresários a geração de renda e a criação de empregos, e a fomentar a constituição e consolidação de pequenos e microempreendedores instalados no Município, integrando o exercício das atividades informais ao processo produtivo regular.

Parágrafo único - A Associação Civil Ideal de que trata o "caput" deste artigo será denominada de Crédito Popular Solidário, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, e se regerá por estatuto próprio e pela legislação em vigor.

Art. 2º - O Município só poderá associar-se em Associação Civil Ideal que contenha, no seu Estatuto, um Conselho de Administração de cuja composição o Município participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes, em maior número, entidades da sociedade civil.

Art. 3º - O Estatuto da entidade tratada no artigo anterior deverá prever obrigatoriamente, além do disposto nos artigos 3º e 4º da Lei n.º 9.790/99:

I - sua auto-sustentação financeira;

II - a devolução, na exata proporção da aplicação, dos recursos destinados pelo Município, em caso de dissolução da Associação;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ROSÂRIO CURY DE VASCONCELOS
Assessora da Câmara Municipal

III - o direito, ao Município, de veto na hipótese de alteração estatutária relativa à sua finalidade precípua;

IV - a autorização para que o Município desligue-se da Associação, bem como promova, concomitantemente, o levantamento de recursos proporcionais aos valores por ele investidos, no caso de desvirtuamento de suas finalidades.

Art. 4º - O Estatuto da Associação Civil Ideal, Crédito Popular Solidário, deverá observar, ainda, obrigatoriamente, os seguintes princípios:

I - a contratação de auditorias externas independentes que, anualmente, analisarão a regularidade e o funcionamento das operações;

II - a disposição de que os recursos que comporão o fundo financeiro, através do qual serão concedidos os créditos virão:

a) das contribuições do Município, mediante abertura de créditos especiais, à título de auxílio financeiro, obedecida a legislação pertinente;

b) das operações de assistência financeira e/ou empréstimos de outros entes da Federação, obedecida a legislação pertinente;

c) da contribuição dos demais sócios da associação;

d) de doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

e) de empréstimos de agências de financiamento nacionais, estrangeiras ou internacionais;

f) de juros e outros rendimentos eventuais;

g) de amortizações de empréstimos concedidos e de aplicações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES;

III - a disposição de que seus serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

IV - a disposição de que deverá operar em condições compatíveis a uma remuneração justa do capital em relação às atividades produtivas inerentes a pequenos e microempreendedores;

V - a disposição de que deverá operar exclusivamente no Município de São Paulo;

VI - a disposição de que não poderá, em nenhuma hipótese, distribuir lucros ou bonificações a dirigentes e associados;

VII - a disposição de financiar iniciativas voltadas à inserção no mercado de trabalho de jovens, mulheres e portadores de deficiências;

VIII - a disposição de que serão desenvolvidos programas de treinamento para os pequenos e microempreendedores.

Parágrafo único - Os recursos que comporão o fundo financeiro, previstos no inciso II deste artigo, em nenhuma hipótese virão da captação de recursos do público.

Art. 5º - Fica o Município autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, visando à realização de operações de assistência financeira e/ou empréstimos previstos na Lei Estadual n.º 9.533/97.

§ 1º - Fica o Município autorizado a criar os Fundos de Investimentos destinados a propiciar recursos para aplicação em microempreendimentos, cooperativas e micro e pequenas empresas, visando criar alternativa de crédito popular para geração de emprego e renda.

§ 2º - Fica o Município autorizado a integrar o Comitê de Crédito previsto no § 2º, do artigo 5º, da Lei Estadual n.º 9.533/97.

§ 3º - Fica o Município autorizado a viabilizar as contrapartidas exigidas por outros entes governamentais para o estabelecimento de vínculos e/ou parcerias.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar, semestralmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, à Comissão de Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo, relatório descritivo e analítico referente ao montante por ele destinado à Associação Civil Ideal, bem como das aplicações, investimentos realizados, assistência financeira e créditos concedidos.

Art. 7º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.



Folha n.º	299	do proc.
N.º	176	de 1997
O funcionário		

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ROSAMÁRIO ALVES DOS SANTOS
Assistente de Chefe Técnica

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 21 de março de 2001.

O Presidente,

ÂBA/krms



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

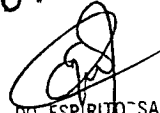
Folha n.º	300	do proc.
N.º	176	de 19 97
O funcionário	R	

ROSIMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Assistente de Chefe Técnica

São Paulo, 22 de março de 2001.

Recebi ofício Leg. 3 nº 139, de 22.03.2001,
encaminhando ao Executivo cópia autêntica de lei decretada pela Câmara, relativa ao
Projeto de Lei nº 176/97, de autoria do Ver. Carlos Neder.

RECEBI EM
28/03/01


ESMERALDA DO ESPÍRITO SANTO FURTADO
RF. 620.014.1.00

Publicação: FSP
Data: 23 / 05 / 89
Pág.: 1-6

Folha nº	239	de prog.
nº	PL 176	de 19
af		

Covas critica polêmica em viagem ao interior

O governador de São Paulo, Má-rio Covas (PSDB), inaugurou on-tem, em Piracicaba, a oitava agên-cia do Banco do Povo. Em sua pri-meira visita ao interior do Estado desde que tomou posse no segun-do mandato, criticou a discussão entre "desenvolvimentistas" e "monetaristas".



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

301

do processo nº

196

de 19

97

11/04/01

(a)

ROSIMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Assistente de Chefe Técnica

LEI Nº 13.118, 10 DE ABRIL DE 2001

(Projeto de Lei nº 176/97, do Vereador Carlos Neder - PT)

Dispõe sobre associação do Município em Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário, com o objetivo de conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no território municipal, e dá outras providências.

MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 21 de março de 2001, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a associar-se em Associação Civil Ideal e a celebrar convênios com entidades civis de crédito produtivo popular, sem fins lucrativos, com a finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, propiciar às pessoas físicas de baixa renda e aos pequenos e microempresários a geração de renda e a criação de empregos, e a fomentar a constituição e consolidação de pequenos e microempreendedores instalados no Município, integrando o exercício das atividades informais ao processo produtivo regular.

Parágrafo único - A Associação Civil Ideal de que trata o "caput" deste artigo será denominada de Crédito Popular Solidário, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, e se regerá por estatuto próprio e pela legislação em vigor.

Art. 2º - O Município só poderá associar-se em Associação Civil Ideal que contenha, no seu Estatuto, um Conselho de Administração de cuja composição o Município participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes, em maior número, entidades da sociedade civil.

Art. 3º - O Estatuto da entidade tratada no artigo anterior deverá prever obrigatoriamente, além do disposto nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.790/99:

I - sua auto-sustentação financeira;

II - a devolução, na exata proporção da aplicação, dos recursos destinados pelo Município, em caso de dissolução da Associação;

III - o direito, ao Município, de veto na hipótese de alteração estatutária relativa à sua finalidade precípua;

IV - a autorização para que o Município desligue-se da Associação, bem como promova, concomitantemente, o levantamento de recursos proporcionais aos valores por ele investidos, no caso de desvirtuamento de suas finalidades.

Art. 4º - O Estatuto da Associação Civil Ideal, Crédito Popular Solidário, deverá observar, ainda, obrigatoriamente, os seguintes princípios:

I - a contratação de auditorias externas independentes que, anualmente, analisarão a regularidade e o funcionamento das operações;

II - a disposição de que os recursos que comporão o fundo financeiro, através do qual serão concedidos os créditos virão:

a) das contribuições do Município, mediante abertura de créditos especiais, à título de auxílio financeiro, obedecida a legislação pertinente;

b) das operações de assistência financeira e/ou empréstimos de outros entes da Federação, obedecida a legislação pertinente;

c) da contribuição dos demais sócios da associação;

d) de doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

e) de empréstimos de agências de financiamento nacionais, estrangeiras ou internacionais;

f) de juros e outros rendimentos eventuais;

g) de amortizações de empréstimos concedidos e de aplicações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES;

III - a disposição de que seus serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada;

IV - a disposição de que deverá operar em condições compatíveis a uma remuneração justa do capital em relação às ativi-

dades produtivas inerentes a pequenos e microempreendedores;

V - a disposição de que deverá operar exclusivamente no Município de São Paulo;

VI - a disposição de que não poderá, em nenhuma hipótese, distribuir lucros ou bonificações a dirigentes e associados;

VII - a disposição de financiar iniciativas voltadas à inserção no mercado de trabalho de jovens, mulheres e portadores de deficiências;

VIII - a disposição de que serão desenvolvidos programas de treinamento para os pequenos e microempreendedores.

Parágrafo único - Os recursos que comporão o fundo financeiro, previstos no inciso II deste artigo, em nenhuma hipótese virão da captação de recursos do público.

Art. 5º - Fica o Município autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, visando à realização de operações de assistência financeira e/ou empréstimos previstos na Lei Estadual nº 9.533/97.

§ 1º - Fica o Município autorizado a criar os Fundos de Investimentos destinados a propiciar recursos para aplicação em microempreendimentos, cooperativas e micro e pequenas empresas, visando criar alternativa de crédito popular para geração de emprego e renda.

§ 2º - Fica o Município autorizado a integrar o Comitê de Crédito previsto no § 2º, do artigo 5º, da Lei Estadual nº 9.533/97.

§ 3º - Fica o Município autorizado a viabilizar as contrapartidas exigidas por outros entes governamentais para o estabelecimento de vínculos e/ou parcerias.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar, semestralmente, até o 10º dia útil do mês subsequente, à Comissão de Atividade Econômica da Câmara Municipal de São Paulo, relatório descritivo e analítico referente ao montante por ele destinado à Associação Civil Ideal, bem como das aplicações, investimentos realizados, assistência financeira e créditos concedidos.

Art. 7º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de abril de 2001, 448ª da fundação de São Paulo.

MARTA SUPPLY, PREFEITA

ANNA EMILIA CORDELLI ALVES, Secretária dos Negócios Jurídicos

JOÃO SAYAD, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 10 de abril de 2001.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

Publicado no DIÁRIO OFICIAL

de 11/04/2001

página 01 volume 12/29

Conferido:

Ao

DT.94

Sra. Chefe,

Para arquivar.

Em, 11.04.2001.


ÂNGELA BORVIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica IV

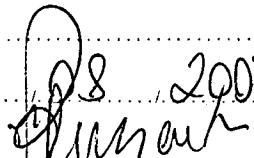
DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado el	<u>43017</u> fls.
Arquivo em	<u>19-Abril-2001</u>
O Func.º	<u>D</u>
LINA ANGÉLICA MARIA GUIMARÃES	
Documentação - RF 100 077	

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado
sob folha nº 302 a 305.

Em

06 08 2001

(a)


Jader Augusto Pimenta
Técnico Administrativo
RF 10.860



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 302 do Processo
nº 176 de 1997
<i>[Signature]</i>

Jader Augusto Finsler
Técnico Administrativo
RF 10.860

São Paulo, 06 de agosto de 2007.

Memo SGP nº 046/2007

TID 1782587

A SGP-3
Senhora Secretária,

Solicitamos o encaminhamento do presente expediente ao setor competente - SGP-33 - a fim de que se proceda à anexação das notas taquigráficas, já providenciadas, referentes aos projetos de lei especificados a seguir: 562/1996; 291/1996; 664/1996; 743/1996; 520/1996; 817/1996; 253/1996; 38/1997; 221/1997; 256/1997; 42/1997; 255/1997; 24/1997; 141/1997; 36/1997; 176/1997; 33/1997; 300/1997; 320/1997; 12/1997; 270/1997; 653/1997; 896/1997; 837/1997; 337/1997; 324/1997; 703/1997; 732/1997; 930/1997; 780/1997; 741/1997; 374/1997; 862/1997; 1124/1997; 1101/1997; 1141/1997; 988/1997; 967/1997; 1192/1997; 1103/1997; 211/1998; 315/1998; 53/1998; 171/1998; 299/1998; 236/1998; e 412/1998.

Atenciosamente,

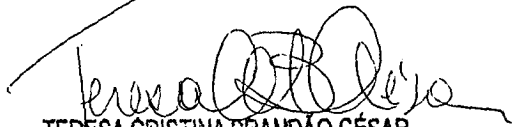
[Signature]
Breno Gandelman
Secretário Geral Parlamentar

SGP - 33

Senhor(a) Supervisor(a):

Providenciar

06108107



TERESA CRISTINA BRANDÃO CÉSAR

Bibliotecária - CRB - 8/1276

Secretária de Documentação - SGP-3



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-DACT-1

Folha N.º 203 do proc.
N.º 176 de 1997
funcionário
Técnico Administrativo
RF 10.880

ROD.:01	FOLHA:2	TAQ.:beth	SESSÃO:4ªSE	RF 10.880
ORADOR:Pres. JE, Gilberto Natalini			DATA: 20-02-01	SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo - PT) - A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.

Passemos à discussão e votação do item.

Item 1 - "PL 176/97, do Vereador Carlos Neder (PT). Dispõe sobre associação do Município à Associação Civil Ideal, denominada de Crédito Popular Solidário - CPS, para conceder crédito a micros e pequenos empreendedores instalados no Município. Fase da discussão: 2ª. Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara. HÁ SUBSTITUTIVO DO AUTOR."

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo - PT) - Tem a palavra, para discussão, o nobre Vereador Gilberto Natalini.

O SR. GILBERTO NATALINI (PSDB) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores quando tomamos conhecimento do projeto de autoria do nobre Vereador Carlos Neder discutimos a matéria na bancada. Evidentemente a posição do PSDB é, foi e sempre será favorável a qualquer tipo de iniciativa que venha a oferecer crédito e condições de financiamento, à população carente objetivando ajudá-la a progredir na vida.

Na reunião do Colégio de Líderes conversei com o nobre Vereador Carlos Neder. O Governo do Estado de São Paulo já tem ações para o Banco do Povo que mantém hoje convênio com 81 municípios do



Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

ROD.: 19	FOLHA:3	TAQ.: Valéria	SESSÃO: 007 SO
ORADOR: C.Fonseca, Presidente,		DATA: 20-02	SEM REVISÃO

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Cardozo - PT) - Está aprovado o substitutivo ao PL 176/97, apresentado pelo autor.

Há sobre a mesa uma emenda ao PL 176/97, apresentada pelo autor Vereador Carlos Neder, que será lida.

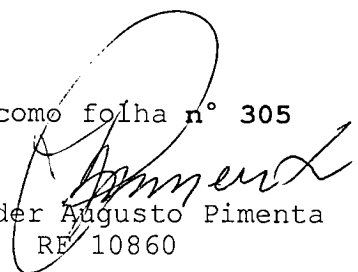
Folha N.º	304	do proc.
N.º	176	de 1997
O funcionário	Jader Augusto Pimenta	
Técnico Administrativo		
RF 10.860		

É lido o seguinte:



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

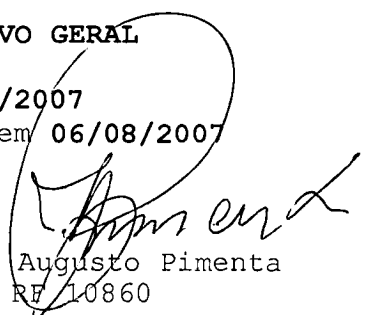
Papel para informação, rubricado como folha nº 305
do processo 01-176 de 1997 06/08/2007


Jader Augusto Pimenta
RF 10860

Obs.: Lei nº 13.118/2001 de 10/04/2001. Foram juntados neste
processo documentos de fls. 303 e 304, conforme MEMO SGP
46/2007, constante à fl 302.

SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL

Requisitado em 06/08/2007
Arquivado novamente em 06/08/2007
Com 305 fls.
O Funcionário


Jader Augusto Pimenta
RF 10860